

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD

MAÍSA ARECO DE OLIVEIRA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA X LUTAS DE CLASSES: A SUPERAÇÃO DO
CAPITALISMO SEGUNDO PAUL SINGER.**

DOURADOS – MATO GROSSO DO SUL

2016

MAÍSA ARECO DE OLIVEIRA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA X LUTAS DE CLASSES: A SUPERAÇÃO DO
CAPITALISMO SEGUNDO PAUL SINGER.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Sociologia, da Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Federal da Grande Dourados, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Reis

**DOURADOS – MATO GROSSO DO SUL
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

O48e Oliveira, Maisa Areco De
ECONOMIA SOLIDÁRIA X LUTAS DE CLASSES: A
SUPERACÃO DO CAPITALISMO SEGUNDO PAUL SINGER. / Maisa
Areco De Oliveira --
Dourados: UFGD, 2016.
242f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Cláudio Reis

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências
Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.
Inclui bibliografia

1. economia soliária. 2. lutas de classes. 3. autogestão. 4. socialismo. I.
Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

TERMO DE APROVAÇÃO

MAÍSA ARECO DE OLIVEIRA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA X LUTAS DE CLASSES: A SUPERAÇÃO DO CAPITALISMO
SEGUNDO PAUL SINGER.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Sociologia, da Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Federal da Grande Dourados, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Reis. FCH/UFGD

Prof^ª. Dr^ª. Maria Gabriela Guillén Carías. FCH/UFGD

Prof. Dr. Geraldo Magella Neres. UNIOESTE/Toledo.

Dourados – MS, 30 de maio de 2016.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Cláudio Reis, e aos camaradas do GEA – Grupo de Estudos Antonio Gramsci/UFGD, que foram fundamentais. Aos membros das bancas de qualificação e de defesa: David Giacobbo Scavo (UFGD); Maria Gabriela Guillén Cárias (UFGD) e Geraldo Magella Neres (UNIOESTE) pelas valiosas sugestões e críticas.

Outros professores fizeram contribuições ao longo do curso, sou especialmente grata à Maria Orlanda Pinassi (UNESP); Édi. Augusto Benini (UFT); Guillermo Alfredo Jonhson (UFGD); Marcos Alexandre Ferraz (UFPR) e Marcos Antônio da Silva (UFGD).

À CAPES, pela concessão de uma bolsa de mestrado.

Ao secretário do PPG/Sociologia, José Welton, por seu apoio nas questões burocráticas. Aos colegas do PPG/Sociologia, principalmente Fabiane Medina, Davi Rosendo, Cacilda Inácio e Dirlene Colla, pela parceria divertida.

Às minhas Marias (vó e tia); ao Silvino (tio-professor-*brother*); e ao meu companheiro, Yan, pelo apoio incondicional.

RESUMO:

Abordamos a economia solidária enquanto conceito desenvolvido por Paul Singer e em sua relação com a categoria marxista “lutas de classes”. Buscamos apreender parte do caminho teórico trilhado pelo autor, caminho que o levou a colocar o tipo de cooperativismo hoje definido sob a expressão “economia solidária” como uma via de “superação” do capitalismo. Singer passa pela negação da distinção entre reforma e revolução, pela negação da ação política organizada em torno da abolição da propriedade privada e do controle do aparelho estatal por parte da classe que sobrevive de seu próprio trabalho. Quando coloca a economia solidária como a via contemporânea de instituição do “socialismo”, o autor não só nega a ação política organizada em torno de um projeto alternativo de sociedade como também dá um sentido particular à ideia de socialismo. Ele se fundamenta em uma leitura não marxista do antagonismo entre classes sociais, especialmente mediante a rejeição da categoria da totalidade. Por outro lado, recuperamos também parte do debate que é abandonado quando se pressupõe que uma transformação radical da sociedade só é possível a partir do indivíduo, das consciências individuais; quando se pressupõe que as classes sociais são categorias meramente econômicas, extintas principalmente através da reestruturação produtiva do capitalismo e do modelo de regulação neoliberal.

PALAVRAS CHAVE: autogestão; socialismo, lutas de classes; economia solidária.

ABSTRACT:

We approach solidarity economy as a concept developed by Paul Singer in relation to the Marxist category of “class struggle”. We seek to understand part of the theoretical path followed by the author, path that led him to insert the type of cooperativism defined today by the expression “solidarity economy” as a way to “overcome” capitalism. Singer goes through the denial of the differences between reform and revolution, the denial of the political organization around the end of private property and the control of the state machine by part of the class surviving from their own work. When he puts the solidarity economy as a contemporary way to institutionalize “socialism”, the author not only denies the political organization action enclosed in a project for an alternative society but also gives a particular meaning to the socialism idea. He is grounded in a non-Marxist view of the antagonism amongst social classes, especially through the rejection of the category totality. On the other hand, we also recover part of the debate that is abandoned when it is presupposed that a radical transformation of society is only possible coming from the individual, of the individual consciences, when it is assumed that social classes are solely economic categories, mainly extinct by the productive restructuration of capitalism and neoliberal regulation model.

KEY WORDS: self-managing, socialism, class struggle, solidarity economy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CUT: Central Única dos Trabalhadores

FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

ONG: Organização não-governamental

PT: Partido dos Trabalhadores

SAE: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO (p. 10)

1. REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO X “OUTRA ECONOMIA” SOB O CAPITALISMO

- 1.1 Três vertentes do debate sobre a economia solidária (p. 16)
 - 1.1.1. Economia solidária como “espaços públicos de proximidade” (p. 21)
 - 1.1.2. Economia solidária como “modo de produção” (p. 28)
 - 1.1.3. Economia solidária como “instrumento nas lutas de classes” (p. 39)
- 1.2 O surgimento da economia solidária no Brasil: sujeitos envolvidos (p. 45)
- 1.3 Sobre Paul Singer e textos selecionados (p. 51)
- 1.4 Exploração do trabalho sob a crise estrutural do capital (p. 58)
 - 1.4.1. Reestruturação produtiva sob a crise estrutural (p.58)
 - 1.4.2. A classe trabalhadora hoje (p. 66)
- 1.5 Neoliberalismo no Brasil (p. 78)
 - 1.5.1. Neoliberalismo e reestruturação produtiva na década de 1990 (p. 78)
 - 1.5.2. Ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal (p. 81)

2. LUTAS DE CLASSES X ECONOMIA SOLIDÁRIA.

- 2.1 Categoria da totalidade e abordagem dialética (p.85)
 - 2.1.1. A relação entre o todo e as partes, entre aparência e essência (p.85)
 - 2.1.2. Infraestrutura e superestrutura na perspectiva dialética (p. 92)
- 2.2 Capital e trabalho na sociedade produtora de mercadorias (p. 99)
- 2.3 Lutas de classes como categoria marxista (p. 105)
 - 2.3.1. Luta e consciência de classe no século XIX (p.105)
 - 2.3.2. Lutas e consciência de classe no século XX (p. 113)
- 2.4 As *classes sociais* em Singer (p. 127)
 - 2.4.1. O capital como um poder pessoal (p. 127)
 - 2.4.2. O “aburguesamento” da classe trabalhadora (p. 129)
 - 2.4.3. O exército industrial de reserva como um “fenômeno local” (p. 135)
 - 2.4.4. O fim da “luta política” entre burguesia e proletariado (p. 141)
- 2.5 A substituição da luta de classes pela luta entre *modos de produção* (p. 144)

3. ESTADOS NACIONAIS X DISCURSO DA AUTOGESTÃO

- 3.1 Estados nacionais e hegemonia do capital (p. 156)
 - 3.1.1. O caráter de classe do Estado na *Ideologia Alemã* (p. 156)
 - 3.1.2. A hegemonia dos subalternos (p. 157)
 - 3.1.3. A distinção entre reformistas e revolucionários (p. 163)

- 3.1.4. A superação do Estado na teoria marxista (p. 166)
- 3.1.5. Nacionalismo/Internacionalismo (p. 177)
- 3.2 Estado e sociedade brasileira de classes (p. 177)
 - 3.2.1. O termo “revolução” (p. 182)
 - 3.2.2. As diferentes vias de objetivação do capitalismo (p. 184)
 - 3.2.3. A formação das sociedades de classes pela “via prussiano-colonial” (p. 186)
 - 3.2.4. Autoritarismo da burguesia no Brasil (p. 189)
- 3.3 O Estado e as *lutas emancipatórias* em Singer (p. 196)
- 3.4 Cooperativismo e lutas pelo socialismo sob a perspectiva marxista (p. 205)
- 3.5 O discurso da *autogestão* sob a reestruturação produtiva (p. 213)
 - 3.5.1. A autogestão como “processo educativo” em Singer (p. 213)
 - 3.5.2. Novas formas de gestão do trabalho na empresa capitalista (222)
 - 3.5.3. A deslegitimação da luta de classes (p. 227)
- CONSIDERAÇÕES FINAIS (p. 232)
- REFERÊNCIAS (p. 234)

INTRODUÇÃO

A expressão “economia solidária” faz referência à autogestão dos trabalhadores. No entanto, autogestão é um termo historicamente usado tanto em sentido estrito, para definir a forma que a atividade produtiva assume no interior de determinados empreendimentos econômicos; quanto em sentido amplo, como um modo de organizar a atividade produtiva da sociedade em sua totalidade. No último caso, autogestão faz referência a uma sociedade socialista, ao mesmo tempo em que carrega uma crítica ao socialismo realmente existente.

A noção de “economia solidária” tem entre seus expoentes no Brasil um dos intelectuais do Partido dos Trabalhadores – PT, Paul Singer. Empreendemos um estudo bibliográfico com foco na especificidade de sua conceituação sobre o trabalho cooperado e a autogestão dos trabalhadores contida no conceito de “economia solidária”. Singer desenvolveu a ideia de que o cooperativismo é indissociável de uma espécie de “economia paralela” que se desenvolve sob o capitalismo desde a sua gênese. O economista já chegou a postular que essa “economia paralela”, a “economia solidária”, seria a via contemporânea de instituição do socialismo.

Além de não distinguir autogestão em sentido estrito e em sentido amplo, Singer não estabelece distinção alguma entre economia solidária e trabalho cooperado, ou seja, não delimita sua perspectiva específica sobre o trabalho cooperado em relação às demais perspectivas teóricas sobre o tema. Entretanto, não podemos deixar de pontuar que entre os estudiosos das várias formas que o cooperativismo assume contemporaneamente, por exemplo, existem pesquisadores marxistas que apesar de enfatizarem a importância do trabalho cooperado em relação à luta pelo socialismo, rechaçam o posicionamento de Paul Singer, por isso rejeitam o uso da expressão “economia solidária”.

Entre os pesquisadores que adotam a expressão “economia solidária” com sua referência ao trabalho cooperado, podem ser definidas pelo menos três vertentes teóricas com maior ou menor influência no Brasil. No primeiro capítulo abordamos essas vertentes a partir do pressuposto teórico de que há “outra economia” se desenvolvendo sob o capitalismo. Adiantamos que a noção de “economia plural” contrasta com algumas leituras marxistas sobre o atual momento do capitalismo, época histórica em que se desenvolvem determinadas formas de trabalho cooperado/associado.

Vinculadas à ideia de que há mais de uma economia sob o capitalismo, agrupam-se as duas primeiras vertentes teóricas. A primeira abrange pesquisadores representantes de uma perspectiva europeia no Brasil, a segunda é representada por Singer. Ambas negam a ação

política organizada em torno de um fim, negam a ação política da classe trabalhadora. A reestruturação produtiva do capitalismo, vinculada à crise global que o sistema manifesta desde a década de 1970, é interpretada por ambas as correntes como o fim das lutas entre as classes sociais, basicamente tomando a luta de classes como uma disputa meramente econômica.

A terceira vertente agrupa pesquisadores marxistas que comparativamente se distanciam da ideia de economia plural, mas que nem sempre adotam a distinção formal entre os termos “economia solidária” e “trabalho cooperado”. Ainda assim são críticos da perspectiva de Singer e disputam o uso político da expressão “economia solidária”, aparentemente relacionando-a com a categoria luta de classes, isto é, sem negar que a ideia de socialismo é indissociável de uma disputa política. Essa escolha é pelo menos parcialmente justificada pelo fato de hoje existirem grupos de trabalhadores, instituições e representantes de determinados movimentos sociais que estão mais ou menos organizados em torno de um Fórum Nacional de discussão sobre a “economia solidária”.

Portanto, entre os marxistas que se dedicam ao tema do cooperativismo estão também os autores dessa terceira vertente de pensamento sobre a “economia solidária” que, inclusive, podem estar teoricamente mais próximos dos marxistas que abordam o tema do cooperativismo e rechaçam o uso da expressão “economia solidária” do que de Paul Singer. Por termos iniciado a pesquisa sob influência dos pesquisadores da terceira vertente, chamamos atenção para o fato de que a distinção entre os termos “trabalho cooperado” e cooperativismo, por um lado; e “economia solidária”, por outro, nem sempre é suficientemente clara ao longo de nosso texto. No entanto, isso não significa uma adesão à perspectiva de Singer, nem significa que não compreendemos que o que ele chama de “economia solidária” implica uma leitura específica feita sobre o cooperativismo do século XIX.

Ao contrário de Singer, compreendemos que só por meio da radicalização das lutas de classes é que emergiria como possibilidade objetiva a superação do capitalismo, porque a superação do capitalismo no sentido do socialismo pressupõe a hegemonia das classes populares. No entanto, Singer defende que a *hegemonia* dessas classes pode ser alcançada mediante um processo multissecular no qual gradativamente se substituiria *o patrão* pela *autogestão* de empreendimentos econômicos específicos, negando a via da revolução política para a instituição do socialismo. Para o autor, a gestão de certos empreendimentos econômicos pelos trabalhadores por si só ensejaria a transformação dos atuais mecanismos de controle político-ideológico do capital sobre o trabalho.

Um tipo de cooperativismo contemporâneo – muitas vezes chamado de “novo cooperativismo” – ao qual Singer recorre para fundamentar o conceito de “economia solidária” pode não se tratar apenas de um heterogêneo conjunto de práticas coletivas e/ou comunitárias que floresceram na década de 1990 como forma de resistência econômica dos trabalhadores diante da reestruturação produtiva do capitalismo e do modelo de regulação neoliberal. No entanto – e, à parte a questão do cooperativismo já ter estado *ou não* no centro das várias outras ações de movimentos sociais como o MST, por exemplo –, não se pode negar que é como alternativa ao desemprego que a “economia solidária” ganhou espaço na agenda política do governo federal.

A relação entre “autogestão dos trabalhadores” e desemprego é algo enfatizado pelo próprio Singer, e desde antes da criação da política pública nacional de economia solidária (SINGER, 1999; 2000; 2000a). Essa política vem sendo implementada por meio da SENAES, secretaria criada no âmbito do MTE em 2003, quer dizer, na primeira gestão do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República. Singer exerce a direção da secretaria desde a sua criação.

Mesmo a “economia solidária” é hoje um conceito bastante heterogêneo. Com essa afirmação, não reproduzimos a reificação da teoria em relação à prática, mas consideramos os casos em que o significado desta expressão emerge da relação entre o sentido que os próprios trabalhadores dão às suas ações e o sentido que alguns pesquisadores parecem tentar imprimir nelas. Desta forma, a história do capitalismo pode aparecer apenas como um pano de fundo em maior ou menor grau descolado dos sujeitos que a constroem. Nesse sentido, a “economia solidária” pode emergir como uma ficção, ainda que levemente “inspirada em fatos reais”.

Isto é, a “economia solidária” é *também* o trabalho intelectual de pesquisadores das mais diferentes filiações teóricas. O sentido que os cooperados dão as suas práticas cotidianas se torna conhecido *também* pelas lentes desses teóricos. E é possível que volte reelaborado para os cooperados por meio de atividades de formação para o cooperativismo fomentadas desde a década de 1990 e à cargo de várias instituições, inclusive universidades públicas. Além de outras atividades, por exemplo, as reuniões regionais e nacionais articuladas pelo FBES desde 2001. Tanto que seria possível, por exemplo, empreender um estudo com foco somente na influência de algumas teses de Singer e de outros teóricos da economia solidária sobre a *Carta*

de *Princípios da Economia Solidária*, publicada em 2003¹. Mas esse não está entre os objetivos desta pesquisa.

Ao abordarmos a economia solidária conceitualmente, vários limites nos são impostos. Até porque não pressupomos que os trabalhadores hoje envolvidos em atividades definidas sob esta expressão sejam sujeitos que recebem passivamente o conhecimento produzido nas universidades, entre outras instituições. Nem pressupomos que absolutamente todos os que hoje se definem como trabalhadores da economia solidária nunca tenham estabelecido um vínculo com lutas de movimentos sociais ou sindicais. Também não negamos a possibilidade de que esses trabalhadores venham a se articular no futuro como um movimento social independente da estrutura da SENAES².

Não negamos que o trabalho cooperado seja uma construção cotidiana de trabalhadores, organizados em movimentos sociais ou não. O cooperativismo e o associativismo não são só uma construção ideológica de Paul Singer, entre outros teóricos. Desta forma, não é impossível que os sujeitos que os praticam venham a superar qualquer um daqueles que hoje os teorizam, inclusive usando o cooperativismo e o associativismos como um dos *instrumentos* na luta de classes pela superação do capitalismo.

Além disso, ao abordarmos a economia solidária sob a perspectiva de Singer, em segundo plano deixamos estudos de outros pesquisadores latino-americanos que se dedicam ao tema sob uma perspectiva marxista e que, inclusive, partem da complexa relação entre os países de capitalismo desenvolvido e de capitalismo tardio. Mas nossa escolha não foi feita ao acaso. Ela se justifica principalmente pela posição política que Singer veio a alcançar dentro do governo do PT desde sua ascensão à Presidência da República, posição alcançada mediante a defesa da economia solidária como forma “não capitalista” de superação do desemprego e da precarização do trabalho (SINGER, 1999; 2004).

¹ A relação com a conceituação de Singer já começa no primeiro parágrafo: “A Economia Solidária ressurgiu hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza” (CARTA DE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003, grifos nossos). Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/>>, consultado em 29/03/2015.

² Até mesmo porque é uma secretaria ameaçada de extinção na recente gestão do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República. Contrária à extinção da SENAES e à demissão de Paul Singer do cargo de secretário de economia solidária (ocupado por ele desde a criação da secretaria em 2003), observa-se a articulação de instituições empenhadas na manutenção da política pública. Essa articulação foi realizada no âmbito do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em janeiro de 2016. Aqui a notícia trata da possível exoneração de Singer: <<http://cirandas.net/sudeste/noticias-da-economia-solidaria-na-regiao?npage=4>>. Aqui, da possível extinção da SENAES: <<http://www.cefuria.org.br/2016/01/27/com-ameaca-de-extincao-da-senaes-organizacoes-lancam-carta-em-defesa-da-politica-nacional-de-economia-solidaria/>>

No entanto, outro limite que nos foi imposto, ao observarmos a economia solidária como um conceito de Singer e com foco em textos produzidos pelo autor entre 1987 e 2002, é que não nos aprofundamos na relação entre a economia solidária – como política pública – com as diretrizes políticas mais gerais adotadas pelo PT desde 2003. Em especial, com a ideologia petista mediante a qual se defende ser possível estabelecer uma “política de conciliação de classes”, alvo de algumas das principais críticas de certas correntes de esquerda marxista no país. No entanto, ao tentarmos elucidar o caminho teórico que um de seus intelectuais aponta para o socialismo, fica mais ou menos evidente um anseio de “conciliação de classes” que se impõe como obstáculo às lutas da classe trabalhadora, ainda que por reformas no capitalismo.

Para enfatizar o conteúdo político do conceito de economia solidária aplicado ao trabalho cooperado e em relação às perspectivas de superação do capitalismo, optamos por abordar a conceituação de Singer em sua relação com a categoria *lutas de classes*. Ainda que este autor seja crítico do marxismo e pretenda “ressignificar” o socialismo a partir do que define como “um retorno” aos socialistas utópicos, o que essencialmente significa uma negação da historicidade do capitalismo.

Enfatizamos que compreender a sociedade por meio da categoria *luta de classes* implica abordar a sociedade capitalista a partir do antagonismo e da subordinação do trabalho ao capital, por conseguinte, em seu vínculo essencial com a divisão social do trabalho tal como foi historicamente estabelecida. O que deve pressupor o trabalho como *atividade humana*, ou seja, relacionada à forma como a humanidade se reproduz historicamente, mas também com a forma como se constitui a própria humanidade. Implica, portanto, reconhecer que a maneira como o trabalho é organizado em âmbito de uma coletividade histórica mantém estreito vínculo com todo um intrincado conjunto de relações sociais e instituições. Implica reconhecer que a classe social não é meramente um sujeito econômico e que economia e política não são esferas da realidade reificadas entre si.

Além disso, a noção de classe é indissociável da distinção entre reforma e revolução. Em Singer, essa distinção é amplamente negada, como na socialdemocracia: a reforma é a revolução. Na base desse posicionamento está a rejeição da categoria da totalidade e da abordagem dialética para a compreensão das lutas de classes na sociedade capitalista. No entanto, ao partirmos da categoria da totalidade não pretendemos nos limitar: a) a estabelecer um confronto entre o individualismo de Paul Singer e a categoria da totalidade, de maneira que o máximo que se consiga demonstrar é que ele não é marxista, embora ele use termos que historicamente também servem para designar categorias marxistas; b) a tentar responder se a

economia solidária *em si mesma* pode superar o capitalismo. Já partimos de um entendimento de que não pode.

No segundo capítulo são feitos apontamentos de cunho teórico-metodológico a respeito da luta de classes como categoria marxista. É trazida uma revisão bibliográfica que toca em pontos específicos sobre a luta de classes como uma categoria de análise da realidade que não pode ser congelada no tempo e no espaço, sob pena de ser esvaziada de seu conteúdo político. A partir disso, fica evidente a dicotomia entre a perspectiva marxista e a perspectiva de Singer sobre a divisão da sociedade em classes sociais. E, desta forma, é possível compreender porque Singer diz que a economia solidária é a via de instituição do socialismo, ao mesmo tempo em que rechaça a ação política organizada/unificada por parte da classe trabalhadora.

No terceiro capítulo é discutida a questão dos Estados nacionais em relação à hegemonia do capital e, com isso, é enfatizado o caráter de classe do Estado. Em seguida, abordamos a distinção de algumas vias de instituição do capitalismo, de maneira que são evidenciadas algumas especificidades da instituição da sociedade de classes no Brasil, como país latino-americano. Desta forma, podemos compreender porque para Singer uma luta emancipatória da classe trabalhadora não passa pela questão do poder estatal, e de que maneira a autogestão é por ele tomada exclusivamente em seu sentido estrito. Assim, foi possível concluir que seu discurso político pode servir à deslegitimação das lutas da classe trabalhadora. Inclusive, como ex-sindicalista, professor universitário autodenominado socialista e atual secretário nacional de economia solidária, ele pretende falar àqueles que anseiam por uma transformação radical da sociedade.

Além de buscar desvendar uma parte importante do caminho teórico trilhado por Singer e que o conduziu à defesa da economia solidária como via de “superação” do capitalismo, nossa intenção é favorecer a compreensão – dentro de uma perspectiva revolucionária – dos principais limites de práticas cooperativistas e associativistas no atual momento das lutas de classes: enquanto o *capital* tem renovado algumas de suas formas de exploração/dominação, e os instrumentos tradicionais de luta do *trabalho* revelam a necessidade de também serem repensados.

Reafirmamos que nossa escolha em abordar a economia solidária em relação à categoria “lutas de classes” não tem por fim negar a importância do cooperativismo e do associativismo para a melhoria das relações interpessoais dos trabalhadores ou para o aprimoramento de suas capacidades individuais, entre outros fatores positivos do ponto de vista da transformação radical/estrutural da sociedade. Mas, essa escolha fortaleceu nossa compreensão de que sem um

projeto de sociedade alternativo – o que inclui uma reflexão sobre o papel do Estado na dominação do capital sobre o trabalho, por exemplo – e sem uma ação política unificada e organizada no sentido do socialismo, o cooperativismo tende a ser incorporado no projeto das classes hegemônicas, favorecendo práticas regressivas com relação aos direitos trabalhistas historicamente conquistados, favorecendo a acentuação da exploração do trabalho pelo capital em nossa época histórica.

1. REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO X “OUTRA ECONOMIA” SOB O CAPITALISMO.

1.1. Três vertentes do debate sobre a economia solidária.

As discussões teóricas sobre uma “economia alternativa” à economia de mercado ganharam força mundialmente na esteira das transformações do capitalismo após a década de 1970, principalmente do desmonte do Estado de Bem-Estar nos países centrais. Por conseguinte, num movimento que acompanhou a hegemonia das políticas neoliberais e a reestruturação produtiva, ambas vinculadas à financeirização e globalização da economia. Além disso, houve o colapso do socialismo realmente existente³, sob o qual muitos passaram a justificar o enterro de suas esperanças de transformação radical da ordem vigente, refletindo sobre formas de “humanizar” o capitalismo ou de “superá-lo” sem uma revolução política.

A noção de “economia solidária” surgiu enquanto ocorria uma redefinição do papel do Estado na implementação de políticas públicas, diante da defesa neoliberal de um *Estado mínimo* (mínimo em relação aos direitos sociais dos trabalhadores). As iniciativas se proliferaram também por meio do crescimento do desemprego estrutural, da precarização do

³ Sobre a implosão do sistema soviético em 1991 e sua relação com a emergência do *consenso neoliberal*, sob a aparência de um *consenso ideológico “racional” dominante*: “Mas mesmo esse acontecimento [implosão da URSS] exige explicações adicionais, não podendo ser usado como a ‘causa original’ do recuo político dolorosamente óbvio da esquerda, tanto no Leste quanto no Ocidente. Esse tipo de explicação, caracterizado pela inversão das relações causais, hoje é frequentemente apresentado nas discussões ideológicas, representando uma tentativa ilegítima de justificar a virada completa daqueles que antes não apenas se afirmavam socialistas (ou ‘socialistas realmente existentes’), mas até concediam-se o mandato de juízes inquestionáveis das credenciais de outros na esquerda” (MÉSZÁROS, 2004, p. 14). O que significa que a emergência desse consenso neoliberal não pode ser explicado só em termos de conversões pessoais e nem por meio da minimização dos colapsos institucionais, a guinada à direita envolveu partidos de centro-esquerda e de esquerda, ou seja, trata-se de uma “tendência geral dos acontecimentos históricos” (Id., Ibid., pp. 14), relacionada com a crise estrutural do sistema do capital que se manifesta desde a década de 1970.

trabalho e do aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais. Desde então ela tem sido apontada como “uma outra economia” que acompanha o desenvolvimento do modo de produção capitalista desde a sua gênese, mas que “ressurgiu” em várias partes do mundo entre fins da década de 1980 e 1990.

Enquanto conceito, o termo economia solidária elabora-se, portanto, no início dos anos 90 na França, fruto sobretudo das pesquisas desenvolvidas no *Crida* em Paris (*Centre de Recherche et d'Information sur la Démocratie et l'Autonomie*), sob a coordenação de Jean Louis Laville, visando exatamente dar conta da emergência e do desenvolvimento do fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas, as chamadas iniciativas locais na Europa. Elas assumem, na maioria dos casos, a forma associativa e buscam responder certas problemáticas locais específicas... (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004, p.107).

As formulações sobre “uma outra economia” ou uma “economia solidária” constituem um campo teórico bastante heterogêneo, terreno de disputas e em permanente construção. Em outros países da América Latina⁴ o que se entende como *economia solidária* também é chamado de *economia popular*; na Europa predomina a denominação *economia social*; nos Estados Unidos iniciativas semelhantes são analisadas no âmbito das abordagens que pressupõem a existência de um “*terceiro setor*”, ou seja, um setor da economia que de acordo com determinados estudiosos não seria público/estatal e nem privado, no qual estariam situadas as chamadas “organizações não governamentais – ONGs”.

Na opinião de França Filho (2002), a compreensão precisa desses termos implica considerar o discurso específico elaborado em torno de cada um, conforme seu contexto ou lugar histórico. Para o autor, em comum todos estariam fazendo alusão a um espaço de sociedade “intermediário entre o Estado e o mercado”, como um espaço de produção e distribuição da riqueza alternativo.

A economia solidária também é um heterogêneo campo de práticas sociais. No Brasil abarca um vasto conjunto de atividades relacionadas à produção, à circulação e ao consumo de *mercadorias*. Como princípio, por meio da formação de grupos de trabalhadores organizados sob os preceitos da *autogestão* e da *solidariedade*. São desde grupos informais de artesanato até grandes fábricas recuperadas, cooperativas urbanas e de agricultura familiar, entre vários outros tipos de empreendimentos. Conforme a definição adotada pelo MTE, ela é “o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito –

⁴ A polêmica em torno de um nome para designar as iniciativas de uma “economia alternativa”, por princípio fundamentadas “na solidariedade e no associativismo” na América Latina é explicitada em Guerra (2007).

organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (MTE, 2006, p.11).

Para além dos autores que aqui abordaremos e para além dos “critérios de classificação” adotados para distingui-los, é necessário enfatizar que na América Latina existem muitos outros teóricos envolvidos na conceituação de práticas semelhantes às que Singer define como “economia solidária”. Quijano (2008), por exemplo, estuda as relações de “reciprocidade” em determinadas comunidades como parte de sua crítica ao *eurocentrismo*. Seu interesse é sobre “los modos de producción de conocimiento no-eurocéntrico” (Id., Ibid., p. 13). Abordaremos brevemente um texto em que Quijano⁵ aponta que o recente interesse pelas práticas definidas como de “economia solidária” é compartilhado por uma parte da esquerda na América Latina, por ele chamada de “social-liberalismo”. Esta é definida como uma corrente que traz uma tentativa de reelaboração do conceito de política.

A economia solidária é entendida por Quijano como um heterogêneo universo de práticas sociais que constitui uma das expressões vitais do contraditório movimento da sociedade atual. Assim, é atravessada tanto por tendências inerentes ao capitalismo global, quanto pela perspectiva dos dominados, por isso seu caráter é historicamente ambíguo e politicamente contraditório (Id., Ibid., p. 12). Por conseguinte, em contraste com o “social-liberalismo”, o sociólogo peruano acredita que para além de formas fragmentárias, não poderá existir uma “economia alternativa” sem uma estrutura de autoridade alternativa a qualquer das variantes do Estado capitalista.

Essa crítica poderia ter sido feita tomando como exemplo o posicionamento de Singer. O último pensa a “eliminação da hierarquia” do capitalismo com foco no interior das unidades de produção, e desconsidera o papel do Estado na manutenção da relação hierárquica entre capital e trabalho. Na verdade, coloca-se como “socialista” com relação às formas de gerenciar o trabalho; e se posiciona ao lado da visão neoliberal sobre o Estado e seu papel no ordenamento econômico e social.

⁵ Baseado no *determinismo econômico*, o sociólogo peruano entende que: enquanto no liberalismo a economia é a instância primeira na vida social, como a instância *natural* dessa vida; no “materialismo histórico” a economia é o fundamento material que não só dá sustento, como também *determina* a origem do conjunto da existência social. A economia seria um dado “natural” em ambas as “doutrinas” porque “não se constitui da vontade e nem da consciência”. A diferença seria que no “materialismo histórico” a consciência social não produz a existência social, mas serve para muda-la por meio das lutas entre as classes sociais. Mas, como “versão eurocêntrica da herança de Marx”, viria desconsiderar que, sob a atual estrutura de poder, a sociedade se move em várias direções, ainda que debaixo da “hegemonia” dos que controlam o poder em sua globalidade, cada uma dessas direções implicando um modo diverso de existência social (QUIJANO, 2008, pp. 13-15).

A crítica de Quijano tem por fim combater a ideia de que junto com uma “outra economia” emerge também uma “outra política”. Com essa emergência, ética e política – tidas como dois campos separados por parte do “social-liberalismo” – tornam-se conciliáveis. O peruano lembra ainda que essa “outra política” *não* é vista como parte de um *movimento social real* destinado à radical transformação das relações de poder onde “ética” e “política” estão implicadas (Id, Ibid., p. 12).

Holloway (2013) não é um autor diretamente vinculado à questão da economia solidária, no entanto, retomamos sua perspectiva de superação do capitalismo porque ele explicita a oposição entre lutas desde o alto e lutas desde baixo. Um exemplo do que hoje se define como “outra política” é explicitado em Holloway (2013, p. 45): “a ênfase nos valores nos ajuda a entender que a força desta ‘outra política’ está na superação da distinção entre ética e política. A distinção maquiavélica entre meios e fins, que é tão característica da concepção leninista da política, é abandonada”. Sob essa perspectiva, a distinção entre reforma e revolução não faz sentido, e essa “nova política” não pressupõe qualquer ação política organizada em torno de um fim, no máximo se reflete sobre uma melhoria das relações interpessoais sob o capitalismo.

O capital é visto, quase unilateralmente, como um poder subjetivo, praticamente “difuso” na sociedade capitalista. Seria um conjunto de valores fundado nas “relações mercantilizadas e monetizadas do capitalismo” (HOLLOWAY, 2013, p. 15) que pode ser rejeitado individualmente ou por meio de coletivos específicos. O que ele coloca é “a centralidade da qualidade das relações sociais (camaradagem, em outras palavras)” em lugar do “objetivo instrumental de tomar o poder”. Assim, o autor entende que é possível a criação de “relações sociais incompatíveis com o capitalismo” (Id., Ibid., p. 44).

A criação de relações baseadas no reconhecimento e respeito mútuos está no núcleo da “outra política” que o movimento zapatista e tantos outros movimentos no mundo afora estão lutando para desenvolver. A “outra política” significa tratar nós mesmos e os outros como fazedoras, como sujeitos ao invés de objetos, e encontrar formas apropriadas de organização para expressar isto. Em um mundo que constantemente nega a nossa dignidade isto inevitavelmente significa um processo sempre renovado de formas organizacionais (HOLLOWAY, 2013, p. 42).

Essas “formas organizacionais” *por si sós* rejeitariam o capitalismo ao serem fundadas sob pressupostos diversos da hierarquia e da busca pela eficiência que marcam as organizações capitalistas, por meio da “promoção da participação ativa, da democracia direta e da camaradagem” (Id., Ibid., p. 43). Por isso, ele compara e contrapõe os conselhos e partidos

políticos, rejeitando os últimos como “a política do monólogo” (Id., Ibid., p. 60). Assim, a abolição do Estado é pensada em termos de “criação de formas não-estatais de organização (comunal ou conselhistas) fora do Estado”. O maior exemplo seria o movimento zapatista no México⁶ (Id., Ibid., p. 62).

Desta forma, as formulações de Singer sobre economia solidária integram um grande emaranhado teórico que extrapola as fronteiras nacionais e latino-americanas⁷. Laville e França Filho (2004), por exemplo, citam pesquisas oriundas de diferentes partes do mundo, principalmente inspiradas na atuação de “comunidades locais” diante das mazelas impostas pelo modo capitalista de produção em sua fase neoliberal. Mas, a emergência de “alternativas” à lógica mercantil estariam surgindo no interior de uma “sociedade civil mundial”, ou seja, como esfera de ação de atores transnacionais, *independentes* dos Estados e mercados, organizados em redes, movimentos sociais e demais organizações civis (LAVILLE, 2009, p. 12).

Holloway (2013, p. 61) opõe a ideia de uma alternativa “popular comunitária” à ideia de uma alternativa “nacional popular”, comparando a última ao governo de Evo Morales na Bolívia, entre outros. Defende um tipo de luta em que “a comunidade é o centro”, por isso não poderia ser definida como uma “luta nacional”. Há, portanto, a negação da unificação nacional da luta “da sociedade civil”, além da rejeição ao controle do aparelho estatal por parte dos sujeitos empenhados na transformação da sociedade. Da mesma forma, Singer (2004) propõe a transformação das “relações sociais de produção” no interior dos empreendimentos econômicos e/ou comunidades, com a manutenção do *capitalismo democrático* em âmbito nacional. O que igualmente significa a rejeição à unificação das fragmentadas lutas das classes subalternas, inclusive daquelas que não estão diretamente vinculadas ao cooperativismo.

Citaremos três vertentes principais de pensamento sobre a economia solidária como as mais influentes no país. O que nos interessa é a relação de cada uma delas com a categoria *lutas*

⁶ Conforme o autor, os zapatistas são armados e isso detém o avanço do Estado, mas ele acredita que sua força está mesmo é na criação de “outra forma de vida cotidiana” (2013, p. 56). Inclusive, através da rejeição a qualquer tipo de financiamento estatal para a manutenção de suas instituições, por exemplo, escolas e um sistema de saúde próprios. Mas, quanto a questão do financiamento estatal, Holloway diz que não há resposta pronta, que cada movimento decide e nem todos tomam uma “posição radical” como os zapatistas (2013, p. 59).

⁷ Singer está entre os pesquisadores agrupados em torno da RILESS - *Red latinoamericana de Investigadores de Economía Social y Solidaria*, coordenada pelo argentino José Luís Coraggio. Além destes, fazem parte da rede Jean-Louis Laville, Boaventura Souza Santos, Aníbal Quijano, entre outros. Ela foi criada a partir de uma parceria entre a Universidade Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, do Rio Grande do Sul – através da Cátedra UNESCO Trabalho e Sociedade Solidária – e a *Universidad Nacional de General Sarmiento/UNGS*, da Argentina. Desde 2007 a rede edita a *Revista Otra Economía*, dedicada ao tema da economia solidária na América Latina, sob a direção de Coraggio e Luís Inácio Gaiger. Fonte: <<http://revistas.unisinis.br/index.php/otraeconomia/index>>, consultado em abril de 2014.

de classes. Isso pode nos dar uma ideia de como é definida a economia solidária *em relação à perspectiva de transformação radical do capitalismo*. Com relação à primeira vertente, foi necessária uma atenção um pouco maior do que para com a terceira, porque é possível que ela tenha inspirado o uso do termo “economia solidária” por parte de Singer. Para facilitar a exposição, adotamos a seguinte denominação: 1) Economia solidária como “espaços públicos de proximidade”; 2) Economia solidária como “modo de produção”; 3) Economia solidária como “instrumento nas lutas de classes”.

1.1.1 Economia solidária como “espaços públicos de proximidade”.

A primeira vertente de pensamento sobre a economia solidária reúne pesquisadores que se inspiram primordialmente nas chamadas *iniciativas locais* da Europa, principalmente da França. Entre outros, são expoentes dessa perspectiva europeia no Brasil o francês Jean-Louis Laville. Ele foi um dos criadores do conceito de *economia social* na Europa, na década de 1990. Hoje faz parte de algumas redes de investigação sobre o tema no mundo e no Brasil tem escrito em parceria com Genauto Carvalho França Filho. Eles negam claramente não só a luta de classes, mas também a existência de uma divisão da sociedade em classes sociais antagônicas contemporaneamente. Não se intitulam socialistas e rejeitam a definição de Singer, de que a economia solidária é um “modo de produção”.

Por meio das *iniciativas locais* na Europa, “atores sociais” teriam passado a buscar soluções para seus problemas cotidianos logo após o início da “crise do Estado Keynesiano”. São apontadas iniciativas de desenvolvimento local e de criação de empregos, compreendendo uma gama variada de atividades: desde a criação de creches comunitárias e de associações solidárias de microcrédito, passando pela emergência de *clubes de trocas de produtos e saberes*; até o desenvolvimento comunitário de serviços domésticos, como jardinagem e bricolagem, entre vários outros tipos de atividades, por princípio realizadas “solidariamente” e “comunitariamente”, com ou sem o apoio financeiro do Estado (FRANÇA FILHO, 2002).

Sob essa perspectiva, a especificidade da economia solidária – entre tantas denominações para atividades comparáveis entre si no mundo – seria conter “uma afirmação da dimensão política em sua ação”. França Filho pensa a economia solidária como movimento de renovação da *economia social*. Sua diferença em relação às demais iniciativas de economia informal estaria no fato de que as últimas geralmente assumem a forma de “microprojetos individuais”. Ou seja, projetos que não apresentam articulação com uma “base local” específica

e/ou com um “saber ancestral”, consistindo assim num “simulacro precário das práticas mercantis oficiais” (Id., 2002, p. 16).

Relacionando a experiência francesa e brasileira, a economia solidária é primordialmente concebida como uma forma de organização comunitária combinada com a execução de papéis “solidários” antes (das décadas de 1980-90) delegados ao poder estatal, mais precisamente, a execução de certas políticas públicas e sociais:

Isto significa pensar que o tipo de solidariedade que se elabora nestas experiências se define, de um lado, nem tanto enquanto a solidariedade abstrata (estatal), pois trata-se de indivíduos engajando-se voluntariamente em projetos coletivos concretos, emanados do seio da sociedade civil, e não meros assistidos, gozando ou tendo acesso a direitos de modo passivo. Nem tampouco, trata-se, por outro lado, de uma forma típica de solidariedade tradicional (característica dos chamados grupos primários), pois a ação organizacional tende a não se fechar num pequeno grupo de beneficiários. A vocação de tais iniciativas, conforme sugerimos antes, parece ser a de combinar a dimensão pública da primeira com a força dos laços comunitários da segunda, resultando em dinâmicas comunitárias abertas à alteridade, ou que se projetam num espaço público, criando em alguns casos o que poderíamos chamar de *espaços públicos de proximidade...* (LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004, p. 20, grifos nossos).

Quando falam em “grupos primários”, os autores estão se referindo às principais influências teóricas desta vertente da economia solidária *a partir* da Europa. O uso em conjunto dos termos “economia” e “solidariedade” é entendido como um contrassenso, especialmente por alguns marxistas (GERMER, 2006). Mas, por meio dessa abordagem, o conceito maussiano de *dádiva/dom* dá um sentido específico ao termo “solidariedade”. Termo que estaria relacionado com uma noção particular de economia: a de *economia plural* polanyiana. Assim, são concebidas formas de relações sociais que (por princípio) se realizam através da *dádiva/dom* e não da troca mercantil.

Os autores dessa vertente geralmente deixam bem claras suas influências teóricas e facilitam ao leitor a compreensão de seus posicionamentos. Em sua delimitação conceitual da economia solidária tem sido importantes a influência do antropólogo e sociólogo francês Marcel Mauss (1872/1950). Sua principal referência é o livro *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, cuja primeira edição foi publicada na França em 1925. Fundamental tem sido também um livro do filósofo e historiador austríaco Karl Polanyi (1886/1964): *A grande transformação: origens da nossa época*. Ele foi publicado na Inglaterra em 1944, mesmo ano em que Hayek publicou *O Caminho da Servidão*.

A *Grande Transformação* carrega um consenso fundamentado nos anos de guerra, o de que o capitalismo deveria ser reformulado para proteger a humanidade dos efeitos nocivos da mercantilização do trabalho, da terra e mesmo do dinheiro. O que se revela, por exemplo, por intermédio de uma crítica ao mercado autorregulado (BRAGA, 2015a). Polanyi se baseou numa distinção entre *economia formal* e *economia substantiva*, como crítica aos economistas neoclássicos. Deste modo, veio a afirmar a existência de três polos de produção e distribuição da riqueza: *polo mercantil*, equivalente à economia de mercado; *polo não-mercantil*, relacionado à economia da redistribuição ou estatista e; *polo não-monetário*, que envolve a autoprodução, o voluntariado, o trabalho doméstico, etc. Essa divisão da economia em três polos sustenta seu conceito de “economia plural” sob o capitalismo (FRANÇA FILHO, 2002).

Para contrastar com Singer, França Filho diz que as experiências de economia solidária significam a “articulação inédita” entre os três polos acima citados, e não uma nova forma de economia que viria se acrescentar às formas dominantes no sentido de uma eventual substituição, assim: “este conceito de economia solidária nos aparece então como uma projeção ao nível micro-social deste conceito macro-social de economia plural” (Id., 2002, p. 146).

Mauss estudou a forma e a razão das trocas nas chamadas “sociedades arcaicas” em busca de conclusões para os problemas colocados por uma “crise do direito e da economia” na modernidade. Assim, tentou demonstrar que a *dádiva/dom* é um fato social elementar em todas as sociedades e períodos históricos. Teria concluído que nas “sociedades arcaicas” não havia uma “economia natural” – no sentido de que essas coletividades não realizavam a troca apenas para a satisfação de necessidades elementares e/ou mediante uma situação de escassez. Daí se entende que a *dádiva/dom* não pode ser compreendida sob a égide do mercado. Em Mauss, a *dádiva/dom* como “fenômeno social total” envolve todo um clã, por intermédio de seu chefe, e atravessa todas as esferas da prática nas sociedades analisadas, o que teria apontado a “ausência da autonomia da esfera econômica” nestas sociedades (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 1999).

Para além de Mauss, os principais fundamentos desta concepção estão no M.A.U.S.S. (*Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales*)⁸. A chamada “abordagem não

⁸ Como resultado da expansão do Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais, iniciado na França em 1981, também foi lançada uma versão ibero-latino-americana da revista do M.A.U.S.S.: “con el objetivo de constituirse en una frente antiutilitarista contra el pensamiento hegemónico que pone el interés mercantil e instrumental como razón y fin de la práctica humana. Esta frente antiutilitarista apoyase tradicionalmente en importantes escuelas del pensamiento como las de Marcel Mauss, Karl Polanyi, Georg Simmel y otros intelectuales famosos, valorando la crítica teórico a partir de categorías conceptuales como aquellas del don, de la democracia asociativista y participativa, de la economía plural, del reconocimiento y de la solidaridad mutua.” Conforme: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/> Consultado em 26/05/15. A publicação francesa está disponível online em: <http://www.journaldumauss.net/>

estruturalista” da obra de Mauss identifica a *dádiva/dom* como “um sistema aberto de reciprocidade”. É considerada diferente da abordagem tradicional (como em Lévi Strauss) por não enfatizar na *dádiva/dom* uma função relativamente rígida de troca. Antes, viria realçar no vínculo social o paradoxo entre a regra e a espontaneidade, a liberdade e a obrigação (MARTINS, 2008, p. 105-106).

A *dádiva/dom* consiste na “tripla obrigação do dar, receber e devolver” (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 1999. p. 154), daí se poderia apreender seu caráter ao mesmo tempo voluntário, aparentemente livre e gratuito, todavia coercitivo e interessado nas chamadas “sociedades arcaicas”. Nas sociedades contemporâneas, como forma híbrida de economia, a *dádiva* viria a conter uma “dimensão do *cálculo*” e também uma “dimensão *desinteressada*”:

... o que nos parece importante assinalar aqui é que a compreensão destas experiências de economia solidária passa pela necessidade de reconciliação de duas lógicas geralmente separadas e opostas: aquela do cálculo, ao mesmo tempo mercantil e administrativo, e aquela da sua recusa, aqui reciprocidade, ou ainda aquela do interesse e do desinteresse, para usar a classificação de Mauss. (Id., Ibid., p. 163).

Esses mesmos autores tentam estabelecer, a partir do conceito de *dádiva/dom*, uma diferenciação entre *valor de uso*, *valor de troca* e “*valor de relação*”, na qual o último é também denominado “laço”:

Os objetos doados, aceitos e devolvidos não ‘se trocam’ nem porque são úteis, nem em razão de sua equivalência monetária, mas porque significam simbolicamente a vontade de construir uma relação (*faire lien*). Enquanto, na relação mercantil, o bem conta mais do que a relação, na *dádiva*, a relação conta mais que o bem... (Id., Ibid., p. 159)

Em Holloway (2013, p. 43-44) a ênfase nos meios e não nos fins conduz também a ideia de que a “camaradagem”, um termo popularizado por meio das lutas socialistas, não é um “subproduto da luta”, mas a própria luta. O que ele afirma concluir a partir do relato de indivíduos que são ou foram membros de lutas sociais na América Latina nos últimos anos. Portanto, essa ideia de “camaradagem” tem o mesmo sentido que “solidariedade” aqui: não um meio para um fim, mas o próprio fim.

A *dádiva* é definida como *anti-utilitária*; *anti-acumuladora* e *anti-equivalente* ou *unilateral* – o que significa que no momento da doação não se exige algo de equivalente valor. É essa unilateralidade que marcaria sua diferença em relação à troca mercantil. Embora

unilateral, afirma-se que a dádiva não constitui uma série de atos unilaterais e descontínuos, e sim uma relação social que se mantém por meio de uma sequência durável estabelecida a partir da “obrigação livre” de retribuir a dádiva anteriormente recebida (Id., Ibid., p. 155).

Essa abordagem antropológica da economia solidária tem como objetivo estabelecer uma crítica “aos paradigmas dominantes em Ciências Sociais” através da crítica: a) ao “reducionismo economicista-mercantil”, segundo o qual a única forma de economia sob o capitalismo é a de mercado; b) ao “reducionismo utilitarista”, por meio do qual só seriam levados em conta os interesses utilitários das pessoas diretamente envolvidas nas experiências de economia solidária; c) ao “reducionismo metodológico”, “sob o qual não se deixam apreender estas experiências nas suas três dimensões”, isto é, política, econômica e social (Id., Ibid., p.152).

Neste discurso, as “três dimensões da economia solidária” não deixam de corresponder a três *esferas* (reificadas) de ação humana, ainda que inter-relacionadas. O único meio de abolir a separação e a relação hierárquica entre os âmbitos de ação social, econômico e político – e de questionar a predominância do econômico (em seu “polo mercantil”) – seria a dádiva: como prática cotidiana de coletividades específicas (locais) e como conceito geral/fundamental para a apreensão das relações sociais “em suas múltiplas dimensões” dentro e a partir destas coletividades. A rigor, a abolição da separação/hierarquização entre economia e demais esferas se dá num *plano ideal/típico*. É também neste plano que se dá a resolução da tensão entre as três economias definidas por Polanyi (1.mercantil; 2.estatal e; 3.*não-monetária*), o que significaria a convivência mais ou menos durável entre “as lógicas” do *cálculo* e do *desinteresse*. Entretanto, os autores argumentam:

De um ponto de vista prático, e não mais ideal/típico, as experiências concretas de economia solidária se definem mais através desta tensão neste ponto irreversível de imbricação destas duas lógicas (ou estas três economias), a ponto de ser difícil discernir qual das duas (ou das três) domina. (Id., Ibid., p.170).

Ou seja, na prática a economia solidária se define pela ambiguidade entre a “lógica do cálculo” e a “lógica do desinteresse”, tidas como conflitantes. Além disso, segundo Laville (*apud* FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 1999, p. 145), a economia solidária é “um elo solidário entre aqueles que saíram perdendo no jogo do mercado”. Mas, não há antagonismo e sim complementariedade entre as coletividades que compõem o *jogo* do mercado, mesmo que à custa de algumas divergências. Isso porque quem *joga* o faz sob determinadas regras que valem

para todos os jogadores. O que obviamente pressupõe a negação da luta de classes em termos marxistas sob os quais “lutar não é jogar” (BRAGA, 2015, p.160).

França Filho (2002) aponta a novidade de seu discurso em relação às formulações de Laville, para quem a economia solidária é singular porque consiste numa hibridação da economia ao articular diferentes lógicas e racionalidades em sua ação. Acrescenta que a economia solidária é específica também por seu aspecto de “construção conjunta da oferta e da demanda” (Id., Ibid., p.14). Uma construção que se daria por meio de formas de solidariedade alusivas à “iniciativa cidadã”. As últimas são assim chamadas por sua oposição às “formas de solidariedade praticadas pelo Estado” (diferente da noção de *direitos sociais*), e dariam origem à um “espaço público de proximidade” no qual:

... a oferta ou os serviços prestados através das iniciativas vinculam-se exclusivamente às necessidades ou demandas reais vividas localmente pelas populações. Portanto, o motor da geração de atividades econômicas ou da criação de oferta não é a lógica de rentabilidade do capital investido na ação, mas o desejo de atendimento das reais necessidades/demandas exprimidas pelos grupos locais. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 14).

Essa abordagem não questiona o capitalismo em sua totalidade, mas demonstra um anseio em mudar *as relações sociais* no interior de determinados grupos por meio de um questionamento a “lógica mercantil” do capitalismo. Laville e França Filho escreveram em coautoria alguns textos, entre os quais destacamos *Economia Solidária: uma abordagem internacional*, publicado em 2004. Para eles, um olhar sobre as iniciativas de economia solidária por meio da “luta de classes” significa ver a sociedade sob uma “perspectiva anacrônica”:

Enquanto fenômeno, a emergência atual de uma economia solidária na Europa encontra-se, como vimos, intimamente ligada à problemática de uma exclusão social crescente, que se define cada vez mais enquanto questão urbana, num contexto atual, que remonta já há mais de vinte anos, de crise do Estado-providência. [...] A esse respeito, não nos parece desnecessário lembrar que, classicamente, a sociologia definiu a questão social, na modernidade, sobretudo, em termos da exploração que ocorre no local de trabalho, fruto de um processo de dominação de uma classe social sobre outra. Tal representação parece sofrer algumas mudanças no cenário do chamado novo capitalismo que se gesta a partir dos anos 80. A chamada questão social que se vive nos países do capitalismo parece definir-se menos em termos de exploração no interior do trabalho e mais em termos de exclusão dos espaços de trabalho. Isso conduz a uma nova representação do conflito social fundamental, que passa a ser definido menos em termos de dominação (de uma classe sobre a outra, por exemplo) no local de trabalho e mais em termos de segregação ou de discriminação nos espaços da cidade, o que tem levado alguns sociólogos mais

recentemente a representa-lo não mais em termos de luta de classes, mas em termos de luta por lugares dos indivíduos na sociedade [...]. A realidade de uma economia solidária e sua problemática vêm, assim, posicionar-se num contexto de falência dos mecanismos de regulação econômico-políticos da sociedade. Estes foram fundados historicamente em torno de duas esferas principais de organização – o Estado e o mercado, encontrando no trabalho, no sentido moderno do termo, ou seja, na relação assalariada, sua estruturação fundamental. Neste sentido, torna-se coerente propor a leitura do contexto atual de uma economia solidária em termos de crise do trabalho, ou melhor, em termos dos limites da chamada sociedade salarial, para retomar o diagnóstico sociológico de R. Castel (1995)” (LAVILLE, FRANÇA FILHO, 2004, pp. 110-111, grifos nossos).

Reproduzimos esta longa citação porque ela possibilita ver com clareza como os autores se posicionam a respeito da noção de luta de classes, muito diferente de Singer que normalmente é bastante ambíguo. Para o último, a falência não é exatamente dos “mecanismos econômico-políticos da sociedade”, mas dos mecanismos tradicionais de luta da classe trabalhadora (*Seções 2.5; 3.3*). Sob o pressuposto de que há uma “crise no trabalho” contemporaneamente, os autores da vertente europeia defendem que as concepções de “classe” e de “exploração do trabalho” não são mais adequadas para se pensar a sociedade capitalista. Seria necessário então pensar em termos de “exclusão social” dos indivíduos.

Laville (2009), um dos principais teóricos da economia solidária em âmbito mundial, inicialmente apoiado em estudos sobre as referidas “iniciativas locais” que cresceram em meio ao advento do neoliberalismo na Europa, viu a economia solidária como um *processo de hibridação da economia capitalista* engendrado pela “falência dos mecanismos de regulação econômico-políticos da sociedade” após os *Trinta Gloriosos* anos compreendidos entre 1945 e 1975, nos países centrais. A hibridação consiste numa “outra forma de fazer a economia”, forma essa desenvolvida a partir do conjunto de iniciativas econômicas e políticas paralelas à economia de mercado e cujo núcleo consiste – tal como em Singer (2004) – no trabalho cooperado ou associado.

Laville apresenta sua concepção a respeito do surgimento dessas iniciativas como um “movimento internacional” a partir da “contestação autogestionária”. De acordo com ele, as raízes dessa contestação remontam aos socialistas utópicos, mas ela retomou fôlego ao se alimentar da efervescência social do fim da década de 1960. Com origem no que chama de “crise de valores” que teria afetado o modelo de crescimento dos *Trinta Gloriosos*, *os coletivos voluntários* – formados por estudantes, operários, etc. – teriam se constituído como instrumento de luta por direitos políticos e contra a “expropriação cultural e simbólica”, sobretudo, ao darem origem ao debate sobre a organização científica do trabalho (LAVILLE, 2009).

A singularidade dos movimentos sociais que emergiram em 1968, como os movimentos antiautoritários e ecológicos, residiria no fato de que: “não estão centrados na repartição das riquezas e não abordam as relações sociais “somente a partir da pertença a uma classe. Orientam-se no sentido de reivindicações mais qualitativas de direitos políticos de participação no poder...” (LAVILLE, 2009, p. 9). Após a crise econômica da década de 1980, em lugar dos antigos “coletivos voluntários”, mas a partir de sua influência, teriam surgido “híbridos de inspiração autogestionária e da luta contra o empobrecimento” que hoje atuam na construção de uma “economia alternativa” (Id., Ibid., p.12).

Em especial no contexto latino-americano, caracterizado pelo grande contingente de trabalhadores informais, pelo recente passado de regimes ditatoriais e de crises da dívida externa, a economia solidária seria uma “resposta popular” à situação econômica e política. Resposta articulada por meio da “solidariedade democrática”, que Laville opõe à “solidariedade filantrópica”. Esta é definida como uma dádiva sem retribuição que aprisiona seus destinatários na condição de inferioridade, enquanto a primeira reivindicaria uma reciprocidade voluntária entre cidadãos livres e iguais (Id., Ibid.). É importante salientar que aqui os *direitos sociais* são considerados uma forma de “solidariedade filantrópica” praticada pelo Estado.

Afirma-se que a “solidariedade democrática” é projetada para um espaço público comunitário na elaboração de atividades econômicas, e se pressupõe a combinação entre “uma dinâmica comunitária” e “uma dinâmica pública”. Sendo assim, a “sociedade civil” se encarrega de atividades anteriormente relegadas ao Estado, por exemplo, atividades relacionadas à educação, cultura, meio ambiente, etc. Mesmo em se tratando de cooperativas de produção, cuja “dimensão pública” seria dada pela geração de postos de trabalho, os autores creem que a ênfase é posta numa “dimensão sociopolítica” e não numa “dimensão socioeconômica” das experiências (LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004, p. 18).

1.1.2. Economia solidária como “modo de produção”.

Algumas seções desta pesquisa favorecem a compreensão do *modo de produção capitalista* de acordo com uma perspectiva marxista (Seções 2.1; 2.2; 3.1). Diferente da formulação de Singer, para quem “um modo de produção é uma forma específica de organizar a atividade produtiva e de repartir o resultado entre os participantes” apenas (SINGER, 1998, p. 137); por meio da conjugação das abordagens de Marx, Engels, Gramsci e Mészáros: o modo de produção capitalista é um modo de produzir/reproduzir a existência material e subjetiva da

sociedade como um todo organicamente articulado, e não como um conjunto de fragmentos. Sua emergência não pode ser desvinculada do processo de consolidação da hegemonia burguesa e da manutenção das relações de subalternidade. Algo que corresponde à desagregação das classes populares na sociedade civil, enquanto por meio do Estado as classes hegemônicas estabelecem sua “união”, projetando sua *visão de mundo particular* para o conjunto da sociedade.

O modo de produção capitalista funda-se sobre a separação, oposição e subordinação do trabalho ao capital. Essa é sua essência sejam quais forem as personificações do capital e do trabalho historicamente. É uma *totalidade*, e não um modo de produzir que só existe dentro das empresas capitalistas. Foi instituído mediante as lutas de classes e só poderia sucumbir por meio das lutas de classes. Por meio dessas lutas, o modo de produção capitalista já pôde ser substituído por modo um pouco diferente de produzir/reproduzir a riqueza em sociedade – no caso da URSS, através da estatização dos meios de produção e da planificação da economia, mas sem a eliminação da estrutura hierárquica de comando do capital que se expressa na figura do Estado e na manutenção da divisão social do trabalho herdada – sem que isso significasse a superação do *sistema sociometabólico do capital*⁹.

A economia solidária como “modo de produção” em Singer é um tema presente nas próximas seções, em especial 2.4 e 2.5. A discussão que propomos neste tópico tem por fim apresentar sua definição de “modo de produção” e mostrar que o autor mais converge do que diverge da primeira vertente de pensamento sobre a economia solidária, especialmente no que tange à perspectiva de transformação revolucionária da sociedade capitalista. No entanto, algumas diferenças pontuais são observáveis. Elas começam pelo sentido que Singer conferiu ao vínculo entre cooperativismo e socialismo utópico, o último praticamente “transplantado” do século XIX para o momento atual do capitalismo, justamente como a via contemporânea de instituição do socialismo.

Com base em uma leitura polanyiana de Owen, Singer também se refere à economia solidária como um modo de agir no espaço público, mas que combina a *dinâmica comunitária* com a *produção industrial*. Ele afirma que: “A economia solidária foi concebida pelos ‘utópicos’ como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social” (SINGER, 2004, p. 115). É nessa premissa que se assentaram suas perspectivas sobre a economia solidária como estratégia de desenvolvimento

⁹ As indicações bibliográficas completas estão contidas nas referidas seções 2.1; 2.2; 3.1.

endógeno, independente do aumento ou da diminuição dos níveis de desemprego, bem como suas perspectivas de integração dos vários empreendimentos em um setor produtivo.

A economia solidária “foi concebida pelos utópicos para ser uma alternativa superior [ao capitalismo] por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras e consumidoras etc., uma *vida melhor*” (Id., *Ibid.*, p. 114, grifos do autor). “Vida melhor” aqui significa a transformação das relações interpessoais por meio da substituição do individualismo e da heterogestão por relações interpessoais “solidárias” e “democráticas” no interior das cooperativas. Para o autor, a “essência do socialismo” consiste justamente na transformação disso que ele entende como “relações sociais de produção”.

Trata-se duma concepção de socialismo que dominou a infância e a adolescência do movimento operário europeu e que nunca desapareceu inteiramente, mas foi ofuscada pela perspectiva da ‘tomada do poder’ seja pelo voto, após a conquista do sufrágio universal, seja pela força, após a longa séria de revoluções armadas vitoriosas, inauguradas pelo Outubro soviético. É a concepção de que *é possível criar um novo ser humano a partir de um meio social* em que cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros mas serão *formas racionais de comportamento em função de regras de convívio* que produzem e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral das perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros (SINGER, 2004, p. 116, grifos nossos).

Como os autores da primeira vertente, Holloway (2013) opera uma rígida cisão entre *político, social e econômico*, da mesma forma que Singer (1988; 2004) e, com isso, todos eles tornam possível a negação da ação política organizada por parte dos trabalhadores. Seria o trabalho cooperado o meio de relacionar essas três dimensões reificadas da realidade, algo possível apenas no “âmbito particular” da sociedade civil. A diferença entre as abordagens de Singer e de Holloway em relação à vertente europeia consiste apenas na “previsão” de superação do capitalismo como modo de produção, ainda que num futuro longínquo.

A diferença de Holloway (2013, p. 43-44) em conjunto com os autores da perspectiva europeia em relação a Singer está no fato de que os primeiros negam abertamente a separação entre meios e fins, enquanto o último coloca a economia solidária como estratégia de edificação do socialismo hoje. Ele opera o retorno a uma concepção de socialismo superada pelo marxismo pouco tempo depois que emergiu. De modo geral, porque esteve vinculada a uma forma rudimentar da luta de classes e a um momento específico de desenvolvimento do capitalismo (MARX; ENGELS, 2010, p. 66).

No entanto, antes de falar em “economia solidária” e de relacioná-la com o socialismo utópico, Singer (1982) já tentava “redefinir conceitualmente” o que “deve ser” o socialismo mediante a negação do socialismo realmente existente, ainda que não se possa afirmar que o autor realmente se preocupou em estabelecer uma crítica bem fundamentada em nenhum dos textos selecionados nesta pesquisa. Ou seja, é pressuposta a inferioridade do socialismo realmente existente em relação ao capitalismo nos países centrais, quase como algo auto evidente.

A abordagem de Singer não resume a economia solidária a um processo de “hibridação da economia capitalista”. Por meio do conceito de “formações sociais” que ele utiliza, *aparentemente* o capitalismo sempre foi uma economia híbrida (SINGER, 1998, p. 137). Um “modo socialista de produção” há séculos estaria convivendo com um “modo capitalista de produção”, assim como uma “revolução social socialista” estaria em curso como uma revolução paralela à “revolução social capitalista”.

O que sustenta essa premissa é a cisão entre revolução social e revolução política e a negação da última. A existência hoje de uma “revolução social socialista” é presumida do que o autor entende como “instituições socialistas” ou “implantes socialistas no capitalismo”, que é como ele define os sindicatos, o sufrágio universal, as leis trabalhistas, a seguridade social e o cooperativismo (Id., *Ibid.*, p. 10). Por conseguinte, não é com relação à negação da ideia de uma “economia capitalista híbrida” que se revela a especificidade de Singer em relação aos autores abordados anteriormente.

O que diferencia realmente uma e outra vertente talvez seja a mera insistência, por parte de Singer, no uso do termo que também serve para designar a categoria marxista *modo de produção*. No prefácio do livro de França Filho e Laville (2004), ele define esta como sua “influência marxista”:

No Brasil, a teorização sobre a economia solidária apresenta uma clara inspiração marxista. De minha parte, tenho procurado mostrar que o capitalismo é o modo de produção dominante mas que está longe de abranger a totalidade das economias contemporâneas. Ao seu lado, existe a produção simples de mercadorias (unidades autônomas de produção, individuais ou familiares), a economia pública (formada por empreendimentos estatais que prestam serviços ou fornecem bens, sem cobrar preços de mercado por eles), a economia doméstica (constituída pelas atividades produtivas e distributivas realizadas nos domicílios, visando o autoconsumo dos membros) e a economia solidária (formada por empreendimentos autogestionários de produção, de crédito, de serviços, de consumo etc.). (SINGER, 2004a, p. 5).

Essa “inspiração marxista” condiz quase que exatamente com os “princípios de comportamento econômico” de Polanyi, nos quais os autores do livro se apoiam: 1) domesticidade (produção domiciliar); 2) reciprocidade (troca de dádivas em comunidade); 3) redistribuição; 4) mercado. Sendo os dois primeiros correspondentes à uma economia “não-monetária”; o terceiro relacionado à atividade estatal também “não-monetária”; e o quarto corresponde ao “princípio mercantil”. No entanto, em comparação com Laville e França Filho (2004) Singer substitui a “troca de dádivas” pela economia solidária.

Os autores da primeira vertente questionam a “predominância do princípio mercantil” sobre os demais princípios, o que acompanha uma crítica a certos “paradigmas nas ciências sociais”. Enquanto Singer ambigualmente quer mostrar que a economia solidária é uma lógica *complementar* ao “princípio mercantil”, ao mesmo tempo em que é uma força *oposta*. Uma força que levaria à instituição do socialismo por meio de uma multissecular e pacífica “revolução social socialista” (SINGER, 1998, pp. 137-138).

No prefácio do livro de Laville e França Filho, Singer não diz que a economia solidária deriva da *produção simples de mercadorias*, mas ele faz essa afirmação em outros textos. Sua preocupação em distinguir o cooperativismo do que chama de *produção simples de mercadorias* está relacionada com sua defesa de que a organização do trabalho conforme os “valores da economia solidária” não é incompatível com a produção em larga escala e com o progresso técnico (1987, 2000, 2004). Assim, ele afirma que a economia solidária como “modo de produção”: “produz ou distribui mercadorias como a produção simples, mas difere desta porque abrange empresas não só pequenas mas de porte médio e grande” (SINGER, 1998, p. 138).

Essa preocupação em definir a economia solidária como uma forma de organização da produção que pode dar conta da produção industrial aparentemente guarda vínculo com sua leitura de Maurice Dobb, que escreveu sobre a evolução do capitalismo. Baseado em Dobb, Singer afirma:

A sua vantagem [do capitalismo] em relação a outros modos de produção foi, desde a origem, a possibilidade de organizar a produção em escalas tão grandes quanto as requeridas pela técnica de produção. O artesanato, assim como a agricultura camponesa, não tinham esta possibilidade, pois baseavam-se na produção familiar (SINGER, 1998, p. 142).

Sem explicitar suas fontes ou dizer quais são esses “modos de produção” em Marx, Singer afirma que: “há evidentes analogias entre os modos de produção da tradição marxista e

os princípios que governam distintas esferas da economia de Polanyi” (Id., Ibid., p. 6). Ele acrescenta que “seria de se imaginar que o modo solidário de produção seria o *correspondente marxista* da economia da dádiva de Polanyi. Mas, esta não é a posição de Laville e França Filho” (SINGER, 2004a, p. 7). Por não ser a posição dos autores do livro, coube a Singer contornar o posicionamento crítico dos mesmos em relação ao seu, apenas afirmando que “a economia da dádiva não constitui um modo distinto de produção” (Id., Ibid., p. 7, grifos nossos).

Não é característica de Singer se colocar em posição conflitante com qualquer possível apoiador de seu projeto de “superação da exclusão social” por meio da economia solidária, além de ser bastante “ecclético” com relação às suas referências teóricas. Desta forma, a diferença entre sua posição e a dos autores situados na primeira vertente é na realidade definida pelos últimos. Consiste na afirmação de que a economia solidária não é uma forma de superar o capitalismo, embora seja caracterizada como uma forma de “humaniza-lo”.

“Superar o capitalismo” já foi definido por Singer como o atendimento das demandas dos trabalhadores organizados nos países centrais e a extensão desse atendimento aos países periféricos. Na década de 1980, diante da reabertura política no Brasil, ele propôs uma contribuição ao debate da esquerda sobre as estratégias para se chegar ao socialismo. Segundo o próprio Singer, essa contribuição consiste em “repensar” o que é o socialismo, e o último acabou sendo definido como o “reflexo invertido do capitalismo”. À luz do socialismo realmente existente na URSS, Singer defendeu que a estratégia para se chegar ao socialismo não deveria mais pressupor a abolição da propriedade privada e o controle do aparelho estatal por uma vanguarda da classe trabalhadora, mas não apresentou uma “nova estratégia”. O socialismo foi definido como uma alternativa “superior” ao capitalismo apenas na medida em que pudesse garantir mais direitos sociais e melhores condições de vida aos trabalhadores do que na época se observava nos países de capitalismo desenvolvido, o que não teria acontecido na URSS (SINGER, 1982, p. 17-19).

Em *Uma Utopia Militante*, Singer definiu o que entende como “modo de produção” da seguinte forma:

Quando falamos em “capitalismo” estamos nos referindo simultaneamente a um modo de produção e a uma formação social. Esta última contém vários modos de produção, dos quais o capitalista sói ser o maior e o hegemônico (sic). Por isso, a formação social que vem se espalhando pelo mundo, nos últimos 200 anos, também é chamada de “capitalismo”. Convém esclarecer desde logo esta ambiguidade, de que nem todos estão a par. *Um modo de produção é uma forma específica de organizar a atividade produtiva e de repartir o resultado entre os participantes* (SINGER, 1998, pp. 137, grifos nossos).

O modo de produção capitalista é definido como “hegemônico”, mas isso nada tem a ver com a categoria gramsciana de hegemonia. Pressupõe neutralidade do Estado e, possivelmente, também do mercado: “os modos de produção funcionam lado a lado, intercambiando produtos e competindo entre si” (Id., Ibid., p. 138), e o modo de produção capitalista se destaca entre os demais num “âmbito econômico”. Como “infra e supra-estrutura estão sujeitas à dinâmicas deveras distintas” (Id., Ibid., p. 139), num âmbito infraestrutural os “modos de produção” podem competir harmoniosamente entre si. Ou seja, “a competição se dá nos mercados, entre firmas pertencentes a estes diversos modos de produção” (Id., Ibid., p. 138).

Singer opera a reificação da superestrutura em relação à infraestrutur: “a dinâmica da supra-estrutura é dada por um complexo de interações sociais e políticas”; enquanto “a infra-estrutura capitalista se move pela incessante revolução das técnicas de produção e pela ininterrupta invenção de novos produtos” (Id., Ibid., p. 139). Assim, ele consegue separar “revolução burguesa” e “revolução industrial” como dois processos distintos observando o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX. A primeira como revolução na “superestrutura política” e a segunda como “revolução social capitalista”, circunscrita a um “âmbito econômico e social”. Além disso:

Nos últimos tempos, firmas capitalistas, para não desembolsar encargos trabalhistas, tratam de contratar trabalhadores não mais como assalariados mas como produtores simples de mercadorias ou cooperativas de trabalho. Esta transformação das relações de produção ilustra a importância do relacionamento entre modos de produção como elemento da dinâmica social e econômica da formação social (Id. Ibid., p. 138).

Ou seja, além dos antigos trabalhadores informais, os trabalhadores expulsos das relações de assalariamento formais desde a década de 1970 agora integram outros “modos de produção” que não o modo de produção capitalista. Isso será importante para compreendermos como Singer substitui a luta de classes na contemporaneidade pela luta entre “modos de produção” distintos sob uma mesma “formação social capitalista”. Ao mesmo tempo em que entende a economia solidária como uma via de “superação” da precarização do trabalho.

Para Singer, as instituições sob o capitalismo, inclusive o Estado, são fruto de “interações sociais e políticas”, o que significa *não econômicas*. O lugar específico da economia seria o âmbito do progresso técnico, este sim determinado pela acumulação de capital pela necessidade de financiamento do desenvolvimento tecnológico. E, como as classes sociais

também são vistas como categorias primordialmente econômicas, o autor entende que “o complexo de relações sociais” que caracteriza as superestruturas nem sempre é “dominado pela luta de classes” (SINGER, 1998, p. 115).

Singer tenta explicar quando surgiu e como se consolidou a “formação social capitalista”, mas não explica onde foi buscar esse conceito de “formação social” (Id., 1998, pp. 141-153). É provável que seja resultado de *sua leitura* de Maurice Dobb, em *A evolução do Capitalismo*, publicado originalmente em 1946, conforme consta em sua bibliografia. Em Singer, a noção de “formação social” se fundamenta na ideia de que:

Em cada país, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção seguiu uma trajetória diferente, mas em todos eles este desenvolvimento se fazia nos interstícios de outras relações de produção – servis, na Europa e no Japão, escravistas, nas Américas, tributárias, na Ásia – que durante todo um período foram as relações dominantes (SINGER, 1998, p. 28).

Analisando um período entre o feudalismo e o capitalismo, Dobb enfatizou que essa transição resultou das próprias contradições internas das sociedades pré-capitalistas, com particular referência às formas propriedade da terra e ao conceito de “acumulação primitiva do capital”¹⁰ (BOTTOMORE, 1988, pp. 15, 16, 111). Ou melhor: “Dobb analisa as ‘leis de movimento’ da produção feudal que levaram à sua crise e dissolução, rejeitando a tese de que o elemento externo da troca e do comércio crescentes é causa desse processo de crise e dissolução” (Id., Ibid., p. 188).

Apontadas como “implantes coletivistas nos interstícios da formação social capitalista” foram criadas a partir dos *Pioneiros de Rochdale* inúmeras cooperativas desde 1844. Em suas palavras: “juntamente com os sindicatos, com a legislação do trabalho e da previdência social e pública e, sobretudo, com a democracia, as cooperativas representam germes de uma nova formação social, que poderão desabrochar ou não” (SINGER, 1998, p. 148).

O termo “economia solidária” tem sido usado por Singer desde a segunda metade da década de 1990 justamente para diferenciar o cooperativismo inspirado nos princípios adotados pelos *Pioneiros de Rochdale* das cooperativas patronais há muito tempo existentes, e das cooperativas fraudulentas que emergiram na época como forma de driblar a legislação trabalhista. Desta forma: “o que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios,

¹⁰ Singer se refere à *acumulação primitiva* ou *acumulação originária* como “a expropriação em larga escala da população camponesa”, a “verdadeira origem do capital industrial” (SINGER, 1998, p. 58-59).

o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2004, p. 111).

A “produção cooperativa”; o “modo solidário de produção” ou o “modo socialista de produção” em Singer se definem pela “propriedade coletiva” de alguns meios de produção. Porém, é necessário considerar que, para ele: a) a propriedade individual é a forma típica de propriedade capitalista, é uma das formas de propriedade privada. Outra é a propriedade por ações, que se diferencia da propriedade característica da economia solidária por não ser gerida conforme os *princípios da autogestão*; b) a propriedade dos associados e cooperados é uma forma de propriedade coletiva, não capitalista, desde que observados os referidos preceitos da autogestão que a caracterizam como economia solidária; c) a coletivização dos meios de produção em conjunto com a planificação da economia através do Estado, o autor destaca o exemplo da URSS que teria inaugurado uma forma de propriedade oposta à “propriedade coletiva” porque não foi autogerida pelos trabalhadores (SINGER, 2004, p. 111).

Para ser uma propriedade “não-privada” o que está em questão não é exatamente a forma jurídica que a propriedade assume, mas se sua gestão é ou não baseada nos oito princípios adotados pelos *Pioneiros de Rochdale*. Na verdade, trata-se mais da enunciação ou não desses princípios publicamente pela cooperativa. Mesmo instituída uma política pública nacional para a economia solidária desde 2003, o critério de distinção entre cooperativas “comuns” e “solidárias” continuou sendo a autodeclaração dos sócios.

O cooperativismo de consumo, importante na difusão do cooperativismo pela Europa em meados do século XIX começou com a cooperativa dos *Pioneiros Equitativos de Rochdale*, “considerada a mãe de todas as cooperativas” (SINGER, 2004, p. 39). Os *Pioneiros*:

Adotaram uma série de princípios que seriam depois imortalizados como princípios do cooperativismo: 1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso esse princípio é conhecido como o da ‘porta aberta’; 3º) sobre o capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa sempre seriam feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas (SINGER, 2004, p. 39).

Para a manutenção da autogestão o princípio mais importante seria o primeiro. Para Singer, um voto por cabeça é o que realmente diferencia os empreendimentos da economia

solidária das sociedades anônimas, nas quais é adotado o princípio do voto conforme o capital investido. O sexto princípio é hoje obsoleto porque a própria legislação dos países já impede o que era uma prática comum no início do século XIX. Sobre os demais só são feitos comentários relativamente relevantes com relação a dois deles:

O princípio do empenho na educação cooperativa é também uma herança owenista. Ela deriva da ideia de que os homens são o que a educação (ou sua falta) faz deles. Para Owen, os vícios e o egoísmo são frutos de uma educação errada. Portanto, para que o cooperativismo seja entendido e apoiado em seus propósitos, é necessário que não só os cooperadores mas o público em geral seja educado em seus princípios ou, mais amplamente, em sua visão de mundo. Desde o início da economia solidária, a publicação de periódicos e livros e a organização de cursos sempre mereceram toda prioridade (SINGER, 2004, p. 42).

O “empenho na educação” seria o que realmente torna a economia solidária “revolucionária”, na opinião do autor (*Seções 1.2, II; 3.5, I*). Sobre o oitavo princípio, ele comenta que surgiu com a finalidade de impedir que os sócios se dividissem por conta de controvérsias políticas e religiosas, ao mesmo tempo em que deveria impedir que as cooperativas fossem monopolizadas por partidos ou seitas religiosas (SINGER, 2004, p. 42). Singer elenca esses princípios da autogestão na maioria de seus textos (1998, 1999, 2000), em um deles referiu-se ao oitavo princípio da seguinte forma:

Na época, a neutralidade que interessava era entre as correntes radicais em que se dividia o owenismo e o cartismo e entre as seitas cristãs dissidentes – ninguém imaginava que pessoas fora desses parâmetros pudessem vir a integrar a Sociedade. Posteriormente, a Sociedade cresceu tanto que passou a contar com membros de praticamente todas as persuasões políticas e religiosas (SINGER, 1998, p. 102).

Em si mesmo o oitavo princípio pode servir à negação de uma direção política estabelecida de fora dos empreendimentos econômicos e confirma que, com influência do owenismo, sua ideia de “superação” do capitalismo está centrada na *ação econômica*, isto é: “o traço característico do owenismo era sua insistência no enfoque *social* (...) e por essa razão rechaçava a ação política” (POLANYI *apud* SINGER, 2004, p. 115). No entanto, não podemos nos esquecer que a economia solidária veio a ser posta sob a direção política do Partido dos Trabalhadores desde 2003.

Singer acrescenta que nenhuma dessas oito regras é original, mas os *Pioneiros* se diferenciam por terem aplicado as mesmas em seu conjunto. Hoje seria justamente a aplicação das oito regras em seu conjunto que:

... assegura ao mesmo tempo a autenticidade socialista da cooperativa (autogoverno democrático, abertura a novos sócios, educação cooperativa e neutralidade política e religiosa) e a sua viabilidade enquanto empreendimento econômico (taxa fixa de juros, dividendos proporcionais às compras, vendas exclusivamente a dinheiro e venda de produtos puros)” (SINGER, 1998, p. 102).

O mapeamento de empreendimentos de economia solidária é realizado por meio do SIES – Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária. Desde a sua criação, em 2004, o SIES já incluiu 33.518 empreendimentos em sua base de dados, que tem alcance nacional. Independente de registro legal, são considerados empreendimentos de economia solidária aqueles que possuem as seguintes características: a) são coletivos e não exclusivamente familiares; b) seja no meio urbano ou rural, seus trabalhadores se organizam sob os *princípios de autogestão*; c) estão em funcionamento ou em processo de implantação; c) realizam atividades econômicas de produção, prestação de serviços, crédito (cooperativas e fundos populares de crédito), “comercialização e consumo solidário”.

O principal critério para inclusão no SIES é a autodeclaração dos sócios por meio do preenchimento de um questionário¹¹. Entretanto, não foram ainda excluídos desta base de dados os empreendimentos que não vingaram ou que deixaram de ser empreendimentos da economia solidária, não se tem ou não são divulgadas pela SENAES informações a esse respeito.

Embora a centralidade da questão do desemprego para a defesa da economia solidária como projeto “socialista” não em um, mas em vários de seus escritos (1999, 2000, 2004), por vezes Singer argumenta no seguinte sentido:

Novo é o tema de economia solidária como opção válida e viável de organizar a economia ou ao menos parte dela e não unicamente como remédio para o desemprego e a exclusão social. Começa a se firmar o ponto de vista de que empreendimentos solidários não precisam ser de pessoas pobres, podendo prosperar também em mercados que exigem proficiência técnica e administrativa. O exemplo de Mondragón, ao lado de muitos outros, mostra que isso é perfeitamente possível. É que o cooperativismo oferece um modo de organizar a produção que é democrático e igualitário, em contraste com o

¹¹ São essas informações contidas em edição especial do *Boletim Acontece* em 2013, quanto foi concluído o último levantamento do SIES. Publicação da SENAES/MTE consultada em 27/10/2015, conforme o endereço eletrônico: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E014A394E2F856F5C/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>>

capitalista, que é autoritário (só o capitalista manda) e desigualitário (quem mais tem mais lucros ganha). (SINGER, 2000, p. 132).

Assim, ele teve a intenção de definir a economia solidária como estratégia de desenvolvimento endógeno integrada em um setor produtivo e não apenas como paliativo ao desemprego. Quanto a sua afirmação de que o cooperativismo se opõe ao capitalismo por sua forma “democrática e igualitária” de gerir a produção, chamamos atenção para o fato de que Singer está se referindo aos empreendimentos econômicos e/ou comunidades “em seu isolamento”.

Como é que ele pode confirmar que, no interior dos empreendimentos de economia solidária, as relações interpessoais são de fato diferentes das relações estabelecidas no interior das empresas capitalistas? Como ele pode inferir que um “crescimento pessoal” é proporcionado a cada um dos membros das cooperativas e associações? Ele evoca certos “trabalhos acadêmicos”, especialmente aqueles baseados na metodologia dos estudos de caso¹². *Sem citar quais são*, afirma que esses estudos concluem que “há um aumento da autoestima” e uma “mudança positiva de relacionamento” dos cooperados com seus vizinhos e familiares, com “autoridades públicas” e instituições. Para o autor, isso configura o “*caráter revolucionário das cooperativas*”. Seria o que verdadeiramente as distingue de um “mero paliativo para o emprego e a exclusão” (SINGER, 2000, p. 28).

Na realidade, aqui ele acaba convergindo exatamente com a primeira vertente de pensamento sobre a economia solidária, em busca de uma “transformação subjetiva” do indivíduo através de sua atuação em comunidade e/ou no ambiente de trabalho. Um processo que se desenvolveria fora das lutas de classes e que poderia conferir aos indivíduos singulares ou a grupos específicos algum poder político para a superação de sua “exclusão social” sob o capitalismo, e diz que “é preciso investigar o potencial de expansão da democracia aos planos de micropoder na sociedade civil” (SINGER, 1998, p. 133).

¹² Na verdade, existem muitos trabalhos sobre o tema da economia solidária, grande parte influenciada por Singer ou pelos autores da primeira vertente. São trabalhos de psicologia, antropologia, administração, serviço social, etc., elaborados através das mais diferentes metodologias e não só a dos estudos de caso. Basta realizar uma busca por assunto, por exemplo, no portal de periódicos da CAPES: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Em 17/11/2015 foram obtidos 457 resultados exclusivamente a partir dos termos “economia solidária”. Ainda que de maneira grosseira, temos uma ideia da importância do tema no meio acadêmico se emprendermos a seguinte comparação: na mesma data, uma consulta com os termos “política pública” trouxe 2.958 publicações e, sobre “movimentos sociais” foram mostrados 1.684 resultados. Ao menos como hipótese, devemos considerar que além de um “fenômeno social”, a *economia solidária* pode ser vista como um “fenômeno teórico-ideológico”, justamente por suas possíveis implicações ao desenvolvimento da consciência de classe. Inclusive, como será visto mais adiante, através da política pública nacional e também da atuação de incubadoras universitárias existe uma ou várias propostas de *formação para* os cooperados.

1.1.3. Economia solidária como “instrumento nas lutas de classes”.

Essa vertente não pressupõe o desenvolvimento de “uma outra economia sob o capitalismo”, pelo menos não da mesma forma que as duas anteriores. No entanto, aponta a economia solidária como instrumento de resistência e de luta da classe trabalhadora. De um modo geral, a economia solidária é vista em sua relação com movimentos sociais latino-americanos e se tem o trabalho como o quadro de referências abrangente mediante o qual diferentes lutas anticapitalistas poderiam ser unificadas. Retoma-se, por exemplo, não exatamente o cooperativismo paternalista de Owen, mas as experiências dos Sovietes na URSS no século XX ou a Comuna de Paris em 1871, entre outros momentos de transição quando a autogestão foi fundamental sob uma perspectiva socialista e marxista. Assim, não é negada a necessidade da ação política organizada, e a reflexão sobre essa organização sob muitos aspectos realiza-se em termos de rejeição às relações sociais hierarquizadas (NOVAES, 2011).

Novaes (2011) prefere relacionar os autores de algum modo envolvidos com essa perspectiva sob a denominação *Economia Solidária Socialista*. Assim, ele aponta textos de: a) pesquisadores que reconhecem a distinção entre autogestão em sentido estrito e sentido amplo, e para quem a luta de classes é a via de instituição do socialismo precisamente porque este implica autogestão dos trabalhadores em sentido amplo. Ainda assim são pesquisadores com uma trajetória de pesquisa diretamente vinculada ao conceito de economia solidária; b) pesquisadores com uma trajetória acadêmica totalmente desvinculada da ideia de “economia solidária” e/ou que apresentam muitas ressalvas com relação à utilização deste termo porque ele remete à posição de Paul Singer. No entanto, são pesquisadores que recuperam o debate marxista em torno do cooperativismo e a crítica às correntes revisionistas, tais como as socialdemocratas. Além de criticarem o cooperativismo vinculado à ideia de “empreendedorismo” e/ou ao retrocesso dos direitos trabalhistas, como é o caso das cooperativas fraudulentas criadas para driblar a legislação trabalhista¹³.

Novaes (2011) entende a economia solidária como uma “crítica parcial ao capitalismo”, mediante a categoria “sistema sociometabólico do capital” de Mészáros (2013). Assim, a *totalidade* é mantida como a principal categoria do marxismo, por meio da qual se pode entender o capital em sua lógica totalizante, totalizadora. Desta forma, ao exemplo das fábricas

¹³ Entre os primeiros, Novaes (2011) relacionou: Antônio Cruz; Cláudio Nascimento; Lia Tiriba; Maurício de Sardá Faria; Carlos Schimidt. Entre os últimos, são apontados textos específicos de João Bernardo; L. Bruno; José Henrique de Faria; Guimarães; Neuza M. Dal Ri e C. G. Vieitez; Maria O. Pinassi e Ricardo Antunes.

recuperadas e cooperativas de produção, o autor afirma não ser possível “superar a substância” da exploração/dominação capitalista apenas através da economia solidária. De Marx, o autor recupera a ideia de que essas experiências de “autogestão” no interior de unidades produtivas demonstram na prática que os capitalistas são desnecessários no processo produtivo. Mas, que o cooperativismo e o associativismo só são de fato progressistas se inseridos num projeto mais amplo de transformação da sociedade, o que necessariamente passa por uma revolução política.

Boa parte dos estudos que direta ou diretamente abordam a economia solidária sob essa vertente marxista tem relação com a educação. Ou melhor, é produzida por autores que usam a categoria trabalho para relacionar educação e cooperativismo. Trata-se de uma perspectiva bem mais abrangente de educação do que aquela que se centra na “educação formal”. Justamente por tomar o trabalho como atividade educativa mediante a tese de que o ser humano constrói e é construído por meio das relações de produção (MARX; ENGELS, 2007). Alguns dos autores que tomam a *autogestão* como instrumento ou princípio pedagógico são Castro e Novaes (2011); Tiriba (2007); Dal Ri (2010); Christoffoli (2010); Benini (2015), mas existem vários outros que não necessariamente compartilham grande influência de Paul Singer ou de teóricos da vertente europeia sobre a economia solidária. Embora pesquisadores como Tiriba (2007) já tenham se referido à economia solidária como um “modo de produção” e já tenham feito alusão às tais “iniciativas cidadãs”¹⁴.

É necessário advertir que esse “potencial pedagógico” da autogestão não poderia se revelar a partir do desenvolvimento de “experiências de laboratório” – no sentido de se configurarem como experiências “puramente” subjetivas ou praticamente isoladas da realidade social concreta. Alguns pesquisadores apontam que são experiências a serem observadas, por exemplo, na atuação dos trabalhadores junto às *fábricas recuperadas* ou nas relações entre trabalho e educação nos assentamentos do MST onde essas práticas estariam criando “embriões de superação do trabalho alienado”, mesmo que ainda “no terreno da produção de mercadorias” (CASTRO e NOVAES, 2011, p. 129).

Por intermédio da educação, a práxis cotidiana desses trabalhadores poderia ser redimensionada em benefício de uma *concepção crítica de mundo*. A última é necessária porque mediante a história da luta contra a exploração e a degradação do trabalho ficou explícito que

¹⁴ Sob alguns aspectos, as “iniciativas cidadãs” parecem contrastar com a ideia de *direitos sociais*, numa espécie de reelaboração do chavão reacionário usado para tentar deslegitimar os gastos públicos em políticas sociais, conforme diz o senso comum: “não basta dar o peixe, é preciso ensinar a pescar”. A ideia de “cidadania ativa” (TIRIBA, 2007) pressupõe o “cidadão passivo” e o “cidadão ativo”, é possível inferir que o primeiro “só recebe o peixe” e o segundo “pescar”. Trata-se de uma questão que mereceria ser melhor desenvolvida.

a simples apropriação dos meios de produção por parte dos trabalhadores não é suficiente. Assim, defende-se que é preciso que os trabalhadores se apropriem de instrumentos (teóricos, metodológicos, etc.) que lhes permitam reconstruir o sentido do trabalho, fragmentado pelo capital (CASTRO e NOVAES, 2011).

A seguir, citaremos apenas alguns exemplos que convergem com essa perspectiva. Conforme Tiriba, o objetivo da “educação popular” não é que os trabalhadores assimilem de maneira abstrata os pressupostos de uma economia que se pretende solidária, e sim o de que aprendam a materializá-la no cotidiano da produção. Assim:

... o esforço para tornar viável a organização econômica pressupõe um estudo sobre a possibilidade de que, tecnicamente, os trabalhadores possam tornar viável seu projeto político. A procura de uma práxis que contemple a unidade entre os objetivos econômicos e os objetivos sociais é uma das chaves da educação dos trabalhadores associados na produção, a qual é compreendida como processo permanente e como resultado provisório de ação-reflexão-ação (TIRIBA, 2007, p. 90).

A autora pondera que, no interior dos empreendimentos autogeridos: “a natureza das atividades ali desenvolvidas não permite a reprodução ampliada do saber” (TIRIBA, 2007, p. 93). Isso significa que o trabalhador que deseja se instruir só pode fazê-lo à custa de um enorme esforço. O que a autora salienta é o desafio de se relacionar a teoria e prática; o técnico ao político, considerando a realidade dessas “práticas de economia solidária”, ao invés de simplesmente ignorar esse desafio.

Baseado nas experiências de cooperação desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Christoffoli (2010, p. 31-32) lembra que a cooperação econômica deve estar vinculada aos objetivos estratégicos do movimento social enquanto movimento classista: “As iniciativas de economia solidária devem (...) se vincular ao movimento de trabalhadores mais amplo, sindicatos, movimentos, partidos de classe, etc.” (CHRISTOFFOLI, 2010, p. 32).

Com base em Gramsci, o autor acredita que a economia solidária deve estar vinculada aos objetivos políticos do movimento social, no sentido da transformação radical da sociedade capitalista. A mesma apresenta contradições insolúveis que se movem a partir da luta de interesses entre as classes sociais, assim, iniciativas que não se vinculem à disputa pela hegemonia tendem a ser inseridas de forma subordinada ao projeto das classes dominantes.

Por meio da cooperação, o MST teria entre seus objetivos políticos o de manter os trabalhadores organizados para a luta de forma ideológica e prática. Quanto ao atendimento de

seus objetivos sociais, o cooperativismo seria capaz de trazer melhorias imediatas para os assentados com relação à moradia, saúde, educação, etc. E, entre seus objetivos econômicos conquistar avanços através da produção organizada e melhorar a capacidade de resistência das unidades produtivas. Através do Sistema Cooperativista dos Assentados, o MST:

... tem assumido a hipótese de que uma produção organizada e planejada, com especialização e divisão técnica do trabalho, incorporação de tecnologias de maior produtividade e que respeite o meio ambiente pode trazer de fato melhorias significativas ou ao menos evitar a destruição das unidades produtivas associadas dos agricultores assentados. Mas que, em essência, deve existir uma combinação dinâmica entre organização econômica e luta política de classes (Id., Ibid., p. 30).

A conciliação entre objetivos econômicos e políticos não é tarefa simples no dia a dia destas organizações econômicas. Para sobreviverem elas precisam se submeter à dinâmica concorrencial no mercado, inclusive, em condições de desvantagem. Uma das contradições apontadas é a de que, embora seja observada a existência de princípios socialistas dentro destas organizações nos assentamentos do MST, em especial em seus períodos iniciais, as pressões concorrenciais de fora para dentro tendem a conduzir a um “*internismo*” (Id., Ibid., p.39), isto é, ao recolhimento da luta política em nome da sobrevivência econômica do empreendimento.

Por isso, o autor alerta sobre a necessidade de formação desses trabalhadores, muitos dos quais mal tiveram acesso à escolarização básica. Formação “num duplo sentido”: a) político-ideológica de cunho emancipatório; b) capacitação técnica para a concorrência *intercapitalista* no mercado. A última teria por finalidade garantir a sobrevivência econômica dessas organizações, embora “elas não tenham surgido visando o lucro” (Id., Ibid., p. 30-40).

Outro exemplo que ilustra o crescimento de pesquisas sobre a economia solidária a partir de uma perspectiva marxista é de um autor que analisou as políticas educacionais e de qualificação profissional adotadas pelo FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, entre as quais está incluída uma “formação para o cooperativismo” vinculada ao conceito de economia solidária.

Benini (2015, p. 17) propôs uma análise crítica do conteúdo dessas políticas, em “sua relação com o Estado e os imperativos do desenvolvimento capitalista”. Seu objetivo era elucidar “se há de fato um processo de constituição de novas relações sociais de produção”. Isso, por meio da “referência analítica da teoria da alienação” em Mészáros (p. 11). Também questionando se no CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

poderia haver uma “disputa ideológica” entre sindicalistas, empresários e representantes dos governos entre 1995 e 2013 (p. 151). Em suas palavras:

... hoje se observa que muitos movimentos, a princípio considerados de esquerda em virtude das suas bandeiras históricas, como o sindicalismo, movimentos pela reforma urbana, movimentos pela reforma agrária e os movimentos da chamada economia solidária (que buscam o fomento e apoio de cooperativas de cunho popular), centram seus esforços em reivindicações políticas que pleiteiam a materialização das suas demandas no aparelho do Estado ou por intermédio deste, ou seja, a disputa por recursos estatais ganha centralidade e acaba por determinar a própria forma de luta política (Id., Ibid., p. 42).

Benini (2015) enfatiza que através dessas políticas na gestão do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República, tanto os membros do governo vinculados à SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, quanto os representantes dos trabalhadores (à exemplo de quem fala em nome da CUT – Central Única dos Trabalhadores) não foram capazes de colocar “o trabalho associado” como “elemento de disputa ou alternativa de organização socioprodutiva” (Id., Ibid., p. 161). Deste modo, enquanto Singer, de forma bastante discutível, considera a economia solidária já a “materialização de um ‘novo modo de produção e distribuição’, a própria “bancada dos trabalhadores” (como denomina o autor) no CODEFAT nem em proposições e nem no discurso refletem sobre a “situação social de alienação do trabalho” (p. 163).

Assim, considerando as reflexões dos autores acima citados, mesmo com relação à perspectiva da educação como um dos imperativos para a “transformação radical” da sociedade capitalista, nos deparamos mais com problemas do que com a indicação de possíveis alternativas. Isso só reafirma que a economia solidária não é uma “solução mágica” e esse fato concreto precisa ser encarado. Existem muitos desafios ao seu desenvolvimento e muitas das teorias a respeito de seu “potencial transformador” não podem ser confundidas com a prática – e vice versa. Entendemos que por meio dessas discussões também são postos os desafios para a constituição de uma luta unificada mediante o desenvolvimento da consciência política dos trabalhadores e que, ao mesmo tempo, seja uma luta orientada pelos próprios trabalhadores.

Mais adiante, abordaremos a perspectiva gramsciana sobre a superação da divisão entre dirigentes e dirigidos no contexto soviético, algo que dependia da conquista do consenso ativo das massas, a ser obtido por meio de um significativo avanço no sentido de um progresso intelectual e moral. Isso, a partir de uma definição de *hegemonia* em que educação, cultura, política e economia não podem ser dissociadas entre si.

Historicamente esse progresso intelectual e moral nunca se realizou nas sociedades de socialismo realmente existente, a não ser para grupos determinados. É uma situação que se agrava profundamente em sociedades como a brasileira. O que induz à hipótese de que é como *uma possibilidade*, ainda que limitada, de trabalhar nesse sentido que poderiam ser abordadas experiências associativistas e cooperativistas na contemporaneidade: uma vez que “o progresso intelectual e moral” pode *começar* pelo indivíduo, o que não significa se esgote nele; e pode ser iniciado antes da conquista do poder político, o que não significa que prescindia dessa conquista.

Porém, ater-se a essa possibilidade não implica: a) conceber as experiências concretas de economia solidária hoje existentes como a única ou a melhor forma que a classe trabalhadora tem para se organizar para a ação política consciente; b) deixar de observar que a maneira como tais experiências estão sendo ideologicamente definidas por Singer – como seu principal articulador político – não necessariamente favorecem que a economia solidária se desenvolva como um instrumento na luta da classe trabalhadora pela transformação radical da sociedade; c) crer que tais experiências por si sós tenham um caráter revolucionário. Considerando que estão sendo desenvolvidas em relação a muitas manifestações de uma crise global, quando o capital vem reconfigurando as formas de exploração do trabalho e revertendo suas conquistas históricas, a exemplo do ataque neoliberal aos direitos trabalhistas (*Seções 1.4, II; 1.5*).

A vertente marxista até hoje não conseguiu muito espaço dentro do debate teórico e político sobre a economia solidária no Brasil, onde se destacam as abordagens daqueles que negam o marxismo abertamente ou de forma dissimulada. Não empreendemos uma análise mais aprofundada sobre os autores diretamente vinculados à vertente marxista. Apenas destacamos alguns exemplos para demonstrar que não é um imperativo do cooperativismo e do associativismo a negação da ação política organizada com vistas à superação da estrutura hierárquica de comando do capital. Ou seja, o que se entende como “autogestão” não necessariamente significa um meio de tentar “contornar” ou “desviar” dos obstáculos que são impostos à emancipação do trabalho. E, a crítica à burocratização da luta de classes na União Soviética não conduz necessariamente à incorporação de mistificações liberais à ideia de socialismo, menos ainda a uma negação do socialismo.

1.2 O surgimento da economia solidária no Brasil: sujeitos envolvidos.

Na perspectiva de seus teóricos, como um conjunto de “iniciativas populares” alternativas ao assalariamento, a economia solidária veio despertando o interesse das “ONGs”, pastorais, sindicatos, organismos internacionais, universidades, movimentos sociais e outras instituições, até ser inserida na agenda pública nacional em 2003. Desenvolveu-se em resposta ao crescimento do desemprego estrutural e consiste na parte institucionalizada de um conjunto mais amplo de iniciativas econômicas populares, que incluem o setor informal. No entanto, ela é vista por alguns de seus teóricos como um movimento social mais ou menos organizado em torno de “objetivos econômicos e políticos” (GAIGER, 2013; SINGER, 2004; SCHIOCHET, 2011).

Anos antes da instituição da política pública nacional, várias instituições já estavam envolvidas com o tema do cooperativismo diretamente vinculado ou não à noção de economia solidária, entre elas: a) Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG; b) Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos – DIEESE; c) União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo – UNISOL; d) Central Única dos Trabalhadores – CUT; e) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; f) CÁRITAS; g) UNITRABALHO; g) Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ICTPs (SOUZA, 2000, pp. 7-11).

A ANTEAG foi formada em 1994, reunindo trabalhadores que assumiram o comando de empresas falidas. O DIEESE ofereceu apoio, em conjunto com sindicatos locais, para que os trabalhadores de Franca/SP assumissem uma fábrica de calçados em 1991, o que veio a propiciar a formação da ANTEAG. Em 2000, ela abrangia 103 empreendimentos, com 25 mil trabalhadores e seu papel era o de coordenar os projetos de recuperação de empresas em processo de falência e, considerando que a grande maioria dos trabalhadores não possuíam conhecimentos técnicos e gerenciais necessários para garantir a sobrevivência destas empresas. Realmente não se trata de um processo simples, a exemplo da experiência na Argentina¹⁵.

Já a relação entre o movimento sindical do ABC Paulista e o cooperativismo resultou na criação da UNISOL, em 1999. Nos anos 2000 ela abrangia 11 cooperativas industriais, com

¹⁵ Entre o fim da década de 1990 e início de 2000, auge de uma profunda recessão econômica na Argentina, muitas fábricas foram recuperadas por seus trabalhadores, com o objetivo de manterem seus postos de trabalho através da autogestão, embora inicialmente “gran parte de los trabajadores tenían escasos conocimientos [em temas cooperativos] y participación política y gremial” (FAJN, 2010, p.6). Em 2010 havia por volta de 180 empresas recuperadas (entre as 5000 que foram à falência na época), de diferentes tamanhos e dimensões, por exemplo: metalúrgicas, indústrias têxteis, frigoríficos, gráficas, escolas, clínicas, hotéis, etc. Mas, FAJN (Ibid.) ressalta que longe de ter uma realidade empírica homogênea com respeito à orientação política e ideológica, o mundo das fábricas e empresas recuperadas na Argentina apresenta uma grande complexidade e diversidade interna.

600 trabalhadores no total. Além disso, desde 1998, a CUT vinha promovendo discussões sobre o cooperativismo junto com o DIEESE e a UNITRABALHO, que é uma rede com 16 universidades. No entanto, não se pode afirmar que o movimento sindical tenha uma visão homogênea em relação ao cooperativismo, que não existam mais posições diametralmente contrárias. No entanto, o apoio da CUT foi formalizado em 1999 através da criação da Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS:

Apesar das divergências existentes no interior do movimento sindical, é possível supor que a inspiração inicial da autogestão tem suas raízes, em alguma medida, no chamado novo sindicalismo surgido na década de 1970, que teve a ação autônoma como uma de suas marcas. Pode-se dizer que a busca desta autonomia engendrou diferentes formas de ação, dentre elas um movimento, o da “empresa sem patrão”, no início dos anos 1990 (NAKANO, 2000, p. 67).

A CÁRITAS é uma confederação de 162 organizações humanitárias da Igreja Católica que atua em mais de duzentos países. Ela é apontada como destaque em projetos comunitários pré-cooperativos. Segundo Souza (2000, p. 10), desde o início da década de 1980, a CÁRITAS já desenvolveu mais de 750 projetos de preparação para o cooperativismo, envolvendo 17 mil pessoas só no Rio Grande do Sul.

Nos anos 2000 contabilizavam-se 14 ICTPs, organizadas em rede e filiadas à UNITRABALHO. No texto em que Singer (2000a) destaca o papel das incubadoras universitárias na formação e acompanhamento das cooperativas da economia solidária, ele ressalta que a experiência que está na origem dessas incubadoras foi realizada pela Faculdade de Saúde Pública da FIOCRUZ/RJ em 1993, inspirada por uma campanha contra a fome encabeçada pelo sociólogo Betinho¹⁶. Teve como público alvo pessoas desempregadas moradoras de comunidades no entorno da instituição e, diante de um aumento da criminalidade na região¹⁷.

¹⁶ Hebert José de Souza (1935/1997) foi sociólogo e ativista dos direitos humanos. Criou a ONG *Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida*, fundada a partir do movimento Ética na Política. Desde a adolescência fez parte de movimentos sociais vinculados à esquerda católica. Foi um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e econômicas - IBASE, e militou pela reforma agrária. Além disso, esteve entre os exilados pelo regime militar no país.

¹⁷ Motivação semelhante à que estaria na origem da criação dos “Bancos do Povo”. Diante do contexto de fome e aumento da criminalidade em Bangladesh, em 1974 surgiu a primeira experiência hoje conhecida como “microcrédito” e que veio a inspirar programas do tipo em todo o mundo. O professor de economia Muhammad Yunus veio a ganhar um prêmio Nobel de economia pela experiência. Em conjunto com alguns alunos, ele procurou a comunidade no entorno da Universidade de Chittagong, onde foi desenvolvida a primeira experiência (SINGER, 2004, pp. 75-82).

Com o apoio da Universidade de Santa Maria, onde havia um curso sobre cooperativismo, foi criada uma cooperativa de trabalho, a *Cooperativa de Manguinhos*, com o financiamento da *Ação da Cidadania*, ONG do Betinho. Essa cooperativa passou a prestar serviços gerais na própria Fiocruz. Teria sido o sucesso dessa experiência que incentivou a criação da incubadora da UFRJ, a partir da qual uma equipe de alunos passou a procurar nas favelas do Rio de Janeiro os interessados em participar desta experiência (SINGER, 2000a, pp. 123-124).

Já a ICTP da USP, da qual Singer foi o primeiro coordenador acadêmico, foi fundada em 1998, paralelamente a mais três incubadoras em Universidades públicas de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, todas financiadas pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e pela Fundação Banco do Brasil. Outras instituições que nesse período apoiaram as incubadoras universitárias de cooperativas foram a Central Única dos trabalhadores – CUT e a Confederação Nacional dos metalúrgicos – CNM, além da UNITRABALHO¹⁸ (SOUZA, 2000, p. 9).

A primeira cooperativa incubada pela USP foi a *Cooperbrilha* e segundo Singer: “seus membros têm habilidades para prestar diversos tipos de serviços, mas resolveram aproveitar a oportunidade dum contrato de conservação dos jardins e áreas externas da Escola Politécnica.” Em seguida, passaram a trabalhar em diferentes unidades do campus Butantã (SINGER, 2000a, p. 128).

Singer enfatizou que uma análise da legislação cooperativa estava sendo feita pela rede de incubadoras, em sua urgência em conseguir diferenciar as cooperativas incubadas daquelas fraudulentas “formadas unicamente para retirar de assalariados os direitos que as leis trabalhistas lhes asseguram” (SINGER, 2000a, p.131). Essa afirmação tem por fim justificar algo que foi brevemente relatado na seguinte nota de rodapé em seu texto:

Empresas privatizadas dos setores elétrico e telefônico despediram em massa os seus empregados em manutenção, com a intenção de recontratá-los mais baratos, como empregados de empreiteiras ou membros de cooperativas fraudadas. Orientados pelos seus sindicatos, os trabalhadores formaram suas próprias cooperativas e pediram, no Rio de Janeiro, em Fortaleza e em São Paulo para serem incubadas. Mas os contratos das novas cooperativas com seus antigos empregadores estão sendo contestados na Justiça do Trabalho, como se estas cooperativas também fossem fraudadas (SINGER, 2000a, p. 133, nota de rodapé).

¹⁸ A UNITRABALHO é uma rede de 16 universidades que apresenta como objetivo “auxiliar os trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho e de vida e trabalho”. Fonte: <http://www.unitrabalho.org.br/>, consultado em 20/03/15.

Essa relação entre ICTPs e precarização do trabalho foi abordada por Singer como um problema inicial de “formação dos formadores”, isto é, na formação de acadêmicos e professores envolvidos nessas experiências. Um problema que estaria em resolução com a realização de seminários e com o estudo da legislação sobre o cooperativismo. Inclusive, a questão da formação na e para a economia solidária é tida como um processo que jamais se esgota. Além disso, para diferenciar cooperativas fraudulentas das “genuínas cooperativas da economia solidária”, nesta época já era apontada a necessidade da instituição de marcos regulatórios específicos.

Existe entre pesquisas diretamente ligadas ao conceito de economia solidária uma intenção de vincular as lutas do MST às lutas dos trabalhadores pela autogestão. As primeiras cooperativas de produção agropecuária do MST foram formadas nos assentamentos em 1989. Em 2000, o movimento contava com 86 cooperativas, todas filiadas à Confederação Nacional de Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil – CONCRAB (SOUZA, 2000). No entanto, é evidente que a história desse movimento social não pode ser reduzida à sua atuação econômica por meio de cooperativas.

Além disso, em 2010, o total de famílias assentadas girava em torno de 350 mil, enquanto aproximadamente 100 mil vivia em acampamentos. O MST está estruturado em setores, e o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente contava com “400 associações de produção, comercialização e serviços, 49 cooperativas de produção agropecuária (2300 famílias), 32 cooperativas de prestação de serviços (11 mil sócios), duas cooperativas regionais de comercialização, duas cooperativas de crédito (6 mil sócios) e 96 agroindústrias processadoras de frutas, leite, grãos, café, carnes, doces e cana-de-açúcar” (CHIARIELLO, 2010, p.46).

Apesar do crescimento do número de cooperativas em relação a 2000, em 2010 a cooperação ainda era um tipo de organização que mal alcançava 5% do total de famílias assentadas, enquanto as demais tentavam reproduzir a estrutura produtiva dominante, baseada na pequena unidade de produção familiar (CHRISTOFFOLI, 2010).

A economia solidária foi institucionalizada como política pública de combate ao desemprego e geração de renda com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Mais tarde, foi inserida no *Plano Nacional Brasil Sem Miséria*. Desde então ela tem sido apontada por alguns pesquisadores como um “campo de experimentação com ações voltadas para as populações de baixa renda e em alto grau de vulnerabilidade social” (SOUZA, 2012, p. 63). Além disso, ao

vincular-se ao objetivo de diminuição da extrema pobreza no país, entre o público alvo da política estão os beneficiários dos programas de transferência de renda.

Hoje, os chamados “empreendimentos econômicos solidários”, por meio de seus representantes, em conjunto com as instituições de apoio/fomento e com gestores públicos das três esferas de governo organizados em rede, estão articulados em fóruns estaduais subordinados ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. Já foram realizadas três Conferências Nacionais de Economia Solidária – CONAES, em 2006, 2008 e 2014, além de várias plenárias estaduais e nacionais, com o objetivo de estabelecer um diálogo entre os envolvidos com a implementação da política pública.

Em 2001 foi fundado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES¹⁹. Sua origem está no *Grupo de Trabalho Brasileiro em Economia Solidária* que participou do I Fórum Social Mundial – FSM, realizado no mesmo ano²⁰. A Coordenação Nacional do FBES se reúne ordinariamente pelo menos 2 vezes ao ano e, a partir da décima reunião, realizada em agosto de 2011, foi feita uma redefinição das entidades nacionais presentes no Fórum, permanecendo apenas aquelas com participação efetiva em pelo menos 7 reuniões estaduais: União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES; CÁRITAS Brasileira; Instituto Marista de Solidariedade – IMS; Rede de ITCPs e Rede UNITRABALHO. Ou seja, *instituições ligadas ao movimento sindical e ao MST não figuram na lista de instituições vinculadas ao FBES*, apesar de terem feito parte do GT sobre economia solidária no Fórum Social Mundial em 2002, importante na formulação da proposta da política pública.

A 3ª Conferência Nacional articulada pelo FBES e a SENAES aconteceu em novembro de 2014, em Brasília/DF, reunindo em torno de 1.600 participantes entre delegados/convidados e observadores, para debater o Tema: “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”. Em 2015 foi entregue pelo FBES ao MTE o primeiro Plano Nacional de Economia Solidária (2015/2019), como instrumento de orientação da política pública.

¹⁹ De acordo com informações de sua página na internet <http://www.fb.es.org.br/> consultada em 26/06/2015.

²⁰ As seguintes instituições integraram o GT: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED); e alguns gestores públicos.

No Plano Nacional, entre as várias questões levantadas sobre o que impede o desenvolvimento da economia solidária no país, é citada justamente sua falta de centralidade na agenda governamental, em contraste com o incentivo ao “microempreendedor individual” e às micro e pequenas empresas como estratégia de geração de renda. Além do fato de que por meio da SENAES a economia solidária não dispõe de suficiente força política para criar um ambiente institucional adequado à expansão das suas potencialidades. É citada, também, a criminalização ou a cooptação “das reivindicações” dos movimentos sociais, entre outros aspectos do contexto político e econômico atual, algo que aparentemente vem ao encontro da seguinte questão:

Não se pode descartar a hipótese de que a adoção de iniciativas de “economia solidária” como política oficial, em diversos países e inclusive por organismos internacionais, corresponda ao interesse de neutralizar o ímpeto revolucionário revelado pelo proletariado mundial durante mais de um século a partir de 1848 (GERMER, 2006. pp. 202-203).

As diretrizes gerais apontadas neste Plano são: a) promoção do desenvolvimento sustentável e solidário por meio da valorização das potencialidades dos sistemas endógenos de produção; b) fortalecimento dos processos democráticos, participação e controle social *sobre esta política* por meio da criação de um Sistema Público de Economia Solidária; c) reconhecimento de direitos às formas organizativas da economia solidária com a aprovação da *nova lei geral do cooperativismo*²¹, e reconhecimento de direitos aos seus trabalhadores por meio de *acesso especial* à seguridade social e previdência; d) a abordagem territorial e setorial como instrumento de viabilização da articulação dos empreendimentos em redes de cooperação e/ou cadeias produtivas solidárias, além do reconhecimento das realidades e especificidades dos diferentes integrantes da economia solidária nos diferentes territórios.

O que se confirma é que a autogestão é tomada em seu sentido estrito – e não livre de contradições – também entre os envolvidos na construção do Plano Nacional. O “poder político” do qual se fala é o poder de barganha desse coletivo específico junto ao governo federal. A “ampliação dos direitos políticos de participação social através da autogestão” se

²¹ Este tópico trata da disputa política entre a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB e o FBES, especificamente com relação a alterações/revogação da Lei nº 5.764/71 – Lei Geral do Cooperativismo. O que a os envolvidos com a economia solidária reivindicam é um regime de tributação especial, além do “direito à livre representação das cooperativas, a redução do limite mínimo de 20 (vinte) para 7 (sete) sócios cooperados” (PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p.17). Em relação às grandes cooperativas vinculadas à OCB, as cooperativas da economia solidária são prejudicadas através desta lei porque em poucos casos têm mais de 20 sócios.

resume ao projeto de criação de um Sistema Público de Economia Solidária: “para garantir a integração e a articulação entre os órgãos governamentais e da sociedade civil nas esferas municipal, estadual e federal, com instâncias deliberativas e de controle social dotadas de capacidades decisórias” (PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p.17).

1.3. Sobre Paul Singer e textos selecionados.

Paul Singer foi metalúrgico e sindicalista na década de 1950 e é um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Professor titular na Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – USP, hoje dirige a Secretária Nacional de Economia Solidária. Desde a segunda metade da década de 1990, ele vem usando a expressão *economia solidária* para definir um conjunto heterogêneo de práticas coletivas que teriam como princípio a *autogestão* dos trabalhadores e cujo núcleo seriam as cooperativas de produção. No Brasil, Singer é o principal articulador político da economia solidária e chegou a apontá-la como a via contemporânea de *superação* do capitalismo (SINGER, 1998;1999; 2000; 2004).

Compreender o caminho teórico trilhado por Singer não é uma tarefa simples. Aparentemente, ele está muito preocupado em angariar apoio político para seu projeto, e o trabalho intelectual de terceiros é tido como material a ser moldado livremente conforme essa necessidade. Há casos em que recorta citações para justificar o que ele próprio diz, mas a partir da perspectiva teórica original esse recorte diz algo muito diferente, se não o contrário²². Além disso, Germer observa:

É preciso alertar para o fato de que os escritos de Singer sobre a “economia solidária” possuem características que tornam difícil a crítica. Por um lado, o autor não se esforça por precisar os fundamentos teóricos das suas teses e propostas e dos conceitos que utiliza. O autor faz uso de conceitos marxistas sem se ater ao sentido original e sem chamar atenção do leitor para o sentido alterado que lhes dá. Por outro lado, Singer muda de opinião sobre pontos específicos do tema, de um escrito a outro, sem aparentemente preocupar-se em evitar informações contraditórias e, quando incorre nelas, não adverte para a mudança de opinião e nem explica os seus motivos (Id., 2006, p. 196).

²² Os casos a serem abordados aqui são as citações diretas de Rosa Luxemburgo (SINGER, 2000, p. 17); de Sharrin Kasmir (SINGER, 2004, p. 104) e; de Marx (SINGER, 1998, pp. 20, 128-129).

Uma dificuldade adicional é a de que o autor geralmente é pouco claro sobre suas referências bibliográficas e quando fala de Marx e Engels, salvo poucas exceções²³, simplesmente não as apresenta. Diante de tantos obstáculos impostos pelo autor, uma alternativa para tentar compreender a evolução do seu pensamento sobre a economia solidária está em considerar um conjunto mais amplo entre seus próprios textos, porém, mantendo ainda como eixo aquele que aparece mais entre os citados em trabalhos acadêmicos sobre economia solidária no Brasil desde 2002: *Introdução à Economia Solidária*²⁴.

A orelha do livro é assinada por Luís Inácio Lula da Silva, que venceu as eleições presidenciais pelo Partido dos Trabalhadores em 2002. Logo no primeiro ano de seu mandato criou a SENAES, até hoje dirigida por Singer. No texto, Lula apresenta uma preocupação com o desenvolvimento de uma “forma de organização social e econômica que ultrapasse as potencialidades oferecidas à humanidade pelo capitalismo”. Isso, aliado à crítica direcionada a “um socialismo em que o Estado tudo decide” e à ideia de uma sociedade “baseada no igualitarismo absoluto”, considerada uma forma de anestesiar “os impulsos que cada um de nós tem de crescimento”. Como Singer, ele defende que a transformação da sociedade no sentido de “maior justiça social” deve ser fruto de “uma prolongada marcha histórica”. Nessa marcha, a economia solidária aparece como a adversária do capitalismo, ao mesmo tempo em que ocupa os “interstícios” do sistema (SINGER, 2004).

A relação da economia solidária com a “reconceituação” do socialismo empreendida pelo Partido dos Trabalhadores é explicitada ainda na crítica de Singer à experiência soviética, apresentada em um dos *Seminários Socialismo e Democracia*, promovidos pelo Instituto Cidadania em parceria com a Fundação Perseu Abramo e a Secretaria Nacional de Formação do PT. Segundo Luiz Inácio Lula da Silva²⁵, em 1999 ele próprio encomendou de Antônio Candido esse conjunto de debates sobre:

... alguns temas prioritários e sobre possíveis alternativas para romper o marasmo intelectual que vinha caracterizando nosso país, sob o já longo reinado de FHC. (...) Foram realizados seis seminários que abordaram o

²³ Em *Uma utopia militante: repensando o socialismo*, publicado pela Editora Vozes em 1998, Singer até cita no corpo do texto os títulos de algumas obras de Marx e/ou recupera *a seu modo* uma ou outra de suas teses, porém sem aprofundar realmente em nenhuma discussão (SINGER, 1998, pp. 19-20, 47-48, 56, 58-59, 73, 109, 128-129, 139-140)

²⁴ Em nossa bibliografia consta a reimpressão datada de 2004.

²⁵ A citação seguinte corresponde ao texto assinado por Lula na apresentação das seis publicações lançadas após esses seminários, cuja primeira foi: SINGER, P.; MACHADO, J. *Economia Socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 1ª edição.

socialismo a partir de vários ângulos, para um plenário sempre superior a cem pessoas, entre dirigentes do PT, da CUT, parlamentares, lideranças de movimentos populares, membros de equipes de governo, ONGs, intelectuais, estudantes e convidados em geral. Já na carta convite para o evento, explicamos que nossa ideia era *discutir o que queremos entender por socialismo hoje, para o Brasil e para o mundo. E que não existia, de nossa parte, qualquer concepção prévia de socialismo e de como alcançá-lo (...)*. Penso que dessa forma estaremos construindo, juntos, uma compreensão do socialismo que esteja realmente à altura das exigências do novo século (...).

Nestes seminários, à cargo de Singer ficou a tarefa de estabelecer uma crítica à Marx e Engels, como os “clássicos do socialismo moderno”. O que ele fez mediante uma leitura do opúsculo *Socialismo Utópico e Socialismo Científico*, publicado por Engels em 1880. Além disso, ele partiu do pressuposto de que por meio da II Internacional “o socialismo científico” de Marx e Engels “se tornou a visão aceita pela maioria dos partidos operários europeus”, e de que:

Os clássicos parecem ter caído num reducionismo evidente. Pensavam que a propriedade privada dos meios de produção é a causa da divisão da sociedade em classes, a abolição daquela implica a eliminação desta. Mas a abolição da propriedade privada exige a criação de um regime de propriedade coletiva sobre o qual eles nada tinham a dizer (SINGER; MACHADO, 2000, p. 17).

Assim, apontou como formas opostas de gestão da propriedade a “centralização planejada” dos soviéticos e a “autogestão” proposta por Robert Owen através da ideia de aldeias cooperativas sob o capitalismo. Operando o retorno ao socialismo que “antes dos clássicos era uma proposta de sociedade melhor, mais livre e mais justa”, mas que com a influência dos mesmos “passou a ser o modo de produção que superaria o capitalismo, herdando deste todo o progresso econômico que ele teria suscitado e que seria a causa eficiente de sua queda inevitável”. Ainda na visão de Singer, o socialismo científico rejeita “os valores socialistas de liberdade, democracia e igualdade” como valores “utópicos” (SINGER; MACHADO, 2000, p. 18).

Certos posicionamentos de Singer mudam muito pouco. Suas justificativas para a economia solidária como projeto de desenvolvimento é que são alteradas conforme as críticas que recebe, conforme as mudanças na conjuntura política e econômica, ou seja, conforme a realidade pede novas justificativas para o que ele já tem em mente. Por essa razão, optamos por prestar atenção no que se repete com frequência em seu discurso, mais do que com suas muitas oscilações, embora não seja possível simplesmente ignorar uma coisa, nem outra.

O que mais se repete em seus textos é um culto ao indivíduo singular ou coletivo. A “solidariedade” é o que conecta os indivíduos entre si, uma ligação capaz de garantir “liberdade e igualdade” para os membros de cada grupo em particular. Ele apresenta um projeto de sociedade na qual todos os indivíduos competem harmoniosamente sob o *capitalismo democrático*, como um eterno caminhar rumo ao horizonte socialista.

Castro (2010, p. 24) defende que a biografia de Singer “é indispensável para compreendermos sua concepção de socialismo e a maneira como ele pensa a superação do capitalismo”. Filho de família judia e contemporâneo à ascensão do nazismo, ele migrou da Áustria para o Brasil aos oito anos, em 1940. A experiência do Holocausto o teria levado a se aproximar, ainda adolescente, em São Paulo, de um grupo político de jovens judeus “socialistas sionistas”, contrários tanto aos revisionistas quanto aos marxistas, colocando-se como um grupo em defesa “da pluralidade e da heterogeneidade de ideias”. Assim, Singer participou da construção do *Kibutz Hachshará*, em Jundiáí/SP:

...no qual trabalhava nas atividades produtivas, aprendia a viver coletivamente, estudava hebraico, movimento sionista e cultura judaica e se preparava para a vida em um kibutz em Israel (LECHAT, 2004). Em entrevista a Lechat, [Singer] declarou: “isto foi o início da economia solidária. Não tinha este nome, mas a ideia era fazer um socialismo. Um socialismo na prática através do que chamaríamos hoje de uma cooperativa integral.” (CASTRO, 2010, p.25).

Outro momento da história pessoal de Singer, indicado por ele como um momento em que viveu a “economia solidária”, é a fundação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, em 1969, após o economista ter sido aposentado de suas atividades docentes na USP por meio do Ato Institucional nº 5. Ele comparou a instituição a uma cooperativa pelo fato de existir uma “caixa comum”, mediante a qual todos que ali trabalhavam ganhavam a mesma quantia. Por conseguinte, “a postura antiautoritária, a vida em comunidade e a preocupação com a educação como instrumento de politização, como vimos, são elementos que acompanham Singer no decorrer de sua vida militante e intelectual” (Id., Ibid., p. 27).

Singer apresenta múltiplas e fragmentadas influências teóricas: “socialismo utópico”, “socialdemocracia”, “marxismo”, “liberalismo” e “neoliberalismo”, etc. Não encontramos termos melhores para definir seu modo de refletir sobre a realidade do que “método do isolamento”. Apenas para citar alguns exemplos, quando ele decide observar a “Revolução Industrial na Grã-Bretanha” como um modelo de “revolução social capitalista”, sua escolha

está baseada na “possibilidade de observá-la em isolamento, pois ela foi menos afetada por fatores externos do que as revoluções posteriores” (SINGER, 1998, p. 106).

Da mesma forma, quando pensa na gestão do trabalho no interior de cooperativas como algo que se contrapõe à gestão do trabalho no interior das empresas capitalistas, também reflete sobre o “autoritarismo” presente na sociedade capitalista por meio de um “método do isolamento”. Principalmente porque não questiona o papel das mais variadas instituições (entre elas o Estado) na manutenção desse “autoritarismo”, apenas o papel do patrão em relação ao empregado (SINGER, 1987, 1998, 1999, 2000, 2004).

Para Singer, o capitalismo é o *laissez faire*. Qualquer coisa que não esteja de acordo com o *laissez faire* pode não fazer parte da realidade do capitalismo. Além disso, “o liberalismo com voto censitário é o regime político que responde não só aos interesses da classe capitalista mas também à lógica do capitalismo enquanto sistema ‘puro’.” (SINGER, 1998, p. 115). Para o autor, através do sufrágio universal realiza-se o regime político da maioria trabalhadora, a “democracia proletária”. A “democracia” atual é considerada contraditória à “lógica do capitalismo” porque pressupõe o sufrágio universal e não o voto censitário²⁶. Assim, a desigualdade social estaria vinculada apenas ao “jogo de mercado que divide os membros da sociedade em proprietários e não-proprietários”, entre “perdedores e ganhadores” (Id., Ibid., p. 115). Mais um exemplo de sua inclinação em observar tudo *em sua pureza e linearidade*.

Em 1987, Singer publicou um pequeno livro didático no qual pretendia oferecer um conhecimento bastante introdutório sobre *A formação da classe operária no Brasil*, um texto que evidencia sua ideia que o capital é um poder pessoal, restrito às relações de assalariamento. Retomamos essa publicação porque sua atual defesa da economia solidária está baseada no entendimento que daí resulta sobre a classe trabalhadora e “demais classes”. Algo que o autor reafirma apesar das transformações impostas à classe trabalhadora (1999) a partir do que alguns definem como o esgotamento do padrão fordista de produção/acumulação (HARVEY, 2008), e outros entendem como a manifestação epidérmica de uma crise estrutural sem precedentes do sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2013).

²⁶ Observando o movimento pela reforma no Parlamento na Inglaterra, no início do século XIX, Singer diz que a aliança entre burguesia industrial e proletariado com esse objetivo foi desfeita diante da questão da ampliação dos direitos políticos (de votar e ser votado) que até então deveriam ser restritos a quem tinha propriedades: “mas havia pouca esperança que um parlamento eleito por voto censitário pudesse algum dia votar uma legislação que efetivamente restringisse a exploração do trabalho pelo capital. Daí que a luta pela proteção legal ao trabalhador desembocasse naturalmente na luta pelo alargamento dos direitos políticos... (SINGER, 1998, p. 76). Ele destaca o movimento cartista e o sindicalismo owenista nessa “luta operária pela ampliação dos direitos políticos” e deduz que o sufrágio universal é um “implante socialista no capitalismo” porque “em sua pureza” o liberalismo prevê o voto censitário (SINGER, 1998, pp. 74-78).

Singer pode expressar num mesmo livro a tese e a antítese como *processos paralelos*, cada qual em seu “isolamento”, e concluir que a solução é exatamente a tese. Em *Globalização e Desemprego*²⁷ chegou a apontar “flexibilização” das relações de trabalho após a década de 1970 como uma “contrarrevolução do capital” por meio da qual se vem minando os direitos trabalhistas historicamente conquistados, a solução proposta é que os trabalhadores abram mão desses direitos voluntariamente ao criarem cooperativas para “competir no mercado” (SINGER, 1999, pp. 29, 118-139).

É necessário considerar que, de uma página para outra, precarização do trabalho significa que o capitalismo “abandonou o campo de batalha”; ou empreendeu uma “contrarrevolução” contra o movimento sindical (Id., Ibid., pp. 28-29). Não é uma diferença irrelevante, no primeiro caso entendemos que a precarização do trabalho é resultado de uma “evolução natural” do capitalismo; no segundo, que ela caracteriza a atual fase da luta de classes e não o fim da luta de classes. Mais adiante será visto que não se trata exatamente de um deslize do autor.

No fim da década de 1990, quando o desemprego crescia em níveis alarmantes e suscitava preocupação em todo o mundo, ele lançou esse livro “tranquilizador” para explicar a relação entre globalização e desemprego no país, afirmando que este seria um problema da “classe média” e não dos “pobres antigos do Brasil” (Id., Ibid., p. 11). Trata-se de uma compilação de seis artigos contraditórios entre si. Mas, as ambiguidades não aparecem apenas de um artigo para outro, dentro de cada um elas se repetem com frequência razoável. Possivelmente porque o autor se propôs estabelecer uma junção entre o que chama de “paradigma individualista” e “paradigma estruturalista”, entre “neoliberalismo” e “socialismo”.

Um ano antes (1998), em *Uma Utopia Militante*, Singer quis repensar o desenvolvimento das forças produtivas e a “evolução” para o socialismo. Disse que infraestrutura e superestrutura “obedecem à dinâmicas distintas”. A infraestrutura seria movida pela “revolução das técnicas de produção”, pelas revoluções tecnológicas; enquanto “a dinâmica da supra-estrutura é dada por um complexo de interações sociais e políticas. *Uma das teses mais controvertidas de Marx é que este complexo é sempre dominado pela luta de classes*” (Id., Ibid., p.139, grifos nossos). Cada qual em seu “isolamento”, foram distinguidas “revolução social” e “revolução política” e, através dessa distinção, Singer reduziu as lutas do movimento

²⁷ O título completo é *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas*, publicado pela editora carioca Contexto em 1999. Ironicamente, a terceira edição do pequeno livro (139 páginas) traz o selo do Prêmio Jabuti, considerado um dos mais importantes prêmios literários do Brasil. Mas, essa obra de Singer ganhou o primeiro lugar na categoria “Economia, Administração, Negócios e Direito” em 1999. Fonte: <<http://premiojabuti.com.br>>

operário na Inglaterra às lutas pelo cooperativismo owenista no século XIX (Id., Ibid., pp. 65-134).

Desta forma, o autor se propôs questionar as teses de que a história se desenvolve por meio da luta de classes e de que o capitalismo não pode ser superado sem a superação de suas instituições. Assim, quando tratou da *reação* dos trabalhadores por meio de uma “revolução social socialista” paralela, mas em oposição à “revolução social capitalista” (Revolução Industrial), o autor dedicou um único parágrafo à Marx²⁸.

Nem mesmo as Internacionais Comunistas – cuja primeira foi fundada em 1864 e a última foi dissolvida em 1943 – foram lembradas quando ele retomou brevemente a questão da organização do movimento operário nos séculos XVIII e XIX. Sem de fato se preocupar em ir além das décadas de 1830 e 1840, resumiu essa organização às associações mutualistas que teriam originado os *trade unions* que, por sua vez, teriam originado as primeiras cooperativas operárias (Id., Ibid., pp. 85-89).

Abordamos outros textos de Singer, em especial artigos publicados em periódicos ou capítulos de livros. Contudo, mesmo que nossa leitura se resumisse aos textos destacados nesta seção seria possível concluir que o compromisso do autor é com a “superação do patrão” em empreendimentos econômicos determinados, ao lado da manutenção da *democracia liberal*, isto é, do *capitalismo democrático* em âmbito nacional.

1.4. Exploração do trabalho sob a crise estrutural do capital.

1.4.1. Reestruturação produtiva sob a crise estrutural.

O Estado keynesiano inseriu no ocidente a ideia do planejamento estatal centralizado, inspirado no planejamento da União Soviética. Seu surgimento pode ser atribuído à ameaça que os países onde vigorou o socialismo realmente existente representaram como alternativa ao

²⁸ Precisamente este parágrafo no fim do tópico em que trata das “reações da classe operária à revolução [social] capitalista” (SINGER, 1998, pp. 65-74): “Marx, sem dúvida, se inspirou em Thompson e Hodgson, embora não compartilhasse da tese de que o trabalhador teria ‘direito’ à totalidade do produto. Em vez disso, desenvolveu o conceito de mais-valia e a teoria da exploração do trabalho pelo capital. Na *Crítica ao programa de Gotha*, Marx lembrou que qualquer sociedade, mesmo a socialista, terá membros improdutivos (crianças velhos e outros) que serão sustentados partilhando o resultado do trabalho produtivo. Marx elevou toda a discussão ao nível de interpretação histórica, tentando combinar indignação moral com compreensão das possibilidades reais de que possa haver uma revolução socialista” (SINGER, 1998, p. 73).

capitalismo²⁹. Por outro lado, havia a ameaça do fascismo. Sob a crise mundial após a Grande Depressão de 1929 havia desemprego massivo e inflação. Assim, o “Estado regulador” emergiu com o papel de redistribuir a riqueza arrecadada mediante impostos por meio de políticas públicas, no sentido do atendimento de direitos sociais (PEREIRA, 2008).

Fenômeno contraditório, o Estado Keynesiano tinha por fim manter a integridade do capitalismo e ao mesmo tempo atender demandas sociais como o seguro social obrigatório, a legislação trabalhista, serviços de saúde e educação, entre outros benefícios aos trabalhadores vinculados a um programa de pleno emprego. Trouxe uma mudança significativa nos padrões de proteção social, em relação ao período anterior a 1940, e uma atenuação momentânea e localizada nos processos de pauperização absoluta (PEREIRA, 2008).

A partir de 1945, além de uma forma recuperar o capitalismo diante da recessão econômica, o Estado Keynesiano se caracterizou como um “novo modo de regulamentação” Estatal, adequado ao atendimento dos requisitos da produção fordista (HARVEY, 2008, p. 124). E, “isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo” (Id., *Ibid.*, p. 125). Por outro lado, o Estado Keynesiano teria favorecido as alianças entre grupos organizados da classe trabalhadora, garantindo-lhes maior poder político (PEREIRA, 2008, p. 89). No entanto, não se pode esquecer que se trata de um processo observável nos países centrais, especificamente: da Europa Ocidental e Nórdica, bem como parte da América do Norte. Porém, mesmo entre esses países não foi um processo homogêneo (HARVEY, 2008a).

Em torno de duas décadas antes da crise de 1929, o fordismo já vinha se tornando não só uma forma de organizar a produção nas fábricas, mas uma forma de organizar a própria sociedade. Gramsci ressaltou que o fordismo e o americanismo³⁰ resultaram da necessidade em se chegar a uma economia programática, superando o “velho individualismo econômico” (GRAMSCI, 2007, Vol. IV, Cad. 22, p. 241). Além disso, consistiram em um “maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo

²⁹ Depois da Revolução Russa (1917) mudou a correlação de forças em nível internacional. Pereira (2008) apresenta a perspectiva de autores para os quais nos países de socialismo realmente existente havia muito mais direitos sociais e garantias de que os trabalhadores vivessem dignamente do que nos países capitalistas, e isso representava uma ameaça ao capitalismo.

³⁰ Comparando o contexto americano ao europeu na época, o “americanismo complexo” caracterizava uma sociedade na qual não haviam “classes absolutamente parasitárias” – como os herdeiros das classes proprietárias, o Clero, a administração do Estado e os proprietários de terras na Itália –, todas as classes tinham uma função no processo produtivo. (GRAMSCI, 2007, Vol. IV, Cad. 22, p. 243)

jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem”, adequado ao novo tipo de trabalho no processo produtivo (Id., Ibid., p. 266).

A disciplina ambicionada por Henry Ford com relação aos trabalhadores não se resumia ao espaço das fábricas, estendia-se a sua vida cotidiana e familiar; aos seus momentos de lazer e seus hábitos de consumo. Isso porque ao lado da produção de massas foi posto o consumo de massas. O trabalhador era também o consumidor e, com isso, o que ele fazia com o seu salário e com o seu tempo livre era de grande interesse para Ford. Além disso, antecipando-se à recessão econômica dos anos 30, Ford incentivava que os trabalhadores fossem “autossuficientes”. Por exemplo, cultivando hortas e relacionando-se uns com os outros por meio da ajuda mútua (HARVEY, 2008, p. 122).

Por outro lado, com relação à *administração científica do trabalho* nas empresas, baseada na divisão entre saber/competência/decisão, Castro e Novaes (2011, p. 133) nos lembram de que: “É bastante conhecida a frase de Taylor que ‘todo possível trabalho cerebral deve ser banido do chão-de-fábrica e concentrado no departamento de planejamento’, ficando o trabalho de concepção nas mãos de engenheiros, economistas, administradores de empresas, etc.”. Os autores se referem à forma de gestão fordista/taylorista da produção nas fábricas que foi retratada no filme “Tempos Modernos”, de Charlie Chaplin (Modern Times, 1936). Só mais tarde o capital veio a conceber formas de gestão que visam capturar a subjetividade dos trabalhadores de forma integral dentro das empresas, em especial com os programas de “engajamento estimulado”.

A década de 1970 marcou o início da reestruturação produtiva do capitalismo e o fim da expansão econômica do pós-guerra. Neste momento, o Estado keynesiano se tornou empecilho para o grande capital, assim como o “aumento do preço” da força de trabalho em decorrência das lutas operárias persistentes desde o fim da década de 1960. Sob a perspectiva de Mészáros, a crise do padrão taylorista/fordista de acumulação consiste na expressão fenomênica de uma crise estrutural sem precedentes e manifestação do sentido destrutivo da lógica do capital (ANTUNES, 2009, p. 33).

Diferente de Mészáros, Harvey levantou a hipótese de transição do fordismo para um “regime de acumulação flexível”. O primeiro período de recessão do pós-guerra foi descrito como o desenvolvimento de uma das crises cíclicas do capitalismo, decorrente de sua: a) perpétua tendência à superacumulação e dificuldades em compensar as falhas do mercado³¹,

³¹ Antunes (2009, p. 32) cita um estudo de Robert Brenner (1999) para quem a crise pode ser explicada pelo aumento excessivo e constante da capacidade de produção fabril, expressão da acirrada competição internacional.

mesmo com o apoio de um sistema de regulamentação e do Estado; b) dificuldade de “controlar a força de trabalho” para garantir maiores lucros, aqui também se observa o papel do Estado na regulação (HARVEY, 2008, p. 118).

Para definir um “regime de acumulação”, o foco de Harvey (2008, p. 117) são as formas de regulamentação social e política que seriam responsáveis por garantir certa “unidade” entre os comportamentos individuais. Conforme o autor, essa “unidade” pode ser mantida por pouco tempo, mas possibilita a manutenção de regimes de acumulação capitalista específicos até o início de uma nova crise.

Mas, para Mészáros a “função corretiva” do Estado tende a falhar cada vez mais sob a crise estrutural. Em outras palavras, “trata-se da crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade. Aqui cabe assinalar que as instituições do capitalismo são inerentemente violentas e agressivas...” (Id. 2013, p. 65). Deste modo, é uma crise sob a qual a face intolerante e repressiva da “democracia” liberal vem a se mostrar com mais clareza. Daí uma razão pela qual o aparelho estatal por si só não pode ser um agente de transformação radical da ordem sociometabólica. Na verdade, ele inibe as manifestações nesse sentido através do consenso, mas pode chegar a métodos mais ou menos coercitivos até explicitamente, ainda que sob o argumento da “necessidade de se defender a democracia” (Id., *Ibid.*, pp. 61-63).

Por exemplo, o Estado brasileiro vem sustentando hoje uma política de militarização dos conflitos sociais. O modelo policial brasileiro, estruturado durante a ditadura militar e apoiado na ideologia da “segurança nacional”, mesmo depois da redemocratização na década de 1980 continua orientado para a defesa de interesses classistas e, *contra* as classes subalternas (BRAGA, 2015, pp. 109-111). É o que evidencia a aprovação da “lei antiterrorismo” (Lei nº. 13.260/2016) pouco tempo após o início dos protestos sociais que eclodiram em junho de 2013 e do aumento da atividade grevista desde 2011: “em 2012, o país viveu um recorde histórico de greves, inferior apenas aos anos de 1989 e 1990” (BRAGA, 2015, p. 155).

Em linhas gerais, a “acumulação flexível” foi definida como um regime de acumulação específico *dentro* do capitalismo, só que ainda mais calcado na superexploração do trabalho e, em certos aspectos, contrastando com o “fordismo-keynesianismo” dos anos 1945 a 1973: período de expansão capitalista que teve como base determinado conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, consumo e configurações políticas. O colapso do fordismo

Isso acarretou a perda da lucratividade das indústrias a partir da década de 1960 e está na raiz do crescimento acelerado do capital financeiro na década seguinte.

foi evidenciado pela crise financeira que se expressou de diversas formas a partir dos anos 1970, por exemplo: queda da taxa de lucros, hipertrofia da esfera financeira, aumento da concentração de capitais pelo crescimento das fusões entre empresas, taxas de inflação recordes, diminuição do progresso técnico (HARVEY, 2008)

De início, a resposta forjada pelo capital para superar a crise levou à desvalorização das mercadorias, da força de trabalho e do valor dinheiro. Em seguida, ocorreu grande aumento de “capital fictício”, e também a expansão e suburbanização das atividades produtivas, levando a uma “nova divisão internacional do trabalho” (HARVEY, 2008, p. 141). No estudo de Marcelino sobre as terceirizações no Brasil (2008, p.122), é apontado que o número de empresas transnacionais passou de sete mil em 1970 para trinta e sete mil em 2003.

Foram criados novos conjuntos industriais em regiões menos desenvolvidas. Ao serem criados focos de acumulação flexível nas regiões que não tinham tradição industrial anterior, as práticas e normas regressivas nelas adotadas com relação à força de trabalho foram reimportadas para os países centrais (HARVEY, 2008. p. 140), os trabalhadores desses países também vêm perdendo os direitos historicamente conquistados. E, essas novas formas de produção recompuseram as taxas de lucro das empresas também porque foram exitosas na aceleração do ritmo da inovação de produtos e na exploração de nichos de mercado que a economia de escala não atingia (HARVEY, 2008).

Até aqui tratamos do que para Mézáros não são as causas, mas a manifestação de uma crise global sem precedentes, isto é, uma significativa mudança ocorrida no sistema do capital em seu conjunto. Em 1995 ele já escrevia:

Sua natureza não pode ser explicada, como foi tentado de início, apenas em termos de uma crise *cíclica* tradicional, uma vez que tanto o âmbito como a duração da crise a que fomos submetidos nas últimas duas décadas superam hoje os limites historicamente conhecidos das crises cíclicas. [...] À medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos *limites estruturais* do capital, ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso (MÉSZÁROS, 2013, p. 41).

Não há capitalismo sem crises, desde sua origem é um sistema que se desenvolve por meio de crises cíclicas. Contudo, esse conjunto de transformações à partir de meados dos anos 1970 é entendido como a *crise estrutural do sistema sociometabólico do capital*. Em outras palavras, o fim do Estado Keynesiano e início da hegemonia neoliberal estão relacionados com

o fato de que o capital enfrenta uma crise sistêmica e sem solução. Sob a *crise estrutural*, as crises cíclicas tornam-se cada vez mais graves e frequentes. O que significa que inaugurou-se uma *nova época* e não uma *nova conjuntura* histórica (MÉSZÁROS, 2004, p. 15).

Mészáros (2013, pp. 69-70) entende que desde a década de 1970 o capital alcançou tal ponto de saturação que formas de imperialismo e neocolonialismo não foram suficientes para evitar que a força de trabalho nos países centrais não sofresse as consequências da queda da taxa de lucro. Antes da eclosão da crise estrutural, as tensões geradas no interior de um sistema de produção específico – em grande medida advindas do antagonismo básico entre capital e trabalho –, podiam ser adequadamente “exportadas” para conter por algum tempo as tensões nos países centrais. Agora verifica-se a intensificação da taxa de exploração do trabalho mesmo dentro destes países. A promessa de um futuro de consumo para todos, sob a qual antes da crise se justificava as taxas de desemprego, consistiu num “instrumento de mistificação”, entre aqueles sob os quais o capital vinha mantendo seu “controle ideológico paralisador” sobre a classe trabalhadora. Este foi o principal instrumento a ser abalado com a crise estrutural (Id. Ibid., p. 69).

Mészáros revela absoluta descrença no processo de desenvolvimento do capital: “um sistema incapaz de fixar limites para o imperativo de auto-expansão num mundo de recursos finitos é claramente insustentável a longo prazo” (Id., 2004, p. 40). Ao lado do aprofundamento dos níveis desemprego e da devastação sistemática da natureza, aponta também a acumulação contínua do poder de destruição e demais consequências do setor industrial militar como setor fundamental da economia mundial na atualidade. Entre tais consequências, a deterioração da competitividade das indústrias, uma vez que se privilegia o investimento para desenvolvimento tecnológico no setor militar (Id., 2013, pp. 33-34). Além disso, existe “o uso, hoje rotineiro, em larga escala da mais brutal máquina militar, combinada com falsos pretextos para a guerra e suas cínicas justificativas ideológicas –, com a ideia absolutamente irracional de colocar sob controle autoritário as condições agravantes da ordem política e socioeconômica estabelecida” (Id., 2004, p. 15).

Como o capital é movido pelos imperativos da acumulação e auto-expansão, existe a negação do atendimento das necessidades elementares de milhões de famintos. Inclusive, mediante a produção de escassez material artificial³² (Id., 2013, pp. 53, 61). Desta maneira, o

³² Retomamos aqui um exemplo levantado por Losurdo (2015, p. 279): mesmo antes dos Estados Unidos recorrerem à guerra propriamente dita, ou seja, às bombas, o embargo econômico que impôs ao Iraque significou a morte de mais de 500 mil crianças de fome e doenças. Por isso, o autor define o embargo como uma “arma econômica de destruição em massa” que ameaça não só os pequenos países. Na verdade, a “arma de destruição por excelência”, que teria matado mais no Iraque do que as bombas de Hiroshima e Nagasaki juntas. Entretanto,

que o que está em questão para o autor é o potencial de sobrevivência da humanidade e não só do capitalismo.

A fase atual de realização do sistema sociometabólico do capital através do capitalismo está centrada na subsunção real do trabalho ao capital. Ou seja, o capital não separa valor de uso e valor de troca, antes, subordina o primeiro ao segundo. E, cada vez mais a produção está condicionada ao imperativo da acumulação desenfreada. Entre as consequências destrutivas desse processo estão a “precarização estrutural do trabalho”, vinculada ao crescimento do desemprego, do trabalho desregulamentado e da miséria.

O capitalismo não pode ser “neuro” e nem pode conciliar por muito tempo os interesses antagônicos do trabalho, por um lado e; do capital, por outro. O mais próximo que se chegou de uma tentativa nesse sentido foi através das políticas keynesianas. Mas, a promessa keynesiana de resolução do “problema econômico da humanidade” historicamente se revelou uma falácia porque, apesar de todos os avanços das forças produtivas de nossa sociedade, o que se sucedeu de lá para cá foi um maior enraizamento das desigualdades estruturais (MÉSZÁROS, 2004, pp.12-13).

A origem da crise estrutural está na *incontrolabilidade* essencial do sistema, além de sua *destrutividade* e *autodestrutividade*. O sistema sociometabólico do capital – SSMC consiste num *sistema de mediações*, cada uma delas essencialmente contraditória. As *mediações de primeira ordem*, “ontologicamente fundamentais entre homem e natureza”, são inerentes à relação primária entre os indivíduos e sua atividade produtiva essencial: qualquer que seja a época histórica o ser humano precisa produzir para sobreviver. Na vigência do SSMC, as mesmas são ocultadas e conduzidas pelas *mediações de segunda ordem*, que são específicas, reificadas, próprias do capitalismo e controlam os humanos ao invés de serem por eles controladas (MÉSZÁROS, 2006, p. 227; ANTUNES, 2009).

As mediações capitalistas de segunda ordem são “o caráter fetichista da mercadoria, troca e dinheiro; trabalho assalariado; competição antagônica; contradições internas mediadas pelo Estado burguês; o mercado; a reificação da cultura, etc.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 227-228). Por meio delas, o valor de uso das coisas acaba totalmente subordinado ao valor de troca. Sendo inerente à essência desse sistema de mediações enquanto “mecanismo de controle” que seus elementos devam escapar ao controle humano, para transcender a alienação ele deve ser

no geral ele recorre à esse argumento justamente como uma das justificativas para a tese stalinista do socialismo num só país e da necessidade de manutenção da burocracia estatal.

superado de maneira radical e não em um ou outro de seus aspectos (MÉSZÁROS, 2006, p. 228). Em outras palavras:

“Mediação” não deve ser confundida com “gradualismo” e “reformismo”, mesmo que envolva medidas que apenas possam ser implementadas passo a passo. O que decide a questão é o modo pelo qual os passos parciais são integrados numa estratégia coerente global, cujo alvo não é apenas a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores (que são estritamente conjunturais e, em todo caso, reversíveis), mas a estruturação radical da *divisão de trabalho* estabelecida (MÉSZÁROS, 2002, p.630).

Sob a crise estrutural, o desemprego crônico atingiu não só os países de capitalismo menos desenvolvido, como também os mais desenvolvidos; não atingiu apenas os trabalhadores não-qualificados como também qualificados. Este problema irremediável indica um movimento em relação ao colapso do SSMC: “o desemprego crônico representa um limite absoluto – no sentido de insuperável – do sistema do capital em si e de todas as suas variedades possíveis.” (MÉSZÁROS, 2004, p. 17). Esse é apenas um, dentre outros limites absolutos. Contudo, o posicionamento do autor não se vincula a uma “teoria da catástrofe”, segundo a qual o colapso desse sistema *necessariamente* levaria ao socialismo. Entre as possibilidades existe, inclusive, a de universalização da barbárie já presente e cujo exemplo são as formas de trabalho “análogo” à escravidão existentes.

Assim, ultrapassar o capitalismo implica uma decisão de massas conscientemente organizadas, daí emerge o papel fundamental das vanguardas políticas. Papel que não se esgota na chamada “inclusão social”. Sob este ponto de vista, até mesmo os trabalhadores escravizados contemporaneamente de “forma ilegal” ou os “cidadãos” em situação de mendicância estão de fato *incluídos*, no sentido de que não escapam à ordem universalizante do sistema: *essencialmente desigual*. Além disso:

Somente indivíduos particulares, e não as classes, podem ser integrados em uma estrutura vigente da sociedade que é constituída pelas próprias classes. Devido ao antagonismo estrutural entre capital e trabalho, qualquer discurso sobre a ‘integração’ ou o ‘aburguesamento’ do proletariado, em uma sociedade cujas relações produtivas permanecem essencialmente as mesmas, é uma contradição nos termos, não importa que tipo de intenção política possa estar por trás disso (Id., 2008, p. 68).

Dentro dos diferentes países, o grande desafio do século XXI consiste em combinar estratégias de atendimento de necessidades imediatas – relativas à sobrevivência – com

necessidades mais abrangentes, relacionadas a transformações de longo prazo, no sentido de “uma ordem social qualitativamente diferente em que deixam de existir as tendências destrutivas, hoje dominantes, de crescimento canceroso e acumulação de capital” (MÉSZÁROS, 2004, pp. 16). O autor afirma que em âmbito internacional “a nova ordem proposta pode tornar-se possível (...), acima de tudo pela eliminação radical da desigualdade estruturalmente imposta entre o ‘mundo capitalista avançado’ e o que é tendenciosa e paternalisticamente caracterizado como o ‘mundo subdesenvolvido’.” (Id., Ibid., p. 39).

Essa reflexão sobre uma nova ordem como possibilidade e necessidade é bem diferente daquela que sugere que uma “economia alternativa” está se desenvolvendo “harmoniosamente” sob o capitalismo. Fundamentalmente, porque não nega, antes aponta a possibilidade e a necessidade de relacionar estratégias de sobrevivência e luta de classes. As lutas de classes não se realizam fora da história, nem em terrenos “neutros”. Por isso, se decidirmos pensar em formas de “trabalho autogerido” como *instrumento* e não como *alternativa* à luta de classes, é necessário observar que a “deterioração” das relações de assalariamento não são fruto de uma “evolução natural” do capitalismo, mas um processo histórico. Assim, é imprescindível considerar que na história recente:

No meio do furacão da crise que agora atinge o coração do sistema capitalista, vemos a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado, herdeiro da era taylorista e fordista, modelo dominante no século XX – resultado de uma secular luta operária por direitos sociais – que está sendo substituído pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico”, formas que oscilam entre a superexploração e a própria autoexploração do trabalho, sempre caminhando para uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global. Isso sem falar na explosão do desemprego que atinge enormes contingentes de trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes... (ANTUNES, 2013, p. 13).

A classe dominante brasileira confunde-se com a classe dominante global, posto que é a própria personificação do capital financeiro internacional. Abordando a questão, Darcy Ribeiro (1995, p. 248) entende que na origem do fracasso das majorias está o êxito das minorias “em seus desígnios de resguardar velhos privilégios por meio da perpetuação do monopólio da terra, do primado do lucro sobre as necessidades e da imposição de formas arcaicas e renovadas de contingenciamento da população ao papel de força de trabalho superexplorada.” Ao defender seus interesses, num momento de enfraquecimento do movimento operário internacional, a classe dominante desencadeou, a partir de todo o processo de globalização capitalista (e de sua ideologia neoliberal) um crescimento sem paralelo do exército industrial de reserva, lançando milhares de brasileiros no desemprego, na miséria, na prostituição infantil e na mais bestial escalada da violência urbana e rural [...]. No atual processo de transformação do capitalismo, em sua fase de crise

estrutural, paralelo ao mito do mercado que tudo resolve, desenvolve-se o mito do cidadão globalizado autônomo... (GENNARI, 2011, P. 27).

As duas citações são fundamentadas nas teses de Mészáros sobre a crise estrutural. Através dessa perspectiva histórica, não é possível separar os “privilegiados” dos “desprivilegiados”, tampouco os *efeitos* das suas *causas*. É realmente plausível que num momento de crise econômica, social e política, espontaneamente alguns grupos de indivíduos se organizem com a finalidade de proporcionar ajuda mútua, de garantir sua sobrevivência. Mas não se pode perder de vista que estes são efeitos, e nem são *todos* os efeitos.

As causas da “deterioração” das relações de assalariamento contemporaneamente não podem ser suprimidas simplesmente porque se resolve ignorá-las. Entre as várias formas que assume o discurso apologético³³ sobre o capitalismo, está a negação das contradições do sistema até o último instante e, “quando os conflitos já não podem ser ocultados, são tratados meramente como *efeitos* divorciados de suas *causas*” (MÉSZÁROS, 2013, p. 59).

Numa conferência sobre *a necessidade do controle social* proferida em 1971, Mészáros fez referência a um texto em que o autor enfatizava que, por meio de um colapso energético em Nova Iorque, “vizinhos que viviam como estranhos passaram a conversar e sentiram prazer em se ajudar mutuamente. Havia espaço para a gentileza” (MISHAN *apud* MÉSZÁROS, 2013, pp. 59-60). Desta maneira, a eficiência tecnológica foi definida por Mishan como o que afasta as pessoas, ao invés da forma que as relações sociais assumem sob o capitalismo. A “falta de luz” foi tida como a solução para a aproximação dos vizinhos, esquecendo-se que a energia elétrica já se tornou uma necessidade humana. É assim que o discurso da “eficiência” do capitalismo foi mais uma vez substituído pelo da necessidade de “autorrenúncia” num momento de crise.

1.4.2. A classe trabalhadora hoje.

Harvey (2008) chama a atenção para a fase atual da luta de classes e mostra a precarização do trabalho como um processo mundial. O capital encontrou formas mais “flexíveis” de explorar o trabalho, se comparadas ao período fordista de acumulação: “o trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões

³³ “... são diversos os caminhos da apologia, mas o destino de todos é o mesmo: mitigar as contradições para salvar a realidade existente” (PINASSI, 2009, p. 21).

que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas” (Id., *Ibid.*, p. 141).

O processo de reestruturação econômica e do mercado de trabalho veio contribuir e, ao mesmo tempo, foi favorecido pelo desmantelamento das formas de representação político-sindicais dos trabalhadores. Como organizar hoje os trabalhadores terceirizados, quarteirizados, temporários, trabalhadores em tempo parcial, em domicílio, os trabalhadores “pessoa jurídica”, ou mesmo aqueles cooperados ou associados?

Para Antunes (1995a), não se trata de um declínio do sindicalismo, mas sim, de uma crise cuja superação dependerá da forma como esse movimento enfrentará questões cruciais, tais como: a precarização da proteção social e a crescente individualização das relações de trabalho; a tendência de burocratização e institucionalização das entidades sindicais e seu consequente afastamento dos movimentos sociais autônomos; o culto ao individualismo, ao consumo e à resignação social; o novo corporativismo e sua defesa de categorias isoladas; a tendência de redução do sindicato ao espaço fabril como um agente de cooperação entre trabalhadores e empresa, entre outros desafios (MARCELINO, 2008, p.152).

Uma crise do sindicalismo no Brasil pode ser identificada a partir da desmobilização de coletivos de trabalhadores em comparação com as lutas sindicais dos anos 1980, e manifestou-se na queda no número de filiados, na diminuição do poder de negociação dos sindicatos e na queda das taxas de greve (MARCELINO, 2008, pp. 148-149). Além disso, pressupõe-se que o sindicato tem apresentado uma debilidade política a partir de um viés burocrático-corporativo, algo que o impossibilita de se colocar como instrumento de generalização das lutas da classe trabalhadora; ou mesmo de reagir contra o capital em seu processo de reestruturação (ALVES, 2002, p. 91).

Os autores acima estão entre aqueles que defendem a existência de uma “crise” do sindicalismo, entendendo como “crise” algo passível de solução; mas existe outra vertente que aponta um “declínio” do sindicalismo, uma irreversibilidade da crise que o estaria levando ao fim como via de luta dos trabalhadores. Adiantamos que para definir a economia solidária como a via de luta dos trabalhadores, Singer já chegou a pressupor uma “derrota decisiva” do sindicalismo e dos partidos políticos historicamente ligados à classe trabalhadora a partir do processo de globalização da economia capitalista (SINGER, 1999, pp. 28-29).

A noção de “precarização do trabalho” por parte de alguns autores concentra-se na reversão das reformas sob o capitalismo empreendidas, principalmente, por meio da luta sindical. Nesse sentido, precarização significa a gradual perda de direitos trabalhistas, em

especial através da tercerização (MARCELINO, 2008). No entanto, sempre houve precariedade na relação entre trabalho e capital. Exemplo é a situação de uma “ampla camada de trabalhadores precarizados formada, sobretudo, por jovens imigrantes não sindicalizados e não brancos” (BRAGA, 2015, p. 191) mesmo nos países onde existiu um Estado Keynesiano na regulação da relação entre capital e trabalho no século XX. “Aliás, nunca é demais lembrar que, para Marx, em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é parte constitutiva da relação salarial” (Id., Ibid., p. 26).

Assim, o que existe hoje é uma “acentuação da precarização” em escala global, no sentido da ampliação da exploração do capital sobre o trabalho vinculada à espoliação dos direitos sociais e trabalhistas. Na vigência do Estado Keynesiano em alguns países a precariedade pôde ser camuflada por meio da garantia desses direitos, mas cada vez mais tem ficado clara “a precariedade como condição social inerente à mercantilização do trabalho” (Id., Ibid., p. 27).

Com o esgotamento do padrão fordista de acumulação – uma das manifestações da crise estrutural –, para a manutenção dos lucros das empresas a tendência dos mercados de trabalho foi de redução dos trabalhadores “centrais” e, cada vez mais, o emprego de uma força de trabalho que poderia ser facilmente demitida. Assim, o elemento articulador de um movimento no sentido de precarização do trabalho no Brasil são as redes de subcontratação, isto é, “são as redes de subcontratação, resultado do impulso de descentralização produtiva para redução de custos, mais fortes a partir do início da década de 1990, que desestruturaram o mercado de trabalho no Brasil para reconstruí-lo de uma nova forma: precarizado” (MARCELINO, 2008, p. 138).

Desta forma, uma das principais questões impostas ao movimento sindical tem sido a terceirização que pode se realizar, por exemplo: a) por meio da contratação de empresas que oferecem mão de obra para a execução de “atividades secundárias” de empresas maiores, hoje as mais comuns são as atividades de limpeza e manutenção; b) através da contratação de um trabalhador singular como pessoa jurídica, ou seja, como “microempresário”, num processo que vem sendo chamado de “pejotização”; c) por meio da compra regular de produtos ou serviços produzidos por cooperativas de trabalhadores. Quando uma empresa mantém uma cooperativa como forma de driblar a legislação trabalhista, a “supressão do patrão” dentro dessa cooperativa é meramente *formal*, não importa como os trabalhadores se organizem internamente (*Seções 1.4, II; 3.5, II e III*).

O serviço público³⁴ também foi diretamente afetado pelo processo de reestruturação produtiva e pelas políticas neoliberais, apesar de ainda ser um setor importante do emprego formal, a partir da década de 1990 cresceu o número de funcionários públicos sem vínculo empregatício estável.³⁵ Ao lado da precarização do serviço público está a descentralização das atividades desempenhadas pelo Estado através da terceirização e consequente expansão do chamado “terceiro setor”.

A terceirização “é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho” (MARCELINO, 2008, p. 32). Em primeiro lugar, o ônus da terceirização recai sobre os trabalhadores; em segundo, sobre as empresas terceiras que além de diminuir os salários de seus trabalhadores, diminuem seus próprios lucros. As consequências mais óbvias da terceirização são a diminuição do poder de organização coletiva e a precarização das condições de trabalho e de vida devido à alta rotatividade dos contratos, a baixa remuneração e a longa jornada (Id., Ibid.).

De acordo com Márcio Pochmann, a taxa de terceirização registrou elevação inédita, passando de 8,9% a 97,6% do saldo líquido dos empregos gerados no estado de São Paulo entre 1995 e 2002.³⁶ Isso aconteceu porque o interesse na terceirização que até então se encontrava circunscrito entre as corporações transnacionais passou a ser difundido pelo conjunto das empresas no Brasil. Esse movimento foi favorecido pelas políticas econômicas neoliberais, como as que envolveram o Plano Real lançado em 1994; e também pelo Enunciado 331 do Superior Tribunal do Trabalho que, ao definir os setores cabíveis de terceirização, acabou por conferir segurança jurídica para as empresas com interesse em contratação de trabalhadores por empresa interposta.

A terceirização é um processo que até hoje avança no interesse do capital em oposição aos interesses do trabalho. Exemplo recente é o projeto de lei que chegou a ser aprovado na câmara dos deputados em abril de 2015, com a finalidade de ampliação dos tipos de serviços que hoje são legalmente terceirizados. Defensores do projeto de lei 4330/2004 há muitos anos

³⁴ Por exemplo, citamos os PDVs – Programas de Demissão Voluntária da década de 1990 que, segundo Alves (2002), tiveram por fim tanto reduzir custos salariais através da terceirização das atividades dos funcionários demitidos, quanto incorporar uma força de trabalho com menor capacidade de mobilização, através de um processo de reestruturação da subjetividade do trabalhador (ALVES, 2002).

³⁵ Segundo Alves, entre 1992 e 1998 cresceu de 11,7% para 19,7% o número de servidores públicos com contratos temporários de emprego, o que demonstra a precarização do serviço público. (Alves, 2002, p. 83)

³⁶ Fonte: <<http://revistaforum.com.br/marciopochmann/2012/01/11/terceirizacao-do-trabalho/>> Consultado em 13/06/2012.

aguardam o momento favorável para implementá-lo, não foi o caso de 2015. No entanto, o PL ainda está em tramitação e prevê a legalização da contratação de empresas “prestadoras de serviços” para executarem “atividades-fim” das empresas contratantes, hoje é legal apenas a contratação para “atividades-meio”.

A possibilidade de aprovação dessa lei mediante a mais recente ofensiva reacionária no país remete a um cenário no qual grandes empresas concentram os lucros e quase nenhum trabalhador, ao mesmo tempo em que pequenas empresas concentram quase todos os trabalhadores e poucos lucros. As últimas sob total dependência em relação às primeiras e, conforme se observa hoje em dia, enfrentando maior risco de falência. Além da diminuição dos salários e o aumento da carga de trabalho que a terceirização implica, há o aumento dos acidentes de trabalho e do risco de os trabalhadores não receberem seus direitos caso essas empresas (que os contratam para trabalhar para outras empresas) venham à falência³⁷.

No processo de reconfiguração do mercado de trabalho no Brasil destaca-se ainda a “valorização” do “setor informal”. Ele passou a ser aclamado desde a década de 1990 pelo capital que estrategicamente encontrou uma saída para se ver livre dos tributos e demais obrigações trabalhistas, e pelo Estado que nele se apoiou como alternativa ao desemprego em massa. Emergiu assim o culto ao “empreendedorismo” individual ou coletivo, desde que o produto gerado por meio desse novo empreendimento pudesse ser submetido às condições de compra e venda pré-determinados.

O que ocorreu na história da formação da classe operária brasileira, inserida no chamado “fordismo periférico”, foi a migração dos trabalhadores para as grandes cidades, “atraídos por qualificações industriais e direitos sociais”. Diante das condições degradantes de trabalho e de vida encontradas, existiram alguns ciclos de mobilização desses trabalhadores, especialmente entre 1953-1957 e entre 1960-1964, mas também entre 1978-1980 (BRAGA, 2015, 95). O que significa que as leis trabalhistas hoje existentes não são “uma dádiva” do Estado, são fruto da luta da classe trabalhadora.

No entanto, embora exista uma extensa legislação, nunca foi constituída *de fato* no Brasil uma eficiente regulação pública do trabalho³⁸, isso em comparação com os países onde

³⁷ SAKAMOTO, Leonardo. *Especialistas apontam os riscos aos trabalhadores em um governo Temer*. 25/04/2016. Fonte: <blogdosakamoto.blogosfera.uol.com>

³⁸ “Ao final do longo período de industrialização 1930-80, aproximadamente metade da população ocupada não tinha acesso ao sistema de proteção social constituído em 1940. Em grande medida, essa situação foi viabilizada pela recorrência de governos autoritários que combateram violentamente a ação sindical e as tentativas de efetivação de uma regulação social mais ampla para o mercado e as relações de trabalho no Brasil. Esse movimento foi favorecido, ademais, pela recorrência de uma excessiva disponibilidade de força de trabalho constituída na

vigourou o “Estado de bem-estar social”. E, especialmente se considerado o grande desenvolvimento econômico vivido entre as décadas de 1960 e 1970, até a década de 1980 o problema não era exatamente o desemprego, mas a recorrente informalidade do trabalho que acompanhou o crescimento do país em longo prazo, entre 1930-80, permitida por um modelo de regulação desprovido de mecanismos redistributivos (DEDDECA, 2005).

Assim, “o baixo grau de proteção social reproduziu um mercado de trabalho pouco institucionalizado marcado pela presença extensa de contratos de trabalho estabelecidos informalmente” (DEDDECCA, 2005, p. 101). O que significa que a informalização do mercado de trabalho “é um aspecto estrutural de um país capitalista dependente e subalterno e de desenvolvimento industrial retardatário” (ALVES, 2002, p. 72). Ou seja, “a precariedade da reprodução da força de trabalho é uma característica estrutural do fordismo periférico que continua presente ainda hoje” (BRAGA, 2015, p. 27). O que aconteceu na década de 1990 foi que a informalização veio a ser redimensionada, ao lado desemprego estrutural, quando se observa a influência da primeira crise explícita do setor industrial brasileiro (DEDDECA, 2005, pp. 100-101).

Mészáros enfatiza que, diante da crise estrutural, nem a precarização do trabalho poderá amenizar minimamente o aumento do desemprego em todo o mundo (Id., 2004, p. 18). A reestruturação do capitalismo se traduziu em altos níveis desemprego, apontado como ameaça ainda pior do que o aprofundamento da *precarização* e como elemento que contribui para que as relações de trabalho sejam precarizadas: “no Brasil, os trabalhadores que ficaram nas empresas reestruturadas, trabalham com a arma do desemprego na cabeça, feliz expressão de Dedecca. Os que foram vítimas da desestruturação industrial ou já pertenciam ao mercado informal, trabalham com a arma da fome na cabeça.” (NOVAES; LIMA FILHO, 2008, p. 6).

Com o aumento do desemprego na década de 1990 no Brasil, o governo justificou a queda na taxa de emprego do setor industrial com um aumento do emprego no setor de serviços, caracterizado pela falta de proteção social³⁹. Além disso, o setor informal passou a ser

segunda metade do século XIX, que jogou permanentemente contra a organização sindical e que garantiu baixos salários para o processo de industrialização.” (DEDDECCA, 2005, p. 101)

³⁹ Com base em dados do IBGE, Alves identificou um aumento de 4,5% para 7,5% na taxa de desemprego aberto do país entre 1995 e 1999, aumento que teve influência direta da diminuição dos postos de trabalho na indústria a partir do processo de reestruturação produtiva e abertura comercial que também atingiu o setor de serviços. (Alves, 2002, p. 86)

valorizado pelo governo, que pretendia mudar as estratégias de mensuração do emprego⁴⁰. Isso, enquanto o modelo de regulação do trabalho previsto na Constituição vinha sendo atacado pelos neoliberais como veículo de uma segmentação no mercado de trabalho (DEDECCA, 2005; ALVES, 2002).

O desemprego é posto pela ideologia hegemônica como sendo de responsabilidade do indivíduo, seja porque não adquiriu “empregabilidade” ou porque não é “empreendedor” o suficiente para abrir um negócio próprio. Em nível institucional, atribui-se o problema a uma “excessiva” regulação das relações de trabalho imposta pelo sistema de proteção social. Os setores empresariais veem “rigidez” na legislação e a apontam como empecilho para a competição entre empresas. Com o intuito de reduzir ainda mais o “preço do trabalho” declararam guerra contra os entraves à contratação e demissão de pessoal e contra os “gastos” com direitos sociais.

Além do processo de precarização do trabalho através do ataque direto do capital aos direitos trabalhistas, acompanhado da “valorização” do setor informal e o aumento do desemprego; outra tendência no mercado de trabalho no Brasil é o crescimento do setor de serviços, setor que mais cresceu nos últimos 20 anos (BRAGA, 2015, p. 181). Esse processo acompanha as transformações impostas ao setor industrial. Segundo Braga (2015, p. 84), os governos do PT vêm reproduzindo a trilha aberta pela “hegemonia Tucana” que consiste em “trocar a indústria de transformação por setores que utilizam largamente o trabalho não qualificado”, caso do setor de serviços. Sob o exemplo do *precariado* dos *call centers* hoje, o crescimento do setor de serviços viria confirmar:

... a velha lição do marxismo crítico que floresceu na América Latina entre as décadas de 1950 e 1960: em países outrora colonizados e depois subdesenvolvidos, as modernas relações de produção capitalistas são dominadas pelo atraso, tendendo a reproduzir as bases materiais da produção massificada do trabalho barato (BRAGA, 2015, p. 88).

Portanto, o crescimento econômico brasileiro nas últimas décadas continuou apoiado na difusão do trabalho barato/não especializado caracterizado pela dificuldade de auto-organização desses trabalhadores em sindicatos: “não devemos esquecer que, entre 2003 e 2010, o país criou anualmente 2,1 milhões de empregos formais. No entanto, 94% desses

⁴⁰ A informalização do mercado de trabalho implica no chamado “desemprego oculto”, assim descrito para diferenciá-lo da situação de “desemprego aberto” que abrange os trabalhadores do exército industrial de reserva que estão a margem também do mercado informal.

empregos pagam baixíssimos salários (até 430 dólares). Sem mencionar o fato de que entre 2009 e 2012, o tempo médio de permanência do emprego caiu de 18 para 16 meses”. Além da alta taxa de rotatividade, o que caracteriza esses empregos são a consequente “rotina do adoecimento decorrente da intensificação do ritmo de trabalho”. O que tem feito os teleoperadores se aproximarem dos sindicatos atualmente (BRAGA, 2015, P. 154).

A alta taxa de rotatividade e a rotina do adoecimento são algumas das razões pelas quais o *preariado*, esse seguimento da classe trabalhadora, teria sido importante nas *Jornadas de Junho de 2013*. Cujo ponto de partida é atribuído aos protestos do Movimento Passe Livre contra o aumento da tarifa em São Paulo e, depois, em outras cidades brasileiras. Tem como “evento detonador” a violência policial em repressão a este movimento, com a mesma truculência com a qual sempre agiu na periferia (Id., *Ibid.*, p. 157).

Sobre a “nova morfologia” da classe trabalhadora é necessário considerar que, especialmente nos países periféricos e diante da acentuação da precarização do trabalho, tornou-se mais complexo apontar a centralidade do proletariado urbano-industrial na luta contra as *personificações do capital*, ou seja, das classes proprietárias que agora incluem aquelas que se desenvolveram mediante o processo de financeirização/globalização da economia capitalista.

A classe trabalhadora hoje exclui, naturalmente, os gestores do capital, seus altos funcionários, que detém papel de controle no processo de trabalho (...) ou ainda aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros. Exclui também, em nosso entendimento, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária (ANTUNES, 2009, p. 104).

As *personificações do capital* são quem “têm o mandato estrito de executar os objetivos e imperativos do capital, caso contrário são ejetados sem cerimônia do processo de reprodução social como ‘capitalistas fracassados’.” (MÉSZÁROS, 2004, p. 19). Isso porque “As formas particulares de personificação do capital podem variar consideravelmente, contanto que as formas assumidas se moldem às exigências que emanam das características definidoras essenciais do sistema” (MÉSZÁROS, 2002, p. 781).

A centralidade da luta do proletariado-urbano industrial merece ser problematizada ainda se essa luta for entendida como luta sindical por reformas sob o capitalismo, mais ainda se for vista como uma luta corporativista destinada ao atendimento das necessidades dos trabalhadores diretamente envolvidos. A “fase sindical” corresponde à “luta econômica espontânea” nascida da condição do proletariado em relação à burguesia. Não é *por si só* uma

luta revolucionária, tanto que até os reformistas e os fascistas admitiram a luta sindical elementar. Para que a luta sindical seja revolucionária é preciso que a luta econômica esteja acompanhada da luta política, ou seja, a classe trabalhadora precisa ter consciência de ser a protagonista de uma *luta geral*, relacionada a todas às questões mais vitais da organização social (GRAMSCI, 1978, IV, pp. 24-25).

O que não é possível questionar hoje é o fato de que a classe que depende exclusivamente de seu próprio trabalho para sobreviver tem se ampliado, ou seja, está muito longe de desaparecer. Antunes (2009), com sua expressão *classe-que-vive-do-trabalho*, retoma a noção marxiana de classe trazendo em seu bojo as transformações históricas pelas quais a classe trabalhadora vem passando, até chegar numa noção ampliada da mesma e concluir que ela está mais fragmentada, heterogênea e diversificada.

Em primeiro lugar, trabalhador é todo aquele que, para sobreviver, vende ao capital sua força de trabalho, seja participante direto ou não do processo de criação de mais valia. A classe trabalhadora incorpora a *totalidade* do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. Hoje ela inclui trabalhadores produtivos e improdutivos, urbanos e rurais, homens e mulheres, nacionais e imigrantes, estáveis e temporários, e também aquelas fragmentações decorrentes do processo de internacionalização do trabalho, inclusive os *desempregados*: trabalhadores expulsos do mercado de trabalho pelo processo de reestruturação do capitalismo. (ANTUNES, 2009).

Além disso, como parte do processo de emancipação *parcial* das mulheres na sociedade de classes em relação às múltiplas formas de dominação masculina, o trabalho feminino fabril já alçou patamares elevados e continua crescendo, só que especialmente em âmbito precarizado. De um modo geral, no interior das fábricas as mulheres ganham menos e não participam das atividades de concepção, desenvolvendo trabalhos repetitivos e que exigem pouca especialização. O que Antunes (2009) observa, portanto, é que o trabalho feminino foi ainda mais explorado do que o dos homens no mundo do trabalho – fora a dupla jornada que lhes é conferida pela execução do trabalho doméstico. Algo que frequentemente vem sendo negligenciado pelos organismos sindicais.

Fora o aumento do número de trabalhadores em domicílio em várias partes do planeta, como dito anteriormente, o crescimento do setor de serviços é outra tendência que vem caracterizando o mundo do trabalho. O que não significa que tal setor não tenha sido afetado pelas mudanças organizacionais, tecnológicas e de gestão adotadas a partir da reestruturação produtiva, por conseguinte, pelo desemprego estrutural. Vital para a sobrevivência do sistema,

o trabalho improdutivo é consumido como valor de uso e não como criador de valor de troca. É desenvolvido pelos trabalhadores dos bancos, serviços públicos, comércio, etc. (ANTUNES, 2009).

Desta forma, para Antunes (2009), por sua condição de trabalhadores produtivos, permanece como *núcleo* da classe trabalhadora *o proletariado industrial do século XX*, especializado e estável, cujo número está em declínio com as mudanças no processo produtivo desde a década de 1970. Por exemplo, com a adoção da *lean produccion*, a introdução da telemática e novas formas de trabalho doméstico. Por outro lado, o proletariado industrial vem sendo incrementado pelo aumento em todo o mundo de trabalhadores precarizados, como são os terceirizados, temporários e contratados em tempo parcial.

Como indicador do aumento ou da diminuição da “insatisfação social” com relação ao modelo econômico adotado e que no Brasil historicamente se baseia na reprodução do “trabalho barato”, Braga continua utilizando o aumento ou a diminuição das atividades grevistas. O autor pondera que a consciência de classe dos trabalhadores brasileiros se confunde com a consciência do “direito a ter direitos”. Braga está falando “daquele impulso plebeu responsável pela transformação do ‘classismo prático’ dos subalternos em um reformismo inorgânico voltado para a efetivação e ampliação dos direitos sociais” (BRAGA, 2015, p. 9). Ele recorre “à noção de ‘plebeu’ a fim de reintroduzir analiticamente nas classes subalternas aqueles setores pequeno burgueses que se encontram em vias de proletarização” (Id., Ibid., pp. 11-12) além do *precariado*.

Segundo Braga (2015, p. 92): “o ‘precariado’ é formado pelo setor da classe trabalhadora pressionado pelo aumento da exploração econômica e pela ameaça de exclusão social”. Como principal exemplo entre o “precariado” urbano, o autor foca os *operadores de telemarketing*, um seguimento da classe trabalhadora pós década de 1990 que condensa certas características: “a terceirização empresarial, a privatização neoliberal e a financeirização do trabalho” (Id., Ibid., p. 140).

Já o “reformismo plebeu” seria o que fundamenta a ação de uma importante parcela da população envolvida em protestos sociais desde junho de 2013, também nas greves que aumentaram desde 2011. Nesse processo que evidencia uma “agitação social” em relação ao aprofundamento da precarização do trabalho e do baixo investimento público em saúde, educação e mobilidade urbana (Id., Ibid., p. 30), o autor enfatiza o papel do “precariado”:

Na realidade, existem muitas interpretações sobre o significado da noção de precariado. Na Europa, por exemplo, tendo em vista o aprofundamento da

crise econômica, o recuo da proteção social e o explosivo aumento do desemprego juvenil, é mais comum observarmos essa palavra associada à emergência das chamadas ‘novas classes perigosas’, para usarmos a expressão de Guy Standing. De acordo com esse autor, o precariado seria formado por aqueles grupos sociais mais vulneráveis e empobrecidos, jovens desempregados ou subempregados, cada dia mais distantes dos direitos sociais ou das políticas de bem-estar das próprias empresas e, por isso mesmo, inclinado a abraçar soluções populistas autoritárias e/ou xenofóbicas. Assim, o precariado seria o produto do colapso do compromisso fordista que prevaleceu na Europa Ocidental até meados da década de 1990 e garantiu um equilíbrio entre ganhos salariais e proteção social – ao menos para os trabalhadores brancos, masculinos, nacionais, adultos e sindicalizados (BRAGA, 2015, p. 190).

O que Braga rejeita é a ideia de que o “precariado” é uma nova classe, ele é definido pelo autor como um seguimento da classe trabalhadora hoje. Braga rejeita também a ideia de “classes potencialmente perigosas” no sentido atribuído por Standing. Desta maneira reelabora o conceito de “precariado”, atribuindo-lhe dois outros significados: a) “um *realista* e apoiado na inserção sócio ocupacional do proletariado precarizado”, assim o “precariado” consiste no setor da classe trabalhadora permanentemente pressionado pelo aumento da exploração econômica; b) Braga diz estar procurando compreender de forma “*construtivista*” justamente “a formação da consciência de classe do precariado brasileiro, em condições capitalistas periféricas, por meio da análise de sua práxis política desde o período da industrialização fordista” até hoje (BRAGA, 2015, p. 191).

Assim, é apontado o papel ativo do “precariado” nas Jornadas de Junho de 2013, que teriam se realizado no sentido da reivindicação de direitos sociais como saúde e educação, ou seja: “essa resignificação do conceito de precariado é útil para compreendermos que a reprodução do capitalismo tardo-periférico brasileiro promoveu o avesso dialético do consentimento operário à exploração econômica, isto é a *inquietação social*” (BRAGA, 2015, p. 192). Desta forma, o autor age no interesse de se pensar esse grupo específico dentro da classe trabalhadora hoje, precisamente em sua relação com o amadurecimento das experiências de mobilização social da classe trabalhadora no Brasil de modo mais geral, e em sua relação com o desenvolvimento da consciência de classe.

Outro ponto que merece destaque, é o fato de que no mercado de trabalho moldado pelo desemprego estrutural herdado pela conformação do capitalismo industrial no Brasil no século XX, também estão inseridos trabalhadores de cooperativas, integrando uma “nova morfologia do trabalho”, que não abrange apenas o operariado clássico de base taylorista-fordista, que tende a ser reduzido ao mesmo tempo em que aumenta o contingente de trabalhadores

informais. Nesse sentido, o cooperativismo pode também ser considerado parte do contexto da reestruturação do capitalismo no país enquanto modalidade de trabalho desregulamentada em relação à legislação trabalhista. Não é por acaso que cooperativas vêm sendo forjadas pelo capital como forma de precarização do trabalho. Portanto:

Mesmo diante de um novo (e precário) mundo do trabalho tenderam a disseminar-se novos (e velhos) movimentos de resistência social, de contingentes da classe trabalhadora, operários e empregados, e de contingentes excluídos da produção capitalistas (BUONFIGLIO, 2001). Entretanto, ainda representam movimentos sociais limitados (e fragmentários), alguns de caráter problemático – na perspectiva de representar uma alternativa à lógica mercantil-capitalista (como o movimento de cooperativas e de experiências autogestionárias) ... (ALVES, 2002, p. 91)

Essa definição dos trabalhadores das cooperativas como um seguimento da classe trabalhadora hoje é fundamental para se pensar em uma “unificação das lutas” da classe trabalhadora. Sejam trabalhadores de cooperativas fraudulentas ou assalariados em cooperativas patronais, sejam trabalhadores da chamada economia solidária. O que Singer parece defender é que os trabalhadores cooperados ou associados deixam de fazer parte da classe trabalhadora, o que só tem a contribuir para sua desmobilização em relação às lutas trabalhistas, ainda que por reformas sob o capitalismo (*Ver: 2.4; 2.5; 3.3*).

1.5 Neoliberalismo no Brasil.

1.5.1. Neoliberalismo e reestruturação produtiva na década de 1990.

O capital reorganizou seu sistema ideológico e político de controle do trabalho em resposta à *crise estrutural do sistema sociometabólico do capital* (MÉSZÁROS, 2013), também entendida mediante seu aspecto exterior de *crise do padrão fordista de acumulação capitalista* (HARVEY, 2008). Assim, o neoliberalismo se configura como parte indissociável da reestruturação produtiva do capitalismo pós década de 1970.

Diferente do liberalismo clássico, o neoliberalismo parte do pressuposto de que o Estado tem papel importante no ordenamento econômico, mas se mantém crítico aos “gastos sociais”. Como doutrina econômica, foi formulado no fim da Segunda Guerra Mundial na região da Europa e da América do Norte e tem como expoente Friedrich Hayek, que em 1944 lançou “O

Caminho da Servidão”. O neoliberalismo surgiu com dois inimigos bem definidos: primeiro os “excessivos gastos” sociais do Estado Keynesiano e, depois da crise de 1970, o movimento operário:

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995, p. 9).

A ideologia neoliberal encontrou terreno fértil no fim da década de 1980 no Brasil, onde imperava uma grave crise financeira. O contexto era de endividamento do país, dívida que cresceu astronomicamente após a onda desenvolvimentista iniciada na década de 1950 e que a ditadura militar levou adiante. Além disso, a abertura comercial acirrou a concorrência capitalista e a política cambial trouxe dificuldades para exportar, agravando o desemprego estrutural. Em seguida, a sobrevalorização do Real e os juros elevados estagnaram a economia, afetando ainda mais o mercado de trabalho (DEDECCA, 2005; ALVES, 2002).

Os neoliberais brasileiros também culpavam o Estado pela crise econômica. Afirmaram que foi o Estado quem “teve um crescimento distorcido” e a partir da década de 1970, diante do início do processo de globalização da economia, tornou-se o responsável pela queda nas taxas de crescimento econômico, pela elevação do desemprego e da inflação. A reforma administrativa encaminhada ao Congresso Nacional em agosto de 1995, segundo o ministro da reforma do Estado na época, consistia na transformação da administração pública “burocrática” em “gerencial” (BRESSER-PEREIRA, 1997). Essa reforma tinha por fim último promover o ajuste fiscal para atender às exigências do FMI com relação ao pagamento da dívida externa.

Desta forma, o avanço da ideologia neoliberal no Brasil trouxe a defesa do gerencialismo como forma de administrar o Estado, posto um elefante branco que deveria ser “enxugado” em nome do desenvolvimento econômico e do “progresso”. Sob o pressuposto de que o Estado deveria ser gerido como uma empresa privada, foi apregoadada a necessidade de se reformá-lo: a) *em seu tamanho*, por meio de privatizações de empresas públicas e de terceirizações no serviço público; b) *em seu papel regulador*, através de uma regulamentação mais de acordo com os interesses do mercado; c) *em seu âmbito financeiro e administrativo*, através da redefinição das formas de intervenção do Estado em âmbito econômico-social, além da “superação da forma burocrática de administrar o Estado” e; d) no modo como o Estado se relaciona com a sociedade (BRESSER PEREIRA, 1997).

Esse último ponto consiste, de acordo com o chamado *Plano Bresser*, no fato de que o aumento da eficiência da administração pública, médio prazo, deveria se realizar através de um projeto de reforma que fortaleceria a competência administrativa do centro ao mesmo tempo em que daria autonomia à administração indireta por meio da descentralização da administração pública para os âmbitos municipais e estaduais. Além da implantação de “agências autônomas” e de “organizações sociais” controladas por contratos de gestão (BRESSER PEREIRA, 1997), o que veio aprofundar o processo de privatização dos bens e serviços públicos.

Além disso, sob o neoliberalismo a concepção de que as políticas sociais são *direitos sociais* dá lugar à perspectiva segundo a qual elas são *serviços sociais*, o que implica sua mercantilização de forma direta ou indireta. Deste modo, o acesso aos “serviços”, como saúde e educação, por exemplo, varia conforme a quantia que o “cidadão-consumidor” pode pagar. A transformação das políticas sociais em mercadorias financiadas pelo Estado consiste no recuo de conquistas sociais históricas (PEREIRA, 2008).

Nesse processo, enquanto as empresas privadas brasileiras eram internacionalizadas, as empresas públicas eram privatizadas, principalmente nos setores de energia e telecomunicações. Veio, assim, se universalizando “o domínio do capital financeiro sobre a produção material e seus inevitáveis corolários enquanto capital fictício em país de capitalismo subordinado: corrupção, especulação, desnacionalização e desindustrialização” (CASTRO; NOVAES, 2011, p. 7).

Quem ganhou com a inserção do país na ordem globalizada do capital foram as camadas superiores na pirâmide de concentração de renda, os rendimentos do trabalhador assalariado só caíram com o aumento do desemprego e da terceirização. Por exemplo, um trabalhador terceirizado ganha em média metade do que um não terceirizado, puxando o rendimento geral médio para baixo⁴¹ (MARCELINO, 2008 p. 22). Além disso, apesar do controle da inflação por meio do Plano Real, o Brasil continuou apresentando a pior distribuição de renda entre os países industrializados (ALVES, 2002, p. 71).

Os neoliberais no Brasil atacaram como veículo de segmentação o modelo de proteção social previsto na Constituição Federal de 1988, invertendo os termos do debate sobre o desemprego e desprezando suas raízes históricas. Segundo Dedecca (2005), as raízes do desemprego no Brasil são indissociáveis das bases sobre as quais se desenvolveu seu processo de industrialização no século XX. Ele se fundamenta na própria legislação brasileira para

⁴¹ Conforme dados do DIEESE, hoje um trabalhador terceirizado trabalha em média 3 horas a mais por semana e ganha 27% a menos do que um empregado direto. Fonte: SAKAMOTO, Leonardo. *Especialistas apontam os riscos aos trabalhadores em um governo Temer*. 25/04/2016. Disponível: <blogdosakamoto.blogosfera.uol.com>

afirmar que o desemprego tem origem: a) no regime de escravidão existente até o século XIX, pois a lei que aboliu a escravidão nada regulou sobre a inserção dos escravos na sociedade; b) na política de distribuição de terras regulamentada pela Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, considerada a gênese da propriedade privada e da formação dos latifúndios no país; c) na organização do trabalho agrícola estabelecida pela Lei de Locação de Serviços de 1879, que refutou qualquer direito de organização dos trabalhadores em regime de colonato e parceria e; c) na política de migração externa durante a expansão cafeeira, quando havia mão de obra excedente, por exemplo, na região Nordeste.

Segundo López (2006), foi a necessidade de manter a acumulação de capital por parte da burguesia nos países centrais que levou à expansão estrangeira nos países periféricos, desregulando os mecanismos de proteção local tanto do capital quanto do trabalho. A desregulamentação na América Latina, impulsionada desde Washington, utilizou-se desde pressões financeiras dos organismos internacionais até o apoio a golpes militares de governos eleitos democraticamente, como no Chile, Argentina, Uruguai e Brasil⁴². Além da desregulamentação da legislação, o receituário neoliberal prevê a descentralização administrativa do Estado e a privatização de todas aquelas atividades que não se vinculam à proteção da vida e da propriedade privada.

A participação do país no Consenso de Washington, em 1989, significou o alinhamento da política econômica brasileira com a mais acabada sistematização do neoliberalismo, que vinha se tornando paradigma de regulação internacional e que tinha como principais diretrizes a liberalização econômica e as privatizações. Sob os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, as consequências mais óbvias foram o crescimento do desemprego e a difusão das políticas sociais do tipo focadas em detrimento de políticas universais. Em síntese, sob a égide do capitalismo neoliberal, o Estado brasileiro se abstém de resguardar os direitos trabalhistas historicamente adquiridos e a proteção social aos trabalhadores, relega a execução de políticas sociais à iniciativa privada (mesmo que mantendo o financiamento público), abre a economia ao capital estrangeiro, entre outras tantas condições criadas para que a empresa capitalista recomponha suas taxas de lucro e reafirme o domínio sobre os trabalhadores.

1.5.2. Ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal.

⁴² Podemos situar López (2006) entre os pesquisadores que defendem que medidas neoliberais vêm sendo adotadas no Brasil desde a Ditadura Militar e não são “novidades” introduzida pelos governos Collor e FHC.

Como forma de situar a economia solidária no contexto histórico e político atual, existem pesquisadores que afirmam que mesmo enquanto o neoliberalismo vinha se universalizando ideológica e praticamente como tendência aparentemente monolítica, contrária ao desenvolvimento de organizações com caráter autônomo de classe e ao desenvolvimento de uma ideologia vinculada aos anseios de *transformação social*, os trabalhadores latino-americanos ofereceram resistência travando lutas e tomando iniciativas⁴³. Dal Ri (2010), na introdução de um livro que organizou sobre o trabalho associado na América Latina, cita como exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil e o Movimento Zapatista do México, dois dos grandes movimentos sociais na América Latina que adotaram o trabalho cooperado como forma de organizar a produção.

Além disso, segundo Kliksberg (2007, p. 541) pode ser observada uma tendência ao crescimento de manifestações populares e revoltas reivindicativas na América Latina desde a década de 1990, contra os efeitos das políticas neoliberais sobre os trabalhadores. Durante 12 processos eleitorais entre 2005/2006 se explicitaram as crescentes pressões pela “ampliação da participação social nas políticas públicas”, pressões que *aparentemente* teriam obtido como resposta um consenso entre as lideranças políticas.

Para o autor, a acentuada exclusão social na “região mais desigual do planeta” implica em perda de coesão e geração de tensões no interior das sociedades, um “vulcão social latente”. Exemplo recente seria o fato de que 14 presidentes deixaram seus cargos antes do fim do mandato entre 1993 e 2006, em geral “expulsos por golpes militares ou protestos da sociedade civil”. Ao passo em que se deu o surgimento de governos com perfil reformador “à favor dos pobres” e uma onda de partidos e movimentos alternativos aos tradicionais, tentando responder à ingovernabilidade democrática nesse contexto (KLIKSBERG, 2007, p. 541).

Desta forma, é descrito um processo de “agitação social” na América Latina em relação aos efeitos das políticas neoliberais da década de 1980, traduzido nas reivindicações por uma “ampliação da participação” pública nas definições dessas políticas. Observando as políticas públicas na América Latina através da distinção entre reformas neoliberais de primeira e de segunda geração, López (2006) observa mudança a partir da década de 1990. Uma mudança

⁴³ Como o levante popular que derrubou dois presidentes no Equador (Bucarán em 1997 e Gutierrez em 2005); as ações da população contra a privatização da água na Bolívia em 2000, e contra as privatizações na área da energia em 2003, fora a queda do presidente Lozada e de seu sucessor em 2005 e; as movimentações populares que culminaram na renúncia do presidente De La Rúa na Argentina em 2001. Tendência reivindicativa observada também no México, no Chile, na Colômbia e no Peru e que teria culminado na eleição de presidentes de postura “antineoliberal” no Equador, Bolívia e Venezuela. (DAL RI, 2010)

influenciada pelos organismos multilaterais, principalmente o Banco Mundial. As reformas de segunda geração são fundamentadas pelo *institucionalismo*, e apesar de partirem de uma crítica às primeiras reformas (ajuste estrutural da década de 1980) aprofundam a redução das competências estatais em benefício do mercado.

“*La Segunda Cumbre de las Americas*”, que aconteceu no Chile em 1988, formalizou o reconhecimento de que o mercado não pode gerenciar sozinho a ordem e o bem-estar social, já que as “falhas” geradas até então vinham produzindo níveis cada vez mais altos de ingovernabilidade. Postulou-se que o que impediu um maior desenvolvimento dos países sob a regência do mercado foi o mal funcionamento das instituições (leis, regulamentos, contratos, etc.). Assim, as reformas de segunda geração, concluí López (2006), foram formuladas também no intuito de combater a corrupção e a ineficiência, utilizando como instrumento principal a informação.

À parte a discussão sobre a eficiência ou não dos mecanismos de “participação” e/ou “controle social” na *legitimação*⁴⁴ de políticas públicas sob o capitalismo – alguns deles previstos na Constituição Brasileira de 1988, por exemplo, os “conselhos participativos” – nosso interesse é enfatizar aqui alguns aspectos gerais do contexto latino-americano pouco antes do Partido dos Trabalhadores chegar à Presidência da República. No entanto, seria necessário um maior aprofundamento no sentido de observar a ascensão do PT em relação a um projeto neoliberal em âmbito mundial, de maneira que o que apontamos é apenas um dos possíveis pontos de partida.

Comparando o governo de Lula da Silva no ao de N. Kirchner na Argentina – países capitalistas periféricos “integrados no mesmo sistema-mundo”, Braga (2015, p. 60) diz que na América Latina “seguiu-se um ciclo de governos orientados pela retomada econômica e aumento de gastos sociais, acompanhado do indefectível ‘transformismo’ sindical”.

Grosso modo, *transformismo* aqui corresponde a uma categoria gramsciana que pode ser lida como o movimento de cooptação dos sujeitos até então empenhados em uma alternativa ao projeto político das classes hegemônicas. Houve um *consentimento ativo* dos líderes sindicais, incorporados na estrutura governamental por meio de cargos políticos, e um

⁴⁴ Por exemplo, segundo Teixeira (2007), mesmo que atendendo a pressões da sociedade, observa-se que de um modo geral a “participação social” nas políticas públicas tem servido como elemento de cooptação e legitimação da ordem capitalista e o espaço para “os representantes da sociedade civil” tomarem decisões políticas de fato é bastante reduzido. Para a autora, a correlação de forças nesses espaços de interlocução é favorável às forças conservadoras. Mesmo assim esse processo tende a imprimir às políticas públicas uma “nova racionalidade”: a da distribuição das responsabilidades do Estado para a sociedade civil.

*consentimento passivo*⁴⁵ das bases sindicais até pelo menos 2011, quando se observa um aumento do número de greves. Ou seja, “em vez de representar os trabalhadores, o movimento sindical lulista optou por pacificar os canteiros”, e teria sido eficiente até pelo menos 2011 (Id., Ibid., p. 94).

No entanto, em um texto escrito em 2012, Braga apontou que “o lulismo” ou a “hegemonia lulista” que compreende tanto os mandatos de Lula da Silva quanto os de Dilma Rousseff pelo Partido dos Trabalhadores:

... continua reproduzindo eficientemente uma conflitualidade classista que começa a aumentar com o baixo crescimento econômico e a incapacidade de o regime de acumulação prover postos de trabalho que remunerem mais do que 1,5 salário mínimo. Como não há ganhos de produtividade na estrutura social, a incorporação das massas pauperizadas ao mercado de trabalho formal é realizada por meio da multiplicação de empregos sub-remunerados, terceirizados e submetidos a altas taxas de rotatividade. Ao mesmo tempo, a financeirização do consumo popular continua avançando por meio da indústria do empréstimo a juros. Resultado: deterioração das condições de trabalho associado ao endividamento das famílias trabalhadoras (BRAGA, 2015, p. 79).

A “hegemonia lulista” vinha se mantendo até as *Jornadas de Junho de 2013* por meio do mito da emergência de “uma nova classe média”, em boa medida baseado na determinação de algumas faixas de renda para a orientação de políticas públicas por parte da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE. Desta forma, um “cidadão da classe média” para a SAE seria aquele que ganha entre R\$ 291 e R\$ 1.019 por mês, o que em 2012 abrangia 54% da população do país. Além disso “não deixa de ser curioso que um governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores tenha apagado conceitualmente a classe ‘trabalhadora’ de seus assuntos estratégicos”, reduzindo as classes sociais à variável renda (Id., Ibid., p. 81).

De fato, paralelamente aos superlucros financeiros (Id., Ibid., p. 172), a política de “conciliação de classes do PT” provocou um ligeiro processo de desconcentração de renda em relação à base da pirâmide na distribuição de renda no país. O que pode ser observado em sua relação com programas como o Bolsa Família e o Fome Zero, além da criação de postos de trabalho formais, mas de baixa remuneração no setor de serviços, além de uma política de valorização do salário mínimo.

⁴⁵ O autor pondera que o adjetivo “passivo” qualifica o tipo de consentimento e não os subalternos, eles continuaram atuando politicamente, mas sem um projeto autônomo, aderindo ao modo de regulação existente sob o “lulismo” (BRAGA, 2015, p. 101).

No entanto, o debate sobre a existência ou não de uma “nova classe média” não pode deixar de considerar o processo de aprofundamento da financeirização do consumo popular: “ou seja, o que a secretaria [SAE] realmente pretende é ensinar à população como poupar dinheiro para aproveitar as novas oportunidades criadas pelo recente barateamento do crédito” (Id., Ibid., p. 83). No entanto, um dos motivos pelos quais a “hegemonia lulista” veio a entrar em declínio consiste na dificuldade em promover um ciclo de ascensão social mais consistente, o que pede mais e melhores salários (Id., Ibid., pp. 84-85).

Em um texto publicado na página do Fórum Brasileiro de Economia Solidária⁴⁶, seus autores afirmam que o governo Lula (nos dois mandatos) não representou, como parte da esquerda no país esperava, uma ruptura em relação às ditaduras militares e os governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, no sentido de que não trouxe em sua pauta uma discussão sobre formas de reverter o quadro de superexploração do trabalho. O que prevaleceu foi a continuidade da política econômica do governo FHC, “maquiada” com políticas sociais como o Fome Zero e o Bolsa Família. Além disso, nunca chegou a ser atribuído um papel estratégico à economia solidária (NOVAES; LIMA FILHO, 2008).

Ainda de acordo com Novaes e Lima Filho (Ibid.), a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária correspondeu a pressões externas, de baixo para cima, feitas por parte de um conjunto de instituições e indivíduos. No entanto, veio a se realizar no intuito de amenizar os índices de desemprego até que a crise econômica passasse e os cooperados pudessem voltar as relações de trabalho assalariadas. Seria essa a expectativa do Ministério do Trabalho, órgão ao qual até hoje está vinculada a SENAES.

Desta forma, a visão predominante na política pública foi aquela que corresponde a um cooperativismo funcional à reestruturação produtiva, o que para os autores permite “desenvolver o argumento de que a SENAES seria uma espécie de pedra proto-socialista num colar declaradamente pró-capital, principalmente pró-capital financeiro” (Id., Ibid., p. 2). Isso porque para a esmagadora maioria dos quadros dentro do governo Lula, o cooperativismo veio a cumprir: “a função de amortecedor dos conflitos sociais ou mesmo a de um animal exótico e inofensivo no zoológico das políticas de geração de trabalho e renda” (Id. Ibid., p. 12).

Exemplo de que os governos do PT não representaram uma ruptura com o neoliberalismo está na atual ofensiva aos direitos dos trabalhadores. Só para citar alguns exemplos, fora a “quase” aprovação do PL 4330/2004 em 2015, o que repercutiu em protestos dos trabalhadores em várias partes do país; realizou-se a aprovação das súmulas 664 e 665 da

⁴⁶ www.fbes.org.br

lei 13.063/2014, em dezembro de 2014. Ambas visam à “redução de gastos” com a Previdência Social com ônus para os trabalhadores. Algo que prevê, por exemplo, uma maior dificuldade no acesso ao seguro-desemprego.

2. LUTAS DE CLASSES X ECONOMIA SOLIDÁRIA.

2.1. Categoria da totalidade e abordagem dialética.

2.1.1. A relação entre o todo e as partes, entre aparência e essência.

A sociedade não é mera soma dos indivíduos que a compõem. A sociedade de classes é uma *totalidade concreta* fundada sobre o *modo de produção capitalista* (NETTO, 2009, p. 4). Sob essa perspectiva, a realidade é um todo dinâmico e de máxima complexidade, ao invés de uma massa inerte e/ou um amontoado desarticulado e incoerente de fragmentos “do qual não pode resultar qualquer processo de efetiva produção do conhecimento” (CARVALHO, 2001, p. 180).

Mészáros (2002, p. 726) recupera a distinção conceitual marxiana entre *capital* e *capitalismo*. Assim, distingue o *sistema sociometabólico do capital* do *modo de produção capitalista*. O primeiro como um complexo caracterizado pela divisão social do trabalho e a estrutura hierárquica de comando do capital, no qual se destaca o poder do Estado na manutenção da subordinação do trabalho ao capital; o segundo como um modo de produzir “orientado para a multiplicação da riqueza material por meio da autoexpansão do valor de troca” (Id., Ibid., p. 606). Na vigência do modo de produção capitalista, uma das formas de auto-realização do capital historicamente, o trabalho está completamente subsumido aos imperativos da acumulação e da autoexpansão (ANTUNES, 2002, p. 16).

O termo “modo de produção”, em Marx, não se limita a definir a “natureza técnica da produção”, não significa só uma “maneira de produzir”; também diz respeito a um modo de produzir *que existe dentro de um sistema social específico*. Pode haver mais de um modo de produzir dentro desse sistema, mas ao modo de produção dominante estão subordinadas todas as outras maneiras de produzir (BOTTOMORE, 1988, p. 413). Assim, o modo de produção capitalista, necessariamente, acompanha uma forma de “controle social”. Contudo, “no decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e

transferida para o capital...”. Embora esse controle seja sempre instável. (MÉSZÁROS, 2013, p. 55).

O sistema sociometabólico do capital pode ser entendido como um *macrocosmo* que se relaciona dialeticamente com uma série de *microcosmos* de reprodução dessa totalidade: “os ‘microcosmos’ particulares de um sistema sempre exibem as características essenciais do ‘macrocosmo’ a que pertencem. Nesse sentido, qualquer mudança que ocorra em um componente particular só pode se tornar algo puramente efêmero...” (MÉSZÁROS, 2002, p. 795). Exemplos fundamentais de *microcosmos* de reprodução do sistema são a família e a comunidade⁴⁷.

O caráter dinâmico da *totalidade* tem fundamento na dialética hegeliana, na ideia de que o mundo não é um conjunto de coisas acabadas e sim de *processos*. Isso significa que o desenvolvimento da sociedade e suas instituições é histórico, e essa transformação contínua se dá por meio da ação recíproca dos seres humanos. Na filosofia moderna, Hegel resgatou a ideia de contradição como cerne da realidade, em contraste com a lógica formal aristotélica. Assim, ser constituída por múltiplas contradições é o que confere caráter dinâmico à realidade. Também foi Hegel⁴⁸ quem introduziu a categoria trabalho como articuladora entre sujeito e

⁴⁷ “Na sociedade contemporânea existem até mesmo *enclaves utópicos de grupos de pessoas que interagem comunitariamente e podem se afirmar engajados em relações interpessoais não hierárquicas humanamente satisfatórias* e em formas de criar os filhos muito diferentes da família nuclear e suas fragmentações. Não obstante, nenhum desses dois tipos de relação pessoal pode se tornar historicamente dominante no quadro do controle sociometabólico capitalista.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 269, grifos nossos). Apontamos que as cooperativas de produção da economia solidária ou as relações de troca estabelecidas no interior de comunidades determinadas só podem ser compreendidas como *totalidades concretas* quando compreendidas como relação *macrocosmo/microcosmos*. Sob essa perspectiva, entende-se que para superar o capitalismo deveriam ser promovidos “ataques duplos” sempre renovados, pelo alto e desde baixo, isto é, contra um *microcosmo* específico e contra o *macrocosmo* de reprodução do sistema. Essa abordagem é fundamentalmente diferente daquela que contrapõe lutas desde o alto e lutas desde baixo, negando a primeira. Uma luta desde baixo pode ser um “ataque” a um microcosmo específico – por exemplo, quando uma fábrica passa a ser gerida pelos próprios trabalhadores.

⁴⁸ “Num estágio mais avançado dos desenvolvimentos capitalistas, quando a ordem burguesa estava firmemente consolidada na Europa e na América do Norte, e também mais ativa na subjugação do resto do mundo à expansão dos impérios das nações dominantes, Hegel ofereceu uma concepção incomparavelmente mais realista das transformações em andamento do que Kant, absolutamente sintonizada com a era devastada por guerras. Mas a justificação filosófica oferecida por ele para a situação cada vez mais antagonista não foi menos idealista do que a solução irrealisticamente postulada por seu antecessor filosófico. Hegel não teve dificuldade teórica nem escrúpulos morais em aceitar a completa dominação das nações menores pelas ‘nações históricas do mundo’, nem se preocupou com a viabilidade (ou viabilidade suicida) da sucessão interminável de guerras no futuro com o armamento cada vez mais destrutivo ‘inventado pelo pensamento universal’. Tudo aquilo poderia ser imediatamente subordinado ao grandioso conceito de ‘espírito do mundo’ auto-realizante, removendo assim todos os obstáculos teóricos que poderiam categoricamente decretar que “o *Estado-nação* é a mente em sua racionalidade substantiva e realidade imediata e é portanto o *poder absoluto na terra*.” (MÉSZÁROS, 2004, pp. 21-22). O autor empreende essa crítica ao afirmar a importância do tema do nacionalismo/internacionalismo para o marxismo. Além disso, em Hegel o Estado “cria” a sociedade civil, o que equivale à afirmação de que uma *superestrutura* cria a *estrutura*, ou que o pensamento cria a realidade material. Mészáros enfatiza a relação dialética entre estrutura e superestrutura.

objeto: afirmou que o ser humano transforma o mundo a partir de seu trabalho, mas não se reconhece nesse mundo, como se existisse uma dinâmica objetiva do mundo separada do sujeito. Acontece que a separação sujeito-objeto presente na ciência positivista também não é um dado da realidade, é uma construção histórica (SADER, 2007, pp. 10-11).

A teoria marxiana é *materialista* porque se parte do princípio de que o pensamento teórico não “cria” a realidade, mas é a *reprodução* ideal do movimento real do objeto. Essa reprodução do objeto e sua interpretação é tarefa do pesquisador. Mas, o sujeito que produz o conhecimento não é passivo, não está isolado da realidade concreta, ele também é produto de múltiplas determinações histórico-sociais: é um sujeito concreto. Por exemplo: como objeto de estudo, a sociedade burguesa tem existência objetiva, não depende do pesquisador-sujeito sua existência. Mas, por outro lado, ela é produto da ação humana, o que significa que a relação sujeito/objeto não é de externalidade, um está implicado no outro. Isso impede a pretensão de “neutralidade” relacionada ao conhecimento teórico, característica que não exclui sua objetividade (NETTO, 2002, aula 1; 2009, p. 6).

A perspectiva dialética distingue *aparência e essência*. Com isso, o conhecimento “requer a descoberta das tensões imanentes na intervinculação e interdependência entre forma e conteúdo” (MARTINS, 2005, p. 10). Para Marx, aparência e essência são uma unidade indivisível, mas se ambas coincidissem imediatamente toda ciência seria inútil. Assim, seu método teórico parte da aparência fenomênica para atingir a essência do objeto, o que implica capturar sua estrutura dinâmica: suas contradições internas, leis gerais de seu movimento etc. Capturar o objeto em processo significa captura-lo em sua *concreticidade*. Por meio de procedimentos analíticos pelos quais o pesquisador opera a síntese, ou seja, reproduz no plano ideal a essência do objeto investigado.

A perspectiva dialética distingue *singular e universal*. Fundamenta-se na premissa de que somente a partir da realidade histórico-social do objeto de estudo seria possível transcendê-lo em sua expressão singular. Singular e universal não podem ser compreendidos isoladamente e é justamente a tensão entre ambos que nos dá a configuração particular do fenômeno (MARTINS, 2005, p. 11). Por exemplo, a economia solidária, tomada como uma *manifestação fenomênica da realidade* hoje no Brasil – isto é, como algo singular e como algo aparente – só poderia revelar sua totalidade através da relação com a materialidade histórica dos processos de produção e reprodução da existência humana sob o capitalismo. Isso porque a sociedade capitalista “é uma totalidade concreta, inclusiva e macroscópica” (NETTO, 2009, p. 17).

Marx adotou um procedimento analítico baseado num duplo movimento. Partindo da realidade concreta – expressa em dados –, a análise leva à *abstração*⁴⁹ de alguns elementos. Progressivamente, leva à construção de conceitos que resultam “determinações mais simples”. Até aí foi esse o caminho da economia em sua gênese, consistiu na apreensão de relações gerais abstratas: “Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação [...] mas terminam sempre por descobrir [...] certo número de relações sociais que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc.” (NETO, 2009, pp. 12-13). Marx defendeu ser imprescindível um segundo movimento, de retorno.

Essas “determinações mais simples”, esse “certo número de relações sociais que são determinantes”, são os elementos abstraídos no primeiro movimento. Como *categorias analíticas*, devem conduzir a viagem de retorno à totalidade-realidade, devem voltar às determinações concretas da qual foram “retirados”. Dessa forma, as categorias se elevam do abstrato ao concreto porque no retorno elas “vão sendo carregadas das relações e das dimensões que objetivamente possuem e devem adquirir para reproduzir (no plano do pensamento) as múltiplas determinações que constituem o concreto real” (NETTO, 2009, p. 16). Só agora não nos deparamos com a “representação caótica de um todo”, e sim com uma “rica totalidade de determinações diversas” (Id., *ibid.*, p. 13).

A apresentação que se seguiu pode sugerir a possibilidade de separar o método da teoria, o que seria impossível. Tomados isoladamente, tanto um quanto outro não passam de adulteração grosseira. Chamamos atenção também para o fato de que, definidas deste modo, é possível que se considere as categorias como unicamente pertencentes à ordem do pensamento. Mas elas são também *ontológicas*, no sentido de que exprimem aspectos da ordem do ser de uma sociedade historicamente determinada e são, portanto, objetivas e reais: “... a ontologia marxiana é dinamicamente histórica e objetivamente dinâmica. Marx não ‘deduz’ a sociedade humana a partir de ‘categorias’, mas, inversamente, vê estas últimas como modos específicos de existência do ser social.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 229).

Não é impossível conhecer a *totalidade* justamente porque ela não significa “um todo” cujas “partes” estão funcionalmente integradas, as próprias “partes” são formadas por

⁴⁹ Netto (2009, p. 13) apresenta uma diferenciação entre *abstração* e *abstrato*, fundamental para a compreensão desse procedimento analítico: “A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável [...] retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir ‘determinações as mais simples’. Neste nível, o elemento abstraído torna-se ‘abstrato’ – precisamente o que não é na totalidade de que foi extraído: nela, ele se concretiza porquanto está saturado de ‘muitas determinações’. A realidade é concreta exatamente por isto, por ser ‘a síntese de muitas determinações’, a ‘unidade do diverso’ que é própria de toda totalidade.”

totalidades de menor complexidade. Trata-se de um “todo” estruturado e hierarquizado, ou seja, uma totalidade constitutiva da totalidade macroscópica pode ser mais ou menos determinante que outra em relação ao conjunto, mas isso só pode ser revelado através da análise teórica, não existe uma fórmula pré-definida. Além disso, as totalidades são *históricas*, portanto, desintegráveis. É por isso que a análise teórica deve buscar as tendências que operam em uma totalidade e que lhe são peculiares. (CARVALHO, 2007, pp. 181-184; NETTO, 2009, pp. 15-17).

O todo macroscópico não é uma massa amorfa, inerte, justamente porque as totalidades que o compõem têm caráter contraditório. Ao lado da *contradição*, outra categoria que é fundamental para compreender a totalidade é a *mediação*. A relação das totalidades constitutivas entre si e com o todo não são diretas:

... elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem os sistemas de mediações (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como “unidade do diverso” (NETTO, 2009, P.18).

Portanto, como “totalidade concreta”, como “unidade do diverso”, a realidade é um todo orgânico, articulado e de extrema complexidade, constituído por múltiplas totalidades de complexidade um pouco menor, que, por sua vez, também são constituídas por totalidades menos complexas. Uma “parte” só pode ser conhecida se tomada (dialeticamente) em relação ao todo. Da mesma forma, o todo só é concebível através da relação com as partes. Entretanto, conhecer o todo não é conhecer todas as suas “partes” e sim “a lógica que preside sua conexão” (CARVALHO, 2007, p. 181). Desta forma, a *perspectiva da totalidade* é o que diferencia o marxismo da ciência burguesa (LUKÁCS *apud* NETTO, 2002, aula 1).

Dizer que a sociedade capitalista é uma “totalidade concreta” é muito diferente de dizer que ela é uma “parede de concreto”. A analogia a um quarto sem janelas no qual as paredes avançam sobre os indivíduos singulares e ameaçam esmagá-los é um recurso de Holloway (2013, pp. 11-12) para explicar o que chama de *método da fissura*⁵⁰, a partir da qual seria

⁵⁰ “O método da fissura é dialético, não no sentido de apresentar um fluxo organizado de tese, antítese e síntese, mas no sentido de uma dialética negativa, uma dialética da inadequação. Dito de forma simples, pensamos o mundo a partir de nossa inadequação.” A crise do capitalismo estaria se manifestando nessa “inadequação” para cada vez mais indivíduos, o que estaria provocando “fissuras” no capitalismo e conduzindo à sua ruína (HOLLOWAY, 2013, p. 13).

possível “derrubar a parede de concreto” (a dominação capitalista) sem conquistar o poder político, mas através de ações cotidianas mais ou menos efêmeras, por parte de indivíduos singulares ou coletivos e inspiradas por uma recusa à “lógica do dinheiro”. Porém, sem questionar a lógica da acumulação/auto-expansão do capitalismo como totalidade e, de modo geral, definindo uma “luta” sem sujeitos concretos.

Ele acredita que a multiplicidade de fragmentos de indignação/criação podem confluir sem uma direção política e sem o desenvolvimento da consciência política. Justamente e em oposição à *estrutura hierárquica de comando do capital*. A realidade é vista como uma multiplicidade de fragmentos organizados como uma “parede de concreto”, como uma massa inerte. E as contradições do capitalismo são vistas como “fissuras” nessa parede, brechas através das quais os indivíduos podem “escapar”. Como destacamos anteriormente, é a relação dialética entre singular e universal que nos dá a configuração particular de um processo; mas em Holloway aparentemente, *o particular se autonomiza*⁵¹.

Como Holloway (2013), Singer (2000, 2004) também defende ser possível ocupar “os interstícios” do sistema capitalista para promover uma transformação lenta e gradual a partir das ações individuais, rejeitando uma ação política organizada em torno do controle estatal. Isso porque ele acredita que “as instituições anticapitalistas, impostas ou construídas pela classe operária, podem ser consideradas sementes socialistas plantadas nos poros do modo de produção capitalista” como forma de resistência (SINGER, 1998, p. 114). Como dito anteriormente, essas “instituições anticapitalistas” seriam o sufrágio, as cooperativas, o sindicalismo, a legislação trabalhista, a seguridade social⁵².

Nesse tipo de abordagem em que existem “realidades paralelas” e mais ou menos autônomas em relação ao capitalismo (HOLLOWAY, 2013; SINGER, 1998), atribui-se à consciência e à ação individual uma autonomia bem mais do que relativa. O capitalismo não é visto como um todo orgânico e articulado, mas como uma massa amorfa e inerte que deve ser moldada *pelos indivíduos*, que só pode ser transformada por meio da iniciativa individual. Traz

⁵¹ “Mas é aqui que começamos: a partir das fissuras, das rachaduras, dos rasgos, dos espaços de rebelde negação-e-criação. *Começamos do particular e não da totalidade*. Começamos a partir do mundo da inadequação, a partir da multiplicidade de rebeldias particulares, dignidades, fissuras, não da grande Luta unificada que simplesmente não existe, nem a partir do sistema de dominação. Começamos a partir do estar bravo e perdido e tentar criar alguma coisa...” (HOLLOWAY, 2013, p. 22, grifos nossos).

⁵² Singer justifica a necessidade de olhar para essas instituições como “realidades socialistas sob o capitalismo” da seguinte forma: “... na tradição da análise marxista tudo que acontece no seio da sociedade capitalista é automaticamente tido como sendo ‘capitalista’. O que lembra o funcionalismo nas ciências sociais: todas as mudanças que contribuíram para o *status quo serviram* para viabilizá-lo, portanto explicam-se por esta função” (SINGER, 1998, p. 114, grifos do autor).

uma negação das lutas de classes a partir de uma reificação da “sociedade civil” em relação ao “Estado”, atribuindo-se à primeira um poder ilimitado na transformação do sistema capitalista. Desta forma, parece muito simples: “decidi não mais servir, nos diz La Boétie, e sereis livres” (HOLLOWAY, 2013, p. 19).

Em Mészáros, a ação coletiva organizada é imprescindível porque, por meio da categoria da totalidade e da abordagem dialética, ele entende que para além de superar o capitalismo, o socialismo implica superar o sistema sociometabólico do capital/SSMC. O último é fruto da ação coletiva dos homens, mas acabou por se autonomizar e subjugar seus criadores. É um sistema dinâmico movido pela necessidade de expansão e acumulação. Baseia-se no mercado, que é o elemento que impulsiona o movimento do capital desde o século XV até hoje, ainda que com modificações ao longo da história. É uma *totalidade totalizadora*, ou seja, historicamente o capital vem se universalizando e controlando a totalidade do planeta, razão pela qual escapa a um significativo grau de controle humano (MÉSZÁROS, 2002, p. 96). O SSMC é totalizador ainda porque está presente em todos os “órgãos” e todas as dimensões da sociedade, inclusive da família, “essa célula da sociedade de classes” (Id., 2013, p. 59).

Quando Singer (2004) pretende retomar uma concepção de socialismo anterior à sistematização científica estabelecida através de Marx e Engels fica evidente que ele tem sido um crítico do que entende como “marxismo”. Concebendo o último a partir de determinada leitura do socialismo realmente existente e deixando clara uma oposição entre “liberdade” e “igualdade” em termos liberais⁵³ (SINGER, 2004, p. 116; Id. 2000, p.18). Entretanto, o fundamental aqui é assinalar que embora ele faça uso de termos que também são usados para designar categorias marxistas, sua abordagem prescinde inteiramente da categoria da totalidade e do método dialético. A sociedade é um amontoado de indivíduos mesmo quando Singer usa o termo “classe”; a economia é a soma de empreendimentos econômicos e formas de produzir

⁵³ Em termos marxistas não é possível conceber a “igualdade” tal como entende Singer (2004, p. 93). Não é possível pensar em “igualdade de oportunidades” ou em “igualdade real” existindo entre os indivíduos dentro de *microcosmos* reificados, isolados da totalidade do sistema do capital. Só poderia existir “igualdade verdadeira” se a mesma pudesse reverberar por todo o *macrocosmo* existente (MÉSZÁROS, 2002, p. 269). Além disso, conforme uma carta de Engels à August Bebel datada de 1875 (In: MARX, K. Crítica do programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2014. 1ª reimpressão, pp. 51 a 59): “A representação da sociedade socialista como o reino da *igualdade* é uma representação unilateral francesa, baseada na velha ‘liberdade, igualdade, fraternidade’, uma representação que teve sua razão de ser como *fase de desenvolvimento*, em seu tempo e em seu lugar, mas que agora, como todas as unilateralidades das primeiras escolas socialistas, deveria ser superada, uma vez que serve apenas para provocar confusão...” (pp. 56-57). Séculos depois, em Singer (1999, pp. 60-62) a *confusão* consiste em entender “igualdade” como “homogeneidade”, o que para ele significa a negação das “liberdades individuais”.

quando usa o termo “modo de produção”; social, político e econômico são todos fragmentos reificados da realidade social, e assim por diante.

2.1.2. Infraestrutura e superestrutura na perspectiva dialética.

A divisão entre “infraestrutura” e “superestrutura” na teoria marxista é aqui abordada porque Singer faz uma leitura específica sobre essa relação. Sua leitura é baseada na rejeição da categoria da totalidade e da abordagem dialética. A partir disso ele defende que a economia solidária é um “modo de produção socialista” que convive com o “modo de produção capitalista” sob a “formação social capitalista” há mais de 200 anos (SINGER, 1998, p. 137). Quer dizer, o autor atribui essa perspectiva de que a economia solidária é um “modo de produção” à sua “influência marxista” (Id., 2004a, p. 5), mas entende que infraestrutura e superestrutura em Marx estão sujeitas a dinâmicas muito distintas:

Os modos de produção em conjunto formam a infra-estrutura econômica da formação social capitalista. As relações sociais que se estabelecem entre os produtores e consumidores, inseridos nos diversos modos de produção, são reguladas por normas, leis e valores derivados de estruturas legais, políticas e culturais que formam a supra-estrutura. Esta distinção que devemos a Marx é extremamente útil, porque no capitalismo *infra e supra-estrutura estão sujeitas a dinâmicas deveras distintas* (...) A infra-estrutura é basicamente movida pela dinâmica do capital e é possível dizer que a supra estrutura recebe os impactos das revoluções tecnológicas e seus resultados. Além desses impactos, as estruturas legais, culturais e políticas têm sua própria dinâmica. Marx supunha que os impulsos decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas condicionariam o lento revolucionamento das instituições supra-estruturais. A história tem confirmado, em boa medida, esta visão, mas seria um erro reduzir a evolução legal, cultural e política aos efeitos das transformações econômicas. É um erro muito mais cometido pelos discípulos do que pelo autor original (SINGER, 1998, pp. 139-140, grifos nossos).

Diante disso, destacamos um ponto específico em relação à metodologia dialética, com base na leitura de um filósofo marxista contemporâneo que discute a questão da autogestão dos trabalhadores em relação às lutas pelo socialismo: no marxismo não há cisão rígida entre infraestrutura e superestrutura, tampouco a simples subordinação da última à primeira (MÉSZÁROS, 2008). Em outras palavras, o “material” não determina mecanicamente o “espiritual”, nem o contrário. Isso é fundamental também para compreendermos a relação entre consciência e ação política para uma transformação estrutural da sociedade. Através da ação política *organizada* é que a consciência “se torna material”, por assim dizer, deixa de ser

“pensamento puro” ou a mera “aspiração individual”. Deste modo, abre-se como possibilidade objetiva a transformação das estruturas, em sua relação com as condições históricas para tal transformação.

Alguns críticos do “marxismo” parecem dialogar com a experiência soviética – quando não dialogam só com o stalinismo, como é o caso de Singer. Assim, levantam o problema do “determinismo econômico”. Sobre a relação dos trabalhadores com uma burocracia estatal em experiências pós capitalistas do século XX, Singer afirma: “nas várias experiências estalinistas, o desejo dos trabalhadores estava meramente pressuposto e o controle efetivo ficou com prepostos do poder estatal que jamais permitiram aos trabalhadores que se habituassem a exercê-lo” (SINGER, 1998, p. 10). Daí em diante, todas as experiências vinculadas ao controle do poder estatal por parte de uma vanguarda revolucionária são descartadas como réplicas de um fracasso histórico.

De fato, o determinismo econômico foi uma abordagem difundida entre os próprios marxistas, a exemplo da III Internacional Comunista⁵⁴ (1919/1943). Sob o determinismo econômico, as inúmeras manifestações institucionais e intelectuais da humanidade são simplesmente construídas *sobre* uma base econômica. Através deste ponto de vista, o controle do Estado e a propriedade estatal dos meios de produção podem ser considerados suficientes para a transformação *radical* da sociedade.

Acontece que o significado ontológico do trabalho e da economia só pode ser apreendido se além de “determinantes fundamentais” eles forem reconhecidos, por meio da dialética, como “determinantes *determinados*”. De maneira que a “superestrutura” também constrói “ativamente essa base econômica, através de uma estrutura própria, imensamente intrincada e relativamente *autônoma*.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 57, grifos do autor). Essa “autonomia relativa” da superestrutura (por exemplo, leis, religião, etc.) deve ser considerada também quando pensamos na relação entre: a) a forma que assume a atividade produtiva e; b) as formas de consciência dos trabalhadores.

Na *Ideologia Alemã*, há argumentos dirigidos contra os filósofos neo-hegelianos, para quem as relações entre os homens eram produto da consciência autonomizada e convertida em seus autênticos grilhões. Em seu debate contra o domínio da religião na Alemanha, eles

⁵⁴ Na URSS, os textos que Marx produziu na juventude chegaram a ser proibidos por Stalin e de Engels foi usurpado o mérito de coautor da teoria marxiana (BORON, 2001). No âmbito da II e da III Internacional Comunista, essa obra foi alvo de deformações positivistas ao ponto de ser considerada um “saber total” redutível em “leis fundamentais”, o que se vincula ao fato de que abordagens fatalistas-economicistas da realidade tenham buscado explicar qualquer fenômeno social através do *fator* econômico (NETTO; 2002; 2009).

propunham substituir a consciência de sua época pelo que chamaram de “consciência humana crítica ou egoísta”. Para Marx e Engels, nenhum destes filósofos pensou na ideologia alemã em sua interconexão com a realidade alemã, ou seja, na interconexão da crítica com a circunstância material da crítica. Deste modo, uma tese central no livro é a de que as ideias sempre remetem às bases materiais de quem as comunica. Isso tem por fim negar as explicações filosóficas sobre a realidade social fundamentadas no “pensamento puro” (MARX; ENGELS, 2007).

Quando se nega o ser humano idealizado para considera-lo a partir de sua atuação prática no mundo, parte-se da reprodução material do ser social para entender como se constrói a sociedade. Desta forma, o ser humano é visto como um ser *histórico* cuja especificidade é a ação no mundo por meio do trabalho. Ou seja, a própria distinção entre seres humanos e animais se funda na capacidade que os primeiros têm de produzirem seus meios de existência, produzindo indiretamente sua vida material. Em parte, essa produção é determinada pela natureza e; em parte, pelos meios de existência já elaborados cuja reprodução é necessária. Portanto, é uma produção histórica (Id.; Ibid.).

Essa produção/reprodução material aparece com o aumento da população e pressupõe a existência de relações entre os indivíduos, a forma dessas relações na sociedade capitalista está baseada na divisão social do trabalho. Divisão que se desdobra da “divisão natural” do trabalho no interior da família (MARX, ENGELS, 2007, p. 34), desenvolve-se *a partir* da contradição entre campo e cidade⁵⁵ e tem como fundamento objetivo/subjetivo a propriedade privada dos meios de produção. Trata-se de um sistema complexo, desenvolvido numa sociedade de produtores de mercadorias, na qual seus trabalhos particulares são independentes uns dos outros e por isso, permutáveis entre si. Entretanto, a divisão social do trabalho “é condição para que exista a produção de mercadorias, embora, reciprocamente, a produção de mercadorias não seja condição necessária para a existência da divisão social do trabalho” (MARX, 1998, p. 64).

Sob a forma que essa divisão assumiu na sociedade capitalista, os próprios trabalhadores tornaram-se mercadorias “sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado” (MARX; ENGELS, 2010, p.46). Marx chegou à essa conclusão por meio do estudo do processo evolutivo da indústria, desde a manufatura até a Revolução Industrial, gênese da divisão social do trabalho. E, apontou que tal processo tem como corolário o condicionamento das formas sociais e a alienação humana pelo processo produtivo. Justamente na medida em que se ampliou a acumulação de capital, bem como os processos e as técnicas no

⁵⁵ “Do mesmo modo que [a burguesia] subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 44)

âmbito dessa divisão, intensificou-se também o processo de alienação do trabalhador e a deterioração das relações sociais. Trata-se, portanto, da relação entre a forma como é predominantemente desenvolvida a atividade material na sociedade em sua relação com a consciência humana.

O proletariado foi considerado o primeiro beneficiário da superação de um sistema que pretende escravizá-lo. Entretanto, a sociedade capitalista só é capaz de produzir/reproduzir entes privados de sua humanidade, o que inclui aqueles que se beneficiam materialmente dela: “Os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* insistem no fato de que o sistema capitalista comporta a desumanização dos mesmos protagonistas da exploração do trabalho operário” (LOSURDO, 2015, p. 84).

Mészáros apresenta sua leitura do texto *Trabalho assalariado e capital* de Marx. Destaca um trecho que, segundo ele, traduz a complexa problemática do conceito de alienação em seus aspectos fundamentais e tal como nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. A noção de alienação abrange:

... desde a “venda da própria atividade vital” até a afirmação de que a “atividade vital se transforma num simples meio de existência”, passando pela ideia de que o mundo perceptível, devido ao caráter exterior do trabalho, não é apropriado pelo homem diretamente, de forma sensível, tal como seria ontologicamente adequado, mas é mediado por “salários” abstratos, em consequência da transformação da força de trabalho numa mercadoria... (MÉSZÁROS, 2006, p. 219).

A “atividade vital” do trabalhador em Marx é o trabalho (Id., Ibid., p. 218). Assim, a alienação possui algumas dimensões fundamentais: do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, que é expropriado pelo capitalista; do trabalhador em relação ao seu próprio trabalho, através do assalariamento vendido ao capital, tanto que acaba visto pelo trabalhador como algo estranho a si e sinônimo de sofrimento; do trabalhador em relação à sua humanidade, pois o trabalho perde seu real significado enquanto “atividade vital” e torna-se simplesmente um meio de satisfação individual das necessidades de subsistência.

Por meio da leitura de Mészáros sobre a *alienação do trabalho pelo capital* em Marx, destacamos ainda que a chave de toda alienação humana, inclusive religiosa, política, ideológica etc., está no trabalho alienado, “na forma alienada da atividade prática produtiva” dos seres humanos (MÉSZÁROS, 2006, p. 215), algo que é histórico, não é uma necessidade absoluta da produção. Além disso, a alienação tem um “conteúdo social concreto” e um “poder de crítica *prática*” (Id., Ibid., p. 200). Portanto, alienação não é um conceito idealista, pressupõe

a relação entre filosofia e prática, ou seja, para compreender a alienação é importante o entendimento de que o ser humano é um ser “ancorado no mundo”.

A alienação é também do homem em relação aos seus vínculos com outros homens e com sua própria humanidade: tendo em vista a divisão hierárquica do trabalho e a subordinação de quem produz a quem controla a produção em sua totalidade. Deste modo, o conceito de alienação é importante para a compreensão do *antagonismo* entre *classes sociais*: “quem produz” e “quem controla” a produção correspondem exatamente às “personificações do trabalho” e às “personificações do capital”. No entanto:

O capitalismo não se caracteriza simplesmente pela alienação e reificação, mas também pela *maximização da tendência* à alienação, a tal ponto que é a existência mesma da humanidade que está em jogo. O que dá sentido à opção humana pelo socialismo não é a promessa enganadora de um absoluto fictício (um mundo do qual todas as possíveis contradições estejam eliminadas para sempre), mas a possibilidade real de transformar uma tendência ameaçadoramente crescente de alienação numa tranquilizadora tendência *decrecente*. (MÉSZÁROS, 2006, p. 228).

Quando fala na alienação como tendência crescente sob o capitalismo e a transformação dessa tendência sob o socialismo, Mézszáros está se referindo ao sistema sociometabólico do capital como um sistema de mediações (*Ver: seção 1.4*). Neste ponto, nos é dada uma noção fundamental sobre o desenvolvimento da “consciência de classe” em sua indissolúvel relação com a “luta de classes”: trata-se de um *processo*, jamais linear e sim impregnado de contradições, em direção à “desalienação” humana. Nem mesmo o socialismo implica imediata superação da alienação em todas as suas dimensões. A desalienação não prescinde do socialismo como construção histórica, e nenhuma construção histórica é acabada de uma vez para sempre.

Um traço fundamental do capitalismo é a completa subordinação das *necessidades humanas* aos interesses de acumulação e expansão do capital. É possível compreender tanto o desenvolvimento da consciência de classe quanto as próprias necessidades humanas por meio da noção marxiana de causalidade social. Isso implica considerar que em qualquer tempo a sociedade é constituída por um conjunto complexo de interações, e a cada conquista da humanidade novos elementos são introduzidos, de modo que também não há questão social, material, entre outras, posta de uma vez para sempre: mesmo as *necessidades humanas* são históricas. Quanto mais a humanidade se liberta do “reino das necessidades” materiais através do desenvolvimento das forças produtivas, maior é o papel da consciência. Mas o fato da

consciência estar a serviço da vida alienada ou da desalienação não pode ser respondido com base num modelo mecânico e unilateral como o economicismo (MÉSZÁROS, 2008, pp. 57-58).

Se considerarmos a teoria marxiana como um *processo*⁵⁶ que, portanto, não se resume à *Ideologia Alemã*, seus autores não invertem simplesmente os termos neo-hegelianos, não autonomizam as circunstâncias materiais, e sim enfatizam sua relação dialética com a consciência: “Na visão de Marx, ‘os deuses são originariamente, não a causa, mas o efeito do erro do entendimento humano. Mais tarde essa relação se transforma em relação *recíproca*’.” (MÉSZÁROS, 2004, p. 57, grifo do autor). O que significa que ao mesmo tempo em que as determinações materiais influem sobre a consciência, ocorre também o processo inverso. Aquilo que a humanidade é está intimamente relacionado ao que produz e como produz, mas isso não significa que o desenvolvimento da consciência é *mecanicamente* “determinado” pelas formas que as relações de produção/reprodução da vida material assumem. Mas também não significa que é absolutamente autônomo.

Diferente do que acontece no *Manifesto Comunista*, no qual “a tomada de consciência revolucionária pressupõe a compreensão de relações políticas e sociais que ultrapassam o conflito entre burguesia e proletariado”; na *Ideologia Alemã* o proletariado parece “destinado” a romper com as relações de exploração/dominação, numa aliança com quem dentre outras classes atinge essa consciência num momento de crise histórica: a consciência de classe está *aparentemente* baseada numa “presumida evidência empírica” (LOSURDO, 2015, p. 137). Desta forma, as contradições engendradas pelo capitalismo parecem levar inevitavelmente à emergência da consciência de classe proletária na *Ideologia Alemã*⁵⁷. O que pode conduzir à conclusão de que posição na estrutura de classes e consciência política podem ser

⁵⁶ A teoria marxiana é um processo e não um conjunto de rupturas. No caso de Marx, o democrata radical da juventude é o mesmo homem que veio a erguer os pilares sobre os quais se assentaram o socialismo científico, o socialista não suprimiu o filósofo (MÉSZÁROS, 2006, pp. 197-207; NETTO, 2002, aula 1). “As numerosas versões da abordagem tipo ‘jovem Marx contra velho Marx’ (ou o inverso) têm algo em comum. Trata-se de um esforço para opor a economia política à filosofia, ou a filosofia à economia política, e usar a autoridade de Marx em apoio à essa pseudo-alternativa” (MÉSZÁROS, 2006, p. 208). Além disso, se olharmos especificamente a *Ideologia Alemã* a partir da concepção gramsciana sobre a *filosofia da práxis*, é possível entender que Marx e Engels não negam simplesmente a filosofia, e sim o *status* que tradicionalmente se imputou à filosofia. Em Gramsci, especificamente, mesmo quando a filosofia parece puramente especulativa ela tem uma função política porque é uma “atividade cultural expansiva”, isto é, que se difunde no sentido da transformação do senso comum. Enquanto filosofias especulativas se colocam como modo de pensar o mundo sem transforma-lo, o que na verdade fazem, a *filosofia da práxis* funda-se justamente como instância de transformação do mundo (FROSINI, 2012, parte 1).

⁵⁷ Losurdo, por sua vez, atribui aos “escritos de juventude” de Marx e Engels uma “ingênua epistemologia sensista” do conflito social e da formação da consciência revolucionária. Uma epistemologia que teria sido superada em escritos “da maturidade”, mas com a qual o marxismo só viria romper de fato através de Lenin e, de modo mais geral, através das contradições entre teoria e práxis política observadas no século XX (2015, pp. 161, 170, 246).

imediatamente coincidentes, e/ou que a consciência é só um subproduto do sistema do capital, tanto que:

Aparentemente, parece haver uma contradição entre Marx e Gramsci: o primeiro fala sobre o proletariado *forçado* a realizar sua tarefa histórica, enquanto o segundo insiste em que a própria situação histórica é favorável somente à medida que o proletariado já tiver conseguido desenvolver uma força organizada completamente consciente de si mesma (MÉSZÁROS, 2004, p. 56).

Mészáros defende que a aparente contradição entre Marx e Gramsci só se torna insolúvel sob o modelo caricato do “determinismo econômico”. Sob esse modelo de abordagem fatorialista é isolado apenas um “fator” (o econômico), e o mesmo é mecanicamente sobreposto aos demais, ignorando que o “ser” de qualquer classe “é a síntese de múltiplas determinações” (NETTO, 2002, aula 1). De maneira que, “no final, a consciência é grosseiramente subsumida à economia e seu papel se torna ilusório; ela não pode, ativamente, produzir mudanças...” (Id., Ibid., p. 56).

Portanto, quando abordada através dessa “dialética das determinações recíprocas” (Id., Ibid., p. 57) a consciência não é absolutamente autônoma e nem é absolutamente determinada: possui uma autonomia relativa. As determinações econômicas são essenciais, no sentido de que a produção/reprodução material é pré-condição para a manutenção da vida e, para a vida em qualquer tipo de sociedade, mas por si sós elas não explicam toda a complexidade do desenvolvimento social.

A última afirmação não nega a necessidade de ruptura na cadeia de determinações econômicas: uma ruptura em relação a estrutura de classes nas sociedades capitalistas. Ruptura que reivindica ao invés de negar o papel da consciência e, traduz-se em *pré-condição* para que o ser humano possa de fato se realizar, embora ainda não possa ser caracterizada como a própria auto-realização humana. Também não nega a importância do poder estatal na estrutura hierárquica de comando do capital mundialmente, portanto, não atribui “poderes mágicos” aos indivíduos singulares que formariam a “sociedade civil”. Antes, ressalta a importância da ação política conscientemente organizada.

2.2. Capital e trabalho na sociedade produtora de mercadorias.

A divisão da sociedade em classes sociais antagônicas não está somente baseada no *status* jurídico de propriedade dos meios de produção/reprodução da vida material, é necessário observar a natureza da relação entre quem controla e quem é controlado no processo produtivo. Como *totalidade* o processo produtivo não se resume a uma multiplicidade fragmentada de empreendimentos econômicos individuais, de maneira que a questão do controle sobre o processo produtivo extrapola a relação patrão/empregados *dentro* de empresas capitalistas determinadas:

O capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade, em última instância pelos esforços combinados de todos os membros da sociedade. *O capital não é, portanto, um poder pessoal: é um poder social.* Assim, quando o capital é transformado em propriedade comum, pertencente a todos os membros da sociedade, não é uma propriedade pessoal que se transforma em propriedade social. O que se transformou foi o caráter social da propriedade. Esta perde seu caráter de classe. (MARX, ENGELS, 2010, pp. 52-53, grifos nossos)

E o *fato mesmo de exploração não repousa em disposição legal*, mas no fato puramente econômico de desempenhar a força-trabalho o *papel de mercadoria* que tem, entre outras, a agradável qualidade de produzir valor, e mesmo mais valor do que consome nos meios de subsistência operário. Em suma, *todas as relações fundamentais não são possíveis de transformação pelas reformas legais na base da sociedade burguesa* (LUXEMBURGO, 2010, p. 102, grifos nossos).

Antes de mais nada, é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma “entidade material” – também não é (...) um “mecanismo” racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro “mecanismo de mercado” (...) – mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

Essas três citações se contrapõem à crítica de Paul Singer (*Seções 2.4; 2.5*) ao “autoritarismo” na produção material da existência humana como algo condicionado pela relação legal de assalariamento. A economia solidária é definida por ele como a luta contra “a autoridade” personificada em um patrão ou seus representantes *dentro* de um ou outro empreendimento específico. Desta forma, bastaria não estar submetido a uma forma de controle mais direta e patriarcal – característica das empresas capitalistas em seus métodos de gestão fordistas e tayloristas – que o trabalhador passaria a realizar uma “produção autônoma” de mercadorias em relação ao modo capitalista de produção.

No entanto, o fato da propriedade privada estar em nome de um ou outro coletivo de trabalhadores não significa a abolição do caráter de classe da propriedade sob o capitalismo. O fato de um ou outro coletivo de trabalhadores não estar submetido ao assalariamento formal

não significa que foi suprimida a exploração do trabalho. Além disso, através da distinção entre modo de produção capitalista e sistema sociometabólico do capital, fica claro que o controle do capital sobre o trabalho pode prescindir do assalariamento e da propriedade privada (em nome de um indivíduo ou de um coletivo individual), porque esse controle não parte de uma entidade material e bem definida, nem mesmo é uma forma racional ou racionalizável de controle (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

As *relações hierárquicas* sob o capitalismo e a alienação do trabalho e da consciência do trabalhador – se observados mediante a perspectiva classista – não são redutíveis à relação de assalariamento formal, menos ainda à relação entre patrão e empregado observadas em nível micro. O trabalho humano é mercantilizado mediante a relação de assalariamento porque é “comprado” como uma mercadoria qualquer. É comparável à escravidão porque implica a produção de mais-valia. Contudo, “o *salário* não é o que *aparenta* ser, isto é, o *valor do trabalho* ou seu *preço*, mas apenas uma forma disfarçada do *valor* ou *preço da força de trabalho*” (MARX, 2014, p. 38, grifos do autor). Desta maneira, Marx não está observando as relações de assalariamento a partir do indivíduo, mas de uma coletividade histórica. É *a força de trabalho assalariada* quem dedica um tempo trabalhando de graça para o capitalista e “também para aqueles que, juntamente com ele, consomem a mais valia” (Id., Ibid., pp. 38-39).

A mercantilização do trabalho não é redutível ao assalariamento porque *a sociedade capitalista* é uma sociedade produtora de mercadorias, e a produção de mercadorias implica considerar a *troca*. Além disso, a “autoridade” do capital se faz presente na produção/circulação/consumo de *mercadorias*, independente das formas de gestão do trabalho no interior de um ou outro empreendimento em si mesmo. Para citar um exemplo, quando uma multinacional compra um produto de um empreendimento “autogerido” pelos trabalhadores, ela também está comprando trabalho apesar de não existir relação formal de assalariamento.

O volume I do *Capital* traz no primeiro capítulo a análise da mercadoria “como forma elementar da riqueza nas sociedades regidas pela produção capitalista” (MARX, 1998, p. 69). Apenas para facilitar a exposição, Marx diz que as mercadorias possuem valor de uso e valor de troca, ou seja, um valor que lhe conferem suas qualidades materiais e que se realiza no consumo da mercadoria e, um valor que se realiza na troca. A rigor, “valor de troca” não existe porque o que confere valor a uma mercadoria é o trabalho humano nela encarnado e não o ato da troca⁵⁸. As mercadorias são, ao mesmo tempo, objetos úteis e veículos de valor, mas “só

⁵⁸ Essa afirmação de que o que confere valor à mercadoria é o trabalho humano nela encarnado é pertinente à discussão sobre “valor de uso” e “valor de troca”. Marx aponta que se trata de uma divisão meramente didática e que, à rigor, o último não existe. No entanto, é preciso observar o que ele diz em *Crítica do Programa de Gotha*:

encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano...” (MARX, 1998, p. 69). “O trabalho humano” como “substância social” não deixa de ser o trabalho dos indivíduos singulares. Acontece que os últimos não são entendidos como fragmentos isolados entre si e sim como uma coletividade histórica.

Por conseguinte, “só se contrapõem, como mercadorias, produtos de trabalhos privados e autônomos, independentes entre si” (Id., Ibid., p. 64), o que não significa que cooperativas e associações estejam fora dessa definição. O único modo da produção não ser “privada e autônoma” é condicionado pela abolição do caráter de classe da propriedade, o que se dá através de sua coletivização para o conjunto da sociedade. Se para essa coletivização é suficiente ou não o controle do aparelho estatal por parte de uma vanguarda revolucionária; se a ação política, depois de obtido esse controle, deve ser conduzida ou não por uma burocracia são alguns dos assuntos abordados na seção 3.1.

Como as mercadorias, o trabalho também tem duplo caráter: como gerador de valor-de-uso e de valor-de-troca, ou seja, como trabalho útil e abstrato ou, particular e genérico. O trabalho criador de valor-de-uso é indispensável à existência do ser humano qualquer que seja a forma da sociedade; como criador de valor (de troca), ele é próprio de um determinado desenvolvimento histórico, isto é, do capitalismo.

O modo de produção capitalista é fundado na subordinação *do trabalho* – em sua totalidade – aos sujeitos que controlam a produção de mercadorias também em sua totalidade, isto é, às “personificações do capital” (MÉSZÁROS, 2004, p. 19). Postas de lado as formas úteis de trabalho, trata-se apenas de “dispêndio de força humana de trabalho em geral” o que confere valor à mercadoria. Como foi dito, esse dispêndio de força física é mais do que um atributo individual: de indivíduos singulares ou *indivíduos coletivos*⁵⁹. Do contrário, a sociedade, o trabalho humano e mesmo o indivíduo seriam a-históricos e seriam fragmentos.

Como o valor se manifesta *na relação social da troca* de produtos que são o resultado de trabalhos privados, nesta relação desaparece o caráter útil, concreto dos trabalhos contidos na mercadoria. Por exemplo, o fato da mercadoria ter sido produzida através do trabalho do marceneiro ou do pedreiro. Assim, as mercadorias são reduzidas a uma única espécie de

“O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana (...) o trabalho se realiza com os objetos e os meios a ele pertinentes.” (MARX, 2014, p. 23). Isso tem por fim alertar para o perigo de se atribuir ao trabalho uma “força sobrenatural de criação” (Id., Ibid., p. 24).

⁵⁹ “Indivíduos coletivos” é uma expressão usada por Gramsci para definir sindicatos e cooperativas (GRAMSCI, 1976, Vol. I, p. 206)

trabalho, o “trabalho humano abstrato” que é o dispêndio homogêneo de força humana para a produção da mercadoria, sem interesse pela forma como a força foi dispendida (Id., *Ibid.*, p. 60).

Deste modo, sendo trabalho a substância que cria o valor, a grandeza do valor está diretamente vinculada à quantidade de *trabalho socialmente necessário* para a produção de uma mercadoria. Essa quantidade de trabalho é medida pelo tempo de sua duração. Já o tempo de duração depende da “produtividade” que pode ser determinada por diversos fatores e circunstâncias. Por exemplo, o grau de desenvolvimento da tecnologia e da ciência, o grau de destreza dos trabalhadores, as condições naturais, etc. Quanto maior a produtividade, menor o valor das mercadorias porque significa menos trabalho humano abstrato nelas cristalizado.

Uma das principais teses de Mészáros vinculada à ideia de que o capitalismo enfrenta uma crise estrutural e sem solução pelo menos desde a década de 1970 é a de que “o sistema do capital não pode mais se desenvolver sem recorrer à *taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias*” (ANTUNES, 2013, p. 12). Um exemplo é a obsolescência planejada, boa parte do que é produzido sai das fábricas direto para a sucata. De maneira que o que está em questão hoje não é meramente uma crise financeira, mas sim o potencial de destruição do planeta e da própria humanidade (Id. *Ibid.*, p. 14).

As relações dos indivíduos como possuidores de mercadorias, relações dominantes na sociedade capitalista, vinculam-se à ideia da igualdade *formal* entre os mesmos perante o Estado. Essa ideia não seria possível, por exemplo, numa sociedade escravista, na qual se pressupõe a desigualdade como um dado natural. A desigualdade real sob o modo de produção vigente pode ser compreendida através da “lei geral” da acumulação capitalista. Trata-se de uma “lei” econômica – “lei” no sentido de *tendência histórica determinada* (NETTO, 2002; 2009). Por meio dela Marx pôde apreender o movimento da sociedade moderna: analisando o movimento do capital, ele concluiu que a reprodução da riqueza material implica continuamente a reprodução da pobreza (absoluta ou relativa). Mas, é claro que essa explicação não exclui ou substitui uma análise de outros determinantes da desigualdade entre as classes que é, ao mesmo tempo, social, cultural, política.

Na “ordem sociometabólica do capital”, a dominação e subordinação estrutural de uma classe sobre outra aparece como uma relação “impessoal”, o que é possibilitado pelo *fetichismo* que historicamente prevalece. Através do conceito de *fetichismo da mercadoria*, Marx sintetiza e enriquece a noção de alienação (MÉSZÁROS, 2002, p. 281). O fetichismo decorre do fato de que a troca *cria* a mercadoria, e ela surge como algo “ao mesmo tempo perceptível e

impalpável” (MARX, 1998, p. 93). Na troca, as mercadorias se relacionam umas com as outras apenas como valores de troca, já que o valor de uso só se realiza sem troca, por meio da relação entre coisa e pessoa.

O trabalho se torna social quando os indivíduos trabalham uns para os outros, mas a mercadoria oculta essa relação social. Na aparência, a troca entre mercadorias é uma relação entre coisas que em comum só tem o fato de serem produtos do trabalho humano; enquanto a relação entre os produtores se dá mediante a troca entre coisas. O fetichismo da mercadoria implica, portanto, humanizar as relações entre coisas que são trocadas; enquanto as relações entre pessoas, por meio da troca, é fator de sua própria desumanização (Id., Ibid.).

A *produção* da riqueza material envolve a *troca*, a *circulação*, e o *consumo*. A troca é um dos elementos da totalidade desse *processo* no qual o momento da produção é predominante. A troca *cria* a mercadoria a partir de algo que já foi produzido através do trabalho humano, assim como a circulação (totalidade das relações de troca) e o consumo só podem se realizar posteriormente à produção. Ou seja, é sempre a partir da produção que o processo recomeça (NETTO, 2002; 2009, p. 11). Isso significa que a troca pode não ser *a causa* de todo o processo de alienação do trabalho, embora seja *fundamental* nesse processo.

Não existe separação rígida entre produção e distribuição de forma que um projeto político de “superação das desigualdades sociais” ou mesmo de “superação do capitalismo” possa concentrar na última toda a atenção. Em *Crítica do Programa de Gotha*, Marx enfatiza que:

A distribuição dos meios de consumo é, em cada época, apenas a consequência da distribuição das próprias condições de produção, contudo, esta última é uma característica do próprio modo de produção. O modo de produção capitalista, por exemplo, baseia-se no fato de que as condições materiais de produção estão dadas aos não trabalhadores sob a forma de propriedade do capital e de propriedade fundiária, enquanto a massa é proprietária somente da condição pessoal de produção, da força de trabalho (...). O socialismo vulgar (e a partir dele, por sua vez, uma parte da democracia) herdou da economia burguesa o procedimento de considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção, e por conseguinte, de expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição (MARX, 2014, pp. 32-33).

Foi importante salientar este ponto tendo em vista que algumas construções teóricas sobre a economia solidária, especialmente aquelas feitas à partir da Europa ou influenciadas por tal perspectiva, em muitos casos se fundamentam nas relações de troca existentes no interior de comunidades específicas ao definirem um “processo de hibridização” da economia

capitalista. Contra a tendência em se desconsiderar as relações de troca *na sociedade capitalista como um todo orgânico*, também observável em Singer (2004), é necessário enfatizar que o “momento da produção” envolve a subordinação do trabalho ao capital de forma ampla, isto é, para muito além dos muros das empresas. Assim, deve ser considerado o caráter de classe da propriedade sob o capitalismo, e o papel do Estado na manutenção divisão da sociedade em classes.

Algo que é fundamental também para a compreensão da alienação sob uma perspectiva marxista. O “momento da troca”, da circulação de mercadorias sob o capitalismo em sua totalidade, não é menos alienante do que o “momento da produção”, conforme Marx evidencia por intermédio do conceito de “fetichismo da mercadoria”. Quando reproduz essas relações de troca sob escala ampliada no capitalismo, “o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio. A triste história das cooperativas nos países capitalistas, apesar de suas genuínas aspirações socialistas no passado, é eloquente a esse respeito (MÉSZÁROS, 2002, p. 629).

2.3 Lutas de classes como categoria marxista.

2.3.1 Luta e consciência de classe no século XIX.

Três apontamentos preliminares são necessários. Primeiro, quando falamos em gênese histórica da categoria *luta de classes* nos remetemos à luta de classes inerente à sociedade capitalista, estamos nos referindo a uma *categoria* teórica de análise dessa realidade⁶⁰. Segundo, diferente da ciência positivista, na perspectiva marxista é a forma mais complexa que explica a mais simples, o presente ilumina o passado. Conhecer o passado, a forma mais simples de um processo ou categoria não significa conhecer sua relevância no presente, sua estrutura e função atuais. No entanto, a importância do conhecimento da gênese não é questionada: o estudo das categorias deve conjugar a análise de “sua gênese e desenvolvimento” com a análise de “sua estrutura e função na organização atual” (NETTO, 2009, pp. 14-15).

⁶⁰ “A história das sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. [...] A sociedade burguesa moderna [...] não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado” (MARX, ENGELS, 2010, p. 40), mas eram as relações de opressão/exploração instituídas através da sociedade burguesa que interessavam os autores.

Portanto, para compreendermos “a luta” ou “as lutas” de classes hoje é preciso observar que se trata de uma categoria de análise da realidade cuja gênese remete às relações de produção na Inglaterra do século XIX. Como categoria marxista, “luta de classes” tem caráter dinâmico, pressupõe uma indissolúvel relação com o momento presente do capitalismo. Contrariando esta perspectiva, existem hoje abordagens que tomam a “luta de classes” como luta sindical por direitos ou *privilégios* para uma parcela dos trabalhadores. Além disso, pressupondo que fora da relação formal de assalariamento praticamente inexistente posição de classe (SINGER, 2004, p. 109; 1999, p. 64). Aqui, as lutas pelo socialismo devem ser *lutas sociais*, por reformas no capitalismo. Apontadas como algo completamente distinto das “violentas” *lutas políticas* que ambicionam “apenas” mudar as relações de poder “entre autoridades e cidadãos” a partir do controle sobre o aparelho estatal (SINGER, 1998, p. 18).

Paralelamente, existem abordagens que – igualmente raciocinando em termos de *separação* e não de *relação* entre trabalho/capital/Estado – compreendem as lutas de classes como um tipo de disputa dentro da “agenda do capital” e, deste modo, deveriam ser substituídas por um tipo de luta com uma “agenda própria” (HOLLOWAY, 2013, p. 50). Aqui, as lutas de classes também são definidas somente como disputa pelo controle do Estado e, essencialmente, nega-se a ação política organizada em torno deste fim por parte dos trabalhadores, ou das *classes que sobrevivem do seu próprio trabalho*, das *personificações do trabalho*, dos *subalternos*, das *classes populares*.

A terceira observação preliminar é a de que não separamos as categorias “lutas de classes” e “consciência de classe” (e seu eventual desdobramento em uma forma superior de consciência política) nem como forma de exposição mais didática. Isso, para enfatizar que o marxismo não opera uma separação rígida entre ação política organizada e consciência. Ainda que as lutas de classes e as formas de consciência que historicamente estiveram vinculadas às mesmas não possam ser confundidas, como ficará evidente através da discussão sobre posição/consciência de classe.

Na *Ideologia Alemã*, manuscrito de 1845, analisando o período de transição entre feudalismo e capitalismo, Marx e Engels descortinam a gênese histórica da polarização entre burguesia e proletariado. Isso, a partir da análise das várias etapas processo de divisão social do trabalho. É justamente por sua relação antagônica e vinculada ao desenvolvimento da indústria que burguesia e proletariado são apontadas como classes fundamentais. Em última instância, seu antagonismo tem origem na questão da propriedade privada, ou seja, tem *bases materiais*. A partir dessa consideração tal disputa pode ser traduzida como a luta entre quem

detém os meios de produção/reprodução da vida material e quem anseia pela socialização dos mesmos. Entretanto, o conflito vai muito além de suas bases materiais.

Nos anos 1840, alguns países europeus já apresentavam os traços essenciais de uma sociedade capitalista industrial. Por exemplo, quanto ao ordenamento da produção e a definição de instâncias políticas. Destacava-se a Inglaterra, onde o produto industrial estava em franco crescimento há décadas, o que não acompanhou um aumento nos salários. A miséria das massas se agravava através do êxodo rural e da perda de postos de trabalho pela introdução de máquinas na produção. Isso deu origem a várias revoltas dos trabalhadores, embora muitas centradas na destruição dessas máquinas (MARX, ENGELS, 2007). A legalidade da organização sindical havia sido conquistada desde 1824⁶¹, o que confirma a tendência operária à associação.

Em torno evidência da polarização, isto é, da agudização dos antagonismos, foram articulados argumentos dirigidos ao “proletariado de todos os países” no *Manifesto Comunista* de 1848. Um texto de agitação e propaganda, mas também um programa político para orientar a classe operária que tomaria o poder após breve período de dominação burguesa. Quando o documento foi encomendado pela Liga Internacional do Comunistas em novembro de 1847, havia sintomas da iminência de uma revolução proletária na Europa, algo que nunca se repetiu antes e nem depois (BORON, 2001, p. 15; COGGIOLA, 2010, p. 9).

Entre as etapas do processo de divisão do trabalho que conduziram a essa conjuntura histórica é possível destacar: a) a separação e oposição entre campo e cidade, inclusive, o surgimento das cidades se vincula à criação do Estado moderno; b) a separação entre produção e comércio, que possibilitou a ligação entre as cidades e engendrou uma divisão do trabalho entre elas, favoreceu o desenvolvimento da manufatura e a superação do antigo sistema de corporações de ofício; c) o desenvolvimento do comércio marítimo entre os séculos XVII e XVIII, por meio do qual o capitalismo alçou nova etapa de desenvolvimento (MARX, ENGELS, 2007, pp 41-59).

Nesse período, surgiram o papel-moeda, os bancos, as dívidas públicas etc., criando as condições para que a grande Indústria se desenvolvesse na Inglaterra, inclusive para o atendimento das demandas das colônias por produtos manufaturados. Modificou-se a relação patriarcal entre trabalhador e empregador, agora uma relação monetária entre proletário e

⁶¹ A auto-organização dos trabalhadores é bem anterior. Por exemplo, existiram os *trade clubs* no século XVIII, em que se agrupavam os artesãos e aprendizes de acordo com seu ofício específico. Mas essa data marca o momento em que o sindicalismo foi legalizado após um período em que o movimento operário inglês sofreu repressão através dos *Combination Acts*. Entre 1799 e 1824 os mesmos previam, por exemplo, pena de trabalhos forçados àqueles que se organizassem para fazer reivindicações salariais (COLE e POSTGATE *apud* SINGER, 1998, p. 78).

capitalista. A grande indústria universalizou a concorrência entre países, criou meios de comunicação e o moderno mercado mundial. Nesse processo, ela “destruiu, em geral, a naturalidade, na medida em que isso é possível no interior do trabalho, e dissolveu todas as relações naturais em relações monetárias” (Id., Ibid., p. 60).

Entretanto, foi justamente através do desenvolvimento da grande indústria que foram articuladas as condições para a *negação* do capitalismo, não como um retorno ao passado e sim como a passagem para uma etapa superior de desenvolvimento. Como os trabalhadores dela excluídos foram jogados numa situação ainda pior, a reação contra a burguesia deveria emergir dos “proletários criados pela grande indústria”, que deveriam se colocar à frente desse movimento de negação e guiar “toda a massa” (Id., Ibid., p. 61). Acontece que “a concorrência isola os indivíduos uns dos outros, não apenas os burgueses, mas ainda mais os proletários, apesar de agregá-los. Por isso, transcorre sempre um longo período antes que os indivíduos possam se unir” (Id., Ibid., p. 62).

Para a união do proletariado, cuja concorrência entre os indivíduos se estabeleceu através das relações de assalariamento⁶², eram necessárias algumas condições históricas. Sua união dependia do próprio desenvolvimento da indústria e nesse sentido a evolução do capitalismo parecia trazer em si o *gêrmen da sua superação*. O proletariado crescia não só numericamente, mas também em força, porque agora tinha condições de se articular dentro e fora das fábricas, dentro e fora das cidades e dos países onde residiam. Por exemplo, através dos modernos meios de comunicação. Portanto, sob o domínio da indústria é que a classe operária:

... consegue estender sua existência ao plano nacional, tornando-se capaz de conferir à revolução uma amplitude nacional (...) É esse domínio que arranca a sociedade feudal pelas suas raízes materiais e nivela o terreno, no qual unicamente se torna possível uma revolução proletária. (MARX, 2012, p. 47)

A noção de *burguesia* aqui consiste na união de todas as classes proprietárias, embora ela não possa ser definida como classe homogênea. De acordo com Marx e Engels, os indivíduos singulares se constituem como classe na medida em que surge a necessidade de promover a luta contra outra classe. Desde a Idade Média, os burgueses se uniram contra a nobreza feudal. Por essa oposição, criaram suas condições de classe e as condições para o

⁶² “A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte...” (MARX, ENGELS, 2010, p. 48). O autor se referia especificamente ao movimento operário organizado.

desenvolvimento da indústria, mas “a própria burguesia desenvolve-se apenas progressivamente dentro de suas condições; divide-se novamente em frações distintas, com base na divisão do trabalho, e termina por absorver em si todas as preexistentes classes de possuidores...” (MARX, ENGELS, 2007, p. 63).

Pelo menos desde a *Ideologia Alemã*, Marx e Engels afirmaram ter emergido uma classe que em todo o mundo teria o mesmo interesse, mesmo que não tivesse alcançado o mesmo nível de desenvolvimento em todas as localidades de um mesmo país ou entre países: o proletariado, interessado na supressão da divisão da sociedade em classes (MARX, ENGELS, 2007, p. 61). Desta forma, os autores já levantam o problema do “sentimento nacional” desaparecido ou em vias de desaparecimento entre o proletariado. Além disso, conforme o *Manifesto*:

De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico (MARX, ENGELS, 2010, p. 49).

As “outras classes” são a aristocracia feudal e frações da própria burguesia com interesses em conflito com o desenvolvimento da indústria. Apenas em comparação com essas classes nessa época é que a burguesia foi definida como “uma classe revolucionária”. Já “o proletariado é revolucionário diante da burguesia porque, sendo ele mesmo fruto do solo da grande indústria, busca eliminar da produção seu caráter capitalista, o qual a burguesia busca perpetuar” (MARX, 2014, p. 34).

No *Manifesto*, os autores apontaram que uma fração da burguesia, “ao chegar à compreensão do movimento histórico em seu conjunto” (MARX, ENGELS, 2010, p. 49) poderia se aliar ao proletariado num momento decisivo de crise, da mesma forma que parte da nobreza veio a se aliar à burguesia durante a dissolução do feudalismo. Eles abordaram ainda as camadas médias *reacionárias* que incluíam “pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses”. Além do *lumpemproletariado*, camada mais degradada e cujas condições de vida a predispunha a se vender à reação.

No entanto, não se trata de reunir toda as classes médias em uma “única massa reacionária” em conjunto com a burguesia e a aristocracia feudal (MARX, 2014, p. 34). Além disso, no *Manifesto* os autores viram uma possibilidade de apoio ao proletariado por parte das camadas médias *proletarizadas* e, ainda que remotamente, do *lumpemproletariado*, que poderia

“às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária” (MARX, ENGELS, 2010, p. 49).

Na *Ideologia Alemã*, como foi dito anteriormente, o problema da consciência de classe parece remeter diretamente às condições materiais, objetivas do desenvolvimento da grande indústria. Mas, só para citar um exemplo, quando levam em conta no *Manifesto* que uma parcela da burguesia pode tomar parte num projeto operário, Marx e Engels não só deixam claro que as lutas entre classes sociais não implicam o embate entre dois blocos homogêneos, como também já explicitam que a posição dos indivíduos na estrutura de classes nem sempre coincide com sua consciência de classe.

É algo que fica bem claro em *As Lutas de Classes na França*. Marx deslocou seu eixo de análise, das relações de produção na Inglaterra para as relações políticas na França. Sua análise compreende os anos entre 1848 e 1850, período de grave crise política na Europa e crucial na transformação que veio a se operar na classe operária: descrito como o momento em que ela deixa de ser apenas *classe em si* e se torna também *classe para si*: quando se coloca como sujeito político e sua posição na estrutura de classes passa a coincidir com seus próprios interesses. Trata-se do momento em que posição e consciência de classe passam a coincidir.

Isso aconteceu por meio da derrota dos operários para as classes proprietárias, durante o processo de instauração da República francesa: um projeto burguês que encontrava empecilho no poder da aristocracia financeira. A classe operária havia se aliado à burguesia industrial, entre outras classes com interesses hostis, numa luta que inicialmente culminou na instauração de um governo provisório em julho de 1830. Mas, quem continuou reinando foi justamente a aristocracia financeira “em conluio” com uma facção da burguesia francesa: banqueiros, “reis da bolsa”, donos de minas de carvão e ferro, donos de florestas etc. Desta forma, essa luta “consolidou e ampliou diretamente a bancocracia que deveria derrubar” (MARX, 2012, p. 53).

Mediante pressões da classe operária ao governo provisório, a República foi finalmente instaurada em 1848. Contudo, as classes proprietárias que, ao lado da aristocracia financeira ingressaram na esfera de poder político, uniram-se contra a classe trabalhadora, então revelada uma ameaça revolucionária.

Ao ditar a república ao governo provisório e, por meio do governo provisório, a toda a França, o proletariado ocupou imediatamente o primeiro plano como partido autônomo, mas, ao mesmo tempo, desafiou toda a França burguesa a se unir contra ele. O que ele conquistou foi somente o terreno para travar a luta por sua emancipação revolucionária, mas de modo algum a própria emancipação. (MARX, 2012, p. 44)

Justamente quando ficou claro que seus interesses eram inconciliáveis com o projeto burguês e que não poderia se emancipar paralelamente à burguesia francesa, o proletariado foi massacrado por ela, por meio de uma aliança com outras classes proprietárias e com a classe camponesa⁶³. No entanto, para Marx: “O que sucumbiu nessas derrotas não foi a revolução. Foram os penduricalhos pré-revolucionários tradicionais, os resultados de relações sociais que ainda não haviam culminado em *antagonismos agudos de classe*” (MARX, 2012, p. 35, grifo nosso).

Mais uma vez aparece o tema da agudização dos antagonismos de classe num contexto de crise histórica e a noção de classe operária como sujeito revolucionário. Mas, essa luta de classes na França se constituiu como um complexo jogo de acordos, concessões e alianças entre classes e frações de classes, além de culminar na derrota do proletariado. Dessa derrota, ele adquiriu consciência de pertencer a uma classe específica, com interesses distintos das demais, especialmente por seus anseios de emancipação.

Fica claro também que as “lutas” de “classes” não compreendem apenas o ataque da classe revolucionária. A classe operária se tornou a classe revolucionária quando entendeu que sua emancipação era incompatível com o projeto da burguesia e, assim, foi massacrada. Houve um “contra-ataque”, por assim dizer. Se entendida como a luta entre capital e trabalho, o trabalho é sempre o polo revolucionário, é o polo que ataca, mas o capital não é um “alvo passivo”. No entanto, esse “contra-ataque” nem sempre se realiza por meio da coerção, mas também pela obtenção do consenso.

Diferente de quando partimos da *Ideologia Alemã*, neste momento é mais fácil compreender que a consciência de classe “é inseparável do reconhecimento – sob forma de consciência ‘verdadeira’ ou ‘falsa’ – do interesse de classe, com base na posição social objetiva das diferentes classes na estrutura vigente” (MÉSZÁROS, 2008, p. 65). A consciência de classe, portanto, vem a se desenvolver na dialética objetividade/subjetividade, assim, o “pertencer” objetivamente a uma classe é inseparável do “reconhecer” que se faz parte dela.

⁶³ Os pequenos proprietários de terra eram maioria na França e passaram a desfrutar de maior poder político desde a instituição do sufrágio universal. Assim, as eleições de 10 de dezembro de 1848 revelaram seu poder como maioria numérica. Foi eleito como presidente o sobrinho de Napoleão Bonaparte, cuja figura foi identificada com a do antigo imperador. Ele venceu com seis vezes mais votos que o candidato da burguesia, mas não era de nenhuma classe em particular. Diante da conjuntura histórica, isso representou a união de diferentes classes contra a república burguesa e contra a assembleia constituinte. O que representou uma vitória para os agricultores que “acossados de impostos” depois da instauração do governo provisório, identificavam a figura do candidato com a do antigo imperador (Id.; Ibid.; pp. 33-36).

Mas, a maneira como expomos até aqui uma “definição” sobre a consciência de classe ainda não deixou bem clara a diferença entre um tipo de consciência centrada nos interesses imediatos de um grupo, em si mesma não revolucionária; e a consciência política em sua forma superior. E, é necessário enfatizar que as categorias não são conceitos prontos, definidos de uma vez para sempre, isto é, sob a perspectiva marxista continuam se desenvolvendo, estão em permanente transformação tal como a realidade social.

É possível recorrer à diferenciação marxiana entre *consciência de classe contingente* (ou psicológica) e *consciência de classe necessária*, conforme a leitura de Mészáros (2008, p. 89). A primeira percebe apenas alguns aspectos isolados das contradições. Trata-se da consciência de grupos particulares de trabalhadores centrada em seus interesses específicos. Permanece emaranhada em conflitos locais e, portanto, pode estar em contradição com o interesse de mudança estrutural a longo prazo. A *consciência de classe necessária*, que não implica um “vínculo psicológico homogêneo”, compreende as contradições como traços essenciais do sistema global do capitalismo e “procura uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados”.

Gramsci, por sua vez, distinguiu três momentos da *consciência política coletiva*:

O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que *deve* ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, [...] sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com grupos dominantes, [...] mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas... (GRAMSCI, 2007, Vol. III, Cad. 13, p. 41)

O fundamental nessas duas passagens é a distinção do “momento econômico” e do “momento político” da luta e da consciência de classe. O primeiro, em si mesmo, só poderia conduzir à reformas limitadas no capitalismo e não a sua superação, ainda que através de uma ação política mais ou menos organizada em torno de algumas reformas importantes. No “momento político” transcende-se a consciência de sua própria condição na estrutura de classes, de seus interesses imediatos enquanto classe específica. Assim, emerge como *possibilidade* a

superação da divisão da sociedade em classes antagônicas, possibilidade que não pode ser desvinculada da *ação política consciente* e organizada em torno deste fim. Para diferenciar esses dois momentos, passaremos a nos referir ao primeiro como “consciência de classe” e, ao segundo como “consciência revolucionária”.

Obviamente, toda *ação* é atributo de um *sujeito*. Quando Marx e Engels se referem à “classe operária” (termo equivalente à “classe trabalhadora”) como o sujeito da ação política revolucionária, essa definição guarda estreito vínculo com seu próprio horizonte histórico. Está relacionada aos países europeus que primeiro se industrializaram e com aquela conjuntura de desenvolvimento do capitalismo. Mas, é imprescindível considerar que em cada período histórico a relação entre mercado e divisão do trabalho conferem uma fisionomia específica à classe trabalhadora:

Assim, as modificações do mercado, a extensão posterior da divisão do trabalho, o incremento das forças produtivas da sociedade, a concentração do capital, as mudanças abrangentes no padrão social de consumo, o desenvolvimento do conhecimento científico, da comunicação, do transporte, da tecnologia educacional etc. – todos esses fatores têm um suporte vital no desenvolvimento da classe e da consciência de classe, do mesmo modo que os últimos fatalmente afetam os primeiros... (MÉSZÁROS, 2008, p. 61)

Essa fisionomia da classe trabalhadora varia não só no tempo, como também no espaço. Está relacionada com as *especificidades* históricas do desenvolvimento do capitalismo em cada região ou país. Afinal, é partir da relação dialética entre singular e universal que se pode compreender a configuração particular de um fenômeno, processo ou categoria. Em outras palavras: “isso significa que mesmo os fenômenos de conflito social de aparência puramente local têm de ser relacionados à totalidade objetiva de um estágio determinado do desenvolvimento socioeconômico” (MÉSZÁROS, 2008, p. 85).

O que interessa destacar aqui é que as lutas de classes, como categoria histórica, não se resumem à polarização entre burguesia e proletariado. Além disso, posição de classe e consciência de classe não são imediatamente coincidentes. Justamente sob tais pressupostos é que os autores da primeira e da segunda vertentes de pensamento sobre a economia solidária abordam as classes sociais como categorias meramente econômicas.

2.3.2. Luta e consciência de classe no século XX.

Nosso interesse é a compreensão do desenvolvimento da categoria luta de classes através da história dessas lutas no século XX. Trata-se da apreensão da teoria marxista como teoria dinâmica, isto é, que se relaciona com processos históricos concretos. Apontamos a existência de uma experiência acumulada, que não pode ser desprezada quando nos propomos pensar em formas de transformação da realidade no século XXI, especificamente quando sugerimos que essa transformação deve se realizar no sentido do socialismo.

As revoluções empreendidas por partidos de inspiração socialista no século XX não aconteceram na França ou na Inglaterra, países que primeiro se industrializaram e que primeiro desenvolveram instâncias políticas no sentido moderno. Isso veio de encontro a um pressuposto etapista e mecânico que se baseou na análise marxiana sobre a Inglaterra: de que uma revolução proletária só poderia se realizar se as forças produtivas do país já tivessem se desenvolvido e, com isso, se esse país já tivesse passado por uma revolução burguesa, em especial uma revolução burguesa de tipo jacobino. Quando os bolcheviques tomaram o poder em 1917, o proletariado era uma classe em declínio depois de sucessivas guerras no país, incluindo a Primeira Guerra Mundial. A Rússia era um país de maioria camponesa, então aliada ao projeto revolucionário (LOSURDO, 2015, p. 266).

Além disso, a premissa de que só é possível para a classe trabalhadora apresentar seu interesse de supressão de toda forma de dominação e exploração *como interesse geral* da sociedade se “primeiramente conquistar o poder político” (MARX, ENGELS, 2007, p. 37), passou a ser mais problematizada entre os marxistas revolucionários diante de um maior ou menor desenvolvimento de instâncias políticas de caráter “democrático”, isto é, do maior desenvolvimento da noção moderna de Estado nacional e de sociedade civil. Mas, os reformistas, décadas antes da Revolução de Outubro, já vinham questionando não simplesmente a ideia de um “combate decisivo”, mas a própria necessidade de “controle direto” do aparelho estatal por parte dos trabalhadores, à exemplo de Bernstein⁶⁴ (LUXEMBURGO, 2010).

Além disso, existe a questão sobre até que ponto é possível uma transformação do capitalismo por meio de reformas do aparelho estatal, vinculada ao sentido do sufrágio universal em face da natureza de classe do Estado e das formas democráticas de exercício do poder

⁶⁴ A perspectiva de Bernstein sobre “o controle” do Estado pode ser entendida através do “segundo momento” da consciência de classes tal como definido por Gramsci (2007, Vol.III, Cad. 13, p. 41). A crítica de Luxemburgo (2010, p. 22), feita em fins do século XIX, está centrada na questão de que sob a concepção revisionista “o controle social” por parte do movimento sindical deveria se realizar *dentro* dos quadros fundamentais da democracia burguesa. As reformas são importantes, mas não como um fim em si. Não se pode perder de vista uma perspectiva mais abrangente de transformação.

político no século XX; emerge com a ascensão dos bolcheviques na Rússia a questão de até que ponto é possível aproveitar as instituições políticas existentes quando o poder passa para as mãos da classe trabalhadora por meio de uma *ditadura do proletariado*; e até que ponto se pode considerar que esse regime político se desenvolve em nome dos interesses de toda a massa, uma vez que se realiza e se mantém pela ação direta de um grupo de indivíduos que se propõe guiá-la.

No século XX, portanto, é importante observar o desenvolvendo da *teoria marxista da política*⁶⁵ na qual se destacam as contribuições de Gramsci. Boron (2001) veio a enfatizar a influência do legado de Engels sobre a obra do italiano que, *em certa medida*, recupera e desenvolve algumas teses presentes no chamado “testamento político de Engels”. Trata-se de um texto escrito como introdução de uma das edições de *As Lutas de Classes na França*, meses antes da morte de Engels em 1895. Elaborado “sob enriquecida perspectiva política”, favorecida pelo próprio desenvolvimento histórico do capitalismo, Boron destaca no texto:

a) a transição para o socialismo concebido desde uma perspectiva de ‘longa duração’ e não exclusivamente de um curso prazo; e, b) a revalorização das potencialidades abertas ao movimento trabalhista pelo *voto universal* e pelo novo ‘peso’ do estado nos capitalismo democráticos, e suas consequências sobre as estratégias das forças socialistas (Id., *Ibid.*, p. 101, grifo nosso).

Contudo, Engels nunca acreditou que o voto universal pudesse substituir a revolução, embora talvez tenha sido otimista quando o considerou um meio de *acumulação de forças para os partidos operários*; nunca considerou neutras diante da luta de classes as instituições “democráticas” existentes sob o capitalismo; tampouco colocou em discussão o caráter histórico e transitório do capitalismo. Portanto, Engels nunca acreditou em uma passagem “tranquila e quase imperceptível” para o socialismo, tal como a socialdemocracia alemã (BORON, 2002, pp. 116).

Gramsci também não acreditava. Algo que fica explícito, por exemplo, em um de seus artigos publicados em 1919, quando o Partido Socialista Italiano havia conseguido eleger 155 deputados. Ele comemorou o fato como uma vitória da “classe dos explorados” (GRAMSCI,

⁶⁵ Com este termo Boron (2001, pp. 90-96) responde ao questionamento de Norberto Bobbio sobre a existência de uma “teoria política marxista”. Conforme o sociólogo argentino, esse questionamento parte de uma visão *reificada* da política como campo autônomo, um fragmento da realidade social compreensível em si mesmo por uma disciplina específica. Ponto de vista incompatível com o materialismo histórico, no qual a superestrutura tem uma autonomia *relativa* e a política pode sim ser entendida como campo específico, mas não como um fragmento isolado na realidade social.

1977, Vol. II, p. 77), mas ressaltou que esse triunfo eleitoral estava longe de significar uma *vitória definitiva*. Assim, veio a reafirmar a necessidade de se pensar/organizar democraticamente por intermédio do partido os meios necessários para “progredir na via da revolução até à expropriação dos expropriadores e à fundação do Estado Comunista” (Id. 1977, Vol. II, p. 80).

Depois dos resultados da Revolução Russa; do avanço do fascismo na Europa e; diante das configurações do capitalismo amadurecido no início do século XX, nos *Cadernos do Cárcere* Gramsci levanta a questão da durabilidade, ou melhor, da efetivação da vitória do socialismo. Ele entende que essa possibilidade está condicionada à *conquista do apoio das massas*⁶⁶. Antes mesmo de ser encarcerado pelo fascismo entre 1926 e 1934 (COUTINHO, 1999, p. 7), o italiano já defendia que “a luta econômica não se pode desligar da luta política e nem uma nem outra se podem desligar da luta ideológica” (GRAMSCI, 1978, Vol. IV, p. 24).

Preliminarmente, devemos observar que em Gramsci a luta de classes é a luta pela hegemonia das *classes populares* ou *classes subalternas*, categoria que guarda diferenças em relação à noção marxiana de proletariado. Gramsci vê o sujeito da ação revolucionária a partir das especificidades históricas de seu país, na dialética entre singular e universal, por meio da *tradutibilidade*⁶⁷. Além disso, a noção de hegemonia é muito mais abrangente do que o simples controle do aparelho Estatal, mas não abre mão deste, o que se se questiona é apenas o momento e as condições em que esse controle pode se realizar. Quando se refere à “luta de classes”, o termo “luta” quer dizer “disputa”, isto é, Gramsci a pensa para além de um embate frontal, caracterizado pela tomada do poder por uma vanguarda revolucionária. Exemplo fundamental são as categorias: “guerra de movimento, ou manobra” e “guerra de posição, ou de assédio”.

Pouco tempo depois da vitória dos bolcheviques sobre o Regime Czarista, a *guerra de movimento* foi definida como a tomada do aparelho estatal em um tipo de sociedade menos desenvolvida historicamente, na qual a hegemonia se funda mais na coerção do que no consenso, na qual o poder se articula fundamentalmente em torno do aparelho do Estado porque as instituições “civis” de organização da massa ainda não estão bem desenvolvidas. A *guerra*

⁶⁶ Isto é, “na política subsiste a guerra de movimento quando se trata de conquistar posições não decisivas e, portanto, não se pode mobilizar todos os recursos de hegemonia do Estado”, entretanto, “quando essas posições perderam seu valor e só aquelas decisivas têm importância, então se passa à guerra de assédio” (GRAMSCI, 2007, vol. III, § 138, p. 255).

⁶⁷ Gramsci estabelece através da categoria *subalternos* uma relação entre o proletariado do norte e os camponeses do sul italiano, portanto: entre a cidade e o campo; entre parte industrializada do país e aquela dominada pelo latifúndio em sua época (GRAMSCI, 1978, IV, pp. 171-197) e, ainda; entre uma cultura progressista traduzida do movimento operário internacional e uma cultura tradicional vinculada a aspectos particulares da formação político-ideológica italiana (REIS, 2009).

de posição pode ser interpretada como “disputa ideológica”, o que em Gramsci significa a passagem para uma disputa por outros espaços decisivos na sociedade civil. Aqui se destaca a importância da educação *em sentido amplo*, único modo da classe revolucionária se tornar hegemônica (GRAMSCI, 2007, vol. III, § 138, p. 255). Isto é, tornar hegemônico um projeto político que, ao mesmo tempo, deve ser econômico, social, cultural etc.

O sujeito da ação revolucionária deve estar *preparado* para empreendê-la, daí destaca-se não só a questão das “condições históricas necessárias”, mas principalmente o desenvolvimento da consciência política revolucionária *pelo menos* de todos os membros do partido político da classe trabalhadora, ou seja, dos membros da vanguarda que deve guiar as massas à transformação revolucionária, e que deve se organizar sob o que a partir de Gramsci se entende como *centralismo democrático*. Mas, a luta ideológica pelo apoio das massas é permanente, começa antes e não cessa com o controle do aparelho estatal. Tal apoio, para ser ativo e não passivo, deve ser fruto de um progresso intelectual e moral. Daí se destaca o papel da educação e da cultura no desenvolvimento de uma visão de mundo a partir dos subalternos (SIMIONATTO, 2009; REIS, 2009; FERNANDES, 2015).

Além do desenvolvimento da teoria marxista da política, em face das transformações históricas do capitalismo no século XX, destacamos ainda duas recentes leituras do *Manifesto Comunista*, realizadas sob a perspectiva histórica do século XXI.

Ao mesmo tempo em que a história desmentiu Adam Smith e sua crença na “mão invisível” que regularia o mercado, “Marx e Engels prognosticaram com um notável grau de exatidão as características fundamentais que viriam a caracterizar as sociedades de capitalismo maduro.” (BORON, 2001, p. 41). Por exemplo, a tendência à consolidação dos monopólios que veio a se tornar uma realidade, o aumento da polarização social e a universalização da pobreza, além da degradação do trabalho e do meio ambiente.

O que Boron (Ibid.) defende é a validade das *linhas gerais* do documento, seus próprios autores teriam afirmado a necessidade de se retocar alguns assuntos nele presentes. Alguns desses temas foram efetivamente revistos em textos posteriores, textos que não teriam sido suficientemente observados pela esquerda na América Latina, sempre propensa a assumir *a priori* a maturidade da classe trabalhadora para a revolução. Outros temas foram ulteriormente desenvolvidos no âmbito do marxismo. Por exemplo, o problema do nacionalismo/colonialismo foi o primeiro a chamar a atenção dos teóricos do socialismo entre fins do século XIX e o pós Primeira Guerra Mundial.

Ainda na perspectiva do sociólogo argentino, as revoluções anticapitalistas não têm necessariamente um só ciclo e se o Manifesto perdeu forças durante a “época de ouro do capitalismo”, recuperou-as na fase neoliberal, quando conquistas dos trabalhadores foram sumariamente revertidas (Id., Ibid.). Porém, para Losurdo (2015) as lutas de classes não perderam forças durante a vigência do Estado keynesiano, manifestaram-se de diferentes formas e envolvendo diferentes sujeitos políticos.

O que Boron (2001) apresenta como a principal fragilidade do documento nos dias atuais – especialmente a questão da dominação da mulher pelo homem numa sociedade patriarcal⁶⁸, Losurdo (2015) aponta como uma das possibilidades de leitura renovada da categoria luta de classes. Ele diz que a “habitual leitura” da luta de classes é “reduzida e sem fundamento” (Id., Ibid., p. 19). Para além da “emancipação política” do proletariado, Marx e Engels tinham como horizonte a “emancipação humana”, a “emancipação universal”. De modo que a luta do proletariado contra a burguesia é *fundamental*, mas não esgota a questão da luta de classes.

Retomamos essa argumentação de Losurdo (2015) apenas na medida em que ela é importante para evidenciar que Marx e Engels não reduziam todos os conflitos existentes na sociedade capitalista à mera polarização entre burguesia e proletariado. Ainda que essa polarização fosse aguda em sua época e, de algum modo, se mostrasse uma prioridade em suas análises. “Prioridade” que não foi atribuída de forma arbitrária, mas porque traduzia a essência das contradições entre trabalho e capital sob a qual se ergueu o modo de produção capitalista, por conseguinte, na qual eles viram a possibilidade de superação do capitalismo.

⁶⁸ A diferença entre as leituras de Boron e de Losurdo sobre essa questão específica no *Manifesto* consiste na afirmação do sociólogo argentino de que ela é um dos “silêncios do documento” e só foi desenvolvida pelo feminismo socialista por volta da década de 1960, enquanto o filósofo italiano aponta que sim ela está presente no *Manifesto*. A afirmação do último, de algum modo, pode ser confirmada (*ver*: MARX; ENGELS, 2010, pp. 46, 55-56). Mas, não é possível inferir com segurança que só o que aparece nessas páginas permite “repensar e reinterpretar a peculiar inserção da mulher na estrutura da sociedade capitalista e dar conta da singularidade de sua dupla exploração” (BORON, Ibid., p. 73). Ao lado das *lutas de libertação nacional*, a *dominação/exploração da mulher* é vista por Losurdo como uma das possibilidades de superação da leitura da luta de classes, a partir da polarização entre classes sociais, habitualmente entendida como a polarização burguesia/proletariado. Entretanto, apesar das lutas feministas serem postas como uma das três formas que a luta de classes assume no *Manifesto*, ao menos essa obra específica de Losurdo (2015) traz 12 capítulos sob os quais estão divididos 92 tópicos, e apenas um desses tópicos (5 páginas) trata especificamente da opressão de gênero. O assunto é evocado como apoio em um ou outro ponto do livro para reafirmar a necessidade de “superação da leitura binária” da luta de classes. Na maioria desses momentos é repetida quase que exatamente a mesma coisa: que a mulher está submetida à “escravidão doméstica” no âmbito da família patriarcal e é o sujeito da primeira opressão de classe. O autor não se propõe aprofundar ao menos a discussão sobre sua inserção subordinada nas relações de trabalho formais. Ele traz inúmeros exemplos da “nação” como sujeito da luta de classes num plano internacional, mas não é apresentado se quer um exemplo histórico concreto das lutas feministas contra a opressão de gênero/classe.

Compreender que os conflitos sociais não se reduzem à polarização entre classes sociais “dentro” de determinado território é fundamental para se conceber no que implica o desenvolvimento de uma *consciência política elevada*, uma forma de ver o mundo que ultrapassa a *consciência de classe*. Nesse sentido, a abordagem de Losurdo, que pressupõe a existência de uma “multiplicidade de lutas de classes”, pode fornecer um quadro de referências abrangente para se pensar nos vários outros tipos de dominação presentes na sociedade capitalista.

De acordo com seu ponto de vista, o *Manifesto* traz a premissa de que: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX, ENGELS, 2010, p.40). E, o plural “lutas de classes (*Klassenkämpfe*)” na verdade “não quer denotar a repetição do idêntico, o contínuo recorrer à mesma forma da mesma luta de classes; não, o plural remete à multiplicidade das configurações que a luta de classes pode assumir” (LOSURDO, 2015, p. 29).

Embora aponte também que as lutas de classes podem se realizar historicamente como um conflito entre classes exploradoras, com o sem o apoio de classes ou frações de classes exploradas, seu objetivo é contribuir para a “superação da leitura binária” da luta de classes, calcada na polarização entre burguesia e proletariado⁶⁹ destacando que foram definidas três frentes de lutas emancipatórias no *Manifesto*. E essa superação não é entendida como uma realidade a partir do documento e sim como um *processo* “gravoso e inacabado” até hoje (Id., *Ibid.*, p. 121).

Em geral, o sistema capitalista se apresenta como um conjunto de relações mais ou menos servis impostas por um povo sobre outro no âmbito internacional, por uma classe sobre outra no âmbito de um país singular e pelo homem sobre a mulher no âmbito de uma mesma classe (Id., *Ibid.*, p. 30).

As três frentes são “chamadas a modificar radicalmente a divisão do trabalho e de opressão” (Id., *Ibid.*, p.34). Estão relacionadas com a divisão social do trabalho no interior da família patriarcal, no interior de um país singular e em âmbito internacional, portanto, estendendo-se aos povos sujeitados ao domínio colonial. Num plano internacional seria a

⁶⁹ Embora o autor se fundamente nos textos de Marx e Engels, faz a crítica de que nem sempre eles próprios tenham superado “a lógica binária do conflito social” em seus escritos. Mas, aponta como um dos exemplos de quase superação (fora as alusões aos outros tipos de lutas emancipatórias no *Manifesto*) um trecho da *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*, no qual Marx disse que aqueles que “não conseguem entender como um país pode enriquecer à custa dos outros” não podem compreender “de que modo, no interior de um país singular, uma classe pode enriquecer à custa de outra”. (MARX apud LOSURDO, 2015, p. 26)

“nação enquanto tal” que sofre a condição de exploração/dominação/opressão, e não uma classe ou outra em seu interior. A *nação* é, portanto, considerada o sujeito da “segunda grande luta de classes para a emancipação” humana (Id., Ibid., p. 29).

Para Losurdo, as lutas de classe podem emergir entrelaçadas num plano nacional e internacional: “Observamos as lutas de classes operarem separadamente; contudo, uma concreta situação histórica, uma grande crise, é caracterizada pelo entrelaçamento complexo e contraditório das lutas de classes” (2015, p. 28). Ele acredita que, depois das revoluções de inspiração socialista no século XX, por exemplo na Rússia e na China, as lutas de classe passaram a se manifestar de uma nova forma. Não mais como conflito entre proletariado e burguesia no interior de um território, mas entre esses países de regime pós capitalista e o imperialismo. Entretanto, mesmo considerando a ideia de um entrelaçamento de diferentes lutas (anticoloniais em âmbito internacional, entre classes sociais em território nacional) em momentos de crise histórica, o autor acaba por tomar “a nação” como um sujeito monolítico em regimes pós-capitalistas, o que significa negar o conflito no interior desses territórios.

É um problema do ponto de vista do *centralismo democrático* se considerarmos que, na URSS, só uma minoria da classe trabalhadora teve meios de alcançar um certo grau de consciência política, de maneira que seu consenso ao regime inaugurado pelos bolcheviques pudesse ser considerado ativo e não passivo durante todos os anos da experiência soviética. Isso pode ser exemplificado numa importante categoria leninista ligada ao *trade-unionismo*. Como empecilho ao desenvolvimento da consciência política revolucionária, a consciência *trade-unionista* “manifesta-se pela incapacidade de subordinar as reivindicações econômicas à luta pela conquista e pela manutenção do poder político” (LOSURDO, 2015, p. 245), categoria desenvolvida com base em uma das muitas divergências entre dirigidos e dirigentes na URSS.

Fernandes (2015) aponta, na crítica gramsciana ao *centralismo burocrático*, embora Gramsci não tenha feito menção direta ao stalinismo, uma possibilidade de explicação da postura política do partido comunista na época de Stalin: um partido monolítico, mecanicamente enrijecido na burocracia, que sustentou o *status quo* e bloqueou a iniciativa vinda de baixo. Em relação ao Partido Bolchevique na época de Lenin, o *centralismo democrático* foi defendido por Gramsci como estratégia política para alcançar a democracia no Estado e superar a condição de subalternidade das classes populares. Algo possível apenas mediante a atuação de um partido fortemente centralizado, mas uma centralização condicionada à noção de *organicidade* entre governantes e governados, entre intelectuais e classes

subalternas, entre vida cotidiana das massas e vida partidária e que, conseqüentemente, seria a via para se obter um *consenso ativo* e não passivo das massas organizadas.

Porém, para Gramsci, o desenvolvimento desse partido teria como horizonte o fim da divisão entre classes sociais, entre dirigentes e dirigidos. O que significa que seu desenvolvimento deveria conduzir ao seu próprio fim porque seu destino seria o de se tornar historicamente inútil (FERNANDES, 2015). Baratta (2010, p. 14) ressalta também que o *centralismo democrático* pressupõe movimento, isto é, está voltado ao desenvolvimento e à mudança da direção política e cultural da sociedade. À essa categoria gramsciana, ele contrapõe o risco que se corre nos regimes democráticos do capitalismo, o risco de um “fundamentalismo democrático” que “consiste na redução do processo democrático a um conjunto puramente formal de regras institucionais, cujo funcionamento implicaria a hegemonia econômica do ‘livre mercado’.”

Entretanto, observa-se que essa questão é relegada a um segundo plano na análise de Losurdo (2015), uma vez que o autor empreende uma análise do desenvolvimento da “teoria da luta de classes” que preferencialmente retoma o discurso de teóricos/líderes de partidos de inspiração socialista que tomaram o poder no século XX, por exemplo, Lenin, Stalin, Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping. A questão que fica em aberto é se foi realmente o proletariado quem se manteve no poder na URSS a partir do processo de “autonomização dos estratos políticos e governativos” (LOSURDO, 2015, P. 243), ou se o Estado se tornou instrumento de uma nova classe dominante⁷⁰ ou uma burocracia apegada ao poder.

Por outro lado, Losurdo (2015) destaca uma questão importante com relação às lutas de classes, algo que mostra que a classe social não é só uma categoria econômica e que a luta de classes é também uma disputa política e ideológica. Além da estrutura de classes nacional/internacional, o autor identifica “as várias formas” que a luta de classes, de cunho *emancipatório*, assumiu historicamente como lutas também pelo *reconhecimento*. Num plano político-moral, o denominador comum entre sujeitos e formas tão diferentes da luta de classes consiste no “objetivo de superação dos processos de desumanização e reificação que caracterizam a sociedade capitalista, pelo objetivo da obtenção do reconhecimento” (Id., Ibid., p. 104).

⁷⁰ Com relação à China é apontado um consenso em torno de sua caracterização através da tese de “capitalismo de Estado” e; com relação à URSS não é possível negar que nenhum dos modelos sociais adotados após a Revolução de Outubro “silencia realmente a tese do advento de uma nova classe exploradora” (LOSURDO, 2015, p. 254).

O paradigma filosófico do “reconhecimento”, de derivação hegeliana⁷¹, tem a ver com o reconhecimento da *humanidade* de sujeitos históricos explorados, dominados, oprimidos. Algo que, num primeiro momento, deve conduzir ao reconhecimento ainda que formal de seus direitos políticos. O filósofo italiano contrapõe esse paradigma ao do *contrato* e ao dos *direitos humanos* porque os últimos dão por pressuposto o sujeito dos quais se originam. A determinação do sujeito considerado subscritor do contrato ou titular dos direitos humanos “esteve no centro de lutas seculares contra cláusulas de exclusão para prejuízo dos povos coloniais, das classes subalternas, das mulheres” (Id., *Ibid.*, p. 115), e o desvanecer dessas cláusulas teria sido justamente o resultado de lutas pelo reconhecimento.

O paradigma da *redistribuição* não pode explicar adequadamente sequer a luta operária na fábrica. A luta de classes entre proletariado e burguesia é também a luta contra o despotismo e a escravidão imposta pela sociedade burguesa, reivindica a liberdade na fábrica e *fora dela*: “além da vigente distribuição de renda, tem alvo as relações de coerção e os processos de desumanização que constituem a sociedade capitalista” (LOSURDO, 2015, p. 112). Mas, não seria possível traçar uma linha clara entre luta pela redistribuição e a luta pelo reconhecimento.

... luta pelo reconhecimento é a luta de classes travada pelos escravos (e pelos povos coloniais ou de origem colonial) que constituem o sujeito social exposto à desumanização mais explícita e mais radical; luta pelo reconhecimento é também a luta de classes que tem como protagonistas os proletários da metrópole capitalista, eles mesmos por longo tempo assimilados pela ideologia dominante a instrumentos de trabalho ou a ‘máquinas bípedes’; e luta pelo reconhecimento é também a luta de classes que vê as mulheres empenhadas a pôr em discussão, a minar ou a liquidar a escravidão doméstica que a família patriarcal lhe impõe. (LOSURDO, 2015, p. 103-104)

Portanto, Marx e Engels procederam tanto a crítica às relações econômico-sociais quanto a crítica à ordem político-social. Nesse sentido, suas análises comportam tanto a transformação dos proletários em máquina, quanto a convivência e o desconhecimento da dignidade humana para a grande maioria da humanidade. Essa afirmação entra em contradição

⁷¹ Losurdo (2015, p. 113) diz que além da dialética entre escravo e senhor, sob a qual ambos se reconhecem mutuamente, Hegel recorre à outra linguagem: através da qual poderia ser explicada a luta pelo *reconhecimento*. Por meio do *juízo negativo simples* pode-se afirmar que “essa rosa não é vermelha”; através do *juízo negativo infinito*, afirma-se que “essa não é uma rosa”. O último não nega predicados singulares do sujeito, mas o sujeito enquanto tal. A abolição da escravidão clássica remete formalmente à passagem do *juízo negativo infinito* ao *juízo negativo simples*, ao reconhecimento da humanidade do escravo.

de forma explícita com a *primeira vertente de pensamento sobre a economia solidária*, e de forma um pouco menos explícita com a *segunda vertente*, representada por Paul Singer.

Assim, a contribuição de Losurdo (2015) é importante por induzir reflexões que se impõem contra a fragmentação das lutas “pelo reconhecimento” na contemporaneidade. Lutas individualizadas e em muitos casos opostas entre si onde, de modo geral, seus sujeitos não consideram a perspectiva classista que se funda na divisão social do trabalho como algo capaz de estabelecer a necessária unificação. A fragmentação das lutas emancipatórias pode ser superada na medida em que se entende que o trabalho “pode proporcionar o quadro de referências estratégico abrangente no qual todos os movimentos emancipadores [...] podem conseguir transformar em sucesso sua causa comum para a sobrevivência da humanidade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

Compreender em que medida e como é possível promover uma reestruturação radical de elementos do capitalismo (por exemplo, a ciência e a tecnologia) para auxiliar na satisfação das “necessidades humanas” para uma sociedade realmente “pós-capital” é uma tarefa monumental. Nos limitamos a apontar que nas sociedades “pós-capitalistas”, como a URSS, pode ser destacada a manutenção da *estrutura hierárquica de comando* como o fundamento dessa não superação do capital (MÉSZÁROS, 2004).

Losurdo (2015, pp. 255-257) entende o colapso do socialismo realmente existente em grande medida como o resultado das contradições entre teoria e práxis no século XX, quando o “idealismo da práxis” veio a se chocar com o “ser social” do Estado, da nação, da religião, do mercado, etc. Ele se concentra na “forma concreta” sob a qual se desenvolveu a Revolução de Outubro, por isso privilegia uma discussão sobre as fases que se seguiram à tomada do poder como centradas na necessidade de desenvolvimento das forças produtivas praticamente à qualquer custo, em detrimento de uma discussão sobre as possibilidades de conquista do apoio ativo das massas às decisões dos líderes revolucionários.

Entretanto, para outro filósofo contemporâneo, o que ficou conhecido como socialismo realmente existente pode ser considerado um modelo pós-capitalista: no qual o trabalho não foi explorado pelo burguês privado, mas pelo próprio Estado. Por um lado, a implosão do sistema soviético é entendida como parte de uma crise sistêmica global do capital (MÉSZÁROS, 2004, p. 18). Por outro, não se pensou na superação do trabalho alienado na URSS, o mesmo continuou sendo a chave da produção da riqueza. A solução soviética só poderia ser efêmera porque foi mantida a herdada divisão hierárquica do trabalho, contrariando a necessidade de progressiva erradicação do capital do *processo metabólico social* que “só seria factível por meio

da transferência dos poderes de decisão aos produtores livremente associados” (MÉSZÁROS, 2004, p. 20).

Mészáros fala dessa transferência a partir de um contexto político nacional no qual o poder estatal já havia sido formalmente conquistado e, afirma que imaginar que *qualquer tipo de Estado* “possa assumir o controle direto de todas as funções reprodutivas particulares da sociedade é uma grande ilusão” (Id., Ibid., p. 19). Além disso, Mészáros destacou o desenvolvimento da consciência revolucionária como um processo permanente, mas não linear, no sentido da desalienação humana.

Isso é algo que *não* serve à negação de que a conquista do aparelho estatal seja fundamental hoje. A começar pelo fato de que o poder de decisão global que alguns Estados nacionais têm atualmente equivale ao poder de destruir a humanidade inteira, por conseguinte: “A ideia de que, na tentativa de superar as desigualdades estruturalmente arraigadas e saná-las de uma forma duradoura, as pessoas poderiam usar a ‘*sociedade civil*’ contra o poder do Estado é extremamente ingênua, para dizer o mínimo” (MÉSZÁROS, 2015).

A noção de classe reivindica a ação política organizada em torno de um fim também por estar relacionada a uma perspectiva sociológica específica sobre a realidade. A sociologia nasce na modernidade, coincide com a emergência da *multidão* mediante o rompimento com o isolamento dos feudos. Constitui-se como ciência ao mesmo tempo em que a “questão social” é inaugurada, na esteira do processo de industrialização, de edificação das metrópoles, de transformação radical das relações sociais. A *multidão* na sociologia moderna veio a coincidir, por exemplo, com as noções de *massa*, *povo* ou *classe*, mas só a última:

... expressa as diversidades e desigualdades que se acham na base das manifestações da multidão, da massa, do povo. *Em última instância*, o que funda o movimento social, protesto, greve, revolta, revolução é o modo pelo qual se produz e reparte a riqueza social. A expropriação do trabalhador, produtor de mercadoria, valor, lucro, mais-valia está na base do pauperismo, desemprego, carência. [...] Marx é o autor clássico dessa análise. Mostra como a classe social se acha na base, no centro, dos movimentos, lutas e impasses que aparecem como se fossem da multidão, da massa, do povo (IANNI, 2011, p. 23, grifos nossos).

Em uma carta datada de 1852, Marx afirmou: “No que me diz respeito, não pertence a mim o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna nem da luta entre elas” (MARX *apud* LOSURDO, 2015, p.77). Historiadores e economistas burgueses muito antes já haviam apontado a existência desses conflitos (MÉSZÁROS, 2004, p. 11). Entretanto, à análise marxiana pode ser atribuído o mérito da afirmação do caráter historicamente

determinado e transitório das sociedades fundadas sobre a divisão e a luta de classes, ou seja, das sociedades capitalistas. Posição que afirma-se em contraste com a naturalização da ordem do capital.

Exemplo dessa naturalização em fins do século XX saiu na boca da direita neoliberal declarando o “fim da história” com base em Fukuyama. Antes disso, durante o meteoro do Estado do Bem-Estar, cujo aspecto exterior pôde ser observado por mais ou menos tempo e com mais ou menos nitidez conforme a localização do expectador no mundo, alguns olhares como o de Habermas tenderam a vislumbrar uma paisagem capitalista livre dos conflitos entre classes sociais. O “Estado Pacificador” deveria emergir como tendência homogênea e intrínseca do capitalismo, colocando um fim nos conflitos gerados a partir da distribuição desigual da riqueza. Isto é, nem sempre o Estado Keynesiano foi percebido como um resultado provisório e “geograficamente” heterogêneo da luta de classes, algo cada vez mais difícil de negar nos tempos atuais (LOSURDO, 2015, pp. 11-17).

Na sociedade capitalista a democracia é fundada nos pressupostos de garantia das liberdades individuais e da igualdade formal de direitos entre esses indivíduos, enquanto suas desigualdades reais são camufladas ou naturalizadas, varridas do plano político para o “âmbito privado” das relações humanas. Alguns sociólogos brasileiros apontam que somente a noção de *classe* pode desnaturalizar essas desigualdades que, “em última instância”, estão vinculadas à forma como se produz e se reparte a riqueza em sociedade. Assim, só a partir da perspectiva classista tais desigualdades podem ser suprimidas, o que confere à classe um caráter de categoria dinâmica.

... a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem social que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo (FERNANDES, 1975, p. 33).

Fernandes (Ibid.) é um sociólogo brasileiro que também compreendeu a classe como um tipo específico de estratificação social essencialmente inerente à sociedade capitalista: em seu vínculo com os processos de concentração da riqueza econômica e a polarização social resultante. De maneira que a organização em classes é vista como o “núcleo estrutural e dinâmico da organização societária” (Id.; Ibid., p. 39). O ponto de partida de Fernandes na análise sobre as especificidades do capitalismo no Brasil foi o estudo sobre *A integração do negro na sociedade de classes*, no qual o sociólogo concluiu que as transformações histórico-

sociais na sociedade brasileira desde a colonização não afetaram as relações raciais herdadas, desmentindo o mito da democracia racial no país (MARTINS, 2006).

A partir das especificidades da instituição da ordem burguesa no Brasil, por meio da desagregação do regime escravocrata-senhorial, Fernandes destaca, ao lado dos processos de concentração da riqueza: a concentração do *prestígio social* e do poder, o que abrange o poder político institucionalizado na figura do Estado nacional. Assim, são desveladas as origens do Estado *autocrático-burguês* em sua relação com luta de classes no país. Algo que se vincula à subserviência das elites “nacionais” às economias capitalistas centrais desde os tempos de colonização clássica (FERNANDES, 1976).

Assim, a *classe social* não é só uma categoria econômica e a *luta de classes* é também uma disputa política e ideológica. A existência da divisão de classes tem como determinante *último*, o que não quer dizer *único*, a existência da propriedade privada, mas mesmo essa forma de propriedade inaugurada com o fim do Regime Feudal não é meramente um fato jurídico-político, não é somente *um aspecto legal do capitalismo*. A propriedade privada capitalista emergiu como a própria “realidade social” e como “princípio organizatório universal da vida material e espiritual” (IANNI, 2011, p. 32) na sociedade moderna. Ou seja, por meio desse princípio não foi organizada somente a vida nas fábricas, foi organizada a vida humana em sociedade, de maneira que ele incide sobre a própria *visão de mundo* dos seres humanos.

Nas abordagens marxistas sobre a sociedade, de modo geral, a *luta de classes* é a única via de instituição do socialismo, e só a instituição do socialismo implicaria uma ruptura revolucionária com a divisão da sociedade em classes antagônicas. Desta maneira, a ideia de luta de classes não pode ser desvinculada da *perspectiva da revolução*. Esta é posta ao lado do *método dialético* e da *teoria do valor*, sendo então um dos três pilares sob os quais se ergueu a teoria marxiana, sem qualquer um destes “o edifício não subsiste” (NETTO, 2002, aula 1).

Um exemplo clássico está em *Reforma ou Revolução?*, livro publicado em 1900. Luxemburgo critica o revisionismo de Bernstein sobre teses marxistas, vinculado ao programa político adotado pela socialdemocracia alemã. Sob a abordagem de Bernstein, as reformas no capitalismo, tais como a regulamentação de leis trabalhistas, foram postas como um *fim* em si. Ele negou a abordagem dialética por meio de sua “teoria da adaptação do capitalismo”; e abriu mão da perspectiva da revolução no âmbito de sua teoria e prática política, admitindo a “democracia burguesa” como a finalidade das lutas do movimento operário em fins do século XIX. Enquanto Luxemburgo interpretou as reformas como simples *meio* para a revolução, isto é, como a luta pela ampliação de uma base de apoio para a transformação radical do capitalismo,

especialmente com o desenvolvimento dos elementos subjetivos necessários para a *ação política consciente* (LUXEMBURGO, 2010, p. 61).

Nesta seção, abordamos o desenvolvimento da teoria marxista da política e a questão do desenvolvimento da consciência política revolucionária tendo em vista a negação da oposição entre lutas de classe desde o alto e das lutas desde baixo. Geralmente, essas lutas são vistas por autores vinculados à perspectiva de que há “uma outra economia” se desenvolvendo sob o capitalismo hoje (HOLLOWAY, 2013; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004; SINGER, 1998, 2004), mediante a reificação do Estado, por um lado; e da sociedade civil, por outro. O que corresponderia à existência de um “campo econômico-político” absolutamente apartado de um “campo econômico-social”. Isso conduz, precisamente, à negação da “revolução política”, entendida como simples controle do aparelho estatal por uma burocracia.

Apontamos também que as lutas de classes não são lutas meramente econômicas e que não se resumem à polarização entre burguesia e proletariado. Uma concepção em sentido contrário é predominante entre “os autores de ‘uma outra economia’”. Eles pressupõem que as lutas de classes chegaram ao fim diante do aumento do desemprego e da precarização do trabalho desde a reestruturação do capitalismo e da hegemonia das políticas neoliberais, num processo que se desenvolve desde a década de 1970. Simplesmente porque estaria se expressando um tipo de “declínio da relação de assalariamento”.

2.4 As classes sociais em Singer.

2.4.1. O capital como um poder pessoal.

Destacamos que a noção de “classe trabalhadora”, em Singer, parte da ideia de que o capital é um *poder pessoal*, personificado no “patrão” ou em seus representantes *dentro* de cada empresa. Embora haja algumas oscilações, de fato esta ideia nunca foi superada. A classe social sempre aparece como uma categoria meramente econômica. Além disso, mais adiante poderemos observar que é “congelada” a oposição histórica entre burguesia e proletariado na Inglaterra no século XIX, quando o autor se refere ao antagonismo entre classes sociais em qualquer momento histórico (SINGER, 1987; 1998; 1999; 2000; 2004).

Primeiro ele definiu a “classe trabalhadora” como o conjunto daqueles que contam apenas com o próprio trabalho para sobreviver, concluindo que se trata de “um conjunto demasiado heterogêneo para ser denominado de ‘classe’” (SINGER, 1987, p. 4). Mas, seria

possível compreender esse conjunto em sua amplitude e heterogeneidade a partir da subdivisão: classe operária/pequena burguesia, para os quais o autor também usa os termos *trabalhadores assalariados/trabalhadores autônomos*. Assim, a “classe trabalhadora”, isto é, “a totalidade dos pobres”, “o povo trabalhador”, “a grande massa”, “as classes populares”, na verdade seria constituída por *duas classes*:

A classe operária vende sua força de trabalho à grande empresa, tornando-se parte integrante dela: põe-na em movimento com o seu trabalho, confronta-a com suas reivindicações, paralisa-as nos momentos de conflito mais agudo, com suas greves. A pequena burguesia vende à grande empresa e compra dela, não a força de trabalho, mas outras mercadorias. Exemplo típico é o pequeno agricultor, que compra adubos e inseticidas da indústria química e vende sua produção à indústria de alimentos e bebidas (SINGER, 1987, p.5).

Uma diferença entre as “duas classes” que compõem a classe trabalhadora é que o proletariado “trabalha sobretudo nos ramos mais avançados da economia”; enquanto a pequena burguesia “trabalha em ramos em que a produção em pequena escala ainda é possível”, um indicativo de que sua produção teria sido pouco afetada pelo progresso técnico, embora a produção em pequena escala e o progresso técnico não sejam incompatíveis para o autor (SINGER, 1998, p. 5).

A diferença fundamental é que a primeira classe submete-se ao assalariamento e a segunda possui meios de produção próprios. Ou seja, para muito além de sugerir que todos os trabalhadores não-assalariados possuíam “meios de produção” próprios em plena década de 1980 no Brasil, Singer concebeu a “autonomia no trabalho” como algo *exclusivamente* relacionado ao fato do trabalhador estar ou não submetido ao controle de um patrão⁷². Em oposição à “autonomia”, o “controle” do qual ele fala se realiza mediante a relação de assalariamento, no interior dos ambientes de trabalho.

A formação da classe operária no Brasil estaria vinculada à “proletarização do homem do campo”, o que em Singer significa a “proletarização em massa dos trabalhadores

⁷² Controle que pode ser direto ou *indireto*. Conforme ele observa, existem “assalariados proletários e burgueses”. Os últimos estão em altos cargos nas empresas, cumprindo a função do “patrão”. São uma “burguesia gerencial ou administrativa”, sob o comando da “burguesia empresarial ou proprietária”. Apesar de trabalhadores assalariados, seus interesses identificam-se com os do capital porque “querem que a empresa obtenha lucro”. Esses administradores estão em posição de mando, fazem parte de uma ordem hierárquica na qual os proletários, elementos mais numerosos, constituem a base da pirâmide. Entretanto, existem quadros intermediários que abrangem outros assalariados “em posição de mando”, mas com pouco ou nenhum poder de tomar decisões e submetidos a uma organização sindical, assim, definindo-se por meio de suas relações com o movimento operário como proletários ou burgueses (SINGER, 1987, pp. 6-7).

autônomos” (Id., 1987, p. 61). Mesmo admitindo que “trabalhadores autônomos” precisam vender sua produção para a grande indústria e/ou que precisam recorrer a matéria prima industrializada para realizar sua própria produção, essa relação entre trabalhadores não assalariados e grande indústria não é em momento algum problematizada (1998, 1999, 2000, 2004). Não existe antagonismo entre capital e trabalho fora dos muros das grandes empresas, embora exista “desigualdade social”. Esta entendida como fruto das vantagens e desvantagens que cada grupo social acumula para a competição, bastando criar oportunidades para uma “competição justa” para superá-la (SINGER, 1999; 2004).

Quando trata do que chama de “efeitos extra-empresa” do capitalismo, sua crítica geralmente resume-se à crescente desigualdade social como o resultado da polarização entre “uma elite endinheirada e uma massa de pobres que dependem da venda de sua força de trabalho para ganhar a vida mas não encontra quem a compre, ao salário modal vigente” (SINGER, 2000, p. 15). Entre as muitas oscilações do seu discurso, a solução para a “desigualdade extra-empresa”, foi traduzida nos seguintes termos em *Introdução à Economia Solidária*:

A questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção *intersticial*, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma *geral* de organizar a economia e a sociedade, que supere a divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal. O que implica que os empreendimentos solidários, que hoje se encontram dispersos territorial e setorialmente, cada um competindo sozinho nos mercados em que vende e nos que compra, teriam que se agregar num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos os que a desejassem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente (SINGER, 2004, p. 116, grifos do autor).

Em um texto anterior, esse anseio foi traduzido na ideia de que é possível a consolidação da economia solidária como um “setor produtivo” sob o capitalismo: a partir da integração de cooperativas de produção pequenas e médias e cooperativas industriais; clubes de trocas; cooperativas de consumidores e de crédito; além de cooperativas de serviços, tais como habitação, educação, saúde, etc. (SINGER, 2000, pp. 22-23).

Singer não acredita na possibilidade de “eliminação da empresa capitalista do mercado” (Id., 1998, p. 9; 1999, pp. 73-74), mas diz que “a extraordinária variedade de organizações que compõem o campo da economia solidária permite formular a *hipótese de que ela poderá se estender a todos os campos da atividade econômica*”. Desta forma, a “superação” do capitalismo deveria se realizar a partir da integração da economia solidária em um setor produtivo. No entanto, o que ele entende como a progressiva substituição da economia

capitalista por uma espécie de “economia cooperativista” na realidade é mais uma projeção para um futuro longínquo e sem praticamente nenhum fundamento histórico real.

2.4.2. O “aburguesamento” da classe trabalhadora.

“Não é pecado misturar concepções, combinar elementos de uma e de outra para alcançar uma visão mais equilibrada do mundo” (SINGER, 1999, p.8). Essa é sua justificativa para a junção entre o que ele chama de “paradigma individualista” e “paradigma estruturalista” em *Globalização e Desemprego*. De modo geral, de um lado e de outro ficam obscuras suas referências bibliográficas e ele traz um recorte do que mais lhe interessa em cada “paradigma”. Essa ambiguidade será retomada mais adiante, especificamente por sua importância para a compreensão do papel do “Estado” em relação à “sociedade civil” conforme o autor.

Com relação à classe trabalhadora, o que importa enfatizar é que, neste momento (1999), ele aceita as teorias que defendem seu “aburguesamento” a partir da realidade dos trabalhadores nos países centrais e na vigência do Estado Keynesiano. Um “aburguesamento” – entendido a partir da ampliação do padrão de consumo e da conquista de direitos trabalhistas – é de fato a principal justificativa evocada por ele para tentar “reformular” a concepção “marxista” de classe por meio de sua junção com o “individualismo”.

Por outro lado, mais adiante será visto que em *Globalização e Desemprego* Singer também entende a globalização da economia capitalista em termos de “deterioração das relações de trabalho” assalariado (1999, p. 7), por conseguinte, de “deterioração” dos antagonismos entre patrão e empregado mediante o aumento do desemprego e da precarização do trabalho, o que teria conduzido ao fim da luta de classes.

Com os efeitos do desemprego e da precarização do trabalho, com destaque para a ampliação da miséria, Singer precisou olhar com um pouco mais atenção para o que chamou de “trabalhadores autônomos” (Id., 1987). Aqui também as classes sociais só existem se vinculadas à hierarquia gerencial das empresas, tanto que o autor acabou repetindo quase que exatamente a classificação empreendida em 1987 (pp. 6-7). Só que agora a atribuiu ao “marxismo” sem fontes bibliográficas que tanto evoca (SINGER, 1999, p. 70-77). Assim, disse que a “concepção individualista” é um complemento necessário ao “marxismo” porque:

Essa divisão fundamental de classe é de longe incompleta demais para explicar a complexidade das atuais sociedades capitalistas altamente desenvolvidas. *Primeiramente, [...] Capitalistas proprietários e capitalistas*

gerenciais formam atualmente grupos diferentes de uma mesma classe. *Em segundo lugar*, algum limite de classe separa os executivos dos trabalhadores ordinários, mas não é fácil determiná-lo na teoria. [...] Em situações de conflito de classe, eles podem caracteristicamente aderir a um lado ou a outro. *Em terceiro lugar*, existem participantes da vida econômica que não parecem pertencer a qualquer das três classes fundamentais. São, por exemplo, as donas de casa, que ajudam a produzir e reproduzir a mais importante de todas as mercadorias: a força de trabalho. Servidores públicos e trabalhadores de organizações sem fins lucrativos também não dispõem de um lugar apropriado no esquema de classes marxista (SINGER, 1999, pp. 70-71, grifos do autor).

O que ele enuncia “em terceiro lugar” é a única diferença em relação ao texto de 1987, de resto é praticamente a mesma redação. Entretanto, nessa passagem diz que existem “três classes fundamentais” que compreendem capitalistas, operários e “produtores simples de mercadorias, formados por aqueles que possuem alguns meios de produção mas os utilizam eles próprios” (1999, p. 70). Ou seja, agora ele observa que nem todos os não-assalariados possuem meios de produção próprios. Esses “excluídos das posições de classe” são aqueles “forçados a ganhar a vida em ocupações precárias em atividades sazonais ou trabalhos semiclandestinos” (Id. *Ibid.*, p. 64):

“Todavia, nos países do Terceiro Mundo (e esse é certamente o caso do Brasil) é um truísmo dizer que a grande maioria dos socialmente excluídos é formada por gente excluída das principais fontes de renda, considerando-se como pertencente, em geral, às ‘posições de classe’ que formam a assim chamada *economia formal*: empresários, executivos, trabalhadores assalariados de diversos níveis, autônomos. Os excluídos de semelhantes posições de classe são forçados a ganhar a vida em ocupações precárias como atividades sazonais ou trabalhos semiclandestinos...” (SINGER, 1999, p. 64).

Entre “donas de casa” e servidores públicos, apontamos que apenas os ocupados em ONGs poderiam ser considerados “uma novidade” do “capitalismo flexível”. Além disso, o autor repete exatamente a mesma “morfologia” das classes sociais que ensaiou em 1987. O problema fundamental aqui é que não existe “um esquema marxista” no qual se pode encaixar diferentes classes desde o século XIX. As categorias marxistas são dinâmicas, relacionam-se com desenvolvimento histórico do capitalismo e com as particularidades de cada região ou país. Singer congela a divisão burguesia/proletariado e fora destas personificações para ele não parece ser possível pensar em classes sociais.

Em *Globalização e Desemprego* o autor pressupõe que estar no topo da hierarquia nas empresas capitalistas é uma opção aberta aos trabalhadores desde o fim do século XX, embora limitada pela “estrutura de classes”. A limitação decorre de que, obviamente, não cabem tantos

indivíduos no referido lugar: “todavia os individualistas continuam ignorando o número extremamente pequeno de posições na classe capitalista de fato existente. Muitos são chamados, mas poucos os escolhidos” (Id, *Ibid.*, p. 72).

Ao falar a partir do capitalismo nos países centrais na vigência dos 30 gloriosos anos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, além de ignorar as especificidades dos países periféricos, o autor nega a história recente dos antagonismos de classe. Como sua abordagem prescinde da categoria da totalidade, ele também desconsidera que a manutenção de determinado padrão de consumo para os trabalhadores nos países centrais esteve vinculada ao controle dos conflitos internos nesses países por parte do capital⁷³.

Em *Uma Utopia Militante*, Singer foi relativamente mais claro em seu argumento para a “junção” entre a perspectiva “individualista” e a “classista”. Em primeiro lugar disse que a superestrutura e a infraestrutura “se movem impulsionadas por forças muito diferentes” (SINGER, 1998, p. 140). Assim, a “dinâmica da superestrutura” seria condicionada por interações sociais e políticas que não necessariamente têm vínculo com a luta de classes. “Os individualistas” estariam também equivocados ao acreditar que essas interações são protagonizadas apenas por indivíduos porque:

Em determinadas conjunturas históricas, as classes subordinadas se unem contra o *status quo* e, com isso, forçam as classes dominantes a se unir também, o que dá lugar a confrontos, que, eventualmente desembocam em revoluções e contra-revoluções. Em outras conjunturas, as distâncias entre classes dominantes e subordinadas encurtam, boa parte dos indivíduos consegue vencê-las e esta mobilidade interclassista ampliada dilui os laços de solidariedade, fazendo com que a maioria dos indivíduos atue mais isoladamente. A era atual é de revoluções, contra-revoluções e guerras, ou seja, de movimentos de massa. Como resultado destes, a supra-estrutura política vem se democratizando e a massa trabalhadora, destituída de propriedade, vem conquistando direitos (SINGER, 1998. p. 140).

Para o autor, o mérito dos individualistas é que eles “supõem que a maioria das pessoas pode escolher sua classe” (SINGER, 1999, p. 71); enquanto “marxistas mostram que, em sociedades de classe, os indivíduos, embora livres e iguais perante a lei, não podem escapar da

⁷³ Antes da crise estrutural, esse controle podia ser adequadamente realizado por algum tempo por meio da exportação das contradições para países periféricos. Dito de outra forma, subdesenvolvimento e desenvolvimento são faces de uma mesma moeda, assim como a reprodução da riqueza implica a contínua reprodução da miséria. Portanto, a realização de um mais elevado padrão de consumo para os trabalhadores nos países centrais não esteve desvinculada da manutenção do subdesenvolvimento em certas regiões do planeta (MÉSZÁROS, 2013). A categoria “crise estrutural do sistema do capital” também está estreitamente ligada a uma discussão sobre o imperialismo como *um sistema*, no qual a posição hegemônica vem sendo reafirmada pelos Estados Unidos e está muito longe de ser de fato questionada (MÉSZÁROS, 2013, pp. 29, 37, 40, 41).

influência condicionante da sua posição de classe” (Id., *Ibid.*, p. 71). Observada isoladamente a última afirmação pode até não parecer exatamente uma distorção, mas ela vem combinada com a exaltação do individualismo, da “igualdade de oportunidades para competir” – com a ideia de que o sufrágio universal é a via de instituição “pacífica” do socialismo em conjunto com o cooperativismo.

Em *Uma Utopia Militante*, a democracia liberal foi posta como a primeira e a “mais legítima” conquista política dos trabalhadores organizados. O sufrágio universal teria se constituído como a “bandeira própria” da classe trabalhadora em relação à burguesia industrial na Inglaterra, no início do século XIX, com a qual havia se unido no movimento pela reforma do parlamento. Singer traz a ideia de que o liberalismo “em sua pureza” prevê o voto censitário, logo, o sufrágio universal só poderia ser um “implante socialista” no capitalismo (SINGER, 1998, pp. 85, 115).

Como desigualdades econômicas e desigualdades políticas e sociais são resultado de “dinâmicas distintas” (SINGER, 1998, pp. 139-140), não parece, para o autor contraditório exaltar a “democracia” ao mesmo tempo em que aponta que em fins do século XX, somada ao desemprego, estaria sendo inaugurada “uma nova modalidade de exclusão social” que abrange também os indivíduos anteriormente situados no “topo da hierarquia de classes” nas empresas⁷⁴:

A “nova pobreza” difere da antiga fundamentalmente por sua origem. Trata-se de pessoas que pertenciam à ampla classe média, que se criara em função das conquistas dos anos dourados, e que perderam seus empregos para robôs ou para trabalhadores de países periféricos [...]. No Brasil, a “nova pobreza” já se faz notar, embora seu surgimento seja mais recente. Ela atinge fundamentalmente a classe média, sob a forma de menor demanda por força de trabalho com qualificações tradicionais e, sobretudo, de redução muito violenta da remuneração deste tipo de trabalhador. [...] Os pobres raramente podem se dar ao luxo de ficar “desempregados” (SINGER, 1999, p. 31).

Portanto, em *Globalização e Desemprego* os antagonismos de classe foram atenuados porque os trabalhadores se tornaram burgueses; ao mesmo tempo esses antagonismos estão sendo minados por meio de uma crise “do trabalho assalariado” que estaria impelindo aos trabalhadores procurarem alternativas como a economia solidária. Mesmo que contraditória a argumentação, a solução “não capitalista” para o desemprego é sempre a economia solidária

⁷⁴ Conforme sua distinção entre *burguesia proprietária* e *burguesia gerencial* (1987, pp. 6-7; 1999, pp. 70-71)

(Id., Ibid., p. 131). Em relação aos direitos trabalhistas, Singer também é ambíguo. Na biografia exposta em *Globalização e Desemprego*, não há qualquer referência a um livro de Marx, mesmo que o autor afirme fundamentar-se nele quando distingue exploração capitalista e *exclusão social*⁷⁵ como dois processos distintos.

Como “exclusão” o “marxismo” teria definido o desemprego. E, como “exploração”, apenas o trabalho assalariado, de modo que:

Os marxistas distinguem entre exploração e exclusão. Marx escreveu certa vez que pior do que ser explorado pelo capital é não ser explorado por ele, quer dizer, estar excluído do mercado de trabalho. A teoria da exploração mostra que no capitalismo o excedente social toma a forma de mais-valia ou renda de propriedade, que é apropriada pela classe capitalista. Atualmente isso não é totalmente verdadeiro. Os fundos de pensão que pertencem aos trabalhadores, estão entre os maiores investidores (SINGER, 1999, p. 73).

Por conseguinte, “estar excluído do mercado de trabalho” significa não ter emprego e não ter ocupação informal, implica o chamado “desemprego aberto”⁷⁶. E, mesmo a exploração do trabalho via assalariamento hoje “não é totalmente verdadeira”. Fora os *fundos de pensão*, a justificativa para a última afirmação é precisamente o desenvolvimento econômico e a conquista de direitos trabalhistas na vigência do Estado Keynesiano nos países centrais, de maneira que o autor pôde definir os assalariados desses países como parte da *classe média* local (SINGER, 1999, pp. 71-73).

Em primeiro lugar, Singer esqueceu sua própria afirmação de que *classe média* é um conceito no qual a classificação é dada “pelos padrões de consumo e não de produção”, ou seja, é um conceito que define quem é quem na hora de consumir e não de produzir (Id., 1987, pp. 8-9). E, ao definir a classe trabalhadora por meio dos padrões de consumo, ele também contradiz sua própria análise dos “efeitos da globalização” sobre a classe trabalhadora nos países centrais,

⁷⁵ A propósito, recordamos uma leitura sobre esse tema em uma abordagem marxista na contemporaneidade: à rigor, “exclusão social” nem existe. Até mesmo aqueles que são hoje “ilegalmente” escravizados ou as pessoas em situação de mendicância “estão incluídas”, no sentido de que não escapam à ordem universalizante do sistema do capital: *essencialmente desigual* (MÉSZÁROS, 2008, p. 68).

⁷⁶ “A contagem de pessoas desempregadas num momento dado não revela o processo pelo qual as pessoas ingressam no mercado de trabalho: pela migração, abandono da escola, deixando ou perdendo o emprego etc. Um jovem ou uma moça à procura de trabalho temporário não deveria ser considerado *excluído*, mas um trabalhador mais velho, que esgotou o seguro-desemprego sem ter encontrado trabalho, deveria assim ser considerado. E mais importante ainda, o desemprego não é gerado na casa do trabalhador e sim na empresa...” (SINGER, 1999, p. 62).

questão diretamente abordada no primeiro artigo que compõe o livro (SINGER, 1999, pp. 19-32).

Assim, o autor deixa fora de sua “morfologia” da classe trabalhadora hoje todos aqueles indivíduos excluídos das relações formais de assalariamento por meio do processo de “globalização” da economia capitalista, agora esses indivíduos se tornaram “trabalhadores autônomos” ou estão “excluídos das posições de classe” (1999, p. 64), bem como grande parte dos trabalhadores que sempre estiveram na informalidade.

Quando fala na “concepção marxista” de classe, Singer passa ao largo da questão da consciência de classe, porque para ele só existem consciências individuais atomizadas que, no máximo, podem estar relacionadas entre si através da *solidariedade*. A última como um “sentimento natural” entre os pobres ou como um princípio moral que deve ser inculcado nos indivíduos (SINGER, 2004). Além disso, as classes sociais existem apenas em relação à hierarquia gerencial na empresa capitalista ou em relação à posse de “meios de produção próprios”. Entretanto, sob a perspectiva marxista nem em sua gênese a “classe social” foi meramente uma categoria econômica.

Essa proposta de “junção entre paradigma individualista e estruturalista” poderia ser considerada absolutamente desnecessária se o autor levasse em consideração que, no marxismo, *o indivíduo enquanto tal tem certa margem de autonomia para mudar de posição na estrutura de classes*, de personificação do trabalho à personificação do capital, o que não significa uma adesão à meritocracia defendida pela ideologia hegemônica, pois trata-se da *exceção* e não da *regra*. A concepção de que houve um “aburguesamento” da classe trabalhadora vem sendo rejeitada pelos marxistas no século XXI, a exemplo de Mészáros (2008, p. 68). Mas também vem sendo desmentida pela própria história do capitalismo.

2.4.3. O exército industrial de reserva como um “fenômeno local”.

O exército industrial de reserva, como categoria marxista, abarca um processo global, e concentram-se em países de capitalismo dependente os sedimentos mais profundos deste contingente de trabalhadores. Esses sedimentos abrangem também aqueles trabalhadores em ação, mas com ocupação irregular, à margem de uma proteção social por parte do Estado. A tendência é de que venham a crescer em todo o mundo, na medida em que se pretende diminuir os custos com a força de trabalho. Tende a crescer também a parcela da população paupérrima e sem qualquer perspectiva de inserção no mercado de trabalho (GENNARI, 2011).

Singer menciona determinados processos mundiais, mas de modo algum faz uma leitura dialética. O “exército industrial de reserva” é definido como um fenômeno nacional. A divisão internacional do trabalho, por sua vez, vem sendo descrita como o processo por meio do qual se “assinala a cada país os ramos de atividade que lhe é mais vantajoso que se especialize” (Id., *Ibid.*, p. 43). É assim que ele enxerga as “economias nacionais” como *parcialmente* determinadas pelo comércio mundial e pela divisão internacional do trabalho.

No primeiro artigo do livro *Globalização e Desemprego*⁷⁷, ele manteve a ideia de que o exército industrial de reserva é um fenômeno local, mesmo diante do processo de financeirização e internacionalização da economia capitalista. Com o agravante de ser uma “questão local” para uma pequena parte da população brasileira e não para seu conjunto. Quanto às preocupações no mundo todo em razão do aumento do desemprego:

Este sentimento ‘universal’, é bom que se diga logo, é partilhado pela assim chamada classe média que, no Brasil, tende a ser restrita aos ricos, mas nos países cêntricos abrange o conjunto dos assalariados formais [...]. É duvidoso que o problema pseudo-universal do desemprego de fato atinja os pobres ‘antigos’, os que há décadas vivem de bicos, do comércio ambulante, de trabalhos sazonais, da prestação de serviços que não exigem qualificação, que incluem a prostituição, a mendicância e assemelhados (Id., 1999, p. 11).

Em outras palavras, o desemprego na década de 1990 estaria implicando maiores perdas à classe média dos países centrais do que aos pobres “antigos” do Brasil, país onde há um grande contingente de trabalhadores informais, algo que aparentemente não tem vínculo algum com seu passado histórico. No entanto, o Brasil vem a ser definido como “a terra da desigualdade” no quarto artigo do livro⁷⁸, no qual Singer pretende oferecer um mapa da pobreza no país; trata da informalidade no mercado de trabalho como “um fenômeno da década de 1980” e diz que “o enfoque individualista não leva em consideração que a ‘economia subterrânea’ está se expandindo na maioria dos países” (SINGER, 1999, p. 114).

Para o autor, o “exército industrial de reserva”⁷⁹ não abrange aqueles trabalhadores com ocupação irregular, à margem de uma proteção social por parte do Estado. Apenas os

⁷⁷ *Globalização, precarização do trabalho e exclusão social* (SINGER, 1999, pp. 11-32)

⁷⁸ *Desigualdade e exclusão social no Brasil* (SINGER, 1999, pp. 84-116)

⁷⁹ Lembramos que “exército industrial de reserva” se tornou expressão em voga entre neoliberais, desde a década de 1990. De maneira que Singer chegou a afirmar possivelmente com base no discurso neoliberal: “É melhor falar em exército industrial de reserva do que em “desempregados”, [...] para que fique claro o importante papel estabilizador que desempenham [...] As políticas fiscais e monetárias têm em vista impedir que a economia se “aqueça” em demasia, o que na prática implica manter uma generosa margem de sobreoferta de força de trabalho.

desempregados que continuam procurando as agências de emprego em busca do assalariamento⁸⁰. Ele distingue *ocupação* e *emprego assalariado*, mas ambos convergem diante do imperativo do “auto-sustento”. Só o assalariamento é de fato visto como uma forma de exploração do trabalho. E, o que o autor conclui a partir do processo de “globalização” da economia capitalista e da informalidade no mercado de trabalho no Brasil é: “o que precisamos é de ocupação e não de emprego” (SINGER, 1999, p. 14).

Apesar de afirmar que “a maior mudança desde os dias de Marx, é, com certeza, a prosperidade da maior parte da classe trabalhadora” (Id., *Ibid.*, p. 71), observa um “mal-estar na civilização capitalista, que ressurgiu no fim do século XX” (SINGER, 1999, p. 16). A partir disso, discute a chamada “exclusão social”, compreensível para ele apenas a partir de seu “grau máximo” (Id. *Ibid.*, p. 63), isto é, a miséria absoluta. Além disso, quando fala em “exclusão social” ele *opõe* miseráveis e trabalhadores assalariados:

Mesmo que o exército de reserva não cresça como um todo, aumenta a quantidade de pessoas há muito tempo sem trabalho, que acabam sendo definitivamente atingidas pela exclusão social. Suas vidas pessoais entram em crise, muitas se agregam aos que vagam pelas ruas sem-teto ou à legião dos desequilibrados mentais. O que tem, como contrapartida, a concentração de renda a favor dos que têm investimentos, dirigem empresas ou entidades públicas e dos que continuam usufruindo os direitos trabalhistas... (SINGER, 1999, p. 30, grifos nossos)

A globalização foi descrita como “um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custo de produção entre países” (Id. 1999, p. 21). Em sua leitura, a primeira etapa da globalização compreendeu a transferência de recursos dos Estados Unidos para a Europa (especialmente a Alemanha) e Japão desde o fim da Segunda Guerra Mundial, construindo-se “novos parques industriais” e, na década de 1970, aconteceu a abertura dos mercados internos aos produtos industrializados do “Terceiro Mundo”. Na segunda etapa, multinacionais se transferiram para

Neste sentido, o desemprego não é um “mal”, mas um efeito funcional de políticas de estabilização exitosas” (SINGER, 1999, p. 13).

⁸⁰ Embora, ambigüamente, ele tenha dito: “No Brasil, [...] ao lado dos desempregados ativos, há um outro contingente do exército de reserva. São os “pobres”, os socialmente excluídos, que se sustentam por meio de ocupações precárias. Estes pobres são candidatos potenciais a emprego no setor formal da economia, tão logo este expanda suas compras de capacidade de produzir” (SINGER, 1999, pp. 13-14). Ou seja, aqueles que estão em ocupações precárias só fazem parte do exército de reserva na medida em que se colocam como candidatos a um emprego formal.

países onde a mão de obra industrial era mais barata (Id., Ibid., pp. 20-21), o que causou desindustrialização nos países de origem:

Na mesma época, as lutas de classe nos países industrializados haviam se intensificado, alimentadas por crescente insatisfação de uma classe operária de escolaridade elevada com um trabalho monótono e alienante. Grandes jornadas grevistas eram resolvidas com elevações salariais que superavam os ganhos de produtividade e pressionavam os lucros. A transferência em grande escala de linhas de produção para a periferia foi a resposta das empresas. Grandes centros industriais na Europa e na América do Norte foram literalmente esvaziados, com prédios fabris abandonados e grande número de desempregados. Ao contrário da primeira etapa, desta vez a globalização assumia o papel de causador de “desindustrialização” e empobrecimento de cidades e regiões inteiras. (SINGER, 1999.a, p. 21)

O que se destaca é que a transferência das multinacionais para a periferia, para locais onde praticamente não havia uma regulação pública da relação entre patrão e empregado, locais onde a miséria impelia à aceitação do trabalho que os trabalhadores dos países centrais não aceitariam, não significa exatamente um “contra-ataque” do *capital* ao *trabalho*, no máximo, das *multinacionais* ao *movimento sindical*. Ao cristalizar as personificações de um lado e de outro, é possível para o autor vir a sugerir que a luta de classes chegou ao fim no século XXI.

Na época, Singer não acreditava em uma evolução do desemprego⁸¹, apenas na “deterioração” das relações de trabalho assalariadas, vinculada à “flexibilização” da produção capitalista: “talvez melhor do que a palavra ‘desemprego’, *precarização do trabalho* descreve adequadamente o que está ocorrendo” (SINGER, 1999, p. 24). Com base em estudos da Organização Internacional do Trabalho – OIT, a precarização foi definida pelo autor como a perda de direitos trabalhistas, inclusive nos países centrais (Id., 1999, p. 25).

Ele a compara com o método *just in time* na gestão dos estoques das empresas: por meio da gestão de pessoal se passou a manter um reduzido número de trabalhadores efetivos. De maneira que emprego estável veio se tornando um privilégio daqueles trabalhadores altamente especializados, “que assumem mais responsabilidades e que têm mais iniciativa” (Id., 1999, p. 25.). Ou seja, os trabalhadores subjetivamente mais envolvidos com os objetivos das empresas, o “trabalhador flexível”.

⁸¹ Principalmente porque o desemprego no setor formal viria a ser compensado pela abertura de pequenos negócios e por ocupações informais: “como é sabido, o avanço tecnológico causa desemprego técnico mas também gera considerável volume de emprego novo” (SINGER, 1998, p. 60). Ele se baseou na ideia de “destruição criadora” por meio das “revoluções tecnológicas do capitalismo”, em uma leitura de Schumpeter (Id., Ibid., p. 118). Mais tarde, concluiu que estar ocupado na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, seria a mesma coisa do que ter um emprego assalariado, com todas as garantias formalmente oferecidas através da legislação trabalhista (1999).

Os trabalhadores expulsos do mercado de trabalho foram preferencialmente aqueles não especializados, que executam tarefas rotineiras. Assim, ele infere que só restará trabalho formal nas grandes empresas para os poucos indivíduos que acompanharam o desenvolvimento tecnológico do capitalismo. Mas, mesmo esses postos de trabalho tendem a ser reduzidos mediante o desenvolvimento da tecnologia, por exemplo, por meio da difusão do “autosserviço” e da robotização de certas atividades nas fábricas (Id., *Ibid.*, pp. 17-18). Diferente desse “desemprego tecnológico” causado pela “Terceira Revolução Industrial”, seria o “desemprego estrutural”, que surgiu em decorrência da transferência das grandes empresas de uma região para outra. Embora ambos viessem a contribuir para a precarização do trabalho.

O desemprego estrutural, causado pela globalização, é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir (SINGER, 1999, p. 23).

Mesmo considerando a “deterioração das relações de trabalho”, ele define a *terceirização* apenas como “a substituição de trabalhadores assalariados por fornecedores de serviços contratados”. Em grande medida, trata-se da mera mudança de *status* de classe: de trabalhadores assalariados, os terceirizados passam a ser “produtores simples de mercadorias” (SINGER, 1999, p. 72). A *terceirização* seria mais o resultado “da pressão do mercado” (SINGER, 1999, p. 18) sobre as grandes empresas para separar suas atividades principais das atividades complementares, com vistas à manutenção de sua competitividade. O que estaria acompanhando um movimento mais geral de “descentralização do capital”, mas:

A ocupação por conta própria pode ser apenas formal. Uma única empresa grande necessita muitas vezes dos serviços em tempo completo de uma equipe profissional, seja de contabilidade, de vigilância, de fornecimento de refeições, de seleção de executivos, de pesquisa de mercado, etc. Hoje ela prefere que a equipe se constitua em pequena firma independente e lhe preste os serviços. Para a empresa-cliente, a vantagem está na flexibilidade do novo relacionamento e também o menor custo do trabalho, pois ela deixa de pagar o tempo morto, quando a equipe não tem o que fazer, e as horas-extras, quando a urgência da tarefa impõe trabalho além da jornada normal. Os profissionais que passaram a trabalhar ‘por conta própria’ ganham possibilidade (teórica) de atender a outros clientes, mas correm o risco de que ‘o’ cliente se volte para outro fornecedor (SINGER, 1999, pp. 24-25).

Portanto, em Singer a “exploração do trabalho” não se realiza por meio da *terceirização*, ela só se realiza nas relações de assalariamento tradicionais. Provavelmente porque os

trabalhadores expulsos das relações de assalariamento agora integram “outro” dos “modos de produção” existentes sob a “formação social capitalista” (SINGER, 1998). Por sua vez, a “exclusão social” só viria a se realizar quando o trabalhador terceirizado se tornasse “*incapaz de competir*” como autônomo (SINGER, 1999, p. 73, grifos do autor). Em outras palavras, só viria a se realizar quando o indivíduo se tornasse miserável, incapaz de competir por intermédio de algum dos “modos de produção” existentes.

Em um artigo publicado em 2000, o exército industrial de reserva também foi definido como “característica do capitalismo, o aproveitamento incompleto da capacidade de trabalho do proletariado”. Isso, seria o que distingue o capitalismo dos “demais modos de produção” (Id., 2000, p. 12). O que o autor chama de “monopolização da oferta da força de trabalho” é algo que se realiza por meio da sindicalização dos trabalhadores, de maneira que a mesma:

... acrescida das sucessivas conquistas de direitos sociais pelos trabalhadores tornou o custo do trabalho o preço estratégico da economia capitalista, contraposto à taxa de lucro sobre o capital investido. Sempre que a economia se aproxima do pleno emprego – isto é, quando o exército de reserva tende a zero – quase todos os preços sobem, ameaçando o valor ‘real’ da riqueza financeira (SINGER, 2000, p. 12).

Através dessa discussão, ele justifica que ao invés das políticas de pleno emprego ao estilo de Keynes⁸², a solução para o “antagonismo entre compradores e vendedores” da força de trabalho estaria na economia solidária. As preocupações com relação ao crescimento do desemprego no Brasil aparentemente deixam de ser fruto da “fantástica capacidade da classe média de generalizar” (SINGER, 1999, p. 12); e se tornam argumento central em *Introdução à Economia Solidária*, ao lado da precarização do trabalho:

Com a crise social das décadas perdidas de 1980 e de 1990, em que o país se desindustrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando

⁸² Em *Globalização e Desemprego*, Singer parece concordar com o seguinte: “Os neoliberais (individualistas) proclamam que a política econômica keynesiana tende inevitavelmente a exceder seu objetivo, tentando fazer a economia atingir um nível de emprego acima do equilíbrio. Como resultado, os salários crescem e isto expande a oferta de trabalho, tornando possível um emprego maior. Mas apenas por pouco tempo, porque cedo ou tarde os preços alcançam os salários e então os salários *reais* (ajustados pela inflação) caem novamente para o patamar de equilíbrio anterior e o mesmo ocorre com o emprego, a menos que o governo dê início a uma nova rodada de gastos públicos e/ou mais expansão monetária. Assim, o nível de emprego pode ser mantido acima do equilíbrio somente ao custo de uma constante e crescente inflação. Os keynesianos eram bastante vulneráveis à esses argumentos...” (SINGER, 1999, p. 79). Outra crítica que Singer faz veladamente é a de que: “Os keynesianos latino-americanos conhecidos como *desenvolvimentistas* costumavam sustentar teorias segundo as quais o mercado internacional, estando dominado pelas nações avançadas está viciado contra os exportadores de produtos primários. A recente abertura dos mercados domésticos das economias avançadas para as exportações de manufaturados do Terceiro mundo deve ter provocado muita revisão a esse respeito. Contudo os *desenvolvimentistas* ainda veem as relações entre Norte e Sul como antagônicas...” (Id., *Ibid.*, p. 80).

desemprego em massa e acentuada exclusão social, a economia solidária reviveu no Brasil. Ela assumiu em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades mas sempre autogestionária... (SINGER, 2004, p. 122).

Procuramos situar a economia solidária no terreno das relações sociais de produção nacionais/internacionais, não nos fechamos em “sua dinâmica comunitária” ou sua “importância para o desenvolvimento pessoal do indivíduo”. Isso não significa antecipar o devir histórico. Não se trata de confinar os trabalhadores da economia solidária, especificamente aqueles organizados em movimentos sociais, a uma estrutura rígida e intransponível pela iniciativa política. Mas não é possível ignorar que a economia solidária *é fundamentalmente*, ainda que concordemos que *não somente*, uma forma específica de gestão do trabalho que emergiu precisamente com o crescimento do desemprego na contemporaneidade. E esse não é um dado irrelevante nem mesmo para Singer (2004); França Filho e Lavelle (2004), entre outros.

Anteriormente, vimos que a questão *debatida* no país – até pelo menos a década de 1980 – não foi exatamente a do desemprego, mas da recorrente informalidade do trabalho que acompanhou sua industrialização entre 1930-80 (DEDECCA, 2005, p. 101). A informalidade no mercado de trabalho é “um aspecto estrutural de um país capitalista dependente e subalterno e de desenvolvimento industrial retardatário” (ALVES, 2002, p. 72), que assumiu proporções ainda mais significativas na década de 1990, ao lado do crescimento do desemprego estrutural (DEDECCA, 2005, p.108).

Se considerarmos o posicionamento de Singer em relação a um artigo de Dedecca (2005) sobre a questão do desemprego no Brasil, podemos observar que na década de 1990 o primeiro estava repetindo de forma não muito diferente o discurso do governo, que passou a valorizar o trabalho informal como forma de mudar as estratégias de mensuração do desemprego⁸³. Estava repetindo o discurso neoliberal sob o qual o modelo de regulação do trabalho previsto na Constituição Federal de 1988 foi atacado como sendo veículo de uma segmentação no mercado de trabalho, sob o qual poucos teriam privilégios às custas da maioria. Estava repetindo uma “inversão nos termos do debate” sobre a proteção social do trabalhador, inversão baseada num total desprezo às raízes históricas do desemprego no país.

⁸³ Através dos dados da Organização Internacional do trabalho – OIT, não é possível captar em profundidade o chamado “desemprego oculto”, diferente do “desemprego aberto” porque abrange indivíduos em ocupações informais, precárias, irregulares. Portanto, a contabilização mundial do desemprego não capta esse aspecto mascarado pelas estatísticas oficiais dos diferentes países (ANTUNES, 2013, p. 13).

2.4.4. O fim da “luta política” entre burguesia e proletariado.

Especialmente depois das transformações impostas à classe trabalhadora por meio da reestruturação das relações de produção capitalistas, se há luta, ela se dá entre “dois modos de produção” distintos e não entre classes antagônicas, conforme Singer. Para ele (1999, p. 7) há uma “deterioração das relações de trabalho” assalariadas. Considerando o assalariamento regular, foi possível para o autor reduzir o antagonismo entre capital e trabalho à relação entre patrão e empregado (1987). Especialmente considerando a “flexibilização” dessas relações desde o fim da década de 1970, o antagonismo agora não mais se refere às classes sociais, revela-se através da oposição entre “dois modos de produção”.

A exclusão social é inerente ao capitalismo. Ela foi significativamente atenuada pelos implantes socialistas do sufrágio universal, da barganha coletiva, da legislação do trabalho e da previdência social pública e universal, que o movimento operário e seus aliados conquistaram neste século. Mas nesta quadra da história o capitalismo apresenta o que pode ser uma *rejeição orgânica destes implantes* (exceto o sufrágio universal). O que exige repensarmos o enfrentamento da exclusão social em novos termos (SINGER, 1999, p. 9, grifos nossos).

Essa ideia de “rejeição orgânica dos implantes socialistas” não é inócua. Por meio dela se nega a história recente dos antagonismos de classe. Para Singer, tal “rejeição orgânica” deve-se ao fato de que “a economia capitalista industrial tende a superar os limites do estado-nação quase desde o seu início”, um processo definido como a “livre movimentação de mercadorias e de capitais através das fronteiras nacionais” (SINGER, 1999, p. 19), tendência que veio se concretizando e minando as forças da parte da classe trabalhadora que esteve organizada em partidos políticos e sindicatos (Id., Ibid., p. 26).

Como foi dito, a ideia de que o movimento sindical organizado vem introduzindo “implantes socialistas” na economia capitalista em Singer (1998) se vincula à rígida distinção entre “revolução social” e “revolução política”, por um lado; e à distinção entre “revolução social socialista” e “revolução social capitalista”, por outro. As duas últimas estariam ocorrendo simultânea e paralelamente há mais de duzentos anos. Por meio da primeira teria sido conquistada pelo movimento sindical a legislação trabalhista e a ampliação dos direitos políticos para os trabalhadores, incluindo o sufrágio universal.

Agora (1999) o autor defende que há uma “rejeição orgânica dos implantes socialistas” vinculada à reestruturação do capitalismo e ao retrocesso com relação aos direitos

historicamente conquistados pelo movimento sindical. Mas o retrocesso em relação às reformas no capitalismo é definido simplesmente como a “deterioração das relações de trabalho assalariado”, ou como a “derrota definitiva” do movimento sindical em sua atuação política.

Essa “deterioração” não aparece como o que caracteriza a fase atual da luta de classes, e sim como o fim da luta de classes. Isso, se luta de classes for também luta política, mesmo que por reformas no capitalismo. Fundamentalmente, porque o capital e o trabalho em Singer não existem como totalidade, mas como uma multiplicidade de fragmentos mecanicamente relacionados entre si. Aqui, as “multinacionais” contra “o movimento sindical”:

O que derrotou os sindicatos e os obrigou a aceitar a precarização foi a nova mobilidade que o capital adquiriu na segunda etapa da globalização. *O grande capital multinacional simplesmente abandonou o campo de batalha* e se transferiu para países em que a debilidade do movimento operário lhe oferecia plena liberdade de reformular as relações de produção de acordo com os seus interesses (SINGER, 1999, p. 28, grifos nossos).

Deste modo, combinada com a ideia do exército industrial de reserva como “um fenômeno local”, a precarização do trabalho é mais o resultado de uma evolução “natural” do capitalismo do que propriamente a recriação de formas de dominação/exploração com vistas à manutenção das taxas de lucro e do domínio sobre a classe trabalhadora.

“O capital abandonou o campo de batalha” e, assim, morreu a luta de classes no século XXI, na medida em que ela vinha sendo interpretada como a luta sindical por “privilégios” para uma parcela da classe trabalhadora dentro de seus respectivos países. No entanto, subsiste outra luta individual por reformas no capitalismo, preferencialmente sob a forma de protestos dos movimentos sociais, cada qual com suas próprias “causas emancipatórias”. “Repensar a exclusão em novos termos” (1999, p.9) significa pensar em termos individualistas, significa negar a existência das classes sociais, de maneira que até mesmo o indivíduo se torna apenas um fragmento.

Quando afirma que o sufrágio universal é uma exceção, ele está sustentando o pressuposto de que a ação política dos trabalhadores em âmbito nacional se resume ao voto e à “cobrança” pelo bom desempenho dos políticos profissionais no atendimento dos “interesses coletivos” em uma democracia representativa. Por enquanto, Singer não rejeita os movimentos de protesto, desde que os mesmos não ultrapassem os limites até então definidos pelo Estado por meio da legislação nos países de *capitalismo democrático*. Ele não defendia também que a organização da economia solidária em território nacional devia estar vinculada à direção

política de um partido, embora a economia solidária tenha vindo a surgir como política pública na primeira gestão de seu próprio partido.

Singer trabalha na propagação de uma ideologia que pode ter como resultado a aceitação pacífica do retrocesso em relação aos direitos conquistados pelos trabalhadores em nome da “ampliação” de suas “liberdades individuais”. Assim, as discussões que traremos a seguir partem de um entendimento de que a economia solidária, da forma como é posta por ele, nega a luta de classes; e nega a história do capitalismo do ponto de vista dos trabalhadores. Ainda que o autor venha a invocar exemplos contemporâneos de movimentos sociais que adotaram o cooperativismo como forma de gerir sua produção. E, ainda que a luta de classes não seja concebida através das premissas de controle do aparelho estatal e de abolição da propriedade privada em primeiro lugar.

Ele nega a luta de classes em todas as suas variáveis possíveis na história contemporânea porque nega própria “classe”. Definida como a soma mecânica de indivíduos distribuídos em uma “estrutura” que corresponde às suas devidas “posições” na hierarquia gerencial das empresas capitalistas, em especial as que caracterizaram o período fordista de acumulação do capital. Aqueles indivíduos que não couberam e aqueles que não mais caberão nessa hierarquia são concebidos como indivíduos “autônomos”, com plena “liberdade” para recriar um modo de produção que viria superar harmoniosamente o capitalismo.

2.5. A substituição da luta de classes pela luta entre *modos de produção*.

A partir da visão fragmentada sobre produção de mercadorias na sociedade capitalista e da rejeição da tese de desenvolvimento desigual e combinado, Singer prefere trabalhar com a ideia de que a informalidade no mercado de trabalho que acompanha o desenvolvimento de países de industrialização tardia como o Brasil hoje implica um *modo de produção* específico. A existência desse “modo de produção” é deduzida de uma forma de produzir que existe e se desenvolve fora dos limites *físicos* das grandes empresas capitalistas. Se o capital é tido como um poder que existe apenas *dentro* das empresas, seria essa uma forma de produzir que tem certa margem de independência em relação ao modo capitalista de produção.

Como foi visto anteriormente, para Singer outros “modos de produção” não só coexistem como “competem” com o capitalismo hoje. E, apesar de coexistirem na mesma “formação social” na qual o capitalismo é *hegemônico*, esses “modos de produção” são tidos como adversários contrapostos num campo de batalha “neutro” (SINGER, 1998, p. 115).

Especificamente a economia solidária, um “modo de produção” que deriva da “produção simples de mercadorias”:

Há diversas maneiras de organizar a produção e a distribuição de bens e serviços, oriundos da interação de agentes especializados, inseridos numa divisão social do trabalho. Um dos mais simples e por isso dos mais antigos é a *produção simples de mercadorias*: os agentes são os possuidores individuais dos seus meios de produção e distribuição e portanto também dos produtos de sua atividade, que eles intercambiam em mercados. O agente é neste modo quase sempre uma família ou um domicílio, cujos membros trabalham em conjunto, usufruindo coletivamente dos resultados de sua atividade. A agricultura familiar, o artesanato e pequeno comércio são exemplos de atividades integrantes deste modo de produção. (SINGER, 2000, p. 11, grifos do autor)

O capitalismo também teria se originado da *produção simples de mercadorias*⁸⁴, ou seja, a “não separação entre *posse e uso*” dos meios de produção e distribuição (Id., 2000, p. 11). Sob tal perspectiva, a economia solidária só se torna um “modo solidário de produção” por meio do vínculo com cooperativismo de cariz owenista, visto como um dos principais elementos de uma “revolução social socialista” por sua relação com as lutas operárias na primeira metade do século XIX na Inglaterra.

Com relação ao associativismo e cooperativismo ligados à economia solidária, na verdade, o autor oscila bastante sobre o caráter desse “modo de produção” em seus escritos: se é *alternativo* ao capitalismo; se é complementar ou; se é *alternativo* e complementar ao mesmo tempo (SINGER, 2004, pp. 33, 88). Porém, sempre colocando as cooperativas de produção como o núcleo da economia solidária e definindo-as por intermédio da “autogestão”. A última vinculada aos “princípios do cooperativismo” elaborados no século XIX em *Rochdale*:

... a cooperativa de produção é o protótipo da empresa solidária. Ela o é porque associa os produtores, e não seus fornecedores ou clientes, como o fazem as cooperativas de consumo, de crédito e de compras e vendas. Por isso ela não pode ser híbrida, como estas outras cooperativas, que combinam igualdade e democracia no relacionamento externo da empresa com desigualdade e heterogestão em seu interior (SINGER, 2004, p. 90).

⁸⁴ “Há boas razões para crer que houve possivelmente *duas revoluções sociais* na Inglaterra (e talvez também em outras regiões da Europa): uma primeira, que produziu a passagem da servidão à *produção simples de mercadorias*, e que ocorreu entre os séculos XII e XVI ou XVII; e uma segunda, que levou a economia inglesa da *produção simples de mercadorias* ao capitalismo e que teve lugar entre os séculos XVIII e XIX.” Com base em sua leitura de Maurice Dobb, Singer afirma ainda que a “revolução social capitalista” começou em cada lugar em um momento diferente, como processos distintos uns dos outros, praticamente sem vínculo entre si (SINGER, 1998, p. 27). Como exemplo de *produção simples de mercadorias* ele cita o caso de “artesãos domésticos” trabalhando conforme um “sistema de encomendas domiciliar” para um capitalista (Id., *Ibid.*, p. 26).

Nos seminários *Socialismo e Democracia* promovidos em 1999 sob “encomenda” de Lula da Silva, Singer afirmou que “a economia socialista dificilmente será alcançada por meio do mero crescimento da economia solidária, que abrange também o cooperativismo de crédito, bancos do povo, clubes de troca...”. Mas que o socialismo seria fruto de uma “extensão da democracia do âmbito político ao econômico e social” que deveria se realizar através: a) da participação popular na elaboração de orçamentos públicos; b) da constituição de governos locais formados por coligações de esquerda; c) da conquista de direitos operários de participação nas decisões das empresas e; d) da constituição de um setor da economia solidária integrando campo e cidade.

Nesta oportunidade, o autor conferiu às experiências de economia solidária uma importância fundamental no sentido da instituição do socialismo muito mais “*pelo aprendizado que proporcionam a seguimentos da classe trabalhadora de como assumir coletivamente a gestão de empreendimentos produtivos e operá-los segundo princípios democráticos e igualitários*”. Isso, a exemplo dos *kibutz* israelenses e de Mondragón na Espanha (SINGER; MACHADO, 2000, p. 44, grifos de Singer).

Apenas um ano depois o autor reafirmou que “o modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, *na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos*” (SINGER, 2000, p. 13, grifos do autor). Em outras palavras, por meio da combinação entre arcaico e moderno é que se poderia “superar” o capitalismo. Em um texto posterior, Singer veio a pressupor que as contradições do sistema capitalista geram oportunidades para que “organizações econômicas” venham superá-lo:

O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante (SINGER, 2004, p. 112).

Em Marx e Engels (2007, p. 47), a afirmação de que capitalismo trazia em si o gérmen de sua superação esteve vinculada ao fato de que o desenvolvimento da indústria favorecia o processo de unificação do proletariado como classe, favorecia a organização da classe trabalhadora para a luta de classes. Mas em Singer, a própria “evolução do capitalismo” é que é o agente da transformação e não a luta de classes. Em outras palavras, o próprio capitalismo

está agindo no sentido de sua superação ao dar margem para o desenvolvimento de organizações econômicas cuja “lógica lhe é oposta”, o que já é um tema controverso.

Não nos aprofundaremos mais na “retrospectiva histórica” que ele faz sobre a economia solidária como “modo de produção socialista”, através do socialismo utópico vinculado às lutas operárias do início do século XIX (SINGER, 1998, pp. 65-134; 2004, pp. 24-38). Isso, porque nos interessa como a economia solidária se apresenta na atualidade. Assim, nos interessa também de que lado (do capital ou do trabalho) objetivamente Singer está se considerarmos a história atual das lutas de classes, o que incluiria considerar sua posição de articulador político da economia solidária junto ao governo federal desde 2003.

Não é possível transplantar para o momento atual do capitalismo no Brasil, e sem mediação alguma, as análises sobre o desenvolvimento do capitalismo na Europa no século XIX. Mas, isso é algo que Singer faz em relação ao cooperativismo dos socialistas utópicos, em especial Robert Owen. Para justificar o atual caráter “socialista” da economia solidária ele evoca constantemente essas primeiras experiências. Mediante tal vínculo, também julga ser capaz de provar que a economia solidária não é um fenômeno contemporâneo:

A economia solidária não é a criação intelectual de alguém, embora grandes autores socialistas denominados “utópicos” da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon, etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento. A economia solidária é uma *criação em processo contínuo* de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha, como uma sombra, em toda sua evolução (SINGER, 2000, p. 13, grifos do autor).

A ligação que Singer estabelece entre a economia solidária hoje – em seu vínculo com os princípios do cooperativismo enunciados pelos *Pioneiros de Rochdale* – e os duzentos anos de história da luta pelo socialismo pode ser um dos pontos mais frágeis de seu discurso político. Essa insistência tem influência pelo menos de Polanyi (SINGER, 2004, p. 115) e é compartilhada com a *primeira vertente* de pensamento sobre a economia solidária influente no Brasil. Com a diferença de que esses autores não se definem socialista, acreditam numa “hibridação” da economia capitalista.

Germer (2006) levantou a questão da história das lutas dos trabalhadores pela superação do capitalismo, em Singer arbitrariamente reduzidas à “história do cooperativismo; além de sua omissão aparentemente proposital sobre o desenvolvimento histórico do conceito de cooperativismo. Outro exemplo está em Souza (2008), que discute os “fundamentos históricos”

e também teóricos sob os quais Singer estaria construindo e propagando na atualidade uma falsa consciência em relação às lutas históricas pelo socialismo.

Importante observar que Singer enfatiza que todas as conquistas do movimento sindical vêm sendo revertidas desde o fim do Estado Keynesiano. E, concluí que no futuro talvez restem apenas o cooperativismo e o sufrágio universal, como “implantes socialistas” sobre os quais deveria ser “reerguida” a luta dos trabalhadores (1998, 1999, 2004). Mas não se trata da luta política organizada porque: “o fracasso de experimentos coletivistas, inspirados em Marx, levam as vítimas da revolução social capitalista de volta ao ponto de partida” (1998, p. 109).

A luta pelo socialismo é definida como a luta dos trabalhadores que “competem nos mercados” dentro de “outros modos de produção” cuja “lógica é oposta ao capitalismo”, e o que confere essa distinção à economia solidária são os princípios do cooperativismo. Da argumentação de Singer em *Uma Utopia Militante* podemos concluir que a transformação da “formação social capitalista” em “formação social socialista” provavelmente não viria extinguir o modo de produção capitalista, apenas tornaria o “modo de produção socialista” “hegemônico” através de uma “revolução social” multissecular (SINGER, 1998).

Neste livro, a “revolução social” foi definida como uma “vasta mudança nas relações sociais de produção” (Id., Ibid., p. 65) que, tal como a Revolução Industrial, dura séculos e de modo geral não é violenta, “embora possa ser pontilhada por episódios de violência (Id., Ibid., p. 18). É o “processo de passagem de um sistema socioeconômico (ou formação social) a outro” (Id., Ibid., p. 10). Como processo absolutamente diferente, a “revolução política” é entendida como a tomada violenta do poder, o que teria se revelado um “fracasso histórico” mediante o socialismo realmente existente na URSS (Id., Ibid., p. 69).

Aparentemente contrariando teses de Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior entre outros intelectuais brasileiros, sob o ponto de vista de Singer, o Brasil não experimentou uma “Revolução Burguesa”, isto é: “em muitos países a revolução capitalista avançou sem que tenha havido qualquer revolução burguesa, enquanto episódio histórico delimitado no tempo. São exemplos: os domínios britânicos, os países escandinavos, ibéricos etc.” (SINGER, 1998, p. 21).

Uma Utopia Militante é o texto que mais explicita sua reificação “do econômico” e “do social” em relação “ao político”. Foi com base nesse texto que o autor veio repetindo que a economia solidária é um “modo de produção” distinto do “modo de produção capitalista” (2000; 2004). Essa ideia de “modos de produção” conflitantes numa mesma “formação social”

pressupõe que “revolução social socialista” e “revolução social capitalista” são realidades coexistindo num mesmo espaço-tempo, mas com certa margem de autonomia entre si:

Neste livro, o tema são as duas grandes revoluções sociais em curso: a revolução capitalista e a revolução socialista. É preciso distingui-las das revoluções políticas comumente designadas como “burguesas” e proletárias”. Estas últimas são episódios bem delimitados no tempo, em que é possível reconhecer o emprego genérico da violência, embora ele estivesse longe de ser essencial ao processo. As mais importantes revoluções burguesas foram a Revolução Inglesa, do século XVII, a Revolução Americana e a Francesa, quase concomitantes, no fim do século XVIII. No mesmo sentido, as principais revoluções proletárias foram a Comuna de Paris, de 1871, a Revolução Russa, de 1917, e a Revolução Chinesa, de 1949 (SINGER, 1998, p. 18).

Além da Comuna de Paris – vista como um primeiro “ensaio de poder proletário”, as outras “revoluções proletárias” são simplesmente rechaçadas por “implantarem ditaduras que pretendiam ser proletárias”. Mas as “revoluções burguesas” são elogiadas por trazerem “inovações institucionais” que continuaram vigorando após seu término, por mudarem “as relações de poder entre governantes e cidadãos”⁸⁵ (Id., *Ibid.*, pp. 18-19, 21).

A ideia de que as “revoluções políticas” (especialmente proletárias), necessariamente, são violentas e que se confundem com uma insurreição por parte de um grupo que quer tomar o poder político tem como base as definições de “revolução” que Singer encontrou no *Dicionário Aurélio*:

É curioso que as acepções de revolução política e social estejam sempre associadas ao emprego da violência. Nenhuma delas cobre a noção de revolução social como transformação sistêmica das estruturas econômicas, sociais e supra-estruturais – política, jurídica, cultural – de um país ou de vários. No entanto, o uso do vocábulo ‘revolução’ neste sentido é muito comum. O conceito de ‘revolução industrial’ é imprescindível para analisar ou até mesmo descrever o que vem acontecendo no mundo nos últimos duzentos e tantos anos. Revolução industrial e outros termos que designam processo de mudança de longo prazo simplesmente não cabem em qualquer uma das acepções do *Dicionário Aurélio*... (SINGER, 1998, pp. 17-18).

⁸⁵ Em suas palavras: “O que estas revoluções [burguesas] tiveram em comum foi que todas elas representaram intervenções profundas na estrutura política e legal, que, de uma forma geral, transformaram colônias ou territórios ‘balcanizados’ em nações independentes e unificadas, estenderam direitos civis e políticos a novos grupos sociais, limitaram o poder dos governos e os submeteram à autoridade de legislativos eleitos, aboliram privilégios e difundiram a igualdade dos cidadãos perante a lei. No plano da cultura, estas revoluções difundiram, nos países ditos ‘civilizados’, os valores do liberalismo, das liberdades individuais e dos direitos da cidadania” (SINGER, 1998, p. 146).

Porém, ele atribui a Marx “a teorização fundamental do conceito de revolução social, que ele expôs despretensiosamente no prefácio de *Para a crítica da economia política*” (Id., Ibid., p. 19). Por meio de um pequeno recorte deste texto, Singer atribui a Marx a distinção entre “revolução social” e “revolução política”, quando o próprio Marx e muitos marxistas nunca operaram a reificação entre econômico, político, social, cultural, jurídico etc.

No recorte citado, Marx estaria se referindo “à dinâmica da revolução capitalista”; e teria concluído que o desenvolvimento das forças produtivas implicou a transformação das superestruturas⁸⁶. Na verdade, Singer retoma Marx para apresentar a “hipótese” de que ele estivesse certo sobre o desenvolvimento do capitalismo, ao mesmo tempo em que estava errado sobre o desenvolvimento do socialismo: “a hipótese sugerida pelos dados históricos é que a relação entre desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças supraestruturais na revolução socialista é bem diferente da que se verifica na capitalista” (SINGER, 1998, pp. 20-21). Só mais adiante ele completa que superestrutura e infraestrutura *em Marx* obedecem à dinâmicas muito distintas (Id., Ibid., p. 139).

Com relação à instituição do capitalismo, Singer chega a questionar a relação entre a “revolução infra-estrutural que produziu a hegemonia do capitalismo e as revoluções políticas” da burguesia (Id., Ibid., p. 146). A relação entre “revolução infra-estrutural” e “revolução política” só poderia ser confirmada se também fosse considerado o papel político do movimento operário antes e depois de Owen durante o processo “que produziu a hegemonia do capitalismo”.

Antes, os *ludditas*⁸⁷ estiveram empenhados na destruição das máquinas; depois, a luta contra às máquinas teria sido substituída pela “luta contra o capitalismo”, isto é, por uma luta

⁸⁶ “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas, pelo contrário, sua existência social que determina sua consciência. A um certo nível de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção em vigor, ou – o que não passa de uma expressão jurídica das mesmas – com as relações de propriedade, no seio das quais elas se moviam até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se transformam em grilhões das mesmas. Começa então uma época de *revolução social*. Com a mudança da infra-estrutura econômica toda a imensa supra-estrutura se revoluciona mais rápida ou mais vagarosamente.” (MARX *apud* SINGER, 1998, pp. 19-20, grifos de Singer).

⁸⁷ Durante a revolução industrial na Inglaterra, no início do século XIX, “o único movimento que assumiu proporções regionais e características de organização foi o dos ‘*ludditas*’.” De Cole e Postgate, Singer retira a afirmação de que “não era um movimento de massas no sentido moderno, mas um “bando de homens ousados e desesperados que receberam o apoio e a aprovação de seus companheiros trabalhadores” (SINGER, 1998, p. 70). Esse movimento, para o autor, significa a oposição operária ao industrialismo, centrada na destruição das máquinas. Entretanto, “a ascensão do owenismo entre a classe operária britânica dos 1820 em diante, representou de certa forma a troca de esperanças milenaristas de volta ao passado por esperanças, não menos milenaristas, de avanço para o futuro.” (SINGER, 1998, p. 72). Portanto, o movimento dos *ludditas* foi definido como uma forma

política⁸⁸. Aqui Singer se refere à influência dos owenistas sobre o movimento operário inglês “depois das guerras napoleônicas”. Por conseguinte, “se Marx e Engels são os pais do socialismo moderno, Owen deveria ser considerado com justiça o avô” (Id., Ibid., p. 147). Acrescenta que, “a partir de 1848, a presença de correntes proletárias (...) nas revoluções será crescente”, no entanto, “a mudança supra-estrutural ganhará dinamismo próprio e se tornará desnecessário o recurso à revolução à medida que os direitos civis, políticos e sociais se universalizaram” (Id., Ibid., p. 148).

Singer cita um trecho do terceiro volume de *O Capital* sobre as *cooperativas operárias no século XIX*, e conclui que Marx reconheceu nas cooperativas operárias “formas de transição” para o socialismo. Acrescenta que entre todos os “implantes anticapitalistas” é o cooperativismo que tem “maior potencial” (Id., Ibid., p. 128). Pouco importando se para Marx, é por meio da ação política organizada que se opera a transição do capitalismo para o socialismo e não através da atividade econômica que os trabalhadores desempenham, ainda que como forma de resistência:

As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da velha forma, a primeira ruptura da velha forma, embora elas naturalmente reproduzam e tenham de reproduzir em todo lugar, em sua organização real, as mazelas do sistema existente. Mas, dentro delas, a contradição entre capital e trabalho está superada, mesmo que inicialmente apenas na forma de que os trabalhadores, enquanto associações são seus próprios capitalistas, o que significa que utilizam os meios de produção para a valorização de seu próprio trabalho. Elas mostram como, num determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e toma forma, a partir de um modo de produção, um novo modo de produção. Sem o sistema fabril originado do modo de produção capitalista, a fábrica cooperativa não poderia se desenvolver e tampouco sem o sistema de crédito originado no mesmo modo de produção. Este sistema, que forma a principal base para a transformação paulatina das empresas privadas capitalistas em sociedades anônimas capitalistas, oferece igualmente os meios para a paulatina expansão das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. As empresas capitalistas por ações devem ser consideradas, tanto quanto as fábricas cooperativas, formas de transição do modo de produção capitalista ao (modo de produção) associado (ou

rudimentar de luta, superado através de um projeto de sociedade elaborado pelo owenismo que, por sua vez, teria vindo a mostrar sua superioridade em relação ao socialismo científico no século XXI mediante a “fracassada”, “violenta” e “ditatorial” experiência soviética no século XX.

⁸⁸ Por meio de Thompson, o autor entende a superação do *luddismo* – a revolta dos trabalhadores que implicou a destruição de máquinas durante o início da industrialização na Inglaterra – como um processo superado através de uma ampla “conversão” dos trabalhadores ao owenismo: “Muito longe de ter uma perspectiva retrógrada, o owenismo foi a primeira das grandes doutrinas sociais a prender a imaginação das massas naquele período, que começava com a aceitação dos poderes produtivos ampliados da energia a vapor e da fábrica. O que estava em questão não era tanto a máquina e sim a motivação do lucro; não as dimensões da empresa industrial mas o controle do capital social por detrás” (THOMPSON *apud* SINGER, 1998, p. 70).

socialista), somente que numa a contradição é superada negativamente e na outra positivamente (MARX *apud* SINGER, 1998, pp. 28-29).

Diferente do marxismo, quando define a economia solidária como um “modo de produção” em contradição com o capitalismo desde a sua gênese, o que Singer está dizendo é que a história se transforma por meio da ação “socioeconômica” dos indivíduos singulares e coletivos. Em contraste com seu posicionamento, sob a perspectiva marxista a economia solidária não implica a coletivização dos meios de produção, no máximo implica formas capitalistas de propriedade coletiva de meios de produção “em pé de igualdade com as sociedades anônimas” (GERMER, 2006, p. 209).

Embora Singer diga que cooperativas não são comparáveis às sociedades anônimas porque as primeiras adotam os oito princípios da autogestão (Id., 2000, p. 40), os associados e cooperados, ainda que proprietários e gestores “democráticos” de meios de produção específicos, são “indivíduos coletivos” (GRAMSCI, 1976, Vol. I, p. 206) empenhados em uma atividade de resistência econômica que até pode lhes proporcionar o “aprimoramento de suas capacidades individuais”, mas que, *em si mesma*, não tem maior alcance de transformação.

Para Singer, “a experiência [soviética] fracassada revitalizou a hipótese de que o socialismo, enquanto modo de produção, teria de ser desenvolvido ainda sob hegemonia do capitalismo, ou seja, como um modo de produção subordinado, integrando a formação social capitalista...”. O autor acrescenta que a “essência do socialismo como modo de produção” é a “organização democrática da produção e do consumo” e a “repartição igualitária dos ganhos, dos deveres e dos direitos” (SINGER, 1998, pp. 9-10), exatamente sua definição de economia solidária através dos “princípios da autogestão”.

Sua crítica ao socialismo realmente existente estende-se ao “planejamento centralizado da economia” porque o mesmo seria condicionado pela exigência de controle estatal da produção (Id., *Ibid.*, p. 11). Como Holloway (2013, p. 63), Singer acredita que a transferência desse controle aos trabalhadores não pode ser feita de cima para baixo, e sim de baixo para cima. Por isso, deveria ser feita “ainda dentro do capitalismo” (SINGER, 1998, p. 11). O que significa que o que ele entende como “controle da produção” é restrito ao ambiente de trabalho.

Na verdade, o autor não abre mão do princípio da “livre” concorrência, ainda que sob determinadas condições. Aqui, ele está opondo liberdade e igualdade em termos liberais, como fez em *Globalização e Desemprego* (1999). Também está concebendo as regras da “democracia liberal” como a única “forma legítima” de exercício do poder político. Desaparece a distinção entre “reforma” e “revolução” (LUXEMBURGO, 2010). Em Singer, a reforma é a revolução.

Comparando Marx e Owen por meio do socialismo realmente existente e das *aldeias cooperativas*, ele argumenta sobre um “projeto social alternativo ao capitalismo” que “hoje mereça o nome de socialista ou comunista”:

O desafio ideológico é formular um projeto de sociedade que respeite as liberdades individuais, políticas e econômicas conquistadas pelos trabalhadores no capitalismo hodierno e lhes ofereça inserção no processo produtivo em termos de pleno emprego, participação nas decisões que afetam seus destinos também ao nível de empresa e um patamar mínimo de rendimento que lhes proporcione um padrão “normal” de vida. O projeto terá de reavaliar, à luz da experiência histórica, propostas de comunidades coletivistas, cooperativas de produção e consumo articuladas em diferentes âmbitos geográficos, economias nacionais coordenadas e/ou *planejadas por autoridade política*, em combinação com a organização em forma de mercado de certos setores e ramos etc. (SINGER, 1998, p. 110, grifos nossos).

Parece contraditório que Singer critique a planificação da economia na URSS e ao mesmo tempo esteja refletindo sobre um projeto de sociedade na qual a economia continua “coordenada e/ou planejada por autoridade política” e não pelos próprios trabalhadores associados. Trata-se da ideia de que é possível a conjugação entre “democracia representativa” em âmbito nacional e “democracia direta” em diferentes localidades e/ou empreendimentos econômicos. Em última instância, ele quer mudar a forma de gerir o trabalho no interior dos empreendimentos e/ou comunidades e não a forma de gerir a sociedade em seu conjunto. Sobretudo, trata-se da ideia de que o aparelho estatal e a *democracia liberal* são instrumentos “neutros” e que é possível a transformação de toda a ordem social existente por meio de microprojetos individuais integrados em um setor produtivo.

Assim, a economia solidária foi definida por Singer como um “modo de produção” que se desenvolveu paralelamente ao processo de industrialização, atingindo a máxima explicitação de seu potencial revolucionário logo no “berço”, isto é, através do cooperativismo owenista na Inglaterra, nos primeiros anos da década de 1830:

Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como um modo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele a propôs, não a moda dos utópicos da época aos mecenas para que a patrocinassem, mas ao movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos. Foi um curto mas inolvidável momento da história da Grã-Bretanha e também do cooperativismo, que vai, deste modo, ainda imaturo, à pia batismal da revolução (SINGER, 2004, p. 33).

Teria sido “um curto momento” que “ressurgiu” em 1844 através da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, a primeira grande cooperativa de consumo na Inglaterra. Embora o autor admita que o cooperativismo não tenha ressurgido com o “mesmo ímpeto revolucionário” por não estar vinculado à luta sindical, ou seja, à luta de classes dos sindicalistas owenistas na década de 1830. Mas que assim mesmo pode ser caracterizado como um dos principais “implantes socialistas no capitalismo”, ao lado do sufrágio. “Implante” que continua existindo porque ainda existem cooperativas que formalmente enunciam os oito princípios do cooperativismo adotados em seu conjunto em Rochdale (SINGER, 1998, 1999, 2000, 2004).

Entretanto, a voz de Singer ecoa quase que solitária propagando a economia solidária como um “modo de produção” na RILESS⁸⁹. Gaiger, por exemplo, nega que se trate de um *outro modo de produção*, entre outras razões apontadas por intermédio de sua leitura dessa categoria em Marx: porque não possui uma estrutura político-econômica própria através da qual se reproduza historicamente e nem representa a forma estruturante da sociedade através da qual a mesma provém suas necessidades materiais⁹⁰. Afirma que existe dentro do capitalismo uma “forma social de produção atípica”, sendo assim:

Por certo, inúmeras formas secundárias podem surgir, expandir-se e desaparecer durante a vigência de um modo de produção, como bem demonstra, na história, a vitalidade das formas não dominantes de vida material (...) A questão está em saber como o capitalismo atua ao fundo da cena, como tais formas existem e perduram, submetendo-se ou reduzindo sua vulnerabilidade diante do modo de produção. Ou ainda, como tais formas, a partir de seu lugar subalterno ou periférico, podem encetar movimentos de alargamento do seu próprio campo e da sua lógica interna, subtraindo-se, em alguma medida, ao controle do capital. (GAIGER, 2003, p. 189)

A especificidade da “forma social solidária de produção” estaria justamente nas práticas de cooperação e autogestão porque, em princípio, seriam capazes de modificar a finalidade da extração do trabalho excedente. Assim, supõe uma forma de produzir essencialmente diferente da “forma de produção” dominante sob a qual se dá a extração de mais valia através da condição de assalariamento. Nos empreendimentos solidários predomina, ou deveria predominar, a

⁸⁹ Como foi dito em nota anterior, em parceria com a UNISINOS a *Red latinoamericana de Investigadores de Economía Social y Solidaria* – RILESS edita Revista *Otra Economía*, dedicada ao tema da economia solidária na América Latina: <<http://revistas.unisinis.br/>>.

⁹⁰ “No curso do seu desenvolvimento, o capitalismo provocou uma contínua transformação da sua base técnica, mediante enorme impulsão das forças produtivas. Criando sua base própria, renovando-a continuamente segundo suas necessidades, o capitalismo realiza o que mais importa num modo de produção: instaura o processo que vem a repor a sua própria realidade, a reproduzi-la historicamente.” (GAIGER, 2003, p. 188)

“propriedade coletiva dos meios de produção” e a “gestão democrática dos processos de trabalho”. Algo que poderia “converter-se no elemento motor de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos por meio de resultados materiais efetivos e de ganhos extra-econômicos” (Id., Ibid., p. 192).

Esses “ganhos extra-econômicos” em Gaiger também consistem no “fortalecimento político” de movimentos sociais empenhados em uma alternativa “pós-capitalista”, o que não significa socialista. O “fortalecimento político” decorreria da interação dos diferentes membros de empreendimentos da economia solidária, que viria favorecer seu poder de barganha junto ao Estado. Mas também do tipo de interação “democrática” existente entre os membros de um mesmo empreendimento, algo que favoreceria o aprimoramento da capacidade dos indivíduos de se posicionarem politicamente em comunidade.

Para Singer, a história não se transformou e não se transformará através da luta de classes, embora ele reconheça o papel do movimento sindical em certas conquistas políticas históricas: como a instituição de leis de proteção aos trabalhadores e a conquista do sufrágio universal masculino na Inglaterra no século XIX (1998, pp. 74-84). Exceto o sufrágio, pouco tempo mais tarde o autor acabou reduzindo as demais lutas históricas ao status de conquistas *para os trabalhadores assalariados* apenas (1999; 2004), fundamentalmente, porque sua visão fragmentada sobre a sociedade capitalista não o permite ver a classe trabalhadora como totalidade.

Conclui-se que a instituição do “socialismo” em Singer não se realiza através da luta de classes, nem se essa luta for entendida como a luta sindical por reformas no capitalismo. A instituição do socialismo se dá mediante a transformação das relações sociais de produção *no interior* de empreendimentos econômicos específicos e/ou comunidades. Não existem classes sociais, existem indivíduos que se agrupam por interesses particulares que jamais podem ser colocados em segundo plano em nome de uma transformação radical. Não existe consciência de classe, menos ainda consciência política revolucionária.

O antagonismo entre capital e trabalho começa e termina na relação de assalariamento, perde forças diante da “prosperidade do capitalismo” no século XX e, mais tarde, sucumbe por meio da mundialização da economia (1999). Desta forma, Singer concebeu a possibilidade de “unificação” entre a classe dos “trabalhadores autônomos” e a “classe dos patrões”, além de uma “renovada” modalidade de luta contra o capitalismo: a luta entre “modos de produção” sob uma mesma “formação social”. A economia solidária foi definida como “outro modo de produção” cujos princípios básicos são “a propriedade coletiva ou associada do capital e o

direito à liberdade individual”. Tais princípios conduziriam à *unificação* de “todos que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica” (SINGER, 2004, p. 10).

3. ESTADOS NACIONAIS E DISCURSO DA AUTOGESTÃO

3.1 Estados nacionais e hegemonia do capital.

3.1.2. Caráter de classe do Estado na Ideologia Alemã.

Na *Ideologia Alemã*, o surgimento do Estado e da política em geral se vinculam ao surgimento das cidades e à crescente necessidade da organização comunitária. A formação do Estado é explicada a partir da divisão social do trabalho, que começa a se desenvolver de uma “divisão natural” a partir da oposição entre famílias e indivíduos singulares na sociedade. Ao mesmo tempo se opera a contradição entre os interesses individuais e o interesse coletivo. Com relação ao último, os autores não tomam como real um “interesse geral”, abstrato, que existe apenas como representação, e sim aquele que existe “na realidade, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho está dividido” (MARX, ENGELS, 2007, pp. 37, 52).

É precisamente da contradição entre *interesse particular* e *interesse coletivo* que o último assume a forma de Estado, como uma “forma autônoma” separada dos interesses particulares e como “comunidade ilusória” ainda que erguida sobre uma base material: o Estado moderno representa, assim, o idealismo dos interesses universais. Enquanto os indivíduos almejam *apenas* seus interesses particulares, um “interesse geral” pode lhes aparecer como *representação abstrata*, imposta de fora, através da figura do Estado (Id., Ibid., p. 37).

É dessa forma que o Estado pode ser visto pelos indivíduos como algo “estranho” à sociedade de classes, isso é justamente o que possibilita à ideologia da burguesia apresentá-lo como um árbitro neutro enquanto coloca seu interesse particular como “interesse geral” de toda a sociedade (Id., Ibid., pp 48-49). Assim, todas as lutas interiores ao Estado burguês são vistas como “lutas ilusórias”, inclusive a “luta democrática”. Portanto, para que o proletariado possa apresentar seu interesse de supressão de toda forma de dominação *como interesse geral* de toda a sociedade, ele “deve primeiramente conquistar o poder político” (Id., Ibid., p 37).

Segundo Mészáros (2006, p. 202), os autores não dizem que “interesses particulares” e “interesses coletivos” devem ser uma única e mesma coisa ao definirem o Estado como

“comunidade ilusória” ou como “a ilusão legalista”: “a alienação é apresentada como a transformação da própria atividade do homem (...) num *poder alheio que o confronta*, como tal, é contraposto à liberdade, ou atividade livre”.

Na *Ideologia Alemã* os autores distinguem Estado e sociedade civil. Esta entendida como o âmbito das necessidades particulares, dos interesses individuais. Marx e Engels se contrapõem a premissa hegeliana de que o Estado é quem cria a sociedade civil, afirmando o oposto, que a essência do Estado é que é definida pelas características da sociedade civil, nascida com o rompimento do isolamento primitivo dos feudos. Sob capitalismo, a característica essencial da sociedade civil é sua divisão em classes antagônicas, divisão que tem como fundamento último a propriedade privada dos meios de produção/reprodução da vida material. Por conseguinte, são reproduzidas no Estado contradições inerentes à economia (BOTTOMORE, 1988, pp. 550-551; MARX, ENGELS, 2007, pp. 40, 48-50).

Após um período em que oscilou em torno da polarização herdada da filosofia política clássica e de Hegel, entre sociedade civil e Estado, ora valorizando um polo em detrimento do outro, ora refazendo o caminho oposto, Marx rompe com essa visão, para fazer o que denomina “anatomia da sociedade civil”. A abordagem da ideologia é um passo essencial nessa anatomia, porque remete o conhecimento desta às condições materiais de existência em que se assenta. A Alemanha tornou-se objeto privilegiado dessa reflexão, pelo peso que tiveram os vários sistemas de ideias no seu desenvolvimento (SADER, 2007, p. 11).

Desta forma, “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante” (MARX, ENGELS, 2007, p. 47, grifos dos autores). Isso acontece principalmente porque a classe que dispõe dos meios de dominação material geralmente dispõe dos meios de produção espiritual em uma sociedade. As ideias dominantes de cada época não podem ser separadas dos indivíduos e instituições dominantes, quem domina não são simplesmente as ideias (Id., Ibid., p. 49). Com base nisso, há quem entenda que a superestrutura parece simplesmente *determinada* pela infraestrutura.

3.1.2. A hegemonia dos subalternos.

Em Gramsci, *sociedade civil* veio a ser um termo usado em relação à *sociedade política* para definir um conjunto de instituições não-estatais, de “elementos organizativos” que

representam “interesses corporativos”: também chamados de “aparelhos privados de hegemonia”. Sob esse ângulo, a “sociedade civil” pode ser entendida como um terreno no qual a *hegemonia* é articulada através do consenso, do “consentimento espontâneo” ativo ou passivo, de maneira que uma distinção precisa entre Estado e sociedade civil aparece mais como recurso metodológico. Entretanto, isso não significa apagar as linhas que demarcam Estado e sociedade civil, a supressão do último só aparece em sua teoria como o pleno desenvolvimento dos “atributos autorreguladores” da primeira (BOTTOMORE, 1988, pp. 551-552).

O Estado, também definido como “sociedade política”, é um dos espaços em que se expressa a dominação de classe, sobretudo porque historicamente é o lugar onde a classe dirigente se une. É o lugar no qual se estabelece uma unidade jurídica-formal e também ideológica, projetada para toda a sociedade. Já a história das classes subalternas é fragmentada e está essencialmente vinculada à história da sociedade civil. Só poderia ser unificada quando essas classes pudessem se tornar Estado (SIMIONATTO, 2009, p. 42).

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que na atividade histórica desses grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos sociais dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso (GRAMSCI, 2002, Vol. V, Cad. 25, p. 135).

O Estado é considerado um dos espaços em que se expressa a dominação ao suprimir algumas formas de autonomia de classe dos grupos subalternos e por meio do empenho incorporá-las na atividade estatal, tornando *formalmente* indistintas as diferenças de classe e, assim, configurando-se como um poder desmobilizador “na medida em que bloqueia as iniciativas da sociedade civil” (SIMIONATTO, 2009, p. 42). Essa tendência tem sua máxima expressão no processo que Gramsci chamou de *revolução passiva*:

‘Revolução passiva’ é o processo pelo qual, no âmbito da dialética histórica, a *tese* (expressão do bloco histórico dominante) se mostra capaz de neutralizar, incorporar, absorver, em suma, exaurir a *antítese* (expressão das forças que visam constituir um bloco histórico alternativo ao dominante). Numa tal situação não é a *negação* expressa da *antítese* que se torna portadora de uma nova *síntese*, mas a própria *afirmação* expressa pela *tese*. Gramsci define a ‘revolução passiva’ como uma ‘revolução restauração’ (BARATTA, 2010, p.34)

A existência do Estado é “dinâmica e processual”, no sentido de que o equilíbrio entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados é sempre instável e efêmero. Uma forma de manter esse equilíbrio é justamente a incorporação da sociedade civil na esfera do Estado, o que se dá mediante vários mecanismos, em especial, a formação da *opinião pública* – por meio dos *aparelhos privados de hegemonia*, tais como os meios de comunicação, a Igreja, os sindicatos, etc. – como estratégia de fortalecimento da hegemonia política (SIMIONATO, 2009, p. 42).

O poder político se funda tanto no *consenso* quanto na *coerção*, assim, a disputa pela hegemonia através da *guerra de posição* não significa a mera negação da disputa frontal que caracteriza a *guerra de movimento*. O que Gramsci questiona, com base na polêmica trotskysta sobre a *revolução permanente*, é quando uma *guerra de movimento* ou uma *guerra de posição* deve ser mantida (REIS, 2009, pp. 232-233; GRAMSCI, 2007, vol. III, § 138, p. 255).

Quanto à *coerção*, ressalta-se que a hegemonia burguesa sempre tem um fundo de violência, o que não significa meramente o uso explícito da violência por meio do aparelho estatal, é fundamentalmente o uso político da prerrogativa de utilização desse poder (FROSINI, 2012, parte 1). Trata-se de uma caracterização semelhante à que veio a se destacar nas análises de Fernandes (1975) sobre a formação da sociedade de classes e do Estado brasileiro.

A ideia de *consenso*, que pode ser ativo ou passivo, está vinculada ao fato de que, para a manutenção da hegemonia burguesa, as massas populares precisam aceitar o projeto burguês como um projeto de desenvolvimento expansivo, isto é, de toda a nação. Assim, a *hegemonia* se configura justamente como a apresentação de uma parte como se fosse o todo. Em termos históricos, a burguesia se coloca como a classe que pode liderar a nação inteira. O que não significa grosseiramente que ela “engana” as massas populares, significa que ela se coloca uma tarefa histórica que passa pela aceitação, pelo *consenso* (FROSINI, 2012, parte 1).

O *consenso* pode ser obtido de várias maneiras, inclusive pela fraude, pelo engano ou pela ilusão, porém um poder não se funda apenas nisso. Por exemplo, para além de Marx quando identifica a burguesia como classe revolucionária no sentido do rompimento com as relações sociais feudais, Gramsci observou em sua época que a burguesia vinha conseguindo renovar seus desafios e sempre lançar um mais adiante graças à atuação de seus *intelectuais*⁹¹, categoria

⁹¹ A categoria gramsciana de *intelectuais* abrange aqueles que, de alguma maneira, exercem um trabalho de organização e conexão de massas. Inclui, por exemplo, soldados, padres, sindicalistas, técnicos de empresas, etc. Todos têm uma função política: “são os funcionários da universalização prática/política” de uma visão de mundo, isto é, têm papel fundamental na hegemonia de uma classe sobre outra na medida que transmitem uma visão de mundo adaptada a lugares diferentes, momentos diferentes, idiomas diferentes (FROSINI, 2012, parte 1). O que marca a diferença entre *intelectuais tradicionais* e *cosmopolitas*, por um lado e; *intelectuais orgânicos* e *nacional-*

que se destaca entre outros sujeitos políticos que contribuem para a obtenção do *consenso* ao projeto burguês. Além disso, a hegemonia absorve as demais classes dentro do projeto da classe dominante na medida em que as classes subalternas seguem sendo subalternas, ou seja, na medida em que renovam as relações de subalternidade (Id., Ibid.).

As reflexões sobre subalternidade são indissociáveis dos processos de dominação político-culturais presentes na sociedade e que marginalizam a história dos subalternos. Não se trata meramente da descrição das condições de vida de determinados grupos explorados ou destituídos dos meios básicos de sobrevivência. Por exemplo, para que um grupo social deixe de ser subalterno não é suficiente que ele reivindique ou mesmo que alcance para si melhores condições de trabalho e seu quinhão num processo de redistribuição da riqueza, é necessário que se torne *hegemônico*, ou melhor, que seja capaz de “sair da fase econômico-corporativa para elevar-se à fase da hegemonia político-intelectual na sociedade civil e tornar-se dominante na sociedade política” (GRAMSCI *apud* SIMIONATTO, 2009, p.43).

Isso significa que a reciprocidade entre *estrutura* e *superestrutura* é tida como o processo dialético real em Gramsci. Além disso, diferente do que acontece na leitura *culturalista* sobre sua produção teórica na contemporaneidade, não se pode esquecer que ele foi um marxista. Foi um marxista-leninista que defendeu a ditadura do proletariado como estratégia política para a instituição de uma nova ordem (BARATTA, 2010). Desde os *Escritos Políticos* existem menções explícitas de Gramsci à ditadura do proletariado organizado “para eliminar todos os obstáculos técnicos e sociais que se interponham à realização do comunismo” (GRAMSCI, 1978, Vol. IV, p. 23).

Gramsci foi um intelectual do Partido Socialista Italiano, um dos fundadores do Partido Comunista Italiano e até chegou a se eleger deputado em 1924. Ele não descartou a necessidade de se avançar no sentido da ocupação de espaços na sociedade política pela via do sufrágio. Além disso, ele apontou que o Estado moderno tinha o papel de suprir alguns *direitos sociais*⁹², muitos dos quais considerados úteis para a *instrução e a cultura públicas*. Tratam-se de fatores

populares, por outro: é justamente a vinculação dos últimos à uma classe social e aos problemas nacionais, respectivamente. Entretanto, é necessário observar que o *intelectual orgânico* pode estar vinculado a qualquer classe, enquanto o *nacional-popular* é estritamente ligado aos subalternos e ao avanço histórico (REIS, 2009).

⁹² Sob o neoliberalismo a concepção de que as políticas sociais são *direitos sociais* deu lugar à perspectiva segundo a qual elas são *serviços sociais*, deu-se sua mercantilização de forma direta ou indireta. Deste modo, o acesso aos “serviços”, como saúde e educação, por exemplo, varia conforme a quantia que o cidadão/consumidor pode pagar. A transformação das políticas sociais em mercadorias financiadas pelo Estado consiste no recuo de conquistas sociais históricas (PEREIRA, 2008).

de hegemonia cultural, de manutenção do vínculo entre governantes e governados, porém que deviam ser repensados com base numa concepção popular e progressista (REIS, 2009, p. 187).

Gramsci nunca pensou em termos de separação e oposição entre realidades independentes entre si, ou seja, o marxismo não é um tema que se segrega da realidade histórica e cultural. A teoria não se separa da prática, uma tendência não se segrega de uma contra-tendência, etc. Deste modo, a luta pela hegemonia por parte dos subalternos não é entendida como um projeto alternativo que emerge “de fora” da hegemonia burguesa. O poder sempre carrega em si a possibilidade de inversão da tendência. Assim, hegemonia e o que se entende como “contra-hegemonia” não podem ser vistas como dois adversários que se enfrentam num campo de batalha, uma está dentro da outra, implicada na outra (FROSINI, 2012, aula 1).

Considerando o conjunto das massas subalternizadas, Gramsci entende que a consciência de classe só pode se modificar *substancialmente* quando for modificado “o modo de viver da própria classe”, ou seja, quando o proletariado tiver se tornado classe dominante e tiver à sua disposição tanto o poder de produção e comercialização, quanto o poder estatal (GRAMSCI, 1978, IV, pp. 21-28). Dito de outro modo, um salto substancial na formação da consciência das classes populares em seu conjunto; e não de um ou outro entre os grupos isolados entre si, só seria possível depois da conquista do poder do Estado, porém propor que isso “complete-se” antes é uma utopia. “Completar-se” é uma força de expressão, uma tese fundamental em Gramsci é a de que o poder nunca é algo acabado, concluído (FROSINI, 2012; SIMIONATTO, 2009).

Por isso, para se falar em *hegemonia cultural* à partir de Gramsci é preciso considerar pelo menos alguns aspectos relacionados a sua concepção de *bloco histórico* e de *cultura*. Em primeiro lugar, a construção da hegemonia não pode ser individualizada ou restringida a grupos sociais isolados, ela tem como horizonte um projeto abrangente que começa pela auto-organização das classes populares. Trata-se do desenvolvimento de um *bloco histórico*: que em Gramsci articula o proletariado e os camponeses italianos a uma proposta de nação alternativa àquela que representa o *bloco histórico* dominante em um território nacional.

Em Coraggio (2007) e em Singer (1998, p. 11), uma “contra-hegemonia” ou uma “revolução cultural” através da economia solidária nada tem a ver com a categoria gramsciana de hegemonia. Ambos imaginam subalternos e classes hegemônicas como adversários contrapostos num campo de batalha, cada qual recriando a realidade à sua maneira. Em Singer, a “revolução cultural” foi definida como um multissecular processo de transferência do controle dos meios de produção aos trabalhadores. Isso, a partir do momento em que os mesmos se

transformam “por sua própria vontade”: de assalariados “dependentes do capitalismo” ou desempregados em “empreendedores coletivos”.

Acontece que a “disputa cultural” em Gramsci também é a disputa pelo poder do Estado porque é por meio dessa conquista que a hegemonia dos subalternos pode se tornar real. Gramsci não entende a cultura como algo estritamente abstrato ou subjetivo, e sim como elemento vital inerente à própria *vida nacional*, tanto quanto a política propriamente dita ou a economia, pois as entende a partir de sua intervinculação recíproca. Assim, o *bloco histórico* popular é fruto de uma relação orgânica entre dirigentes e dirigidos, intelectuais e massa, etc. Sua auto-organização em um bloco único não tem por finalidade a negação das diferenças culturais de seus integrantes; e sim a construção da *identidade* de classe, num processo que só pode ser orgânico também se emergir a partir de tais diferenças (BARATTA, 2010).

Uma experiência concreta no sentido da luta pela “hegemonia cultural” dos subalternos pode ser apontada nas atividades do *L’Ordine Nuovo*⁹³. Foi uma revista semanal fundada por Gramsci e outros intelectuais socialistas em 1919, ligada à um movimento de fábrica e de partido em Turim. Gramsci estabeleceu por meio da escola *L’Ordine Nuovo* uma oposição ao “estudo objetivo” e à “*cultura* desinteressada”. Sob o ponto de vista *humanista* (da burguesia), os últimos foram considerados o objetivo “normal” do ensino. Em suas palavras:

Somos uma organização de luta e nas nossas fileiras estuda-se para aumentar, para afinar as capacidades de luta de cada um e de toda organização, para compreender melhor quais são as posições do inimigo e as nossas, para melhor poder adequar, a partir delas, a nossa ação de cada dia. Estado e cultura não são para nós, outra coisa se não consciência teórica dos nossos fins imediatos e supremos e do modo como poderemos conseguir traduzi-los na prática (GRAMSCI, 1978, Vol. IV, p.18).

Portanto, a disputa pela hegemonia política e cultural por parte das classes populares em Gramsci exige a auto-organização das mesmas, o que pode ser entendido, inicialmente, como a construção de uma instituição organicamente relacionada ao conjunto dessas classes. Mas, não se trata de uma receita; ou um modelo a ser seguido. Como foi dito, essa concepção decorre,

⁹³ Inclusive, da organização em torno do *L’Ordine Nuovo* veio a se desdobrar a fundação do Partido Comunista Italiano – PCI, em oposição ao Partido Socialista que até então organizava as classes trabalhadoras na Itália e as representava junto ao movimento operário internacional. O Partido Socialista até mesmo teria contribuído, na visão de Gramsci, para a ascensão do fascismo na Itália através de um reformismo, de uma “ideologia social pacifista” (GRAMSCI, 1978, vol. IV, p.14). Por exemplo, depois da Primeira Guerra Mundial, tendo sob o seu controle as maiores organizações de operários, o PSI teria passado a “sabotar” os movimentos que ameaçavam desembocar na luta do proletariado pelo poder, como a ocupação das fábricas.

por exemplo, de uma profunda análise das particularidades de seu próprio país e em seu próprio momento histórico: Gramsci buscava a união entre o proletariado do Norte e os camponeses do Sul italiano na luta de classes. Conforme Marx:

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, *nenhuma união nacional e nenhuma organização política*, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, *são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome*, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados. O seu representante precisa entrar em cena ao mesmo tempo como o seu senhor, como uma autoridade acima deles, como um poder governamental irrestrito, que os proteja das demais classes e lhes mande chuva e sol lá de cima (MARX, 2011, pp. 142-143, grifos nossos.)

Trata-se da problemática em torno da questão *classe em si* e *classe para si*. Marx refere-se às personificações do trabalho, sua representação e sua relação com os objetivos de classe. Por conseguinte, trata-se da ação política em sua relação com a consciência de classe, e daí se infere que: “o proletariado é uma classe em si e para si apenas na medida em que é objetivamente capaz de estabelecer uma *alternativa histórica* viável à sua própria subordinação estrutural” (MÉSZÁROS, 2004, p. 79). Colocar-se como *alternativa histórica* pressupõe auto-organização e direção política. O partido político, por exemplo, pode ser considerado uma forma de mediação coletiva e o instrumento de intervenção dinâmica no curso do desenvolvimento social, desde que não se concentre em sua função de negação apenas “na *dimensão política do adversário*”, de maneira que se torne dependente do objeto que nega (MÉSZÁROS, 2002, p. 29). No entanto, isso não significa a negação de outros instrumentos. O que se destaca é que algum tipo de organização com essa abrangência (nacional ao invés de local) é essencial, até mesmo para o desenvolvimento da consciência de classe.

3.1.3. A distinção entre reformistas e revolucionários.

A cisão entre socialistas reformistas e socialistas revolucionários começa pela distinção entre reforma e revolução a partir de Marx e Engels. Em relação à tese marxiana de que uma revolução socialista inicialmente pressupõe o controle do aparelho estatal pela classe

trabalhadora e a abolição da propriedade privada (a abolição do caráter social classista da propriedade), o movimento operário internacional sempre esteve dividido entre “reformistas” e “revolucionários”. A exemplo da polêmica entre Bernstein e Luxemburgo no início do século XIX, os primeiros se contentavam com o interesse imediato de reformar o capitalismo para a “melhoria das condições de vida” da classe trabalhadora e, os últimos mantinham a perspectiva da revolução. Contra Bernstein e o programa da socialdemocracia alemã, Luxemburgo (2010) não rejeitava a necessidade das reformas no capitalismo, o que ela se recusava era abrir mão da perspectiva da revolução socialista.

O revisionismo de Bernstein sobre a teoria marxista foi elaborado quando o capitalismo passava por um momento em a socialdemocracia alemã pôde supor que ele poderia ser um sistema organizado, relativamente próspero e capaz de banir conflitos e crises e de absorver demandas dos trabalhadores, algumas décadas antes da Primeira Guerra Mundial. Enquanto o Partido socialdemocrata alemão sofria uma crise ideológica e política que o impelia à integração com a ordem capitalista, em grande medida, esse movimento encontrava sua expressão máxima nas teses de Bernstein, para quem o Partido deveria abandonar a ideia de revolução e se concentrar nas reformas graduais, sob as quais se deveria chegar ao socialismo. Essas reformas se dariam, segundo o revisionista, mediante uma “multiplicação de cooperativas de produção e consumo, aumento do poder sindical e ampliação da democracia parlamentar” (BENJAMIN, 2010, p. 9).

Vinte e cinco anos antes da publicação de *Reforma ou Revolução* por Luxemburgo (2010, original publicado em 1900), Marx escreveu a *Crítica do Programa de Gotha*. Este texto trata do projeto de coalizão dos partidos socialistas alemães numa única agremiação operária. Marx critica o Programa de Gotha por seu recuo liberal, recuo empreendido sob a influência das teses Ferdinand Lassalle, o precursor da socialdemocracia alemã. Segundo Lassalle, a transição para o socialismo deveria acontecer por meio da transformação dos operários em seus “próprios patrões”, o que deveria engendrar abolição da separação entre lucro e salário (MARX, 2014; pp. 37-41). Essa tese de Lassalle é observável no Programa de Gotha por intermédio da seguinte passagem dele extraída por Marx:

O Partido Operário Alemão exige, *para conduzir à solução da questão social*, a criação de cooperativas de produção com *subvenção estatal e sob o controle democrático do povo trabalhador*. Na indústria e na agricultura, as cooperativas de produção *devem ser criadas* em proporções tais *que delas surja a organização socialista do trabalho total*. (Id., 2014, p. 40, grifos de Marx)

O projeto de Lassalle era baseado na *criação de cooperativas com o apoio do Estado*. O que significa a manutenção do Estado e da divisão da sociedade em classes, além da negação do internacionalismo. Marx não acredita que a “organização socialista do trabalho total” venha a surgir da “subvenção estatal” e sim de um “processo revolucionário de transformação da sociedade” (MARX, 2014, p. 40). A ideia lassalleana de criação de cooperativas pelo Estado parte do pressuposto de que o Estado é “um ser autônomo” em relação à sociedade (Id., Ibid., p. 42). Ao ver o Estado dessa maneira se pode pregar que é “possível construir uma nova sociedade da mesma forma que se constrói uma ferrovia” (Id., Ibid., p. 40). Marx acrescenta que essa tese de Lassalle consiste na regressão “do ponto de vista do movimento de classes para o do movimento de seitas” (Id., 2014, p. 41).

Como Marx, Rosa Luxemburgo diferencia o *núcleo social* da *forma política* da chamada “democracia burguesa”, isto é, da democracia liberal. Assim, é possível observar que há desigualdade social sob a capa da igualdade política formal. No entanto, ela não queria simplesmente abrir mão da *capa*, isto é, da igualdade política da democracia burguesa; e sim conquistar também a igualdade social, a igualdade do socialismo (BORON, 2001, pp. 166-167). Assim, Boron critica o despotismo político, armadilha do “vulgo marxismo” que simplesmente despreza a “democracia burguesa”. Mas também critica a pura e simples aceitação da capa, que implica abrir mão da igualdade social. O que se quer é “uma simultânea negação, recuperação e superação da democracia capitalista, na qual o socialismo seja concebido como capaz de gerar uma forma quantitativa e qualitativamente superior de democracia” (Id., Ibid. p. 167).

Boron, analisando os regimes democráticos que sucederam as ditaduras militares na América Latina e baseado no filósofo mexicano Carlos Pereyra, discorda da manutenção do uso do termo “democracia burguesa”. Seria esse um conceito equivocado porque “esconde uma circunstância decisiva da história contemporânea: a democracia foi obtida e preservada, em maior ou menor medida em diferentes graus, *contra* a burguesia (2001, pp. 274-275). O que poderia ser melhor compreendido ao considerarmos o recente passado de ditaduras militares na América Latina.

Uma crítica ao uso do termo “democracia burguesa” também aparece em Singer (1998, p. 115). Mas, essa crítica se sustenta sobre a ideia de que o sufrágio é um “implante socialista” no capitalismo, com origens no cartismo na Inglaterra nas primeiras décadas do século XIX. Por meio do cartismo, a classe trabalhadora teria alcançado sua “independência de classe” (Id., Ibid., p. 82) em relação à burguesia industrial e à pequena burguesia. Isso, na medida em que foi questionado o voto censitário, e o direito a se candidatar ao parlamento também foi estendido

a quem não tinha propriedades. De passagem, ele chegou a evocar a “democracia” como “vitória sobre o nazi-fascismo” no século XX (Id., Ibid., p. 13).

Assim, Singer prefere o termo “democracia política” porque: “a rigor, democracia política dispensa outros adjetivos, pois tem sua própria lógica que se ajusta a diferentes sistemas socioeconômicos” (Id., Ibid., p. 116). Isso significa que, para este autor, a democracia sob o capitalismo ou é um regime político “neuro”, ou é um regime político do proletariado. Ele acrescenta: “se fosse necessário adjetivar a democracia moderna com sua origem de classe, então ela teria de ser denominada *democracia proletária...*” (Id., Ibid., p. 116, grifos nossos). Essa posição de Singer afirma-se explicitamente através da negação da categoria da totalidade, que implica abordagem dialética. Seu argumento é o de que, ao contrário da “tradição da análise marxista”, nem tudo que acontece sob o capitalismo é de fato capitalista (Id., Ibid., p. 115).

Por outro lado, com base na crítica ao termo “democracia burguesa”, Boron sugere a expressão “capitalismo democrático” para se referir às democracias realmente existentes, desde o século XX, sob o capitalismo. Sozinha, a palavra “democracia” pode ser distorcida, é ambígua porque não responde “para quem”, “por quem”, “de quem” é essa democracia. Diferente de democracia clássica, “a democracia como forma de organização do poder social no espaço público é inseparável da estrutura econômico-social sobre a qual este poder se sustenta” (Id., Ibid., p. 272).

Também não é possível falar em “democracia capitalista” porque o adjetivo ‘capitalista’ assim parece mero complemento para a palavra democracia (Id., Ibid., pp. 273- 274). O adjetivo “democrático” deve se referir à *forma política* do capitalismo. E não se pode desconsiderar que no capitalismo, mesmo o democrático, o que há de fato é uma ditadura dos capitalistas sobre os assalariados (Id. Ibid., p. 276). Por conseguinte, a expressão “capitalismo democrático” não nega o caráter de classe do Estado, mas alude à forma pela qual se exerce a dominação burguesa. Entendemos que a expressão “democracia liberal” usada por Mézáros (2013) talvez seja suficiente para expressar o que Boron (2001) pontua, por isso usamos tanto estes termos quanto “capitalismo democrático”.

A partir dessa discussão, fica evidente que Singer nega a distinção entre reforma e revolução, ao mesmo tempo em que aceita “a capa” como se fosse “o conteúdo” da “democracia” possível sob o capitalismo. Além disso, ao recorrer ao socialistas utópicos Singer deixa obscura a influência das teses da socialdemocracia alemã sobre sua ideia de “superação” do capitalismo através do cooperativismo, algo que nele pressupõe a negação da luta política da classe trabalhadora.

3.1.4. A superação do Estado na teoria marxista.

Se a conquista do poder político, de assalto ou precedida por um longo processo de reformas, deve levar à transformação ou à supressão do Estado é outra questão de extrema complexidade. Mas, somente para o *anarquismo*, o Estado pode ser suprimido no dia seguinte a uma insurreição/revolução.

Na teoria marxista, a distinção entre *socialismo* e *comunismo* – o último entendido como forma de sociedade em que foram abolidas a divisão do trabalho, as classes sociais e, por consequência, o Estado como a instituição responsável pela manutenção da divisão de classes, da propriedade privada e pela regulação da luta de classes em proveito das classes economicamente dominantes – foi popularizada por meio da leitura leninista da teoria marxiana. Na “ortodoxia leninista”, o *socialismo* é visto como a fase inicial em que a troca, o dinheiro, o mercado, etc., ainda estão presentes na sociedade e; o *comunismo* é o horizonte a ser perseguido. Nessa última fase, a relação entre humanidade e natureza não seria mais mediada por um poder que lhe é estranho e imposto de cima (BOTTOMORE, 1988, pp. 122-124; 217-222).

Conforme uma carta de Engels a August Bebel⁹⁴ datada de 1875, no *Manifesto Comunista* e em *Miséria da Filosofia* foi dito de maneira explícita que com a instauração da ordem socialista é destino do Estado dissolver-se e desaparecer: “não sendo o Estado mais do que uma instituição transitória, da qual alguém se serve na luta, na revolução”. Quando o proletariado faz uso do Estado “ele o usa não no interesse da liberdade, mas para submeter seus adversários e, a partir do momento em que se pode falar de liberdade, o Estado deixa de existir como tal”. Daí a ideia de substituição do *Estado* por *Comunas* (ENGELS *apud* MARX, 2014, p. 56).

No entanto, na leitura de Losurdo (2015, p. 260) sobre o socialismo realmente existente, a bandeira da extinção do Estado sob a qual o Partido Bolchevique subiu ao poder foi mera “ficção política” porque nada no horizonte da Rússia Soviética deixava entrever tal possibilidade. A edificação do Estado, de fato, impediu “um país já prostrado de se precipitar em uma guerra de todos contra todos” e, ao mesmo tempo, impediu “a permanência de um poder mais ou menos feudal nesta ou naquela área de um país de dimensões continentais”.

⁹⁴ In: MARX, K. Crítica do programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2014, pp. 51 a 59.

O *idealismo da práxis*⁹⁵ é apontado como um erro no qual mesmo Marx e Engels teriam incorrido e, inicialmente, também Lenin. Para Losurdo, “contrariando a teoria”, a práxis política conduziu à edificação do Estado Soviético, o que para ele demonstra que nesse caso é a prática e não a teoria “que demonstra maior lucidez”, por ter sido imprescindível para a edificação da nova ordem (Id. Ibid. pp. 260-268). No entanto, concluir que o fato de as revoluções anticapitalistas, no século XX, terem eclodido em sociedades menos desenvolvidas:

... “contradizem Marx”, limitando a validade de suas análise a países subdesenvolvido (onde se diz que a miséria foi suficientemente poderosa para afetar a consciência política do povo em favor da ação revolucionária), é não conseguir perceber o óbvio; ou seja, que essas revoluções aconteceram no final e como sequência imediata a uma guerra mundial imperialista, tornando-se bem sucedidas em condições nas quais os principais poderes capitalistas não podiam reagir contra elas em unísono, devido a contradições internas e externas. A análise geral de Marx permanece tão válida quanto sempre foi, uma vez que ela não se refere à países “desenvolvidos” ou “subdesenvolvidos” separadamente, mas ao sistema capitalista mundial como um *todo*... (MÉSZÁROS, 2008, p. 85).

Além da questão do capitalismo como um sistema mundial na teoria marxiana sob o ponto de vista de Mézáros, uma abordagem gramsciana pode carregar uma “tradução” diferente dessa que Losurdo faz do Partido Bolchevique. Em Gramsci, não é negada a importância da criação do Estado para a edificação da nova ordem, mas não se perde de vista que a “nova ordem” não se resume à essa necessidade concreta e historicamente determinada. Em outras palavras, a análise de Gramsci sobre a relação Estado/sociedade civil na Rússia não caracteriza o Estado como um poder permanente, e permanentemente imposto de cima para baixo.

Principalmente sob as teses de Stalin, o Estado foi concebido como instituição indispensável a ser fortalecida para que fossem enfrentados seus inimigos externos e internos (LOSURDO, 2015), de maneira que o papel histórico do Partido Bolchevique na condução do aparelho estatal passa a ter validade indeterminada, e representa a manutenção da divisão burocrática entre dirigentes e dirigidos por tempo indeterminado sob a justificativa da manutenção do “socialismo” num só país.

⁹⁵ O que Losurdo critica, na realidade, é a definição de uma “ontologia do ser social”, atribuída à Luckács em seu balanço sobre o movimento comunista. Quando fala em Gramsci, usa textos nos quais o último *relata* especificamente a edificação do Estado na URSS a partir de 1924 para os leitores de *L'Ordine Nuovo* (LOSURDO, 2015, pp. 260-262).

Possivelmente porque em Gramsci o “dever ser” não se perde diante da “dura realidade”. Por exemplo, quando ele se pergunta “quem é o ser humano?”, já traz implícita a questão: “quem o ser humano pode ser?” (BARATTA, 2010, p. 28). O que não significa um julgamento moral, uma projeção para o futuro longínquo ou uma “expectativa messiânica”, mas algo que pode ser compreendido à luz de seu compromisso concreto com o desenvolvimento da autonomia política e intelectual das classes subalternas e, por conseguinte, com o desenvolvimento de uma sociedade substancialmente democrática. Além disso, Gramsci não considera teoria e prática dois momentos estanques entre si, assim como Marx e Engels também não consideraram.

Nesse sentido, a perspectiva gramsciana guarda semelhanças com o que Mészáros veio a definir como “uma estrutura de *temporalidade aberta* que liga o presente ao futuro de verdade que já se abre à frente”, no caso, a *possibilidade* é a de autogestão por parte da classe trabalhadora na URSS (MÉSZÁROS, 2002, p. 178). Trata-se da noção de “história aberta”, na qual presente e futuro se encontram sem que se abale o vínculo com o concreto, o real. Algo que está na base do movimento orientado para causas progressistas, do ponto de vista da instituição do comunismo.

Em Gramsci, a questão da importância do Estado na URSS se vincula a uma caracterização da sociedade civil do *Oriente* (russo). Ele ressalta o contraste de suas fragilidades, de seu subdesenvolvimento com a realidade da sociedade civil sob a hegemonia burguesa no *Ocidente* (europeu). Por conseguinte, o Estado devia desempenhar um papel que a sociedade civil russa não poderia naquele momento histórico e naquele território. Em grande medida, porque Gramsci procurou entender a história universal em seu vínculo com as particularidades nacionais. Ele criticou Stalin por seu nacionalismo antipopular e, ao mesmo tempo, a definição gramsciana de partido carrega uma “tradução” do Partido Bolchevique em sua fase leninista. Para ele, Lenin soube encontrar uma saída nacional para a Rússia, onde a participação política efetiva das classes populares foi decisiva para recriar uma realidade social. Assim, o partido é considerado importante para o diálogo entre as particularidades regionais de um mesmo território⁹⁶ (REIS, 2009).

⁹⁶ Em Gramsci o partido não age apenas em terreno nacional, ele é importante também em âmbito das relações internacionais. Tem a função de mediar a vida nacional e internacional a partir de seu vínculo orgânico com os subalternos, de traduzir os elementos progressistas existentes em âmbito mundial para o nacional e também de levar as demandas nacional-populares ao âmbito internacional (REIS, 2009). Gramsci escreveu numa época em que o movimento operário de diversos países esteve organizado sob as Internacionais Comunistas, cuja primeira foi criada na época de Marx. A respeito da primeira Internacional, diz Marx (2014, p. 36): “A ação internacional das classes trabalhadoras não depende de maneira alguma da existência da ‘Associação Internacional dos Trabalhadores’. Esta foi apenas uma primeira tentativa de criar um órgão para aquela atividade – tentativa que,

Como já foi dito, a conquista do poder político em Gramsci vai além da tomada do aparelho estatal. Isso porque a hegemonia das classes antagônicas aos subalternos não é exercida apenas mediante o consenso obtido por meio do aparelho Estado; mas também por meio de outras instituições, o que fundamenta a noção gramsciana de *Estado ampliado*. De maneira que a dominação não é só econômica ou política, é fundamentalmente ideológica. A noção de hegemonia destaca, assim, um componente essencial na formação do Estado e da sociedade civil: a cultura hegemônica em oposição à necessidade da construção de uma nova *visão de mundo* à partir dos subalternos. Os intelectuais do partido têm a função de guiar as massas ao poder, mas não de criar e impor uma “consciência política” para elas⁹⁷.

Mészáros observa que, em Marx, a conquista do poder político por parte da classe trabalhadora não significa a mera substituição de uma classe por outra numa estrutura de dominação. No livro *A Sagrada Família*, o último diz que o proletariado está em posição oposta à *riqueza* no mundo da propriedade privada. Como classe revolucionária, representa o lado destruidor na antítese, enquanto o proprietário privado representa o lado conservador. Não se trata de inverter os polos, a antítese deve ser suprimida, por isso o interesse do proletariado é a auto-extinção como classe (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2008, p. 62).

De maneira análoga, em Gramsci, a hegemonia das classes subalternas está relacionada a um projeto mais amplo de *auto-realização humana* que compreende também as demais classes no interior de um território, justamente porque deve se desenvolver no sentido da supressão da divisão antagônica de classes. Assim, entende-se que a mudança da subordinação estrutural entre um grupo dominante e outro subordinado não é um fim em si, mas um caminho para o comunismo.

Em Mészáros, a questão do papel do Estado na manutenção da dominação de classe se vincula à uma distinção conceitual entre capital e capitalismo, o último como uma forma histórica de existência do capital, mas não necessariamente a única; enquanto o capital é definido como um modo de controle global/totalizador da sociedade, por meio do *sistema*

pelo impulso que deu ao movimento, teve uma eficácia durável, mas que, *em sua primeira forma histórica*, tornou-se impraticável após a queda da Comuna de Paris”.

⁹⁷ Aparentemente contrastando com isso, conforme Losurdo entende a partir das teses dos líderes socialistas do século XX, após a vitória do Partido Bolchevique a tarefa política e pedagógica de Lenin era convencer, sobretudo os jovens, a abandonar o “romantismo revolucionário”. Isso porque “remediar a situação de fome exige aprender com os países mais avançados do Ocidente capitalista”. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas exigiria “captar a ciência e a técnica” e “assimilar criticamente até o taylorismo” (2015, p. 211). O objetivo da luta de classes “sob nova forma” seria então o de “desenvolver a produtividade em geral, demonstrar a superioridade econômica estatal e pública” (Ibid., p. 213), muito mais do que o desenvolvimento da consciência política dos trabalhadores.

sociometabólico do capital – SSMC. Esse sistema antecede ao capitalismo e vige também em sociedades pós-capitalistas, como é definida a URSS (ANTUNES, 2013, p. 10).

O SSMC emergiu da reunião dos elementos políticos e econômicos, antes marginais, que compõem o sentido de capital. Ou melhor, houve um “*redimensionamento qualitativo* dos antecedentes históricos do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 207, grifos do autor). Formas de existência do capital antes do SSMC foram secundárias, como o lucro e a usura no Regime Feudal, por exemplo. A divisão hierárquico-estrutural do trabalho também lhe é historicamente muito anterior mas, no momento em que o SSMC se tornou hegemônico, tal divisão veio a se constituir como um de seus componentes fundamentais. O SSMC é um complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, no qual o trabalho subordina suas funções vitais ao capital, aos seus imperativos de acumulação e expansão (ANTUNES, 2013, p. 12).

Toda a sociedade capitalista está objetivamente e ideologicamente submetida aos imperativos do capital, tanto que as oportunidades dadas aos indivíduos estão condicionadas à essa estrutura hierárquica de comando. Esse processo de sujeição, por um lado, assume a forma da divisão social em duas grandes classes perpetuamente opostas e inconciliáveis – entre as quais se dividem as funções de produção e de controle dos processos de trabalho; por outro, a instituição do “controle político total”. O controle político se dá na medida em que a divisão estrutural hierárquica do trabalho é camuflada sob o manto ideológico da igualdade de direitos e das liberdades individuais (MÉSZÁROS, 2002, p. 99). Desta forma, “o Estado é a *estrutura política global de comando* do sistema do capital em qualquer uma das suas formas conhecidas ou concebíveis” (MÉSZÁROS, 2015).

A manutenção da burocracia estatal na URSS é entendida como o principal fator através do qual não é possível caracterizá-la como sociedade socialista porque, na leitura de Mézáros (ANTUNES, 2013, p. 11), o Estado é fundamental na reprodução do metabolismo social do capital uma vez que o SSMC é uma totalidade baseada no tripé: a) o capital, ou seja, suas *personificações*, genericamente a burguesia; b) as *personificações* do trabalho ou, genericamente falando, o proletariado; c) o Estado, como instrumento de mediação entre essas duas dimensões. Por conseguinte, a superação do SSMC pressupõe a superação do referido tripé em seu conjunto.

Em outras palavras, “a ordem social reprodutiva do capital é antagônica ao seu núcleo e precisa da problemática função corretiva do Estado para transformar, num todo coeso, as partes constitutivas em conflito do sistema, na sua *incurável centrifugalidade*” (MÉSZÁROS, 2015, p. 1). Nas sociedades capitalistas ou pós-capitalistas, seu núcleo revela a subordinação

das personificações do trabalho com relação a uma estrutura hierárquica de comando do capital. Assim, entende-se que o Estado tem a função de mediação – dentro do possível, porque qualquer equilíbrio é sempre instável e precário, algo que se agrava sob a crise estrutural desde a década de 1970 – o antagonismo entre trabalho e capital, o que historicamente se realiza em proveito do último.

Partidos socialdemocratas e trabalhistas, por um lado e; a manutenção da estrutura hierárquica de comando na URSS durante o stalinismo, por outro, são tidos como perspectivas/experiências reformistas equivalentes sob a noção de “linha de menor resistência”:

Assim, a aprovação positiva do quadro geral e da estrutura de comando do capital tornou-se a premissa absoluta de todo discurso político legitimado nos países capitalistas e foi muito bem aceita como referencial comum pelos interlocutores social-democratas e trabalhistas. Ao mesmo tempo, e apesar de seu radicalismo verbal, o sistema stalinista refletia em detalhes, à sua própria maneira, a estrutura de comando do capital, liquidando, junto com incontáveis militantes que tentavam permanecer fiéis à busca originalmente pretendida de emancipação, até a memória dos legítimos objetivos socialistas. Portanto, é compreensível que essas duas principais perversões práticas do movimento internacional da classe trabalhadora, emanando de circunstâncias sócio-históricas muito diferentes, tenham abalado fatalmente toda crença na viabilidade da alternativa socialista com que por muito tempo se haviam falsamente identificado. Na realidade, longe de serem negações socialistas coerentes e abrangentes da ordem estabelecida, ambas representavam a *linha de menor resistência* sob suas específicas condições históricas, acomodando-se, como modos de controle social, às exigências interiores do sistema do capital incorrigivelmente hierárquico (MÉSZÁROS, 2002, p. 43).

É necessário lembrar que, para Mézáros (2004, p. 14), essas experiências políticas não são a *causa* de uma guinada à direita por parte de partidos trabalhistas ou mesmo comunistas em nossa época. A verdadeira causa está no fato de que na década de 1970 inaugurou-se uma nova época histórica. Sob a crise estrutural, essa nova época vem marcada por “um consenso ‘racional’ dominante”, isto é, pela emergência do consenso neoliberal, do “pensamento único”.

Alguns dos pressupostos de Singer sobre os “novos rumos da esquerda” hoje se vinculam a uma tentativa de crítica tanto à *socialdemocracia* quanto o socialismo realmente existente. Mas não é exatamente uma conversão à direita seu objeto de crítica, é a prerrogativa de controle do aparelho estatal por parte da classe trabalhadora. Ele entende a primeira como o controle via sufrágio e a segunda como o controle via insurreição armada.

Como foi dito, o SSMC é um sistema complexo, cuja essência é a subordinação do trabalho ao capital por meio da divisão hierárquica do trabalho. Para Mézáros, os projetos de

esquerda até hoje forjaram lutas contra o capitalismo e não contra o capital. A luta fundamental nesse sentido, negligenciada pelos soviéticos, era a progressiva transferência dos poderes de decisão aos *produtores livremente associados* ao invés do congelamento da divisão do trabalho herdada. A estrutura de comando foi inalterada, mudou-se apenas “o pessoal no comando”, algo que, inclusive, conduziu à restauração da propriedade privada (MÉSZÁROS, 2002, p. 178).

A característica definidora essencial da forma política pós-revolucionária – para superar o poder do capital e cumprir seu papel na realização do socialismo – é sua orientação para o estabelecimento de um modo global de controle sociometabólico não conflituoso. Isto significa coordenar as “microestruturas” cooperativas ou células produtivas da sociedade em uma estrutura produtiva global, o que só será possível se a articulação institucional da forma política pós-revolucionária e as práticas sintonizadas com ela forem não hierárquicas. (...) O fracasso de todas as tentativas passadas de estabelecer “cooperativas” no solo material do capital foi, portanto, inevitável, dadas as determinações entrelaçadas do domínio material e político e o caráter hierárquico conflituoso de ambos. Mas, precisamente por esta razão, a forma política da sociedade pós-revolucionária pode cumprir seu papel transicional previsto, e “fenecer” no momento adequado, apenas se for articulada a um domínio material não conflituoso, cooperativo, que se desenvolva simultaneamente (MÉSZÁROS, 2002, p. 742).

A ideia de entrelaçamento das lutas de classe pelo alto (por meio do controle do aparelho estatal) e por baixo (por meio de formas não hierárquicas de organização política e de organização da produção), na realidade, pode ultrapassar a ideia de que o cooperativismo é um “instrumento” na luta de classes. Concebido a partir do entrelaçamento, o cooperativismo é parte fundamental da luta de classes por converter-se em um mecanismo de superação do Estado, ou seja, numa forma de superação da estrutura hierárquica de comando do capital.

Em oposição à manutenção desta estrutura numa sociedade pós-capitalista, o imperativo da *autogestão* para uma sociedade “pós capital” – autogestão em sentido amplo porque não se resume ao controle direto de determinados meios de produção por determinados grupos, mas se estende ao controle social em seu conjunto – converge com a noção gramsciana de centralismo democrático. Isso, se entendermos que progressiva transferência de poder do Estado aos *produtores associados* implica a superação do próprio Partido Bolchevique depois de cumprido seu papel histórico (FERNANDES, 2015).

Entretanto, não podemos desconsiderar que o papel histórico do Partido Bolchevique esteve vinculado ao próprio desenvolvimento da consciência de classe. Transcender a consciência de *classe contingente* em direção à *consciência necessária* é uma tarefa que requer organização política, seja em partidos, movimentos sociais, sindicais, etc., com objetivo de

intervenção no desenvolvimento global. Entretanto, “a vitória de uma forma institucional específica sobre as limitações históricas que estavam em sua raiz, é também, ao mesmo tempo, a derrota bem merecida dessa forma institucional” (MÉSZÁROS, 2008, p.73). As instituições obsoletas não devem permanecer como que calcificadas no metabolismo social, mas devem ser constantemente recriadas.

Toda essa discussão conduz à questão fundamental de como pensar o Estado hoje, nas sociedades capitalistas e na vigência da crise estrutural do sistema do capital. A crise ensejou um movimento de reestruturação da economia e de remodelação das funções estatais no que diz respeito ao atendimento de direitos sociais.

Por meio da “linha de menor resistência” só é possível conceber a “superação” do sistema do capital se a “mudança” estiver estritamente vinculada à uma esfera institucional e parlamentar, ou seja, se puder ser realizada a partir do Estado. Entretanto, sob a perspectiva de Mézáros, “apenas uma política radical e extraparlamentar reorientando radicalmente a estrutura econômica poderá ser capaz de destruir o sistema de domínio social do capital em sua lógica destrutiva” (ANTUNES, 2013, p. 16). Em outras palavras:

... somente um movimento de massas radical e extraparlamentar pode ser capaz de destruir o sistema de domínio social do capital e instaurar uma nova ordem sociometabólica na qual se privilegiaria o modo socialista de controle por meio da autogestão dos produtores associados (GENNARI, 2011, p. 26).

Como foi visto anteriormente, essa afirmação não significa abrir mão da conquista do poder estatal em Mézáros (2015). Mas, a crítica de Holloway (2013, p. 62) ao socialismo realmente existente conduz à negação da ação política organizada em torno desse objetivo. Toda e qualquer transformação da sociedade capitalista só poderia se realizar se absolutamente “apartada das estruturas de poder” do capital, cujo Estado seria o exemplo mais acabado: “o Estado é uma maneira de fazer as coisas, a maneira errada de fazê-las” (Id., Ibid., p. 58). Embora nenhuma iniciativa “autodeterminada” pudesse de fato escapar da pressão do Estado no sentido da “manutenção da coesão social” no capitalismo, inclusive através do uso da violência: “as fissuras se chocam contra o Estado como força de coesão social mais óbvia” (Id., Ibid., p. 53).

Como uma mudança em direção ao socialismo só seria legítima se partisse “da sociedade civil”, ele lembra que até os bolcheviques tomarem o poder “a Revolução Russa (...) era uma mistura complexa de organização conselhistas (soviets) e organização centrada no

Estado”, e a tensão entre ambas teria levado à supressão dos soviets (Id., Ibid., p. 61). Desta forma, ao refletir sobre a abolição ou superação do Estado capitalista, ele questiona:

Ela tem de acontecer através da criação de formas não-estatais de organização (comunal ou conselhistas) fora do Estado (isto é basicamente o que os zapatistas estão tentando fazer, e o que acontece até certo ponto na Argentina, na Bolívia e no Equador)? Ou podemos pensar na dissolução do Estado como acontecendo de dentro do próprio Estado: revolucionários tomam o poder para dissolver o Estado e a partir de dentro? Ou alguma combinação dos dois processos? (HOLLOWAY, 2013, p. 62).

Esses “esforços de dentro do Estado” não são concebidos apenas como luta armada pelo controle do aparelho, mas também como a “democracia participativa” ou o “poder popular”, expressões em voga na América Latina, e cujos exemplos evocados por Holloway abrangem o governo municipal de Porto Alegre, no Brasil (Id., Ibid., p. 62).

Holloway nega que seja possível combinar uma revolução pelo alto, por meio do controle do aparelho estatal, pela força ou “pelo voto”; e uma revolução por baixo, aqui dando a entender que através da organização dos trabalhadores em conselhos⁹⁸. Isso porque a pressão do Estado fatalmente conduziria à restauração da ordem capitalista, caracterizada pela existência de uma estrutura hierárquica de comando do capital:

Dissolver o Estado a partir de dentro, ou com uma combinação de pressões de dentro e de fora é difícil devido ao peso das estruturas herdadas e formas de comportamento, à separação dos funcionários estatais remunerados do resto da população e às pressões para assegurar o funcionamento da “economia” (como se não fosse um sistema de exploração) (...) O movimento “de cima” e “de baixo” é inevitavelmente um processo antagonista, ainda que os contornos desse antagonismo possam não seguir demarcações institucionais: podem ser deslocados para dentro do próprio Estado (HOLLOWAY, 2013, p. 63).

Holloway está preocupado com os impulsos individuais em relação à “autodeterminação”, define as “fissuras” como “espaços ou momentos” nos quais se rejeita uma “autoridade externa” (p. 25). A rejeição dessa “autoridade externa” significa que qualquer

⁹⁸ Ele afirma que “o conselho, então, é muito diferente do partido, que é uma forma de organização concebida como um meio para um fim, o fim de conquistar o poder estatal. No conselho o que importa é a articulação efetiva da autodeterminação coletiva; no partido, o que importa é atingir um objetivo predeterminado” (HOLLOWAY, 2013, p. 43). Sob seu ponto de vista, o que é realmente importante é “viver agora o mundo que queremos criar com as suas ‘práticas sociais e relações correspondentes’ rompe a separação instrumental entre meios e fins: o meio é o fim (Id., Ibid., p. 45, grifos nossos).

organização que limite os “impulsos de autodeterminação” individual é vista como um obstáculo. Só que não um obstáculo a ser enfrentado, e sim *contornado*. Desta forma, ele conclui que o Estado simplesmente deve ser contornado “pela sociedade civil” em seus anseios de “autodeterminação”.

As lutas anticapitalistas só poderiam ser assim chamadas quando centradas numa “agenda própria” do trabalho. Por exemplo, quando, ao invés da greve, os trabalhadores se organizam em cooperativas, num trabalho “não diretamente subordinado ao capital” (p. 21) estão estabelecendo essa “agenda própria”. Holloway raciocina em termos de “inadequação”, os indivíduos se tornam “inadequados” para o capitalismo e a partir disso podem recriar um mundo próprio, o que estaria provocando “fissuras” no capitalismo e conduzindo a sua ruína (p.14), quase como uma “evolução natural”. Um de seus principais exemplos concretos de indivíduos organizados nesse sentido⁹⁹ é o movimento zapatista no México, segundo ele, articulado fora e contra o Estado (pp. 56, 58).

Contrariando essa tese, em Mészáros (2015) fica explícito que evocar um “movimento de massas extraparlamentar” ou uma “política radical extraparlamentar” não significa abrir mão da disputa pelo Estado. O filósofo o compara à “montanha que devemos conquistar”, uma alusão ao poder de decisão global e de destruição em massa dos Estados nacionais. Assim, Mészáros se contrapõe à tese de redução do poder dos Estados-nação numa economia globalizada:

Pois um dos maiores fracassos históricos do capital, como o modo de controle social metabólico há muito estabelecido, é a contínua predominância dos *Estados-nação* potencialmente mais agressivos, e a impossibilidade de instituir o *Estado do sistema do capital como tal* a partir dos antagonismos estruturalmente arraigados do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2013, p. 29).

O autor aponta uma acentuação dos antagonismos em vários níveis, inclusive entre os Estados em disputa pelos recursos naturais do planeta. Por conseguinte, “*não podemos dar a volta nessa montanha e nem passar por cima dela*”. A “sociedade civil” tem um ínfimo poder se comparado à “*estrutura política global de comando do sistema do capital*”. Desta maneira,

⁹⁹ Mas as “fissuras” não pressupõem organização coletiva, nem tempo mínimo de duração, nem qualquer organização em torno de um fim (p. 38). Ele critica “a prática de esquerda” por “romper as linhas de continuidade” entre a ação cotidiana individual e efêmera e; a ação política organizada através de um movimento social em torno de alguma demanda própria que não a “autodeterminação” e a relação de “camaradagem” com os companheiros (pp. 37, 43-44).

pensar em uma transformação radical *restrita* à atuação de diversos sujeitos na “sociedade civil” se revela um sonho quixotesco (Id., 2015).

De fato, *somente a partir do Estado* não se pode alterar a ordem sociometabólica do capital, porque o próprio Estado é parte integrante dessa ordem. O Estado em si mesmo não pode ser “derrubado”, porque está absolutamente entranhado no metabolismo social. Com isso, reafirma-se que para a transformação radical da ordem sociometabólica é imprescindível a supressão do tripé capital/trabalho/Estado em seu conjunto, “e isso só pode ser feito com sucesso em sintonia com as circunstâncias históricas em mudança, dentro dos limites do nosso planeta. Esse é o significado da alternativa socialista à ordem sociometabólica do capital” (Id. Ibid.). Trata-se de um imperativo também para a construção da “única economia viável”, a ser pautada pelas necessidades humanas e não pelo lucro (MÉSZÁROS, 2013, pp. 27-28).

3.1.5. Nacionalismo/Internacionalismo.

Quanto ao nacionalismo/internacionalismo na teoria marxista, partimos da seguinte observação de Marx (2014, p. 35, grifos nossos): “É evidente que, para poder lutar em geral, a classe trabalhadora tem de se organizar internamente como classe, e a esfera nacional *é o terreno imediato* de sua luta”. Deste modo, as definições em relação à luta de classes como “luta nacional” ou “luta internacional” dizem respeito à forma e não ao conteúdo da luta.

Losurdo (2015) acredita que as lutas de classes podem emergir entrelaçadas num plano nacional e internacional: “Observamos as lutas de classes operarem separadamente; contudo, uma concreta situação histórica, uma grande crise, é caracterizada pelo entrelaçamento complexo e contraditório das lutas de classes.” (LOSURDO, 2015, p. 28). Assim, ele parece questionar a manutenção dos conflitos de classe no interior da URSS após a ascensão do Partido Bolchevique ao poder, encarando a nação como um sujeito monolítico signatário das lutas de classes num plano internacional. Entre Trotsky e Stalin, ele parece se posicionar ao lado do último.

Na Rússia, fundamentalmente camponesa, devastada pela guerra civil e pela Primeira Guerra mundial, pelo menos de início, o desenvolvimento das forças produtivas veio a se mostrar como uma questão de sobrevivência. Conforme Losurdo, só através do desenvolvimento econômico seria possível resolver o problema da miséria e da desigualdade material no interior do país e; o problema da desigualdade do país em relação aos demais, em âmbito internacional:

Com certeza, o populista pode ignorar tudo isso e considerar moralmente relevante apenas a contradição no interior de cada país singular entre ‘os que obedecem’ e ‘os que comandam’. A verdade é que, abdicando da tarefa de desenvolver a indústria moderna e a ciência e a tecnologia e entregando-se de fato à lei e ao domínio do mais forte, um país escassamente desenvolvido assume uma atitude problemática também no plano moral (p.353).

Esse é um de seus argumentos a favor da NEP – Nova Política Econômica. Através dela foi estabelecido um compromisso com parte da burguesia na URSS. A política previa também concessões aos especialistas burgueses e ao capital internacional, no intuito de promover o avanço tecnológico. Implementada sob a justificativa da necessidade de melhorar o trabalho, sua organização e seus resultados, além de estimular a troca entre agricultura e indústria, a NEP foi vista como um retorno ao capitalismo tanto pelos críticos quanto por antigos apoiadores do projeto revolucionário, incluindo amplos setores do proletariado russo.

A leitura de Losurdo recupera teses de Lenin, para quem depois da derrota dos exércitos contrarrevolucionários, providenciar necessidades elementares para a população na URSS era sinônimo de participação concreta na luta de classes e, parece que a única forma de participação dos subalternos. Com relação à NEP, foi apontada por Lenin como um “recuo tático” e sua oposição operária como um “desvio *tradeunionista*” (2015, p. 245).

Assim, Losurdo opõe o que entende como “lúcidas decisões dos líderes” à uma “imaturidade política das massas”; opõe a atuação de capitalistas “prestativos” durante a execução da NEP à atuação de trabalhadores “absenteístas e ressentidos” (Ibid., p. 247) presos a uma consciência de classe corporativista. A questão do desenvolvimento da consciência política das massas é completamente obscurecida pela necessidade de desenvolvimento material da nação como defesa contra seus “inimigos externos e internos”.

Losurdo recorre ligeiramente aos *Cadernos do Cárcere* para afirmar que, conforme Gramsci, “o movimento revolucionário só se desenvolve e amadurece se consegue exprimir um ‘momento *catártico*’.” Desta forma: “na Rússia da NEP, o proletário que não consegue superar a inveja do ‘*nepman* vestindo casaco de pele e que dispõe de todos os bens da terra’ não contribui à edificação da nova sociedade que ele mesmo almeja” (2015, p. 247). Assim, conclui que Gramsci não teria ido muito além do “quadro traçado por Lenin¹⁰⁰” ao se referir à relação entre vanguarda revolucionária e massas populares.

¹⁰⁰ Mao Tse-Tung teria vivenciado o mesmo problema de Lenin ao lidar com as massas “deseducadas” para a ação política revolucionária. Na visão de Losurdo, um problema centrado na ideia equivocada de que o comunismo significa um “igualitarismo absoluto”, ideia alimentada pela inveja lançada pelos subalternos sobre aqueles que estavam em melhor posição (Id., pp. 247-248). Se real ou imaginada pouco importa, a questão da “inveja” parece

Mais especificamente, o raciocínio de Losurdo se baseia na distinção gramsciana entre um “momento econômico” da consciência de classes e um “momento político” da consciência revolucionária, tal como foi abordado aqui antes. Atribui ao segundo momento o *status* de “momento catártico”, no qual o trabalhador supera “o ressentimento e a inveja” de quem sempre esteve em melhor posição que a sua. Enfatiza que é um momento a ser mantido não só para a conquista, como também para a manutenção do poder: “E a catarse revela-se ainda mais necessária quando se trata de conservar e consolidar o poder, como demonstram as lutas, assim como as desilusões e até mesmo os dramas pessoais dos anos da NEP” (LOSURDO, 2015, p. 248).

Para além das discussões sobre a restauração ou não do capitalismo na URSS através da NEP, entendemos que o posicionamento de Losurdo significa a defesa da manutenção indefinida de um consenso passivo das massas, um problema do ponto de vista do *centralismo democrático*, tal como foi abordado anteriormente.

Contrastando com essa leitura aparentemente antipopular que Losurdo faz de Gramsci, Reis (2009, p. 22) diz que há “um projeto nacional progressista e original” que se revela por meio de sua vida política e de sua obra: o *nacional-popular*. Com relação à polêmica entre a tese stalinista do *socialismo num só país* e a tese trotskysta da *revolução permanente*, o projeto *nacional-popular* em Gramsci teria negado ambas. A primeira considerada nacional, porém antipopular; a segunda considerada popular sem ser nacional. Além disso, por não empreender uma leitura do nacional a abordagem de Trotsky seria portadora de um internacionalismo abstrato, portanto, não internacional de fato. Por não compreender o popular, Stalin também não poderia ser considerado nacional de fato (REIS, 2009, p. 238).

A relação entre nacional/internacional só pode ser compreendida através da “tradução”, abordagem leninista da relação nação/mundo que Gramsci desenvolve principalmente nos *Cadernos do Cárcere*. Assim como Lenin, ele veio a compreender a história em suas “possibilidades particulares”. Ou seja, em sua relação com a “vontade coletiva” e com as heranças político-culturais nacionais e internacionais por meio do esforço de “tradução”. A última se impõe contra a importação mecânica de ideias, que desconsidera a relação dialética entre particular e universal, tanto no *tempo* quanto no *espaço*. Nesse sentido, a história nacional está sempre relacionada ao universal, mas o universal só seria acessível através do particular.

ter por fim compensar na obra de Losurdo seu *relativo* desinteresse pelo desenvolvimento da consciência de classes para uma parcela maior da população que não uma vanguarda revolucionária. Mas, sempre existe a possibilidade de não termos observado adequadamente uma ou outra questão colocada pelo autor. Inclusive, nossa conclusão de que é observável um forte elitismo por parte dele ao tratar da questão do desenvolvimento da consciência de classe e da consciência política se depreende dessa única obra.

A “tradutibilidade” é vista tanto como um recurso metodológico, quanto político-ideológico indispensável para compreender o projeto *nacional-popular*. Além disso, não seria esse um projeto restrito à realidade italiana justamente por se fundamentar na referida metodologia de leitura da realidade. Embora não seja restrita ao âmbito específico do político, a “tradução” é uma forma de mediação política entre nação e mundo, de maneira que “pode ser entendida como uma mediação pela qual um determinado movimento político-cultural estabelece contatos com outras experiências históricas sejam nacionais ou internacionais, do passado ou da atualidade” (Id., Ibid., p. 200).

Na Itália, pós 1919, o fascismo surgiu encarnando os anseios de participação no poder político por parte da pequena burguesia reacionária e antipopular, o que confluiu com outras forças reacionárias herdadas no desenvolvimento histórico do país. O fascismo não é um fenômeno italiano, embora na Itália tenha alcançado seu máximo desenvolvimento. É um fenômeno europeu mundial, importante para entender a crise geral após a Primeira Guerra Mundial. Para Gramsci (1978), foi um fenômeno de regressão histórica que impactou o desenvolvimento da revolução proletária. Assim, seu projeto *nacional-popular* contrapõe-se ao fascismo, isto é, ao nacionalismo fundamentado na xenofobia e no chauvinismo, tanto quanto às formas de regionalismo ou localismo (Id., Ibid.).

Isso significava a construção da unidade entre vontades heterogêneas e desagregadas num projeto comum e a partir de uma visão de mundo comum, ou seja, significava a constituição de um bloco histórico alternativo ao bloco hegemônico. Daí a ênfase na cultura como elemento capaz de estabelecer tal unidade, a ênfase na cultura como elemento fundamental na construção da própria realidade nacional, então fragmentada pelas heranças históricas conservadoras desde o Império Romano (Id., Ibid.).

A “tradução” do movimento operário internacional na Itália é considerada o meio de superar o isolamento do proletariado italiano num *tempo/espaco* nacional e não de superar a própria nacionalidade italiana. Desta forma, Gramsci poderia ser visto como um internacionalista exatamente no sentido de que olha para especificidade de sua nação sem se desvincular dos processos globais. A “tradução” dos processos globais em seus aspectos progressistas visa superar a tradição conservadora nacional vinculada à hegemonia das elites; à questão meridional¹⁰¹; ao cosmopolitismo dos intelectuais tradicionais: herança antipopular de

¹⁰¹ A *questão meridional* se vincula ao caráter antinacional do capitalismo na Itália, baseado numa aliança entre burguesia industrial do norte e proprietários de terras do sul, cujos interesses eram intermediados por uma burocracia estatal e alguns partidos políticos, distante de qualquer participação popular. O sul era econômica e culturalmente subalterno em relação ao norte. O próprio desenvolvimento industrial estava baseado no empobrecimento o sul, inclusive, onde era maior o predomínio de heranças conservadoras e a desagregação política

séculos de dominação estrangeira e da Igreja Católica na Itália. O “choque entre as duas heranças, a *nacional* (conservadora) e a *internacional* (progressista)” teria por fim “impulsionar e fortalecer um movimento popular e, com isso, realmente italiano” (Id., *Ibid.*, p. 44).

Desta forma, o “nacional-popular” como um movimento revolucionário é um tanto diferente da definição de “movimento revolucionário” *pontualmente* feita por Losurdo (2015, p. 247), especificamente porque através dela não se justifica a manutenção da subalternidade ao destacar a cultura/política como fator de hegemonia. Dizemos “cultura/política” porque Gramsci a entende a cultura como “uma visão de mundo” que se materializa por meio da ação política.

Ponderamos que Losurdo (2015) apenas lembrou que o “momento *catártico*” foi definido como algo importante no desenvolvimento da consciência política, citando apenas uma nota dos *Cadernos do Cárcere*¹⁰². Mas, toda a sua argumentação no restante do livro pesou mais para outras “questões concretas”. Nesse sentido, o que enfatizamos é que não se pode abrir mão da discussão sobre o desenvolvimento da consciência política para além das vanguardas revolucionárias, algo que se apresentou como possibilidade mediante o controle do aparelho estatal. Essa é também uma “questão concreta” relacionada ao desenvolvimento histórico das lutas de classes no século XX e, vem se impondo como questão crucial em nossa época.

Ainda que superficialmente aqui delineada, essa polêmica em torno do nacionalismo/internacionalismo nos permite compreender porque para Mészáros “um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento futuro do indispensável movimento de massas é o descaso persistente pela questão nacional na ideologia socialista” (Id., *Ibid.*, p. 21). Enquanto ele defende que “somente pela força de um milagre monumental poderiam as relações de dominação e subordinação estrutural entre Estados tornar-se significativamente diferente da forma que assumiram ao longo do desenvolvimento histórico” (Id., *Ibid.*, p. 23). Não há,

entre as classes populares. Mas, os movimentos urbanos também esbarravam no poder dos proprietários rurais. Essa divisão se mantinha em proveito das camadas sociais “parasitárias”, nas mãos de quem se concentrava a riqueza que era produzida, embora a baixa produtividade material italiana. Ao se posicionar como um intelectual *nacional-popular*, portanto, preocupado com a superação dos obstáculos à união entre camponeses e operários: “Gramsci não foi contrário apenas ao provincianismo sardo, foi também crítico do corporativismo político-cultural dos operários do Norte.” (REIS. 2009, p. 270).

¹⁰² É necessário considerar que as categorias gramscianas são *relacionais*, isto é, compreensíveis através de sua inter-relação. Tanto que as diferentes interpretações da obra de Gramsci não raro estão vinculadas às formas que os vários editores ao longo dos anos após a sua morte (1934) publicaram as notas que compõem os *Cadernos do Cárcere* (COUTINHO, 1999, pp. 8). Entretanto, o que Losurdo buscou nos *Cadernos* foi só mais um argumento para explicar a relação conflitante entre dirigentes e dirigidos na URSS, aparentemente culpabilizando os últimos, e não exatamente o significado do conceito de “movimento revolucionário”.

portanto, solução *nacional* para a transformação do sistema do capital que não seja ao mesmo tempo *internacional* e vice versa. Considerando ainda que as relações entre os diferentes países historicamente se dão em proveito das nações imperialistas.

Se, para muito além da perspectiva de Singer, a economia solidária pode vir se tornar parte de um grande movimento de massas extraparlamentar que não nega a necessidade de superação do Estado tal como foi historicamente constituído e; se a economia solidária pode ser um *instrumento* ao invés de um *empecilho* na luta de classes do ponto de vista das classes populares, nesta seção foram apontadas boa parte das questões que não podemos ignorar ao refletir sobre seu desdobramento “para além do capital”, usando aqui uma expressão de Mészáros (2002).

Apontamos a importância das seguintes questões ao refletirmos sobre as estratégias de transformação radical da sociedade capitalista: a) a natureza classista do Estado, historicamente vinculada à dominação do trabalho pelo capital; b) a importância da cultura/política na luta pela hegemonia das classes populares; c) o sentido das reformas sociais no capitalismo sob uma perspectiva revolucionária; d) a manutenção do Estado como a “estrutura hierárquica de comando do capital” numa sociedade pós-capitalista; e) a impossibilidade de superação da crise estrutural sem a superação da própria ordem sociometabólica existente; f) a questão do nacionalismo/internacionalismo ao se pensar em uma alternativa socialista contra o capitalismo; g) o problema do desenvolvimento da consciência política para que a autogestão possa se tornar uma forma de organizar *toda* a sociedade.

Singer não chega a fazer uma análise sobre o papel dos Estados nacionais na manutenção do antagonismo entre capital e trabalho nem em âmbito de uma nação específica. Ele entende o sufrágio universal sob o capitalismo como um “implante socialista” e reflete em termos de “realidades paralelas” coexistindo sob o capitalismo. Assim, considera o sistema político “democrático” existente, aliado ao cooperativismo, como os instrumentos dos trabalhadores para a mudança social.

3.2 Estado e sociedade brasileira de classes.

3.2.1.O termo “revolução”.

Ao propor a economia solidária como “solução não capitalista” para o desemprego e para a precarização do trabalho, Singer (1999, 2000, 2004) até pontua algumas das

especificidades da constituição do mercado de trabalho no Brasil, mas não enquanto país subordinado numa estrutura global de comando do capital. Ele *naturaliza* a informalidade no trabalho que acompanha o desenvolvimento de países de industrialização tardia, em seu vínculo com o processo global que vem conduzindo ao crescimento do desemprego e da precarização do trabalho tanto nesses países, quanto nos países centrais desde a década de 1970.

Para compreendermos as raízes históricas do desemprego e da recorrente informalidade do trabalho, é fundamental considerar as especificidades da constituição da ordem burguesa no Brasil, como país latino-americano. Para entender qual o seu lugar na estrutura internacional de dominação/subordinação do capital ao trabalho, é necessário considerar a forma como o capitalismo se objetivou na região. Essa reflexão é mais importante ainda na medida em que revela o papel autoritário do Estado classista nas sociedades de industrialização tardia, de desenvolvimento capitalista dependente como o Brasil.

Para além da “superação do desemprego”, Singer entende a economia solidária como via de superação do próprio capitalismo. Sobretudo através de uma rígida distinção entre “revolução social” e “revolução política”. A primeira é definida como um processo de transformação estrutural que dura séculos e a última é entendida como a tomada violenta do poder estatal (SINGER, 1998, pp. 17-18). Deste modo, no Brasil, o capitalismo teria avançado sem que tivesse havido qualquer “revolução burguesa”, termo estritamente vinculado à sua definição de “revolução política” (Id., *Ibid.*, p. 21). Foi abordado como essa distinção entre revolução política e revolução social é importante para sua definição de economia solidária como um “modo de produção” que viria a superar o capitalismo harmoniosamente e por meio de um processo multissecular.

Nas ciências sociais brasileiras os termos “revolução”, “revolução política” e “revolução burguesa” *nem sempre* remetem à ideia de conflito aberto, de insurreição, menos ainda de insurreição sangrenta, tal como podem ser caracterizados alguns períodos da Revolução Francesa (1789-1799). É o caso de Florestan Fernandes (1976) e Caio Prado Jr. (2000) em suas análises sobre o processo definido como “revolução burguesa no Brasil” ou “revolução brasileira”. Esse processo se caracteriza pelas transformações profundas, pelas mudanças estruturais realizadas em um relativamente curto espaço de tempo¹⁰³. Consiste na brusca transformação que vem alterar as relações sociais no sentido do atendimento de necessidades antes não satisfeitas; e que acabaram desembocando em um momento histórico de crise:

¹⁰³ Abrange o processo de industrialização do país, alavancado mais ou menos na década de 1930 e aprofundado na década de 1950.

No sentido em que é ordinariamente usado, [o termo] “revolução” quer dizer o emprego da força e da violência para a derrubada de governo e tomada do poder por algum grupo, categoria social ou outra forma qualquer de oposição. “Revolução” tem aí o sentido que mais apropriadamente caberia ao termo “insurreição”. Mas “revolução” tem também o significado de transformação do regime político-social que pode ser e em regra tem sido historicamente desencadeada ou estimulada por insurreições. Mas que necessariamente não o é. O significado próprio se concentra na transformação e não no processo imediato através de que se realiza (PRADO JR., 2000, p. 25).

Dez anos após o golpe militar de 1964, o sociólogo Florestan Fernandes publicou a primeira edição de *A Revolução Burguesa no Brasil*. Partiu da análise do *conjunto de transformações econômicas, sociais, culturais e políticas* que vieram a ocorrer com o ápice da industrialização no mundo. Assim, observou que, no Brasil, a *revolução burguesa* – ou, a *via* de objetivação do capitalismo – por conta de “seu desdobramento muito particular, consistiu num processo histórico específico, caracterizado por perpetuar os nexos de subordinação externa e os anacronismos sociais” (RODRIGUES; LIMA FILHO; 2011, p. 265). Em suas palavras:

... a “revolução burguesa” não constituiu um episódio histórico. Mas um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social (FERNANDES, 1976, p. 21).

Em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, Fernandes observou que as *revoluções burguesas* na região se desdobraram de forma particular em relação aos países centrais, mas foram completas e eficientes no sentido de instituir um capitalismo em sintonia com os interesses do capital monopolista. Elas vieram remodelar e não superar a expropriação imperialista e o subdesenvolvimento: “a razão dessa persistência é a evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas” (FERNANDES, 1975, p. 11).

3.2.2. As diferentes vias de objetivação do capitalismo.

Existem sociedades nas quais a modernização se deu tardiamente e não se desenvolveu uma revolução burguesa de tipo jacobino, característica de países centrais como a França. São

observáveis formas de objetivação específicas do capitalismo em países de *capitalismo tardio*, e elas implicam uma “conformação ideológica muito distinta da inglesa e fundamentalmente da francesa” na constituição das classes sociais e dos Estados nacionais (MAZZEO, 2015, p. 97). Mas isso não significa que todos os países de industrialização tardia seguiram um mesmo trajeto no que tange à edificação do capitalismo, por conseguinte, das sociedades de classes e dos Estados nacionais.

Lenin chamou a revolução burguesa de tipo francês e inglês de *via clássica* de objetivação do capitalismo, para diferenciá-la da *via prussiana* sob a qual o capitalismo se edificou na Alemanha. Apontamos que a ideia de *via prussiana* guarda semelhanças com o conceito gramsciano de *revolução passiva* (BARATTA, 2010, p. 34) por caracterizar uma passagem do feudalismo ao capitalismo de forma lenta, sem grandes rupturas revolucionárias e conduzida pelo alto. Ou seja, conduzida pela burguesia emergente em um pacto com sua antecessora no poder, o que exclui as massas populares (MAZZEO, 2015).

Além da *via clássica* e da *via prussiana*, Lenin também chamou atenção para a *via americana*. Os Estados Unidos, até então sob o estatuto colonial britânico e a forma produtiva colonial, contou com condições específicas para a consolidação de uma burguesia nacional no norte que, em oposição a uma aristocracia agrária do sul, veio a dar direção política radical para o processo de Independência. Com destaque para o fato de que nos EUA o “latifúndio escravista não consistiu em um entrave à concentração capitalista”, como aconteceu em Portugal. Por esse motivo, a *via americana* pôde ser elevada ao nível de “via revolucionária clássica” por meio de uma “*revolução democrática, nacional e anticolonial*” (Id., Ibid., p. 101, grifos do autor). Nos EUA, com o apoio das classes populares se consolidou “o mais burguês dos países burgueses”, um caso limite que foge da tendência histórica da América como um todo (Id., Ibid., p. 101).

Nas *nações subalternas* ou *economias dependentes* latino-americanas, especificamente o Brasil, uma “via não-clássica” aparece como resultado do vínculo com um passado *colonial* e não com um passado *feudal*, especialmente através da conjugação das análises de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, como será abordado mais adiante. Baseado em uma interpretação particular dos estudos de José Chasin, Mazzeo (2015) trabalha com a noção de “via prussiano-colonial”, termos que usaremos na medida em que facilitam a exposição.

Existem alguns aspectos que diferenciam as *revoluções burguesas* de toda a América em comparação com a americana estadunidense. Um dos principais é o fato de que nenhum outro país contou com as condições históricas necessárias para o surgimento de burguesias nacionais dispostas a romper com a metrópole e engendrar um processo de acumulação

direcionado para a rápida industrialização, como nos Estados Unidos. No Brasil, a inexistência dessas condições históricas decorreu das especificidades da colonização portuguesa e, mais tarde, da maneira específica como aqui foram absorvidas as ideias liberais, onde elas praticamente foram restringidas ao seu aspecto econômico (MAZZEO, 2015).

3.2.3. A formação das sociedades de classes pela “via prussiano-colonial”.

A forma de objetivação do capitalismo, por uma via diferente da “via clássica”, pode resultar em outras especificidades além da maior subsunção das classes subalternas às hegemônicas. Por exemplo, há a ideia de tensões latentes potencialmente mais perigosas à ordem social nos países de capitalismo tardio, ou seja: “diferentemente do que acontece nos países industrializados avançados, a revolução socialista eclode onde, pelo acumular-se de múltiplas contradições, o sistema capitalista e imperialista revela-se mais frágil” (LOSURDO, 2015, p.179).

Na América Latina o capitalismo não é produto de uma evolução interna. Além disso, ele evoluiu na região “sem contar com condições de crescimento autossustentado e de desenvolvimento autônomo” (FERNANDES, 1975, p. 35). O que trouxe consequências para formação das classes e suas relações. As contradições de classes são *amortecidas* porque na constituição específica do capitalismo na América Latina a coexistência entre arcaico e moderno está vinculada “à ausência de certas dimensões estruturais e de certos dinamismos” observáveis nos países hegemônicos. Essa ausência favorece “à opressão sistemática, à omissão generalizada e à anomia das massas despossuídas” latino-americanas (Id., Ibid., pp. 35-36). Mas, o autor acrescenta:

Todavia, seria falso presumir, daí, que os dinamismos de classes sufocados são suprimidos. A reflexão comparada sugere que as insatisfações de uma classe potencial são mais perigosas para uma sociedade de classes em formação e em consolidação, que o querer coletivo de uma “classe em si e para si” numa sociedade de classes plenamente constituída (FERNANDES, 1975, p. 36).

Para Fernandes, portanto, nas sociedades em que a estrutura de classes está em formação ou tem dinamismos ineficientes a ameaça de desestabilização da ordem ou mesmo de sua destruição é potencialmente maior e as crises sociais são mais frequentes. De maneira que nessas sociedades uma ruptura com a ordem em desenvolvimento é latente antes mesmo da formação da consciência de classe, como o exemplo de Cuba brevemente levantado pelo autor

(Ibid., p. 36). O que, em nosso entendimento, não significa que uma ruptura só possa vir a acontecer no sentido do socialismo, justamente por não ter relação com o desenvolvimento da consciência de classe.

Fernandes abordou no início da década de 1970 a constituição das classes sociais na América Latina como “formações histórico-sociais atípicas”. O que não significa que ele via as classes sociais no continente como “diferentes” em relação àquelas dos países de capitalismo desenvolvido: “o que é diferente é o modo pelo qual o capitalismo se objetiva e se erradia historicamente como força social” (Id., 1975, p.39). Daí seu interesse sobre a maneira específica como a *revolução burguesa*, entendida como processo através do qual se dá o rompimento com a velha ordem para a instituição da sociedade de classes, desenvolveu-se nos países de capitalismo dependente.

Ele observou que os elementos que coincidem com a ideia de *burguesia* não estavam ainda integrados entre si como nas sociedades hegemônicas, e mesmo os setores mais integrados não exatamente se reconheciam como classe. No Brasil, por exemplo, a burguesia só emergiu tardiamente como classe, após à desarticulação do sistema escravista e o fim do regime imperial¹⁰⁴. Antes disso, seus integrantes exclusivamente “viam-se através de distinções e avaliações estamentais” (Id., 1976, p. 18).

Em contraste com poucos “círculos sociais” “integrados” ou “desenvolvidos” – entre as classes possuidoras e privilegiadas latino-americanas na década de 1970, foram identificadas pelos estudos da época grandes massas de despossuídos, desempregados, miseráveis e marginalizados. Era menor ainda a integração entre os elementos das classes populares, e os estudos da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, por exemplo, sequer consideravam sua existência como classe. A ideia de classe social ainda se confundia com a de “estamentos”, também nas pesquisas científicas, dissimulando interesses de classe e formas de dominação de classe (Id., 1975, p.37).

¹⁰⁴ Depois do rompimento com estatuto colonial e a criação do Estado nacional, em que prevaleceram os interesses dos “senhores rurais”, o modelo econômico da grande lavoura teve boa parte de suas potencialidades canalizadas para o crescimento interno. Nesse processo, parte dos “senhores rurais” foi projetada ao espaço econômico das cidades, o que contribuiu para o solapamento das relações sociais tradicionalistas e patrimonialistas, ou seja, o “senhor rural” passou a desempenhar “uma função análoga à de certos seguimentos da nobreza europeia na expansão do capitalismo: “aburguesou-se”. Simultaneamente, surgiram novos tipos humanos que não estavam enraizados e nem eram tolhidos pelo código de ética senhorial.” Boa parte desses *novos tipos humanos* provinha do setor de serviços (bancos, repartições públicas, nascentes indústrias de bens de consumo, etc.), em expansão desde antes mesmo do fim da escravidão e da adoção do trabalho imigrante. Era daí que “procediam os representantes mais característicos e modernos do ‘espírito burguês’.” (FERNANDES, 1976, p.28).

Desta maneira, enquanto “os interesses particularistas das camadas privilegiadas, em todas as situações, podiam ser tratados como ‘interesses supremos da Nação’, estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações do exterior” (Id., *Ibid.*, p. 12); as tensões latentes, advindas do processo de superexploração do trabalho e do alijamento dos subalternos da participação política na América Latina, eram contornadas mediante o uso da violência por meios políticos indiretos ou através do aparelho estatal. Isso porque nessa modalidade de capitalismo, ainda mais *selvagem e predatório*, as massas despossuídas sequer conquistaram o direito de serem ouvidas.

Diferente dos países centrais, no Brasil, deu-se uma transformação de caráter revolucionário *dentro* e não *contra* a ordem estabelecida, cujo desdobramento principal pode ser considerado o golpe militar em 1964: marco do *modelo autocrático burguês* de transformação capitalista (FERNANDES, 1976). No momento em que se tornou classe dominante, a burguesia apoiou o golpe por meio do qual quis associar modernização capitalista, regeneração dos costumes e estabilidade social (RODRIGUES; LIMA FILHO; 2011). Passando de uma “ditadura de classe dissimulada e paternalista” para uma nova forma que “não admite ambiguidades”: uma ditadura de classe burguesa aberta e rígida” (FERNANDES, 1976, p. 344).

Mazzeo aponta ainda o caráter geralmente paternalista do poder político no Brasil, influência dos portugueses: “o que Schwarz definiu como *ideologia do favor* aparece como instrumento de dominação, só que num patamar mais elevado, isto é, o da diluição social” (MAZZEO, 2015, p. 108, grifos do autor). Assim, o paternalismo tem o papel de dissimular as relações de classe e de contribuir para a exclusão das classes populares do “jogo político”. A não participação popular no processo de constituição do Estado brasileiro conferiu às classes dominantes um amplo espaço de privilégios e de poder político. Portanto, a tendência dessas classes ao conservadorismo extremado, expressa não só em suas práticas econômicas, como também em suas ideias, tem origem nos tempos de colonização e de escravidão clássica¹⁰⁵.

A emergência de uma burguesia no país decorre muito mais de uma crise do sistema colonial mundial e do desenvolvimento alcançado pela infraestrutura produtiva no país no século XX do que de uma proposta de remodelação das relações econômico-sociais (PRADO

¹⁰⁵ A escravidão clássica foi formalmente abolida no Brasil em 1888, décadas após a proclamação da independência política do país (1822). A manutenção do sistema escravista após a Independência é um fator que evidencia a distância das massas populares do processo político-social e evidencia que a Independência tinha por fim romper com as relações coloniais, mas não de alterar a estrutura social e de produção (MAZZEO, 2015). Além disso, possibilitou a emergência das relações contraditórias entre a grande lavoura de exportação (estrutura heteronômica) e a produção voltada para o mercado interno (dinâmica autonomizante), de acordo com Fernandes (1975).

JR., 1988; FERNANDES, 1976, p.7). A ruptura com a forma tradicional de colonialismo, de caráter diferente daquele que se observa nas *revoluções burguesas* de “via clássica”, centrou-se no interesse das classes dominantes que, portanto, prevaleceram sobre o processo de independência do país e de formação do Estado nacional (FERNANDES, 1976; MAZZEO, 2015).

Para usar uma linguagem gramsciana, as estratégias políticas das classes hegemônicas no interior do país, historicamente, pesam mais para a coerção do que para o consenso. Fernandes (1976, p. 344) exemplifica esse caráter autoritário do Estado principalmente através de sua militarização. Mas, pontua que o exercício da força por meio do Estado não significa meramente o uso indiscriminado da violência, é principalmente o uso da prerrogativa que se tem sobre esse poder.

Deste modo, as origens e o desenvolvimento da principal característica das classes hegemônicas no Brasil são retratados. Característica que se mantém nos dias atuais: o autoritarismo com o qual as elites se mantêm no poder por meio do uso do aparelho estatal. Apenas para citar um exemplo recente, apontamos a criminalização de movimentos sociais no Brasil através da sanção presidencial à chamada “Lei Antiterrorismo”¹⁰⁶. Assim, a edificação da “ordem competitiva” no país foi conduzida por um poder ilimitado e absoluto das classes hegemônicas no interior do território *ao mesmo tempo* em que essas classes vieram remodelando sua subserviência ao imperialismo.

3.2.4. Autoritarismo da burguesia no Brasil.

Em primeiro lugar, advertimos que em Singer a economia solidária *não consiste em um projeto político nacional*. Ele não reflete em termos de subordinação do que chama de “economias de terceiro mundo” às “economias de primeiro mundo”. Embora *imagine* que os “antagonismos de classes” *num futuro distante* possam ser superados através da economia solidária (Id., 2004, p. 116) não só no Brasil, como em todo o mundo. Na verdade, Singer se refere a um “antagonismo” sem sujeitos concretos. Ao tratar das desigualdades sociais e da acentuação da miséria (1999; 2004), relegando a um segundo plano o papel do Estado, em

¹⁰⁶ Publicada em edição extra do Diário Oficial da União em 17/03/2016, a Lei nº 13.260/2016 foi sancionada com oito vetos que de fato não alteram seu caráter de instrumento jurídico de criminalização dos movimentos sociais. Essa lei foi proposta justamente após o início da crise política no país, explicitado através das manifestações de junho de 2013.

conjunto ele não aborda o papel das classes historicamente hegemônicas nesse processo. Sua justificativa é a seguinte:

Marx, que vivenciou uma outra etapa do capitalismo industrial [em relação a Owen], enfatizou em sua análise o tamanho crescente dos sistemas de máquinas e a necessidade de coordenação do processo de produção e distribuição em escalas muito maiores que uma “aldeia cooperativa”. Por isso, ele incorporou ao seu projeto a essência coletivista de Owen mas estendeu os limites da economia cooperativa no mínimo ao território nacional. Como sabemos, esta mudança de âmbito da economia coletiva deixa de ser quantitativa apenas para passar a qualitativa: na aldeia, o planejamento poderia ser combinado, quem sabe, com a prática da democracia direta. Mas, em nível nacional, o planejamento econômico centralizado adquire traços totalitários, como a experiência histórica do nosso século ilustra fartamente (SINGER, 1998, p. 109).

Baseado em Owen, Singer defende a possibilidade de transformação das “relações sociais de produção” no interior de determinados empreendimentos econômicos e/ou comunidades, combinada com o *capitalismo democrático* em âmbito nacional. Sua ideia de “superação do capitalismo” não implica um projeto político alternativo, no máximo a integração econômica dos diferentes empreendimentos de economia solidária em um *setor produtivo*. Comparando Marx à Owen, mas tomando como exemplo o socialismo realmente existente, Singer questiona a tese de que a construção do socialismo *não prescinde* do controle do aparelho estatal por parte dos trabalhadores. Aqui, considera que o planejamento centralizado da economia *necessariamente* implica algum tipo de ditadura. Embora ele também venha a encontrar motivos para rejeitar o planejamento estatal da economia no Estado Keynesiano (1999, pp. 79-80).

Nossa entrada na questão da objetivação do capitalismo no Brasil se realizou por meio das discussões sobre um projeto de desenvolvimento econômico e político nacional existente mais ou menos entre 1930 e 1964, originado de marxistas vinculados à esquerda do país na época. Esse projeto se fundamentou na tese de que um capitalismo no Brasil estaria se desenvolvendo como elemento modernizador da sociedade, preparando o terreno para uma revolução socialista (RODRIGUES; LIMA FILHO; 2011). Assim, mesmo os comunistas vieram a apoiar o Plano Nacional de Desenvolvimento de Juscelino Kubistchek, Presidente da República entre 1956 e 1961, que na concepção de Prado Jr. (2000, p. 49) teria entregado de vez o país ao “capital imperialista”.

Pelo fato da burguesia ser a principal interessada no desenvolvimento do capitalismo, a esquerda brasileira a viu como protagonista de um processo de modernização da sociedade e

uma das principais aliadas dos trabalhadores na luta contra o imperialismo. Entendia-se que a industrialização estava vinculada à *modernização política*, no sentido da superação de desigualdades históricas de acesso ao poder político. Acreditava-se que o desenvolvimento das estruturas econômicas e das estruturas políticas estavam condicionados de tal maneira que *industrialização* adquiriria quase o mesmo significado que *democratização*, era vista como a via de superação dos atrasos em nossa formação política e social.

Surgiu um debate, pelo menos desde a década 1950, no Brasil, sobre a distinção conceitual entre *feudalismo* e *colonialismo*. A corrente inspirada por Prado Jr. defendia a tese de que o Brasil nunca foi um país feudalista. Justamente, em oposição ao que entendia a maioria dos militantes de esquerda na época, grande parte agrupada em torno do PCB – Partido Comunista Brasileiro, para os quais o país ainda era uma economia *semifeudal* e *semi-escravista*. Entretanto, tal debate está muito longe de se resumir aos posicionamentos dos autores aqui abordados, envolveu vários outros estudiosos marxistas latino-americanos em discussões que se desdobram ainda hoje.

Mazzeo (2015, p. 115) observa que “a presença de uma análise que admitia a existência de formas sociais de caráter ‘feudal’ no Brasil antecede à introdução das teses da Internacional Comunista por meio do Partido Comunista”. A tese que atribuía aos países coloniais ou semicoloniais raízes feudais, bem como a existência de uma burguesia progressista interessada em romper com o imperialismo, teria sido difundida através da Internacional Comunista desde 1924 sobretudo por causa do desconhecimento da processualidade histórica específica dessas regiões. O autor defende que essa ideia foi bem recebida no Brasil porque a própria tradição intelectual latino-americana na época assim favorecia. Além disso, porque o marxismo chegou ao continente permeado pela filosofia positivista, ainda hegemônica no início do século XX.

Já introduzimos aqui o posicionamento de dois autores clássicos que se fundamentaram nas particularidades da formação social brasileira e contribuíram para a superação dessa tese. Além disso, eles contradizem a ideia de nação como sujeito monolítico na “luta de classes” num plano internacional, juntamente com a ideia de uma burguesia aliada aos trabalhadores na superação da subordinação ao imperialismo¹⁰⁷, considerando as especificidades da objetivação

¹⁰⁷ A posição de Losurdo, nesse sentido, mantém vínculo com nações onde ocorreram uma revolução de inspiração socialista no século XX. Ou seja, é posta em relação: a) à Nova Política Econômica na URSS que previa, entre outros elementos, o apoio de especialistas burgueses e a restauração parcial da propriedade privada no país; b) à “associação” entre burguesia nacional e trabalhadores na China contra o imperialismo que conduziu à instauração da República Popular Chinesa. Como argumento principal está *sua interpretação* da tese marxiana de que os indivíduos singulares só se unem como classe quando precisam lutar contra outra classe (MARX, ENGELS, 2007). Losurdo (2015, p. 249) afirma que continuaram a existir os burgueses tanto na Rússia quanto na China, mas que eles não eram uma classe dominante e “nem mesmo uma classe para si”. De maneira que o autor entende que

do capitalismo no Brasil. Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes escreveram na época em que tomou fôlego o processo industrialização do país, processo iniciado nos anos 1930 e alavancado pelas políticas desenvolvimentistas dos anos 1950. Trata-se de um momento de transição social e política fundamental para a compreensão da formação da sociedade de classes brasileira.

Caio Prado Jr., historiador paulista, foi um dos primeiros a contrariar as diretrizes de interpretação realidade brasileira por parte da esquerda, contrapondo-se ao que vinha sendo defendido através de uma abordagem etapista e determinista do processo histórico. Abordagem segundo a qual uma revolução socialista deveria cumprir etapas pré-definidas e repetir padrões de desenvolvimento do capitalismo alheios à realidade no território, erguida sobre um passado *colonial*: “Caio Prado entendia que o sentido da colonização se gravara tão fortemente em nossa formação que se impunha como obstáculo a ser ultrapassado, em meados do século XX, para a formação da nação” (RODRIGUES; LIMA FILHO; 2011, pp. 259-260).

Para o historiador, o grande desafio no início do século XX era que a nação fosse estruturada para o atendimento das necessidades do conjunto da população brasileira. Assim, ele analisou as especificidades da formação histórica do Brasil a partir dos interesses das classes exploradas em *Evolução Política no Brasil*, publicado em 1933. No livro, retratou a colonização portuguesa na América como um capítulo da história do comércio europeu. O que, de certo modo, também é um capítulo da competição entre potências em vias de industrialização. O sentido da colonização que aqui se imprimiu esteve vinculado a um processo de *acumulação primitiva de capital* em desenvolvimento nas metrópoles, de maneira que o primeiro dos interesses dos portugueses sobre o território foi justamente explorar seus recursos naturais. Diante disso:

Caio Prado privilegiou tanto os fatores responsáveis pela precariedade do processo de mercantilização, intimamente vinculado às relações de trabalho no campo e na cidade; quanto a maneira como se davam as nossas relações com o imperialismo, estreitamente relacionada com o caráter originário da economia brasileira. (RODRIGUES; LIMA FILHO; 2011, p. 261)

houve “tolerância” para com “capitalistas singulares” e não para com a “formação de uma nova burguesia” em âmbito nacional. Esses “indivíduos” são vistos como força progressista depois de ambas as revoluções, e tanto a URSS quanto a China são postas como sujeitos monolíticos na “luta de classes” num plano internacional. Já em Mézáros (2008, p. 78), de modo geral, a burguesia existe mais como estamento do que como classe: “a burguesia, diferentemente do proletariado, não pode ser descrita como uma classe em si e para si. Ela não pode ‘mediar-se consigo própria através de sua negatividade’, pois ela se coloca em relação antagônica ao proletariado, sendo este sua negação. Do mesmo modo, ela não pode ‘posicionar-se para si como universal’, pois é constituída como uma força social inerentemente exclusivista...”

Ele quis demonstrar que a insuficiência do mercado interno tinha como base a questão agrária, vinculada ao processo de mercantilização. Isto é, relacionava-se com o fato de que veio a se desenvolver no país uma economia de caráter agrário colonial, baseada nos latifúndios e no trabalho escravo, negro ou indígena, empregado na produção de monoculturas para a exportação. Além disso, no Brasil Colônia o trabalho livre pouco diferenciava-se do trabalho escravo, mesmo o pequeno proprietário era pouco mais que um servo diante do estatuto político na colônia, sempre nas mãos dos grandes proprietários de terra (PRADO JR., 1988).

Essas e demais características do mercado de trabalho inicialmente restringiram a formação de um mercado consumidor no país, o que marca suas origens vinculadas à espoliação colonial, à drenagem dos excedentes de dentro para fora. Além disso, a situação dos trabalhadores do campo induziu a um rebaixamento das condições de trabalho na cidade. Importante observar que essas são vistas como as principais questões na origem da superpopulação marginalizada no mercado de trabalho brasileiro (Id., Ibid.).

Sobre as relações com o imperialismo, a Colônia foi um aglomerado de órgãos independentes entre si, formalmente ligados a um domínio comum: a metrópole. Além disso, “Se dentro do sistema político vigente na colônia só descobrimos a soberania, o *poder político* da coroa, vamos encontrá-lo, *de fato*, investido nos proprietários rurais, que o exercem através das administrações municipais”. (Id., Ibid., p.33). O sentido da colonização no Brasil foi estritamente comercial e voltado aos interesses imperialistas da metrópole. Portanto, quem exercia diretamente o poder na colônia o fazia em nome da manutenção dos interesses capitalistas/imperialistas dos colonizadores.

Fernandes (1976), reafirma que as consequências desse processo residem no fato de que o “agente econômico interno” (p.23), atuando como delegado da Coroa, não desenvolveu certa margem de autonomia no sentido de uma mentalidade propriamente capitalista, o que veio a comprometer o poder de dinamização interna da economia: “Isso contribuiu para a economia colonial fechar-se sobre si mesma, apesar de organizar-se para a exportação, seu único polo dinâmico era neutralizado nos limites que transcendessem (ou pudessem romper) o controle econômico vindo de fora” (p. 25).

Prado Jr. acreditava que essa essência colonial se manteve durante o processo de industrialização do país, então politicamente independente de Portugal há pouco mais de um século. Afirmou que aqui a industrialização não veio a se fundamentar em mecanismos auto-propulsores, mas em contingências estruturais. Sob o imperialismo, ela havia atingido maior vigor desde a crise de 1929, momento em que se tornou baixa a capacidade de importação.

Deixava-se de importar, enquanto as multinacionais se instalavam no território para produzir aqui mesmo. Isso foi favorecido pelo fato de que, após os EUA saírem vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, o acordo de *Bretton Woods* veio a possibilitar a emergência do dólar como moeda mundial. Portanto, no Brasil constituiu-se “uma industrialização que marchava para substituir importações ao mesmo tempo em que era regida pelos interesses das multinacionais em busca de novos mercados” (RODRIGUES; LIMA FILHO, 2011, p. 262).

Segundo o historiador, mesmo após o desenvolvimento do processo de industrialização no Brasil, a exportação de produtos primários continuava sendo a fonte por meio da qual o imperialismo tirava seus lucros. Isso, porque a industrialização aqui dependia do saldo gerado através da exportação de produtos primários para se realizar, por exemplo, por intermédio da compra de máquinas. Assim, o dinheiro que aqui entrava através das exportações retornavam ao país de origem através das multinacionais. Embora de forma mais complexa, durante o processo de industrialização o Brasil reproduzia seu passado colonial (Id., Ibid.).

Desta forma, sua discussão acaba conduzindo a um questionamento sobre o papel das “burguesias nacionais” em relação à luta para a superação do sistema capitalista nos países de origem colonial. A “burguesia nacional” no Brasil foi vista como “um mito” (PRADO JR. *apud* BANDOLI, 2009, p. 3), no sentido de que, até então nunca havia existido no país uma burguesia com interesses nacionais. A economia brasileira estava voltada para o atendimento de demandas estrangeiras desde os tempos de colônia, de maneira que o imperialismo sempre esteve entre as bases de sua evolução histórica.

Segundo Prado Jr.: “A teoria da revolução brasileira, para ser algo efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente – mas não simplisticamente – a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta.” (2000, p. 38). Enquanto a esquerda no país embasava suas análises em pressupostos reproduzidos mecanicamente de modelos estranhos à realidade brasileira e, para tanto, deturpava a realidade das estruturas sociais, econômicas e políticas (Id., Ibid.).

Por exemplo, afirmava-se que existia no país uma burguesia progressista e nacionalista, em contraste com outra reacionária e imperialista preferencialmente aliada aos latifundiários, o que foi apontado como mero decalque do modelo Chinês. A implementação do imperialismo no Brasil teve origens diversas em comparação com a China, onde ele surgiu como elemento e contingência externa à uma organização econômica *preexistente*. A China já tinha uma estrutura econômica, social e cultural relativamente bem estabelecida antes da introdução do capitalismo, o que gerou oposições à sua implementação. Assim, vieram a se contrapor, na China, uma

burguesia nacionalista e uma burguesia originada das relações de comércio com a Europa, cujos integrantes foram identificados como agentes exteriores do imperialismo (BANDOLI, 2009).

Como foi dito anteriormente, Fernandes (1975, 1976) também observou que um periférico não obedece ao mesmo trajeto que os países centrais porque a expansão capitalista da parte dependente tem uma tendência a ser continuamente remodelada para a manutenção da dependência através dos dinamismos do mercado mundial. Para ele, a autonomização do desenvolvimento capitalista esperada pela esquerda no Brasil requeria antes o rompimento com a própria dominação imperialista. Entretanto, mesmo que viesse a ocorrer sem esse requisito, por si só, não asseguraria uma via uniforme de evolução do capitalismo e da dominação burguesa (FERNANDES, 1976).

Martins (2006) aponta uma influência trotskysta sobre Florestan Fernandes por meio da tese de *desenvolvimento desigual e combinado*. Teria sido difundida na sociologia brasileira nos anos 1960, diante das questões relativas à mudança social e aos mecanismos de atraso em nossa formação social. Basicamente, a tese de Trotsky trata da relação entre elementos arcaicos e modernos no desenvolvimento de economias dependentes na ordem global do capitalismo, isto é, sob o imperialismo. Trata-se coexistência, dentro dos países dependentes, de um “setor moderno” da economia e outro subdesenvolvido.

Essa relação entre industrialização e manutenção de formas arcaicas de produção nas economias dependentes está intimamente relacionada às questões políticas e sociais. Isto é, a especificidade da estrutura de classes não só no Brasil, como na América Latina de modo geral, não se fundamenta na mera coexistência de “relações, estruturas e funções” (FERNANDES, 1975, p.35) arcaicas e modernas. Essa coexistência também veio a ocorrer em maior ou menor grau e por mais ou menos tempo na transição do velho regime para as sociedades capitalistas hegemônicas. A especificidade da estrutura de classes latino-americanas está vinculada à “modernização do arcaico” e à “arcaização do moderno” (Id., Ibid., p.42).

Para o sociólogo, a esquerda brasileira também levou em conta a essência da dominação burguesa nas economias dependentes e que também condiz com a apropriação dual do excedente econômico: pela “burguesia nacional e pela burguesia das nações hegemônicas. O que reproduzia essencialmente nosso passado colonial. Entretanto, o *senhor de engenho* não pode ser arbitrariamente associado ao *burguês*, o que ele realizava não era o “lucro” propriamente dito, mas “a parte que lhe cabia no circuito global da apropriação colonial” (FERNANDES, 1976, p. 16). Isso porque era ele próprio uma parte dependente nesse circuito, apesar de seus privilégios.

Assim, a noção de “capitalismo dependente” em Fernandes tem como elemento fundamental a relação das burguesias dos países latino-americanos ao capital internacional. Concentração da riqueza, drenagem do excedente econômico para o exterior, formas de trabalho pré-capitalistas, são alguns dos elementos que exigem uma hipertrofia dos fatores políticos e sociais da dominação burguesa. Em contraste com as aspirações de democratização, essa hipertrofia produz consequências que sobrecarregam as funções especificamente políticas da dominação, em sentido defensivo ou repressivo (FERNANDES, 1975).

Desta maneira, a burguesia no Brasil foi caracterizada por sua onipotência no território e, ao mesmo tempo, por sua impotência/subserviência em âmbito das relações internacionais. Foi retratada como uma classe vinculada aos interesses de manutenção de dominação imperialista e avessa às transformações que proporcionassem maior abertura democrática na sociedade brasileira (FERNANDES, 1976).

Anteriormente abordamos questões referentes ao processo de reestruturação do capitalismo iniciado na década de 1970, que se deu primordialmente no sentido do atendimento dos interesses das classes hegemônicas em âmbito mundial. Tal processo contou com uma espécie de “remodelação” dos Estados nacionais no sentido de uma maior subserviência aos interesses do capital estrangeiro.

3.3. O Estado e as *lutas emancipatórias* em Singer.

Em Singer, as “lutas emancipatórias” são as aquelas por reformas dentro dos limites do *capitalismo democrático* através de “pressões sociais” aos governos e não por meio do exercício do poder político. Indício de que ao mesmo tempo em que se preocupa com o “fim da hierarquia” entre patrão e empregados, ele naturaliza o paternalismo na relação entre governantes e governados. Singer define as “lutas emancipatórias” como lutas que:

... alteram as instituições, introduzindo práticas democráticas e banindo as autoritárias. O sufrágio universal, que vige em muitos países, possibilitou a prática da democracia política, que de certo modo inverte a relação de poder (ao menos formal) entre governo ou autoridade pública e cidadãos. *São estes que escolhem e remuneram aqueles, portanto é a sua vontade que deve prevalecer.* A grande massa de cidadãos ainda não se *conscientizou* disso, mas quanto mais eleições se realizam, mais as campanhas eleitorais vão educando dos eleitores, muitos dos quais vão adotando atitudes questionadoras e críticas em relação aos governantes (SINGER, 2004, p. 22, grifo nosso).

O que ele chama de “democracia política” acompanha uma definição sem nenhum pudor através do senso comum: são os “cidadãos” que “escolhem e remuneram” as “autoridades públicas”, portanto, é “sua vontade que deve prevalecer”, o que falta é “conscientização” da grande massa. No mínimo, isso demonstra que para ele pouco importa qual o papel do Estado em relação ao ordenamento social e econômico, e só assim seu discurso consegue apagar a diferença entre reforma e revolução.

De fato, o *capitalismo democrático* pode ser visto como um avanço em relação ao *capitalismo autoritário*, se considerarmos o passado recente de ditaduras militares na América Latina (BORON, 2001). O *capitalismo democrático* que Singer (1988) chama de “democracia política” também significa a “vitória sobre o nazi-fascismo”, mas está longe de ser esse instrumento neutro que poderia ser melhor utilizado caso a grande massa “se conscientizasse”.

O autor também prefere apresentar suas impressões pessoais sobre “as novas e as antigas gerações” quando discute o que chama de autoritarismo. Para ele, as antigas gerações operavam uma naturalização do mesmo. A presumida “desnaturalização” do autoritarismo seria um dos fatores que, ao lado do desemprego, justificariam um recente “surto de autogestão” (SINGER, 2004, p. 23). O próprio Singer aponta o seguinte:

No exame da conjuntura presente – anos 1990 – emerge a contradição entre uma difusão inédita da democracia que se consolida no primeiro mundo e se expande segundo e no terceiro, e um domínio crescente do capital privado sobre a economia de todos os países (SINGER, 1998, p. 13).

Essa “contradição” entre uma “consolidação da democracia” e a hegemonia do capital privado é explicada pelo autor em termos de uma “incapacidade dos governos” de praticarem políticas econômicas e sociais “que não as ditadas pelo mercado financeiro” (Id., Ibid., p. 13). Trata-se de uma observação isolada que claramente contradiz seu pressuposto de que a “democracia política” é o regime da maioria trabalhadora mas que, convenientemente, ele não desenvolve aqui. Singer sonha com uma economia composta por uma multiplicidade de associações para produção, consumo, comércio e poupança, para ele o Estado aparece apenas como uma espécie de árbitro que redistribuiria a riqueza para quem saísse perdendo.

Toda e qualquer “luta emancipatória”, para Singer, é destinada ao atendimento de interesses particulares de grupos particulares. Seria o caso do movimento sindical no Brasil e nos países centrais, ambos empenhados em transformar os envolvidos em *indivíduos da classe média* (SINGER, 2004, p. 109). Ao mesmo tempo, Singer foi um líder sindical na década de

1950 e, *ao seu modo*, já apontou o movimento sindical como o protagonista de uma “revolução social socialista” nas primeiras décadas do século XIX na Inglaterra.

A passagem seguinte fundamenta seu resumo de *todas* as conquistas *políticas* do movimento sindical: sufrágio universal, direitos sociais e leis trabalhistas, legalização dos sindicatos e cooperativas. Ele chega a esse resumo a partir da comparação entre *ludditas* e owenistas. Singer foca (e congela) seu estudo sobre o movimento sindical no início do século XIX para enfatizar a importância do owenismo e sua relação com o movimento operário:

... a classe operária reagiu à revolução capitalista de duas maneiras opostas. De um lado, procurou opor-se ao capitalismo industrial em ascenso, primeiro tentando impedir o uso do maquinário e depois colocando-se como meta histórica a construção de uma outra *sociedade, coletivista, em que os meios de produção seriam ou propriedade comum ou propriedade privada* mas acessível a todos. De outro, a classe trabalhadora iniciou a busca do *amparo institucional que o estado poderia lhe oferecer*, tanto mediante a legislação trabalhista como pela legalização dos sindicatos operários e da realização de greves. Como meio para conquistar este amparo, o movimento operário se lançou por inteiro na luta pela reforma parlamentar, prosseguindo na mesma quando as “classes médias”, tendo obtido os direitos políticos, abandonaram a luta (SINGER, 1998, p. 85, grifos nossos).

Quanto à “primeira forma de reação”, restrita a um “âmbito social”, ele está se referindo à “conversão” de parte do movimento operário ao owenismo, quando antes sua luta estaria restrita ao *luddismo*. Esse “projeto de sociedade” que o autor esboça é justamente o projeto de aldeias cooperativas em Robert Owen, que não questiona nem a propriedade privada dos meios de produção e nem o fato de direção política da sociedade em seu conjunto estar nas mãos da burguesia.

A “segunda forma de reação” explica as conquistas políticas do movimento sindical. Em grande medida, esses “implantes socialistas” foram definidos pelo autor mais como o fruto de uma reação dos “defensores” da classe operária do que dela própria. Pelo menos, é assim que ele descreve o cartismo e o owenismo aos quais a “luta política” operária poderia ser resumida. Como dito anteriormente, Singer reduz a luta sindical à luta pelo cooperativismo owenista e, diante disso, a “reação política” da classe operária só pode ser vista sob um viés paternalista.

Singer diz ainda que, “estritamente ligada às outras duas, mas analiticamente distinta”, outra forma de reação seria a “ação direta no campo econômico”. Essa ação compreende a formação de cooperativas operárias pelo sindicalismo owenista na década de 1830, e também a sindicalização dos trabalhadores, por ele definida como “organização dos trabalhadores sob a

forma de monopólio” como forma de melhor poder “barganhar” com a burguesia (Id., Ibid., p. 86).

Em textos posteriores, enfatizou que o sindicalismo, desde a sua origem, limitou-se à conquista de direitos trabalhistas *para os assalariados*, o que melhorou suas condições de vida nos países centrais (SINGER, 1999); e: “mesmo em países semi-industrializados, como o Brasil, os direitos obtidos pelos sindicatos deram a muitos assalariados formais (com carteira de trabalho assinada) um padrão de vida de classe média” (SINGER, 2004, p. 109).

Assim, teria sido somente pela garantia de um padrão mais elevado de consumo para uma parte da classe trabalhadora que o movimento sindical veio lutando desde o século XIX, de maneira que a instituição de marcos regulatórios quanto a relação entre empregador e empregado, no livro *Globalização e Desemprego* como um todo, não é tratada como uma questão de fato relevante. A solução proposta é que voluntariamente os trabalhadores abram mão desses direitos¹⁰⁸. É atribuída ao o movimento operário uma “derrota decisiva” diante do processo de globalização das economias (SINGER, 1999, p. 29):

Mas o processo de precarização só se explica pela derrota decisiva do movimento operário, do qual sindicatos e partidos são a espinha dorsal. Mesmo quando o partido historicamente ligado aos trabalhadores vai ao governo, ele se aparta do movimento sindical e permite a precarização do trabalho. Foi o que acabou ocorrendo, nos anos 80 e 90, com Mitterand na França e com Gonzales na Espanha, por exemplo. As vantagens da ‘flexibilidade externa’ sempre foram conhecidas e, se as empresas pudessem optar, teriam-na praticado desde sempre. Se até meados dos anos 70 não o puderam fazer é porque foram coagidas pelo poder conjunto de sindicatos e partidos democráticos de massa. (Id., Ibid., p. 26, grifos nossos)

É verdade que movimento sindical foi *enfraquecido* no processo que levou à precarização do trabalho, principalmente porque é mais difícil organizar através dele os trabalhadores precarizados, isto é, trabalhadores terceirizados, temporários, entre outras formas de contratação que visam driblar a legislação trabalhista, formas que Singer chega a reconhecer (1999, pp. 25-26). Entretanto, o papel histórico do movimento sindical não se limitou à aquisição de um padrão de consumo mais elevado para uma parcela da classe trabalhadora. Senão, talvez até fosse o caso lhe atribuir uma “derrota decisiva” diante da crise estrutural em

¹⁰⁸ Singer reconhece que “a precarização do trabalho tornou sem efeito para uma parcela crescente da força de trabalho a legislação do trabalho” (SINGER, 1999, p. 29). Mas, conclui que a economia solidária é a melhor alternativa diante da perda de direitos trabalhistas (Id. Ibid., pp. 118-139). Os direitos trabalhistas seriam irrelevantes se no Brasil poucos indivíduos tiveram acesso e, quando tiveram, isso não significou a manutenção de um padrão de consumo semelhante ao dos países centrais.

desenvolvimento, quando o capitalismo deixa claro que nunca pôde e não poderá cumprir a falaciosa promessa de elevação geral do padrão de consumo.

A luta do movimento operário consiste na luta pela generalização do padrão de consumo experimentado pelos operários nos países centrais na vigência do Estado Keynesiano porque a “luta pelo socialismo” vem sendo “ressignificada” pelo autor, pelo menos desde a década de 1980. O socialismo só poderia ser “superior” ao capitalismo se proporcionasse condições de vida melhores que essas aos trabalhadores (SINGER, 1982).

Devemos lembrar que, em Singer, a luta de classes se resume à luta entre burguesia e proletariado. Ela se extinguiu por uma “evolução natural” do capitalismo; e através da “derrota decisiva” dos mecanismos tradicionais de luta dos trabalhadores. Ele não diz que esses mecanismos devem ser repensados, nem que outros devam ser criados, a única solução que propõe é a economia solidária, cujo núcleo seriam as cooperativas de produção. No máximo, já especulou sobre a integração dos diversos tipos de empreendimentos vistos como de economia solidária num setor produtivo dentro das relações capitalistas de produção. Isso, com a manutenção do que ele chama de “democracia política” em âmbito nacional.

Além disso, é tentador fazer uma analogia entre o PT (quando ascendeu à Presidência da República) e as afirmações de Singer sobre “partidos historicamente ligado aos trabalhadores” na Europa que, ao chegarem ao governo, “permitem a precarização”. No entanto, ele usa esse argumento para rejeitar a ação política por parte da classe trabalhadora. Não é só a conquista do poder político “via insurreição” que Singer rejeita. Até pelo menos 2000, ele refutava também o que entende como a “conquista do poder político via sufrágio”, definido como o objetivo dos partidos socialdemocratas. Isso porque se o apoio do Estado fosse condição para a consolidação da economia solidária como setor produtivo:

... seria necessário mais uma vez priorizar a luta pelo poder governamental para viabilizar a economia solidária como alternativa ao capitalismo. No passado, esta prioridade contribuiu ao abandono da economia solidária, tida como inviável em formações sociais dominadas pelo capital privado. Na Europa, houve governos socialistas e social-democratas em diversos países e em várias ocasiões. A título de avanço ao socialismo, eles estatizaram setores importantes das economias, porém mantendo nas empresas estatais a gestão capitalista. O que debilitou o domínio do capital privado, mas não contribuiu para a superação do capitalismo por algo que merecesse o nome de socialismo (SINGER, 2000, p. 24).

Em *Introdução à Economia Solidária* além do “fracasso” das tentativas de instituição do socialismo “via ditatorial” (essa é sua posição sobre o socialismo realmente existente),

Singer aponta também “o semifracasso dos governos e partidos socialdemocratas”. Diz ele que, na Europa e na América Latina, mesmo no exercício do poder governamental esses partidos não conseguiram mais do que:

... atenuar os excessos do neoliberalismo e preservar mal as instituições básicas do Estado de bem-estar social. Não tentaram reverter a privatização dos serviços públicos nem a desregulamentação das finanças mundiais, submetendo as economias nacionais, sobretudo na periferia, aos ditames do grande capital financeiro global (Id., 2004, p. 111).

Essa crítica serve apenas para que o autor tente *justificar* que o poder político “via *ditatorial*” ou “via *sufrágio*” pela classe trabalhadora não pode levar à instauração do que ele entende como socialismo. Desta forma, a questão da economia solidária ter sido inserida na agenda de políticas públicas do Partido dos Trabalhadores só pode ser justificada em termos de necessidade de financiamento estatal. O que deixa em aberto a questão da relação entre economia solidária e qualquer partido político a não ser quando o mesmo ascende ao governo.

A institucionalização através de uma política pública nacional de economia solidária só veio se realizar no primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores em 2003, embora experiências nesse sentido já estivessem sendo desenvolvidas por uma ou outra prefeitura municipal sob sua gestão. No referido texto de 2000, Singer afirmou que:

O apoio de governos regionais e locais a iniciativas de economia solidária vem se registrando em numerosos países, não só da Europa. Ultimamente, também no Brasil isso está se verificando, ainda que em medida ainda modesta. O que estas experiências indicam é que o desenvolvimento da economia solidária e sua integração num setor pode se dar de baixo para cima, por iniciativa das próprias empresas e instituições de apoio, sem interferência direta de autoridades governamentais. *E que esta alternativa parece preferível sobretudo para preservar a autenticidade das organizações solidárias, que depende da sua democracia interna e da sua autonomia externa* (SINGER, 2000, p. 24, grifos nossos).

Em *Introdução à Economia Solidária*, escrito em 2002, ele afirmou que a ajuda financeira do Estado é importante na criação de cooperativas. Primeiro porque seus membros não possuem os recursos necessários e nem meios de conseguir empréstimos, afinal não têm propriedades como garantia. Segundo, porque as empresas capitalistas também contam com essa ajuda sob forma de isenção fiscal e de crédito financeiro, especialmente nos países que se industrializaram mais tarde (SINGER, 2004, p. 93). Da mesma forma, no texto anterior ele citou

como exemplo o caso de Mondragón, que recebeu apoio financeiro do País Basco, “mas apenas em suporte semelhante ao normalmente dado às empresas capitalistas” (SINGER, 2000, p. 24).

Trata-se de “concorrer em condições de igualdade com essas firmas” (SINGER, 2004, p. 93). Assim, ele acredita que o financiamento estatal é suficiente para que exista uma “igualdade de oportunidades” entre cooperativismo e empresas tradicionais, o que não acompanha uma discussão sobre a relação dessas cooperativas com “seu entorno”.

Nos países que se atrasaram na corrida industrial, o apoio estatal à empresa produtiva é quase sempre permanente, constituindo parte integrante do esforço para a superação do atraso. (...) Mas este apoio raramente se estende à cooperativas de produção, vista pelo lado conservador do espectro político como anomalia. Também a esquerda, que aposta tudo na tomada do poder político como via única de transformação estrutural, enxerga a cooperativa de produção como quimera, cujo único efeito é desperdiçar forças e esperanças. De modo que é apenas nos raros momentos em que se encontram à testa do Estado pessoas e correntes que percebem a cooperativa de produção como desejável que ela obtém apoio significativo para poder demonstrar sua viabilidade e seu potencial de desenvolvimento (SINGER, 2004, p. 93).

Assim, a justificativa para o risco de se “perder a autenticidade das organizações solidárias” mediante à sua submissão a uma direção política estabelecida de fora e em âmbito nacional através da SENAES, veio a se vincular à questão da disputa pelo fundo público e considerou a situação de “generalizada penúria” (SINGER, 2000, p. 131) das cooperativas até então existentes. Por outro lado, foi ressaltada mais uma vez pelo autor a necessidade de uma “adesão espontânea” aos “princípios solidários” entre aqueles indivíduos que na sociedade brasileira não se configuram diretamente como o público alvo da política pública:

O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto-emancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma (...) de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia... (SINGER, 2004, p. 112).

Em *Globalização e desemprego* o autor propõe desde a introdução (SINGER, 1999, pp. 7-10) uma abordagem situada entre o que entende como “concepção individualista”, vinculada ao liberalismo e ao neoliberalismo; e “concepção estruturalista”, sob a qual ele agrupa tanto Keynes quanto Marx. Ambos são vistos como “estruturalistas” e todos os “estruturalistas” teriam defendido a planificação da economia através do Estado. A junção seria justificável

porque “embora distintos na origem, estes paradigmas tornaram-se mais próximos um do outro sob a pressão da hegemonia individualista” (Id., Ibid., p. 70).

Ou seja, quando fala em “Marx” e em “marxismo”, Singer está se referindo ao socialismo realmente existente na URSS. Keynes é lembrado por sua experiência de planificação da economia capitalista no Ocidente, especificamente nos trinta anos que se seguiram à II Guerra Mundial. Como se as experiências de planificação de uma economia pós-capitalista no oriente russo e da economia capitalista em alguns países europeus ocidentais fosse uma receita de Marx:

O marxismo propõe o socialismo como modelo de sociedade na qual, em princípio, ninguém é excluído. A proposta original supunha que a plena integração social seria assegurada pela propriedade social de todos os meios de produção e pelo planejamento centralizado da atividade econômica. *O colapso do “socialismo realmente existente” convenceu a maioria dos marxistas que o progresso econômico e os direitos individuais não podem ser garantidos sem liberdade econômica e algum grau de competição de mercado.* Isto significa dizer que o projeto socialista tem que ser redesenhado, tendo como desafio encontrar um caminho que concilie as potencialidades de liberação de um mercado competitivo com os controles institucionais que reduzam sistematicamente a desigualdade e as exclusões sociais (SINGER, 1999, pp. 73-74, grifos nossos).

O terceiro e o quarto artigo do livro são complementares e o autor propõe a comparação entre os conceitos de desigualdade, pobreza e exclusão social sob o que chama de abordagens “estruturalistas” e “individualistas”. Diz não estar procurando “uma síntese” e que, na verdade, quer “testar” ambas (SINGER, 1999, p. 60). Acontece que ele já recortou previamente o que mais lhe interessa entre uma e outra e optou pela ambiguidade. Ele faz bem mais críticas¹⁰⁹ aos “estruturalistas” (Id., Ibid., pp. 70-83) e aponta o neoliberalismo como um consenso pós década de 1980 (Id., Ibid., p. 60). Seu posicionamento sobre o neoliberalismo neste livro pode ser resumido na seguinte passagem:

Os neoliberais almejam restaurar as liberdades individuais, que vêm como postas em perigo pelo estado de bem-estar social, enfatizam a necessidade de alguma igualdade nas condições iniciais das carreiras de vida dos indivíduos, mas negam qualquer legitimidade na demanda por igualdade nos resultados do processo competitivo [...] Nozick tenta mostrar que toda tentativa de tirar dos ricos para dar aos pobres por

¹⁰⁹ “Hoje são as diversas modalidades de estruturalismo – o marxismo e o keynesianismo – que estão em ocaso. Sem crises e guerras mundiais, os fundamentos do Estado previsor e redistribuidor estão sendo derrubados e em lugar uma nova edição do *laissez-faire*, sob o signo da globalização está sendo erigida [...] Na realidade, os que hoje sustentam essas concepções em sua pureza são vistos, corretamente, como radicais e sectários. Eles não servem como guias para a ação prática...” (SINGER, 1999, p. 8).

meio de tributação ou coisa parecida é uma violação da liberdade individual (SINGER, 1999, pp. 68-69).

Quando se refere ao papel do Estado na solução da “exclusão social” (SINGER, 1999, p. 62), como os neoliberais ele enfatiza a necessidade de estabelecer algo como uma “igualdade de oportunidades” para a “liberdade da competição”. O que se daria principalmente por meio de um esforço dirigido ao indivíduo “para dotá-lo de melhor qualificação e/ou mais motivação – ambos como resultado esperado da educação” (Id., 1999, p. 65).

No entanto, entendendo isso como um contraste em relação aos “neoliberais radicais” como Nozick, Singer propõe uma regulação mínima da atividade econômica, especificamente políticas de “redistribuição” da riqueza arrecadada mediante impostos aos “perdedores no jogo do mercado”. Ou seja, contra o discurso neoliberal “extremado” o autor não abre mão da função redistributiva do Estado e atribui sua posição à “perspectiva estruturalista”.

Os individualistas vêem todas as instituições que se propõem a proteger o trabalhador contra os riscos de vida e riscos econômicos como obstáculos para a expansão da atividade econômica e do emprego e, portanto, como fator de agravamento da exclusão social. [...] Os estruturalistas, por outro lado, enxergam o mercado como um jogo econômico que produz vencedores e perdedores, estes últimos candidatos certos a se tornarem párias sociais (Id. Ibid., p. 59)

O tempo todo, ele oscila entre igualdade e liberdade como se fossem polos excludentes. Contra a instituição de uma economia planificada em âmbito nacional, parece concordar com o argumento de que a mesma induziria a um tipo de igualdade que retiraria dos indivíduos a “liberdade de escolha”. Inclusive, da “escolha de ser pobre”, afinal a pobreza é vista como uma “situação relativa, que deve, contudo, ser relacionada com a medida absoluta de um *mínimo*” (1999, p. 61). Relativa porque fora desse “mínimo” (que ele não define exatamente qual é) ser pobre também poderia ser considerado um exercício de “liberdade individual”.

Em *Introdução à Economia Solidária* (SINGER, 2004, p. 93), o autor repete esse posicionamento sobre qual deveria ser a função do Estado no ordenamento econômico, considerando a necessidade de superação da “exclusão social”; e acrescenta:

Se toda a economia fosse solidária, a sociedade seria muito menos desigual. Mas, mesmo que as cooperativas cooperassem entre si, inevitavelmente algumas iriam melhor e outras pior, em função do acaso e das diferenças de habilidade e inclinação das pessoas que a compõem. Haveria portanto empresas ganhadoras e perdedoras. Suas vantagens e desvantagens teriam de

ser periodicamente igualadas para não se tornarem cumulativas, o que exige um poder estatal que redistribua dinheiro dos ganhadores aos perdedores, usando para isso impostos e subsídios e/ou crédito (SINGER, 2004, p. 10)

Esse é seu posicionamento em relação à função do Estado “se toda economia fosse solidária”, mas também foi sua posição diante das políticas neoliberais da década de 1990: “no Brasil, os neoliberais não se opõem a qualquer esquema de tributação redistributiva, mas tentam limitá-lo o quanto possível por motivos mais práticos” (SINGER, 1999, p. 69). Esses motivos “mais práticos” seriam a folha de pagamento dos servidores públicos, considerada empecilho para a redistribuição de renda; e o fato de que uma tributação da renda e da propriedade desencorajaria a acumulação de capital, com isso, a geração de empregos. Por esse motivo os neoliberais brasileiros teriam se concentrado na questão da educação para a “igualdade de oportunidades”, em sua opinião (Id., Ibid., p. 70).

Ao dizer que são “motivos mais práticos” e tomando como referência a “defesa extremada” do individualismo empreendida por Novick, Singer simplesmente assina embaixo do discurso neoliberal baseado na defesa do “Estado mínimo” *para os trabalhadores*. Desta forma, o autor se revela um neoliberal mal disfarçado de socialista. Para além das “boas intenções”, desde a década de 1990, *seu projeto* de uma economia solidária veio se mostrando compatível com o projeto neoliberal no país *conforme suas próprias afirmações*.

Sua pretensão de conciliar óticas excludentes sobre a realidade aparentemente é fruto da ideia de que o conhecimento científico pode ser neutro. Acontece que a ideia de neutralidade do conhecimento tem sido evocada como “camuflagem ideológica enganadora frequentemente praticada em nossos dias por ‘neutros’ defensores pseudo-objetivos da ordem existente”. Ou seja, há tempos consiste em um “estratagema da ideologia dominante”, entre aqueles somados à “força inexorável do Estado, em nome do interesse na perpetuação do domínio do capital” (MÉSZÁROS, 2004, p. 13). Sob este ângulo, é do lado do capital e não do trabalho que Singer *objetivamente* se colocou de forma mais direta em *Globalização e Desemprego*; e um pouco menos direta em *Introdução à Economia Solidária*. Isso, em detrimento de ser um “defensor do cooperativismo popular dentro de uma ótica socialista” no governo federal desde 2003, como acreditam Novaes e Lima Filho (2008).

3.4 Cooperativismo e lutas pelo socialismo sob a perspectiva marxista.

Em Singer, é estabelecido um vínculo entre cooperativas e associações que emergiram no Brasil na década de 1990 com o cooperativismo owenista do século XIX por meio dos princípios do cooperativismo adotados pelos *Pioneiros de Rochdale*, considerada a primeira das grandes cooperativas de consumo. Conforme o autor, ela surgiu em um centro têxtil do norte da Inglaterra em 1844. Fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles owenista (SINGER, 2004, p. 39). Mas, a “fase revolucionária” do cooperativismo owenista teria acontecido antes da fundação de *Rochdale*. Na década de 1830, o movimento sindical na Inglaterra teria estabelecido um vínculo com o owenismo, e Singer conclui que houve a adesão dos trabalhadores a um projeto owenista de sociedade socialista (SINGER, 1998). Com base nisso, ele afirma:

A criação desse tipo de cooperativa, estreitamente ligada à luta de classes conduzida pelos sindicatos, conferia a essa luta uma radicalidade muito maior. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora (sic) salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão (SINGER, 2004, p. 29).

De fato, desde o processo de consolidação do capitalismo como modo de produção emergiram elementos de resistência dos trabalhadores. Entre os mesmos, o cooperativismo dividido entre cooperativas de consumo e de produção. Porém, o cooperativismo foi uma luta marginal, não esteve no centro da luta de classes da mesma forma que os sindicatos e partidos políticos (GERMER, 2006). Singer não pode esconder isso ao apontar a curta “fase revolucionária” do cooperativismo owenista entre as décadas de 1820 e 1830, mas parece empenhado em “reescrever” a história do cooperativismo em sentido inverso.

Para Marx, as cooperativas de produção vinculadas ao movimento sindical (e apenas elas) demonstravam na prática que os próprios trabalhadores poderiam gerir os processos produtivos e o conjunto das relações sociais, prescindindo da exploração dos capitalistas (GERMER, 2006). Porém:

[...] o sistema cooperativista, limitado às formas elementares [no original *zwerghaften*: nanicas] que os escravos assalariados podem desenvolver através dos seus esforços privados, jamais transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social em um sistema abrangente e harmonioso de trabalho livre e cooperativo, são necessárias *mudanças sociais gerais, mudanças nas condições gerais da sociedade*, que só poderão ser realizadas através da transferência do poder organizado da sociedade, isto é,

do poder de Estado, das mãos dos capitalistas e proprietários de terras aos próprios produtores (MARX *apud* GERMER, 2006, p. 9).

Portanto, Marx defendia que o que pode transformar a sociedade capitalista não é o cooperativismo, mas a ação política organizada em torno da abolição da propriedade privada e do controle do Estado. Por meio do conceito “capitalista coletivo”, Germer (2006) busca demonstrar que, através do cooperativismo, são intocadas as contradições centrais da sociedade capitalista: aquelas que dizem respeito ao antagonismo entre capital e trabalho, cuja raiz é a apropriação privada dos meios de produção. Nas cooperativas e associações, a posse dos meios de produção continua privada, só que em nome de um coletivo. Não se dá a sua socialização para o conjunto da classe trabalhadora, isto é, não muda o caráter social da produção.

O que acontece é que, assim como nas sociedades capitalistas por ações, a gestão da produção é separada da propriedade privada dos meios de produção. *Nesse sentido*, tanto faz que sejam capitalistas ou trabalhadores os proprietários. A forma jurídica da propriedade capitalista subordina todas as que dela divergem, por conseguinte, a forma coletiva só poderia se desenvolver em todas as suas potencialidades depois que a forma individual fosse abolida (Id., *Ibid.*).

Acrescentamos que para superestimar o sentido do cooperativismo, foi necessário que Singer superestimasse o sentido da *democracia liberal*. A instituição do sufrágio (não censitário) na primeira metade do século XX na Inglaterra, para o autor, em detrimento dos interesses da burguesia industrial, vem sendo descrita como a maior e a mais inquestionável conquista política da classe trabalhadora nos últimos 200 anos, lembrando que essa afirmação se torna possível através do que chamamos de “método do isolamento”, por meio do qual ele pressupõe a existência de neutralidade ou de uma “democracia proletária”. Quanto ao cooperativismo owenista da década de 1830:

Esta é a origem histórica da economia solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de ‘cooperativismo revolucionário’, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. A figura que sintetizou pensamento e ação nesta fase foi sem dúvida Owen, exemplo acabado de pensador e homem de ação e que inspiraria *os seus sucessores*. *Engels colaborou na imprensa owenista e tanto ele quanto Marx deveram muito a Owen, dívida aliás nunca contestada* (Id., *Ibid.*, p. 35, grifos nossos).

Grifamos essa afirmação feita sobre Marx e Engels (sem indicação bibliográfica) como *sucessores* de Owen porque evidencia a arbitrariedade com que Singer relaciona o

cooperativismo owenista com toda a história das lutas operárias pelo socialismo. Algo que se revela mesmo se retomarmos apenas o que aqui ele omitiu explicitamente, isto é, o que Marx e Engels realmente pensavam sobre o socialismo utópico de Robert Owen, ainda na primeira metade do século XIX.

A terceira parte do *Manifesto Comunista de 1848* traz uma crítica à literatura socialista e comunista da época, dividida entre “socialismo reacionário”; “socialismo conservador ou burguês” e “socialismo e comunismo crítico-utópicos”. Quanto ao último, no qual destacam-se os sistemas de Saint-Simon, Fourier e Robert Owen; os autores do *Manifesto* relacionam com a “forma rudimentar da luta de classes”, ou seja, com “as primeiras tentativas diretas do proletariado para fazer prevalecer seus próprios interesses de classe, feitas numa época de agitação geral, no período da derrubada da sociedade feudal” (MARX; ENGELS, 2010, p. 66).

Apesar do reconhecimento de que foram levantados por essa literatura elementos críticos às bases da sociedade existente, são tecidas duras críticas: é atribuída a ela, tanto quanto ao “estado embrionário” do proletariado – cujo desenvolvimento se vincula ao próprio desenvolvimento da indústria – a razão do fracasso dessas primeiras tentativas em direção ao socialismo. Em boa medida, por preconizar “um ascetismo geral e um grosseiro igualitarismo” (Id., Ibid. p.66), mas, sobretudo, por *rejeitar a toda a ação política, principalmente a ação política revolucionária*. Em lugar da ação política, os utópicos colocaram em primeiro lugar suas “experiências em pequena escala que naturalmente sempre fracassam” (Id., Ibid. p.67).

Para Marx e Engels, esses socialistas já compreendiam o antagonismo de classes *em sua gênese*, mas se colocaram acima dele. Não perceberam, no proletariado, qualquer traço de iniciativa política que lhe fosse peculiar, só conseguiam vê-lo como “a classe mais sofredora”. Também não puderam distinguir, naquele momento, as condições materiais da emancipação do proletariado. No socialismo de cariz marxista, essas condições *necessariamente* passam pela questão da abolição da propriedade privada dos meios de produção e do controle do aparelho estatal pela classe trabalhadora. Assim, os utópicos criaram sistemas que substituíam “as condições históricas da emancipação por condições fantásticas; a organização gradual e espontânea do proletariado em classe por uma organização da sociedade pré-fabricada por eles” (Id., Ibid., p. 66).

A importância do socialismo e do comunismo crítico-utópicos está na razão inversa do seu desenvolvimento histórico. À medida que a luta de classes se acentua e toma formas mais definidas, a fantástica pressa de abstrair-se dela, essa fantástica oposição que lhe é feita, perde qualquer valor prático, qualquer justificação teórica. Por isso, se em muitos aspectos os fundadores desses

sistemas foram revolucionários, as seitas formadas por seus discípulos formam sempre seitas reacionárias. Aferram-se às velhas concepções de seus mestres apesar do desenvolvimento histórico contínuo do proletariado. Procuram, portanto, e nisto são consequentes, atenuar a luta de classes e conciliar os antagonismos (MARX; ENGELS, 2010, p. 67).

Portanto, ao mesmo tempo em que reconhecem que o pensamento de Owen significou um avanço em relação a certas reflexões anteriores sobre a sociedade capitalista, os autores apontam a superação desta perspectiva. Eles criticam o paternalismo de Owen e a ideia de tentar “contornar” os antagonismos de classes na sociedade capitalista por meio da criação de experiências em pequena escala, isto é, de “ilhas cooperativas”.

No capítulo 11 do primeiro volume de *O Capital*, Marx tratou do tema da *cooperação* nos processos de trabalho de modo geral, ou seja, existe cooperação entre os trabalhadores também dentro da empresa capitalista porque a condição primeira para a cooperação é a aglomeração de trabalhadores num determinado local (MARX, 2013, p. 502). Ele critica o fato da direção da cooperação ser alienada de um grupo específico, tanto quanto o fato da direção do trabalho em sociedade estar nas mãos do capital: “um violonista isolado dirige a si mesmo, mas uma orquestra requer um regente. Esta função de direção, supervisão e mediação torna-se função do capital assim que o trabalho a ele submetido se torna cooperativo” (Id., Ibid., p. 504). A observação do micro implica relação dialética com o macro, isto é, não é somente dentro das empresas que o capital dirige a produção.

Não existe a negação de que direção exista também em nível micro, de maneira que a ideia de “autogestão” relacionada ao cooperativismo não pode ser simplesmente descartada. A noção gramsciana de cooperativismo e sindicalismo como “aparelhos privados de hegemonia” é bastante esclarecedora a esse respeito. Mostra a importância de uma direção política em torno de um fim. Do ponto de vista da luta pelo socialismo não existe “neutralidade” possível, nem mesmo com relação aos instrumentos de resistência econômica dos trabalhadores.

Nos *Escritos Políticos*, Gramsci não diferencia sindicalismo e cooperativismo, ambos definidos como “organismos de resistência econômica dos trabalhadores” (GRAMSCI, 1977, Vol. II, p. 295). Quando *não* são conduzidos por um “organismo de luta política” dos trabalhadores no sentido da transformação radical da sociedade, a tendência é a de que sejam incorporados às engrenagens do Estado burguês, especialmente por meio da ação de “reformistas e oportunistas”. São conferidos a esses meios de resistência econômica um caráter de *instrumentos* na luta de classes e, na qualidade de instrumentos, permanecem abertas as oportunidades de serem usados tanto para a manutenção do *status quo* quanto para a ação revolucionária.

Além disso, como forma de coletivismo da classe trabalhadora nascidas da própria condição *elementar* do proletariado em relação à burguesia, em si mesmo o cooperativismo detém tanto quanto o sindicalismo um poder de atuação limitado no que tange os anseios de transformação do capitalismo. Portanto, o que enfatizamos a partir da perspectiva gramsciana sobre a luta pela superação deste modo de produção é a *centralidade da ação política consciente*.

Em um texto de 1918, Gramsci ressalta uma especificidade de Turim em relação às demais cidades italianas, mesmo entre as mais industrializadas: ela estava realmente *polarizada* entre uma burguesia e “um movimento socialista complexo, variado, rico de impulsos...”. Ou seja, além de ser nula a influência dos reformistas e dos “democratas”, havia a presença de proletários já “intelectualmente avançados, já habituados à linguagem da crítica socialista” (Id., 1976, Vol. I, p. 243), diferente, por exemplo, do caso de Milão (Id., 1977, Vol. III, p. 73).

Foi exatamente sob esse contexto, que o autor apontou como “válida ajuda nas lutas sindicais e políticas da classe operária de Turim” (Id., 1976, Vol. I, *nota* p. 74) as atividades desenvolvidas pela *Aliança Cooperativa de Turim*, fundada e inteiramente gerida pelos operários, através da *Associação Geral dos Operários* e da *Cooperativa dos Ferroviários* desde 1899. Na década de 1920, a instituição vinha conquistando um crescente poder comercial e agrupava sociedades de ajuda mútua, centros recreativos, assistência médica e uma tipografia (Id., *Ibid.* Vol. I).

Submetidas à direção política do proletariado – ou seja, vinculadas à um organismo de luta política por meio do qual os trabalhadores estão organizados, no caso, um partido político da classe – as formas de coletivismo do proletariado, a exemplo das cooperativas, funcionam como “organismos de adestramento das capacidades técnicas e administrativas dos trabalhadores” existentes sob a órbita do Estado burguês (Id., 1977, Vol. II, p. 298). Mas, também se configuram como meio de “resistência dos deserdados”:

A liberdade econômica mostrou-se logo doutrina de classe; os instrumentos de produção embora circulando, permaneceram propriedade de uma minoria social; o capitalismo foi, também ele, um privilégio de poucos, que tende a reduzir-se cada vez mais centralizando a riqueza para se subtraírem assim a concorrência do monopólio. A maioria dos deserdados procura então na associação o meio de resistência e de defesa de seus *próprios interesses*. [...] As associações proletárias ensinam os indivíduos a encontrar na solidariedade o maior desenvolvimento *do próprio eu*, das próprias capacidades para a produção.” (Id., 1976, Vol. I, p. 205, grifos nossos)

Gramsci apontou a contradição entre o “individualismo burguês” e o “coletivismo proletário” e o papel das cooperativas no desenvolvimento do último. Ele ressaltou que o próprio coletivismo tem um “*período individualista*”, em que os indivíduos adquirem a capacidade de produzir sem as “pressões do mundo exterior”. Trata-se de um momento no qual os indivíduos reaprendem a trabalhar sem obedecer à lógica capitalista fundada na “concorrência brutal e desenfreada”. A atividade produtiva dos indivíduos se torna mais concreta porque eles adquirem o sentido da própria responsabilidade para com o trabalho, o respeito pelos outros e “a convicção de que a liberdade de todos é a única garantia das liberdades individuais” (Id., Ibid., Vol. I, p. 205). Entretanto, *essas associações ainda se configuram como “indivíduos coletivos” na sociedade capitalista:*

Ao indivíduo capitalista contrapõe-se o indivíduo-associação, ao comerciante a cooperativa; o sindicato torna-se um indivíduo coletivo que renova a livre concorrência, condu-las para formas novas de liberdade e de atividade... (Id., Ibid., Vol. I, p. 206).

A partir da leitura do artigo *Individualismo e Coletivismo*, publicado no primeiro volume dos *Escritos Políticos*, é possível afirmar que esse “período individualista” do coletivismo tem uma finalidade “educativa”, ainda que limitada. Isso porque se desenvolve no sentido de reconciliar os indivíduos com sua atividade produtiva, inclusive, através da negação da forma que as relações interpessoais assumiram sob a hegemonia burguesa. Considerando a ordem burguesa uma ordem social essencialmente individualista, fundada sob o princípio da “livre concorrência”. Gramsci afirma que sob essa fase específica de coletivismo:

A maioria dos indivíduos organiza-se, desenvolve as suas leis próprias de convivência nova, cria competências, cria hábitos de responsabilidade, de desinteresse, de iniciativa sem fins imediatos de lucro pessoal. *Difundem-se assim as condições ideais e morais para o nascimento do coletivismo, para a organização da sociedade:* afirma-se aquela atmosfera moral pela qual o novo regime não é o triunfo dos poltrões e dos irresponsáveis mas seguro progresso histórico, *realização de uma vida superior a todas as já passadas* (Id., Ibid., p. 206, grifos nossos)

Gramsci está refletindo sobre criação de algumas das condições para um estágio posterior ao coletivismo que existe sob o capitalismo, *por assim dizer*, o coletivismo em seu “período coletivista”, inaugurado quando toda a sociedade fosse organizada dessa maneira, isto é, numa sociedade comunista. Nossa última afirmação fundamenta-se, principalmente, na luta política de Gramsci na Itália, em seu vínculo orgânico com o movimento operário e em sua

filiação teórica ao marxismo; e não em “projeções gramscianas para um futuro coletivista”. Vinculada ao comunismo, a superação desse estágio individualista do coletivismo não poderia ser alcançada “por obra do destino” e nem por meio da “luta econômica” fechada em si mesma, e sim mediante a ação política consciente por parte da classe revolucionária.

É uma das particularidades no processo de constituição do capitalismo na Itália o grande poder que a Igreja Católica sempre exerceu com relação ao ordenamento político. Essa é apontada por Gramsci também como uma das razões pelas quais em seu país o capitalismo não se desenvolveu no mesmo ritmo que em outros países europeus, de capitalismo mais adiantado (GRAMSCI, 1976, Vol. I, p. 292). É central para o autor a necessidade de união entre proletários do norte e camponeses do sul na disputa contra o capitalismo. *A questão meridional* se baseia no fato de que em sua época a Itália estava dividida entre um Norte industrializado, onde se destacava a cidade de Turim, e um Sul camponês e subdesenvolvido (GRAMSCI, 1978, Vol. IV, pp. 171-197).

Um fator realmente decisivo para a “dissolução do mito religioso” e a contestação da autoridade da hierarquia eclesiástica diz respeito ao desenvolvimento da ideologia proletária na Itália. Mesmo quando interesses da Igreja ainda podiam triunfar no plano político através de uns poucos indivíduos representativos:

O fator econômico reage poderosamente no conjunto da sociedade italiana; o capitalismo inicia a dissolução das relações tradicionais inerentes à instituição familiar e ao mito religioso. O princípio da autoridade é sacudido pelos alicerces: *a plebe agrícola transforma-se em proletariado e aspira, ainda que confusa e vagamente, à sua independência do mito religioso; a hierarquia eclesiástica, nas suas ordens inferiores, vê-se obrigada a tomar parte na luta de classes que se projeta com cada vez mais intensidade e distinção* (Id., 1976, Vol. I, pp. 293-294, grifos nossos).

A Igreja Católica reagiu ao processo de modernização da sociedade italiana primeiro encarnando uma multiplicidade de interesses econômicos locais para, em seguida, formar um partido político próprio. Dentro da Igreja emergiram tendências “modernistas e democráticas” cujo sentido era o de tentar organizar a sociedade a partir de “questões mundanas” e não mais exatamente através do “mito religioso como consciência difusa que informa dos seus valores todas as atividades e organismos da vida intelectual e coletiva” (Id., 1976, Vol. I, p. 296). Trata-se de um tipo de ação organizativa iniciada quando a Igreja foi privada pelos liberais de seu poder sobre questões públicas e do poder de influir diretamente na gestão do Estado.

Assim, essas novas “correntes reformistas” da Igreja passaram a desempenhar uma ação voltada para organização das massas proletárias, ação que se deu justamente através da fundação de cooperativas, associações de ajuda mútua, bancos de crédito agrário, jornais, escolas, corporações de ofícios, entre outras instituições controladas pela hierarquia eclesiástica (Id., 1976, Vol. I, p. 294; Vol. II, 1977, pp. 53-54).

Seu *locus* de ação se concentrou na província, encarnando múltiplos interesses materiais locais daquela “parte da massa popular italiana que continuava a viver, material e espiritualmente, em pleno regime feudal” (Id., 1977, Vol. II, p. 54). Nessas condições de “atraso histórico”, nesse momento em que as massas saíam de seu isolamento num “movimento de forças elementares”, um ponto positivo merece ser destacado. As referidas instituições católicas puderam representar *a primeira etapa* de desenvolvimento do proletariado italiano através da criação de “pelo menos, a aspiração do associativismo e solidariedade”, num momento em que o socialismo de viés marxista não contava com condições objetivas de fazê-lo (Id., 1977, Vol. II, p. 55).

Dessa discussão se conclui que, mesmo tempo em que Gramsci ressaltou os pontos positivos do coletivismo proletário vinculado à luta política revolucionária, ele foi crítico à instituição de formas coletivismo cuja iniciativa política se concentrava nas mãos de “reformistas e oportunistas” vinculados à hierarquia eclesiástica católica. Pelo menos antes da cisão dentro do PSI e antes da ascensão fascismo, a crítica de Gramsci tinha como alvo principal esse grupo político, em disputa pelo poder de organizar a sociedade na Itália. Sob a iniciativa católica, o papel do *instrumento* que é o cooperativismo, do ponto de vista da classe revolucionária, era o de atenuar a luta de classes no país, o de competir com o movimento operário que estava organizado no Norte.

Ou seja, o cooperativismo e o associativismo aparecem, nos *Escritos Políticos* de Gramsci, como um instrumento usado tanto pelos operários organizados no Norte; quanto por aqueles interessados em retroceder à hegemonia católica na sociedade italiana. O caráter progressista ou reacionário desse instrumento é definido pela direção política ao qual essas formas de coletivismo estão submetidas.

3.5. O discurso da autogestão sob a reestruturação produtiva.

3.5.1. A autogestão como “processo educativo” em Singer.

Em *sentido amplo* a autogestão é a “estrutura básica da sociedade socialista” e consiste em “uma forma democrática de organização de toda a economia, constituída de vários níveis de conselhos e assembleias”, sob este ângulo em contraste com o socialismo realmente existente. Já em *sentido estrito*, a “autogestão refere-se à participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões básicas nas empresas...” (BOTTOMORE, 1988, p. 48). Como “categoria organizacional” ancorada na socialização dos meios de produção *no interior* de empreendimentos econômicos, a autogestão “se manifesta por meio da realização de assembleias gerais dos associados, instauração de comissões de trabalho e na eleição dos dirigentes escolhidos entre os trabalhadores” (DAL RI, 2010, p. xii).

É, portanto, em sentido estrito que Singer entende a autogestão. Mas, o capital até então visto por ele como um *poder pessoal* de repente aparece “diluído” na sociedade capitalista por meio de uma abstrata “formação dos indivíduos para a heterogestão”. A última tem sido abordada também por outros pesquisadores como as relações de trabalho hierarquizadas/burocratizadas características da empresa capitalista, baseadas na divisão entre quem controla e quem é controlado no processo produtivo (em sentido estrito), como é o caso de Dal Ri (2010, p. xii).

Talvez a principal diferença entre economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas. A primeira aplica a heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras (SINGER, 2004, pp. 16-17).

Em Singer a relação entre *autogestão* e *heterogestão* é tão ambígua quanto a relação entre *individualismo* e *solidariedade*, ou entre *neoliberalismo* e *socialismo*. Provavelmente porque, para ele, na sociedade capitalista não existem contradições de fato, existem “realidades paralelas” que se contradizem, mas que podem ser vistas “em seu isolamento”. No entanto, de modo geral, a *autogestão* é posta como um meio de gerenciar o trabalho cujo objetivo não é o lucro, mas uma forma diferente de interação pessoal entre os cooperados se comparada com um “tipo ideal” de empresa capitalista:

Tanto a autogestão como a heterogestão apresentam dificuldades e vantagens, mas seria vão tentar compará-las para descobrir qual delas é a melhor. São duas modalidades de gestão econômica que servem a fins diferentes. A heterogestão parece ser eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas

e lucrativas, que é o que seus donos almejam. A autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários (em termos), que é o que seus sócios precisam” (SINGER, 2004, p. 23).

Até para sobreviverem as cooperativas, como “modo de produção” distinto do capitalismo, devem “competir com ele em seus mercados”, conforme afirma Singer. Assim, *autogestão* e *heterogestão* são vistas como formas distintas de administrar as empresas, só que não são opostas de forma radical, aparentemente se complementam em proveito da “racionalização” do processo produtivo (SINGER, 2004, pp. 16-17).

Recorremos a outros autores da economia solidária que explicam de forma *relativamente* mais clara a relação entre “competição” e “solidariedade” por meio da ideia da construção de uma “outra economia” sob o capitalismo. Coraggio (2007, 2008), por exemplo, também entende que hoje trabalhadores excluídos, precarizados e fragmentados como classe estão “reagindo contra o capitalismo” através da “solidariedade”, o que não significa que exista um outro modo de produção sob o capitalismo.

A solidariedade é vista como uma “construção histórica” que existe *internamente* a certos empreendimentos¹¹⁰, em maior ou menor grau. Mesmo assim, *externamente* – isto é, em sua relação com outros empreendimentos da economia solidária ou não – os mesmos podem e, de modo geral, *devem* ser “muito pouco solidários”, ou seja: competitivos. Sob esse entendimento, uma cooperativa pode participar da “competição egoísta do mercado” até o limite em que não prejudique a busca pela “melhor qualidade de vida” para seus membros. Assim, seus trabalhadores estariam “lutando contra as forças do mercado”, “lutando contra a hegemonia de uma cultura do capital” (CORAGGIO, 2007).

O que as pesquisas de Gaiger (2003, 2013) vêm tentando demonstrar é que a convivência de uma “lógica da solidariedade” uma “lógica do cálculo” – a primeira vinculada à economia solidária e a segunda à “racionalidade” econômica sob o capitalismo – não são apenas compatíveis como também necessárias à sobrevivência dos empreendimentos “autogeridos” pelos trabalhadores. A “solidariedade” seria um fator tão fundamental quanto à “lógica do cálculo” *dentro* dos empreendimentos.

¹¹⁰ “Quando falamos em empreendimento, estamos falando em obtenção e organização de recursos a fim de se conseguir uma entrada de receitas, ou um determinado resultado. (CORAGGIO, 2007, p. 70). Uma característica desses empreendimentos na Argentina é a de a maioria de seus membros já tinham, antes de se associarem, uma relação entre si. E, “Isto quer dizer que, nas periferias de nossos países, apesar de tudo, a economia capitalista não conseguiu desencaixar a economia da sociedade.” (Id., Ibid., p. 71)

A defesa de uma articulação entre tais “princípios” está presente na própria política pública. Por exemplo, o Banco Central regula as atividades das cooperativas de crédito e estipula metas financeiras, como a ampliação progressiva do capital social, do número de cooperados, da poupança, etc. Segundo o Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário – ECOSOL, as cooperativas de crédito da economia solidária devem atuar combinando “seus princípios solidários” com o da rentabilidade, estipulado pelo BC, sob pena de perderem seu apoio (GONÇALVES, 2008, p. 136)

A postura “solidária” ou “individualista” de uma pessoa também é definida através da ambiguidade em Singer. Por exemplo, em *Uma Utopia Militante* o autor diz que a “formação para o individualismo” é constantemente “reafirmada pela propaganda comercial e negada pelas homilias da religião, reafirmada pela cultura do consumo e do prazer e negada pela cultura da responsabilidade pelo próximo” (SINGER, 1998, pp. 130-131). Em *Introdução à Economia Solidária* foram *insinuados* apenas o papel da educação formal e da família patriarcal como veículos do que ele chama de “carga alienante” na formação do indivíduo. No entanto, seria a formação do indivíduo o maior obstáculo à autogestão, a maior ameaça à continuidade das experiências de economia solidária. Ameaça que se tornaria evidente sob a forma de *preguiça* dos sócios em discutir democraticamente:

O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral não é a direção da cooperativa que sonega informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles (SINGER, 2004, p. 19).

Assim como Bernstein (LUXEMBURGO, 2010, p. 84), Singer identifica os casos de “degeneração” ou de fim prematuro das cooperativas como um problema de disciplina dos cooperados, mas faz críticas ao autor do revisionismo pelo fato dele “defender a gestão capitalista”. Na verdade, a discussão começa com uma frase atribuída à Beatrice Webb, ela disse que o destino das cooperativas era de sucumbirem ou, em caso de sucesso, de virarem empresas capitalistas. Bernstein teria concordado e acrescentado que conforme as cooperativas vão crescendo e se tornando mais complexas, a presumida subordinação cotidiana *dos dirigentes aos dirigidos* dentro dos empreendimentos autogeridos se torna impraticável (SINGER, 2000, p. 16).

Assim, Singer entende que, para Bernstein, o modelo de gestão ideal é aquele que caracteriza as empresas capitalistas, diz que ele aceitou como óbvio que as decisões tenham que

ser tomadas por gerentes. Mesmo a pretensão de que esses gerentes possam ser colocados e retirados dessa posição por obra dos dirigidos teria sido vista como mero “capricho” por Bernstein. Entretanto, Singer não se esforça por contradizer aqui a afirmação de que essa “subordinação dos dirigentes aos dirigidos” se torna impraticável com o crescimento das cooperativas. Em outro texto ele chegou a atribuir os atuais “problemas de Mondragón” (sem de fato explicar quais são) ao seu “gigantismo e burocratismo” (SINGER, 2004, p. 105).

Além disso, Singer converge de alguma forma com Bernstein¹¹¹, apesar de negar a ação política da classe trabalhadora por meio de partidos políticos. A semelhança é com relação à ideia de instituição do socialismo por meio do cooperativismo. Conforme a crítica de Luxemburgo (2010) feita à Bernstein e ao programa da socialdemocracia alemã:

Para a sua luta prática, decorre (...) a conclusão geral de que não deve a socialdemocracia dirigir sua atividade no sentido da conquista do poder político, mas da melhoria da situação da classe operária, e da instituição do socialismo (...) por meio da extensão progressiva do controle social e aplicação gradual do princípio da cooperação (LUXEMBURGO, 2010, p. 22)

Além do cooperativismo, Bernstein pensou na instituição do socialismo por meio da ampliação do “controle social”, que seria promovido por meio da luta sindical por reformas no capitalismo. Por exemplo, a legislação operária foi vista pelo revisionista como uma forma de “controle social”, e ele acreditava que tal controle poderia se expandir até o ponto de o Estado vir a existir em função das demandas da sociedade em seu conjunto (LUXEMBURGO, 2010, 51).

As cooperativas, em especial de produção, foram definidas por Luxemburgo (2010, pp. 83-84) como “um ser híbrido dentro da economia capitalista”. A condição de existência da empresa capitalista é o atendimento das necessidades do capital por meio da concorrência com outras empresas. Ou seja, na economia capitalista “a troca domina a produção” e faz da “exploração impiedosa” uma condição de existência da empresa. Dentro das cooperativas os trabalhadores desempenham também o papel do capitalista. Para enfrentar a concorrência, é provável que eles precisem recorrer aos tradicionais métodos de acentuada exploração do

¹¹¹ Em linhas gerais o projeto de Bernstein guarda semelhanças com dois objetivos postos na “Carta Aberta” publicada por F. Lassalle em 1863 na Alemanha: a) o sufrágio universal como forma de “democratizar o Estado”; b) o Estado poderia ser um participante da mudança social ao conceder crédito para as cooperativas de trabalhadores, vistas como um meio de “socializar a Economia” (BOTTOMORE, 1988, p. 335).

trabalho. Assim, diante do imperativo da concorrência ou uma cooperativa morre ou vira empresa capitalista.

Singer cita exatamente o trecho do livro em que a autora expõe essa argumentação¹¹² para afirmar que a resposta de Rosa Luxemburgo à Bernstein compartilha do mesmo pressuposto de que não é possível a subordinação dos dirigentes aos dirigidos, para colocar ambos os autores “no mesmo saco”. De fato, Singer parece não ter entendido a argumentação de Luxemburgo e é possível que seja porque para ele não existe relação dialética entre as partes e o todo, entre cooperativas e a totalidade das relações sociais de produção sob o capitalismo. Ele conclui:

A argumentação de Rosa Luxemburg é mais antagonista à gestão capitalista [em relação à argumentação de Bernstein], mas não é consistente. *Ela desconhece ou despreza a resistência que os trabalhadores oferecem ao absolutismo do capital e que limita as arbitrariedades que este tenta praticar.* Já na época em que ela escrevia (1899), os trabalhadores estavam organizados nas fábricas e tinham capacidade de se opor à intensificação do trabalho e a alterações unilaterais da jornada de trabalho. Se as condições de trabalho na fábrica capitalista eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite *se auto-explorar menos*, além disso, os cooperados têm a *liberdade de escolher quando e como trabalhar* para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção (SINGER, 2000, p. 17, grifos nossos)

Não retomaremos aqui a trajetória política de Luxemburgo junto ao movimento operário ou sua posição em relação ao conceito de “aristocracia operária”. Em si mesma, a crítica de Singer demonstra que, obcecado pela “superação do patrão”, ele é capaz de abrir mão da superação do capitalismo. Assim como concluiu em 1987 que a solução para o antagonismo entre capital e trabalho estava na “desalienação” de grupos de trabalhadores em relação aos meios de produção cuja propriedade se concentrava nas mãos dos patrões (SINGER, 1987, p. 74); mais tarde ele concluiu que a solução não só para desemprego em massa, como também

¹¹² “Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, da completa dominação do processo de produção pelos interesses do capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou de atirá-la na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. *Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel do patrão capitalista. É desta contradição que morre a cooperativa de produção, quer pela volta à empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução*”. (LUXEMBURGO *apud* SINGER, 2000, p. 17).

para a “superação” do capitalismo estaria na economia solidária como estratégia de difusão gradativa da “*associação* entre iguais em vez do *contrato* entre desiguais” (SINGER, 2004, p. 9). De maneira que ele pressupõe também a neutralidade dos instrumentos jurídicos existentes sob o capitalismo.

Considerando a competição das cooperativas no mercado capitalista, segundo Singer, a vantagem do “modo solidário de produção” não é a obtenção de lucro e nem a criação de “forças produtivas novas”, o que significa estritamente “desenvolvimento tecnológico”. Acrescenta ele: “é possível que no futuro tais forças produtivas surjam, mas não dá para desenvolver um projeto de revolução social socialista a partir desta hipótese” (SINGER, 1998, p. 129).

Sua hipótese é, então: “o que a experiência comprova é que as cooperativas, tomando todas em conjunto, apresentam vantagens comparativas em relação às empresas capitalistas”, estas vantagens tomam a forma de “desalienação” de consumidores e trabalhadores (Id., Ibid. pp. 129-130). O que ele chama de “desalienação” agora está vinculado a uma atividade educativa:

O espírito cooperativista ou a consciência socialista não surge espontaneamente. O anseio pela desalienação pressupõe que as pessoas estejam informadas de que estão alienadas da maioria das decisões que afetam suas vidas e dos seus dependentes. Esta é sem dúvida a primeira grande tarefa de uma educação para o cooperativismo ou para o socialismo. Despertada a consciência da alienação (assim como da exploração etc.) *é preciso educar o jovem para competir não só individual, mas coletivamente*, mediante participação ativa em cooperativas, sindicatos, centros estudantis, partidos políticos (SINGER, 1998, p. 131, grifos nossos).

Diferente do marxismo, aqui “desalienação” significa estritamente a possibilidade de um indivíduo “*participar nas discussões e negociações sobre questões de seu interesse*”, dentro das cooperativas. O autor acrescenta que “obviamente não se trata de uma vantagem competitiva, como seria uma tecnologia superior”. No entanto, a “predisposição” em participar de decisões desse tipo “não é comum na cultura capitalista; ela aparece como peculiaridade de uma classe específica de agentes econômicos – os empresários” (SINGER, 1998, pp. 130-131, grifos do autor).

O autor afirma que, ao contrário do “espírito cooperativista”, que precisa ser cultivado entre “as pessoas comuns” condicionadas a “aceitar passivamente que os outros, em posição de mando ou responsabilidade, tomem decisões cruciais para elas”; o “espírito empresarial” surgiu “espontaneamente” no empresário. Concluindo que “o desejo de participar, que é a forma

concreta do anseio pela desalienação, normalmente não é despertado e é frequentemente reprimido” (Id., Ibid., pp. 130-131).

Sua crítica à competitividade na economia capitalista é reduzida ao fato de que “*os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras*” (Id. 2004, p. 8, grifos do autor). Isso explicaria a desigualdade crescente sob o capitalismo, de maneira que para extirpá-la “seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deviam cooperar entre si ao invés de competir” (Id., Ibid., p. 9). O que não fica claro é se ele está falando de indivíduos singulares ou unidades de produção.

Quanto fala das “tarefas educativas” da economia solidária, não se trata de substituir a “competitividade” pela “solidariedade”, mas de encontrar um modo de “equilibrá-las” através da formação para o cooperativismo e da “atuação democrática” dos indivíduos nas cooperativas. É precisamente quando surgem as primeiras dificuldades em se manter os tais princípios do cooperativismo em vigor dentro dos empreendimentos, que o antagonismo entre patrão e empregado cede lugar ao antagonismo entre “autogestão” e “heterogestão” como formas de sociabilidade.

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. *Acontece que, até agora, grande parte dos cooperadores se insere na economia solidária enquanto modo de produção intersticial (...), ou seja, para se reinserir à produção social e escapar da pobreza* (SINGER, 2004, p. 21, grifos nossos)

Desta forma, a importância da autogestão é definida em termos de formação de grupos de autoajuda para o aprimoramento das capacidades individuais de cada membro. Acontece que, conforme o autor reiteradamente vem repetindo, o surgimento da economia solidária foi favorecido pelo aumento do desemprego. Ele aponta que quando as cooperativas são formadas por pessoas que perderam seus empregos ou estavam sob a ameaça de perdê-los, é constituído um obstáculo ao desenvolvimento da autogestão porque esses indivíduos não “questionam o autoritarismo” existente na sociedade capitalista, só procuram uma forma de sobreviver (SINGER, 2004, p. 23).

O problema está no indivíduo e nunca na realidade social na qual se quer implantar o sonho de um futuro sem os antagonismos entre patrão e empregado. Aparentemente, o autor se

perde em círculos viciosos: as cooperativas solidárias não vingam porque os cooperados não têm a educação necessária, mas para adquirir a educação necessária é preciso que essas cooperativas vingam. A economia solidária “ressurgiu” em meio ao aumento do desemprego, mas os empreendimentos solidários “degeneram” ou morrem porque grande parte dos indivíduos os integram só por estarem desempregados.

Entretanto, ele também destacou o papel de uma formação continuada em autogestão oferecida por múltiplas instituições. Diz que, quem “reinventou” a economia solidária na década de 1990 foram entidades vinculadas à Igreja Católica e outras instituições religiosas, sindicatos e universidades que difundiram os princípios do cooperativismo entre os desempregados, ofereceram treinamento, acompanharam o desenvolvimento das cooperativas, etc. (Id., 2004, pp. 112-113).

Existe ainda uma parte dos envolvidos em experiências cooperativistas que já tinham uma formação política prévia, e “entre as empresas solidárias, a autogestão se pratica tanto mais autenticamente quanto mais sócios são militantes sindicais, políticos e religiosos”. O envolvimento dos cooperados em “lutas emancipatórias” através de “greves, manifestações de protesto, reuniões de comunidades eclesiais de base, ocupações de terra visando à reforma agrária” é considerado fundamental para “sacudir a carga alienante” da “formação para a heterogestão” (SINGER, 2004, p. 22).

A economia solidária é um fenômeno bastante heterogêneo, mas pelo menos quanto à sua orientação política é possível destacar *por intermédio do discurso de Singer* dois grupos distintos: a) um grande grupo de desempregados que se dedicam a essas atividades enquanto espera pela oportunidade de conseguir um emprego formal e cuja orientação política tem sido um obstáculo à autogestão; b) uma parcela de membros de associações e cooperativas vinculados a certos movimentos sociais, empenhados em “lutas emancipatórias”.

Aparentemente, em Singer a “autogestão” é uma prática “educativa” em si mesma. Mas ele não apresenta reflexão alguma sobre a educação ligada à questão da “autogestão” do trabalho nem nesse sentido. A julgar pelos textos selecionados, ele não procurou se aprofundar na questão dos elementos que contribuem para uma “educação errada” (termos que usa ao explicar o princípio owenista do empenho na educação); tampouco refletiu sobre o que é a “educação certa”. Isso, apesar de nos mesmos textos atribuir a uma “formação para a heterogestão” a razão para a dissolução ou “degeneração” das cooperativas; apesar de já ter apontado que o “potencial revolucionário” da economia solidária está vinculado ao princípio owenista do “empenho na educação” (SINGER, 2004, p. 42); e apesar de concordar com os

neoliberais quando colocam a educação como um elemento capaz de garantir “igualdade de oportunidades” aos indivíduos sob o capitalismo (SINGER, 1999, p. 70).

3.5.2. Novas formas de gestão do trabalho na empresa capitalista.

Muito longe de tirar conclusões, este tópico tem por fim levantar questões relacionadas ao discurso sobre a *autogestão* quando entendida como forma de eliminar alguns aspectos da exploração do capital sobre o trabalho no interior de determinados empreendimentos econômicos hoje (DAL RI, 2010, p. xii). Levantamos, por conseguinte, questões sobre a relação entre *administração científica; programas de engajamento estimulado e autogestão do trabalho* contemporaneamente.

Ao lado da precarização do trabalho, existe outra tendência importante que pode ser observada junto aos trabalhadores formalmente contratados desde o início da reestruturação produtiva do capitalismo. Dentro das empresas foram adotados novos métodos de gestão da produção e a inserção de novas tecnologias que reorganizaram os processos de trabalho, inclusive, como resposta do capital à rejeição dos trabalhadores ao “trabalho esmigalhado” desenvolvido durante a hegemonia do padrão taylorista/fordista de produção:

A resistência – absentismo, boicotes, greves “selvagens”, espírito à deriva – e a acirrada competição pelos mercados nacionais e internacionais justificam os altos dispêndios com os estratagemas gerenciais que buscam, para além da adaptação psicofísica do operário ao ritmo da esteira, o envolvimento “espiritual e mental” (engajamento estimulado) dos proletários com o trabalho alienado e fragmentado. Os trabalhadores precisam ser participativos, leais e motivados, ou seja, escravos contentes (SILVA, 2011, p.53).

O “padrão toyotista” de produção só aparentemente forjou o envolvimento operário mais através da cooptação do que da coerção, uma vez que a redefinição da forma de exploração do trabalho está aliada ao retrocesso das conquistas trabalhistas e à coerção direta do mercado sobre a subjetividade humana (SILVA, 2011). Desde a sua origem, o capitalismo pressupõe a *subsunção* da subjetividade do trabalhador à lógica da produção mas, neste momento:

O que muda é a forma de implicação do elemento subjetivo na produção do capital, que, sob o taylorismo/fordismo, ainda era meramente formal e com o

toyotismo tende a ser real, com o capital buscando capturar a subjetividade operária de modo integral (ANTUNES; ALVES, 2004. p. 344).

Além desse processo de “captura da subjetividade” do trabalhador, seu engajamento aos objetivos do capital é estimulado ainda por meio da divisão entre trabalhadores estáveis e terceirizados e, em última instância, da permanente ameaça de desemprego (ALVES, 2002; MARCELINO, 2008).

Assim, o *elemento subjetivo* na produção tem sido considerado em sua relação com a inserção da ideologia toyotista como nova forma de envolvimento operário. Segundo Alves (2002), desde o Governo Collor a reestruturação produtiva no Brasil esteve voltada para uma aproximação dos paradigmas internacionais de eficiência operacional, produtividade e competitividade, e foi privilegiada pelo neoliberalismo a alocação de recursos, através do BNDES, no que o autor chama de “toyotismo sistêmico” na modernização das empresas. O último consiste na “racionalização organizacional de *toda a empresa* segundo os dispositivos toyotistas, com programas de qualidade total, ênfase no envolvimento estimulado da força de trabalho” entre outros elementos (ALVES, 2002, p. 75).

O toyotismo não é exatamente um padrão de produção e de gestão da força de trabalho dominante no Brasil, mas seu ideário e sua pragmática teve repercussões importantes no país, onde passou a mesclar-se com outras vias de racionalização do trabalho e ganhou força na década de 1990. A adoção da *lean production* (produção enxuta, fábrica mínima), por exemplo, pode ser uma das chaves para entendermos o aumento da criação de pequenos negócios¹¹³, entre os quais podem estar cooperativas destinadas exclusivamente a atender as demandas geradas por alguma grande empresa que resolveu fragmentar suas atividades em busca de maior competitividade com outras.

O toyotismo tem sua gênese no Japão, na década de 1940, e é tido como a mais expressiva experiência produtiva forjada no contexto de reestruturação do capitalismo a partir da década de 1970. Durante a hegemonia do fordismo, o nexos da hegemonia do capital se estendia à sociedade, ou seja, eram feitas promessas de inclusão social por meio do consumo

¹¹³ Conforme estudo feito pelo IBGE, as micro e pequenas empresas do setor de comércio e serviços têm sido abordadas desde a década de 1980 como uma alternativa de trabalho formal ou não para a “mão-de-obra excedente” no país. Este segmento que ocupava em 1985 cerca de 3,5 milhões de pessoas, o que representava cerca de 50,7% da mão-de-obra ocupada, passou a ocupar em 2001 cerca de 7,3 milhões de pessoas, mais que o dobro do número de pessoas ocupadas, em 1985, representando 60,8% da mão-de-obra ocupada neste segmento. Fonte: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/microempresa2001.pdf>>. Consultado em 03/07/2012. E, de 2002 à 2012, O Brasil registrou um aumento de 1,9 milhão na quantidade de micro e pequenas empresas. Fonte: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas>> Consultado em 12/06/2012.

de massas ao mesmo tempo em que se tinha nos países centrais a base de sustentação das políticas keynesianas no atendimento aos direitos sociais. Algo que o neoliberalismo tende a negar principalmente por meio do apelo à “livre concorrência” (MARCELINO, 2008, p. 137).

Sob o fordismo, buscava-se uma racionalização da própria sociedade e o consentimento operário dentro da fábrica era apenas formal. Considerando o toyotismo, essa busca de racionalização se restringe à esfera intrafábrica. Daí, o capital recompõe um consentimento real do trabalhador através de protocolos organizacionais e institucionais. Desta forma, nunca foi tão fundamental a “participação ativa da inteligência”, da criatividade e da iniciativa dos trabalhadores no interior das empresas (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 344).

Entretanto, pesquisadores da economia solidária argumentam que a adoção de práticas toyotistas/flexíveis de organização da produção no Brasil atingiram especialmente os trabalhadores especializados, estáveis e ainda formalmente inseridos num sistema de proteção social, categoria presente em número reduzido nos países de industrialização tardia. Além disso, não substituíram e sim passaram a conviver com práticas tipicamente tayloristas nas empresas. Essas práticas “tipicamente tayloristas”, abrangem principalmente o grande contingente de trabalhadores precarizados/não especializados (CASTRO; NOVAES, 2010).

Esse argumento é importante na medida em que a economia solidária tem sido apontada por pesquisadores de várias vertentes como crítica à “heterogestão”, ou seja, às relações de trabalho hierarquizadas/burocratizadas características da empresa capitalista. Mas a descrição da *heterogestão* quase sempre remete à *administração científica do trabalho*. Desta forma, trata das relações de trabalho baseadas na divisão entre quem controla e quem é controlado no processo produtivo *no interior* dos empreendimentos econômicos tradicionais. Contrariamente, a “autogestão” reportaria a uma situação: “em que os trabalhadores associam-se em unidades de produção independentes, para realizar o trabalho de forma autônoma, suprimindo, portanto, os aspectos mais acentuados da exploração e da subordinação capitalistas do trabalho” (DAL RI, 2010, p. xii).

É necessário questionar se entre esses “aspectos mais acentuados da subordinação” do *indivíduo* a serem suprimidos por meio da economia solidária já não estão entre aqueles que estão sendo questionados por meio da própria racionalização da produção através do que aqui genericamente chamamos de *toyotismo*, considerando principalmente os métodos de engajamento estimulado do trabalhador aos objetivos da empresa capitalista.

Por meio da gestão taylorista, isto é, da *administração científica do trabalho*, o trabalhador é obrigado a repetir indeterminadas vezes tarefas fragmentadas, ampliando-se a

distância entre ele e o que ele produz. O trabalhador não reflete sobre sua atividade, apenas cumpre ordens de indivíduos hierarquicamente situados em posição superior. Hoje se mantém em maior ou menor grau dentro das empresas uma divisão do trabalho baseada nessa divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Por outro lado, vem sendo exigido através dos programas toyotistas de *engajamento estimulado* – sobretudo dos trabalhadores especializados – um maior grau de “multifuncionalidade”, “proatividade”, “espírito de equipe”, entre outras exigências que se relacionam com a ideologia do “vestir a camisa da empresa”.

Entre os pesquisadores da economia solidária há argumentos de que a diferença entre os “programas de engajamento toyotistas” e a “autogestão popular” reside no caráter pedagógico/transformador da prática de autogestão. Nas palavras de Castro e Novaes (2011, p. 143): “a pedagogia da autogestão traz embutida em si um tipo de participação e engajamento do trabalhador de uma forma, natureza e com objetivos totalmente distintos da educação toyotistas”. Por exemplo:

Na autogestão, os trabalhadores passam a questionar o abismo dos salários e a necessidade de sua superação – aquilo que Marx chamou de “abolição do sistema salarial”, a necessidade de unificar as lutas sociais, a superação da divisão entre os que mandam e executam, a necessidade de rodízios para evitar a burocratização, a necessidade de controle da totalidade da produção e da distribuição através do planejamento democrático da produção, além de uma produção voltada para a satisfação das necessidades humanas (CASTRO; NOVAES, 2011, p. 143)

Trata-se de um conjunto de princípios e não de uma tendência. Se existisse tal tendência, talvez hoje ela só pudesse ser confirmada por meio da conjugação de uma multiplicidade de pesquisas junto aos trabalhadores da economia solidária, pesquisas feitas dentro de empreendimentos existentes e nas quais cada um deles é tomado em sua singularidade, muito mais do que por intermédio de uma leitura da organização nacional em torno do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, por exemplo.

Além disso, nem mesmo Singer deixou de observar que existem muitas dificuldades de se “praticar a autogestão” nos empreendimentos de economia solidária. Ponderamos que a intenção de Castro e Novaes (2011), no trecho citado, é a de comparar os *processos educativos* destinados ao “engajamento estimulado” dos trabalhadores aos objetivos das empresas, em oposição a uma “educação popular para a autogestão”, cujos objetivos estariam muito além dos objetivos do capital e, como os autores mesmos dizem: eles estão *em busca* de “uma pedagogia

da produção associada”. Nossa pergunta é bem simples: será que os “objetivos da produção associada” estão hoje muito além dos “objetivos do capital”?

Essa dúvida tem fundamento na discussão sobre a subordinação dos interesses do trabalho aos interesses do capital diante da reconfiguração contemporânea das formas de exploração do trabalho. Será que “capturar a subjetividade do trabalhador de forma integral” significa apenas a *subsunção* do trabalho ao capital *dentro* das empresas capitalistas? Não implica também a difusão de ideologias que pregam uma “autonomia do trabalho”, o “fim do patrão”, entre outras mistificações da realidade em benefício da “acumulação flexível”?

Além disso, novos métodos de gestão do trabalho *no sentido do estímulo ao “trabalho em equipe”* não atingiram apenas trabalhadores especializados, mais ou menos estáveis ou com vínculo empregatício direto com a empresa para qual efetivamente trabalham. Exemplo está no que Braga chama de “infotaylorismo”, no qual se concentra boa parte do *precariado* urbano.

Dentro dos *call centers* há um curto ciclo (por volta de 2 anos) ao qual os trabalhadores estão submetidos. Apesar de não qualificados, com baixos salários e de serem um seguimento da classe trabalhadora sob o qual incide uma intensificação da exploração “é usual observarmos equipes formadas pela empresa contratante atuando junto às operações e especializadas em promover atividades motivacionais”. Outra característica importante do “ciclo útil” pelo qual o *teleoperador* passa antes de perder a motivação e/ou adoecer e ser substituído “diz respeito ao trabalho em equipe, predominante no setor, e que se impõe como uma necessidade do sistema de metas. Assim, existem metas individuais, do grupo e de toda a operação”. O que incide diretamente sobre o salário do teleoperador e o que comprova a tendência de “reforçar a solidariedade no interior do grupo de trabalho, emulando o trabalhador”. A pesquisa de campo de Braga ressaltou ainda a importância dos vínculos de amizade estabelecidos entre os teleoperadores “tanto para o sucesso das metas quanto para o desejo de permanecer na empresa ou na mesma operação” (BRAGA, 2015, p. 194).

Não estamos comparando o “infotaylorismo” com os chamados empreendimentos econômicos solidários. O que estamos tentando dizer é que evocar a “solidariedade” entre os trabalhadores dentro dos empreendimentos econômicos não pode desconsiderar que mesmo o capital vem usando de certos instrumentos para a acentuação da exploração, ainda que relacionando tais instrumentos com uma alta taxa rotatividade no trabalho. Quando se trata da transformação da sociedade, nem mesmo a “solidariedade” é um fim em si. Desvinculada de objetivos políticos bem definidos, ela se torna mero instrumento do capital e por si só não é capaz de estabelecer a unificação das lutas dos trabalhadores.

Conforme a pesquisa de Braga, não foi por causa das relações interpessoais dentro das empresas que os teleoperadores recentemente começaram a buscar os sindicatos, mas pelas próprias características desse trabalho barato, ou seja, “o aprofundamento da experiência com o regime de trabalho despótico da indústria do *call center* promove não apenas comportamentos críticos em relação às empresas, como também desenvolve formas embrionárias de consciência de classe que são elaboradas pelos sindicatos (BRAGA, 2015, p. 35-36). Desta forma, o autor destaca a atuação do Sindicato dos Trabalhadores de Telemarketing – SINTRATEL/SP e diz que houve um aumento de greves que envolvem este setor de dez anos para cá.

A questão primordial levantada neste tópico considera, por exemplo, o PL 4330/2004, no Brasil, e a ideia de ampliar as atividades terceirizadas pelas grandes empresas. Considerando o interesse do capital na terceirização, os empreendimentos “sem patrão” não casam perfeitamente com as “empresas sem empregados”? Diante disso, objetivamente qual é o papel da *autogestão* – como prática educativa *em si mesma* – tanto do ponto de vista do trabalho quanto do capital?

3.5.3. A deslegitimação da luta de classes.

Não existe um projeto único em relação ao trabalho associado no Brasil. Nos arriscamos a dizer que não existe um projeto único nem mesmo em relação à economia solidária. A última vem sendo chamada de “novo cooperativismo” porque seria diferente do “cooperativismo tradicional”, como aquele desenvolvido através de organizações patronais. Essas organizações estão reunidas sob a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, cujo total de associados passou dos 10 milhões em 2011 (divididos em 6.586 cooperativas).

Só o fato do setor agropecuário figurar como o maior entre os que a OCB abrange, seguido dos setores de crédito e de transporte¹¹⁴, já denuncia: trata-se de um tipo de “cooperativismo” vinculado ao *agronegócio*, historicamente calcado no monopólio da terra, na superexploração do trabalho e na produção de produtos primários para exportação. A OCB vem se colocando como uma das principais adversárias políticas dos partidários da economia solidária, na medida em que “freia a criação de novas entidades representativas do cooperativismo popular” (NOVAES, LIMA FILHO, 2008, p. 10).

¹¹⁴ Fonte:

<http://www.brasilcooperativo.coop.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro____2011.pdf> Consultado em 18/06/2012.

Além das cooperativas patronais, é preciso mencionar também que na década de 1990 se deu a criação de inúmeras cooperativas “fraudulentas”, as “cooperfraudes” ou “coopergatos”. São assim denominadas através da constatação de que foram criadas por parte de ex-patrões ou ex-empregados de empresas que resolveram terceirizar suas atividades. São muitos os exemplos, entre eles citamos o estudo realizado junto a 11 cooperativas do setor de confecção do Estado de Santa Catarina criadas entre 1996 e 1998. Lins (2001) concluiu que elas surgiram porque a reestruturação produtiva do capitalismo acirrou a competição entre as empresas que, para manterem suas taxas de lucro e condições de concorrência, diminuíram drasticamente os postos de trabalho. Empregando mulheres sem perspectivas de inserção no mercado formal de trabalho assalariado. Nove dessas cooperativas tinham como únicos clientes indústrias que lhes transferiam parte do processo produtivo.

Quando tratamos do cooperativismo como movimento funcional à reestruturação produtiva do capitalismo, entre as cooperativas que não poderiam ser definidas como “fraudulentas” é possível citar o exemplo das cooperativas de reciclagem formadas – em alguns casos, até com apoio de prefeituras locais – por um contingente de indivíduos que está abaixo da linha da pobreza, por meio das quais a indústria se apodera dos resultados do trabalho pagando o mínimo necessário à subsistência dos catadores (LAYRARGUES, 2002). Tendo em vista tais exemplos, defende-se que as iniciativas de economia solidária não devem permanecer voltadas apenas para a atividade econômica: “esse seria seu maior equívoco e é o ideal para o sistema, que cria as crises e joga os custos para os trabalhadores pagarem.” (CHRISTOFFOLI, 2010, p.32).

Para além da questão da especificidade ou não da economia solidária em relação ao cooperativismo de modo geral, o cooperativismo pode se revelar como elemento funcional ao aprofundamento da exploração do trabalho principalmente através da *deslegitimação da luta de classes*. Essa deslegitimação fica explícita na conceituação de Singer, e em relação às duas outras vertentes de pensamento sobre o tema, a sua ideia de “uma outra economia” que estaria se desenvolvendo sob o capitalismo é a mais nociva, precisamente por colocar a economia solidária como o caminho para o socialismo.

Fora Robert Owen, “exemplo acabado de pensador e homem de ação” (SINGER, 2004, p. 35); Singer demonstra muita admiração pelo padre Arizmendi, como ficou conhecido. Ele “influenciou” não só a criação da Ulgor, primeira cooperativa na região de Mondragón, como algumas das principais decisões que contribuíram para seu desdobramento em um gigantesco complexo. Foi o responsável pela fundação do banco cooperativo, contra a resistência dos

dirigentes da Ulgor (Id., Ibid., p.100). Por sua insistência também foi criado um centro de pesquisa tecnológica na década de 1970 (Id., Ibid., p. 103). Na verdade, pela descrição de Singer, o padre tomava as decisões sozinho, tentava convencer os demais envolvidos e quando isso não era possível ele procurava uma forma de realizar o que tinha proposto sem o aval dos demais. Embora tenha obtido êxito na construção do complexo cooperativo, isso nada tem a ver com os tais *princípios da autogestão* que Singer tanto evoca (1998, 2000, 2004).

Singer cita, reiteradamente, Mondragón como exemplo de cooperativismo que pode “prosperar em mercados que exigem proficiência técnica e administrativa” para se contrapor à ideia de que “os empreendimentos solidários não precisam ser de pessoas pobres” e de que o cooperativismo não é mero paliativo ao desemprego (SINGER, 2000, p. 132).

Enquanto defende a integração da economia solidária em um *setor produtivo* no Brasil, ele diz que “o que debilita o desenvolvimento da economia solidária é que a maior parte de suas unidades atuam isoladamente em mercados dominados por empresas capitalistas, com pouco ou nenhum acesso a crédito, a redes de comercialização, à assessoria tecnológica etc.” Diante disso, o autor completa que “o grande contra-exemplo é o Complexo Cooperativo Mondragón” (SINGER, 2000, p. 24).

Mondragón é o mais completo exemplo de uma economia solidária que não é intersticial, mas possuidora de sua própria dinâmica. Ao contrário das cooperativas de produção na França, na Grã-Bretanha e também no Brasil, que surgem majoritariamente da quebra de empresas capitalistas, o grupamento cooperativo de Mondragón surge de um processo autônomo de acumulação, que se inicia na comunidade católica de Mondragón e passa a se alimentar das sobras reinvestidas pelas cooperativas e do financiamento pela Caja Laboral Popular, a qual torna o cooperativismo desta região da Espanha efetivamente independente da intermediação financeira capitalista (SINGER, 2004, p. 105).

O caso de Mondragón, é definido como um “processo autônomo de acumulação” provavelmente em comparação com a ideia de “aldeias cooperativas de Owen. No entanto, apesar de “autônomo”, recebeu apoio financeiro do País Basco, “mas apenas em suporte semelhante ao normalmente dado às empresas capitalistas” (SINGER, 2000, p. 24). Esse exemplo é importante porque é a partir dele que Singer considera possível o desenvolvimento qualitativo/quantitativo das experiências de economia solidária, que, ao invés de ficarem restritas à empreendimentos isolados entre si, estende-se para toda uma região por meio do modelo de “grupo cooperativo”. Mondragón é definido ainda como:

... o maior complexo cooperativo do mundo, que combina cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais com um banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social, uma universidade e diversas cooperativas dedicadas à realização de investigações tecnológicas. O que torna Mondragón ainda mais notável é a aplicação coerente dos princípios do cooperativismo a todas estas sociedades: elas não empregam assalariados, a não ser em caráter excepcional. Sem ignorar as dificuldades que o cooperativismo de Mondragón enfrenta, é inegável que ele procura realizar a autogestão numa medida que hoje, infelizmente, é difícil encontrar nas grandes organizações cooperativas (SINGER, 2004, p. 98).

Apesar de não especificar quais são, o autor reconhece que Mondragón “enfrenta problemas para a manutenção da prática autogestionária”, isto é, de “democracia direta”. Essas pressões teriam origem em seu “gigantismo e burocratismo”, algo “que se manifestam cada vez mais no funcionamento do grupo”. Diante disso, escorregadiamente Singer recorre mais uma vez à “cultura” como “o terreno do simbólico”; e afirma: “não obstante, a *cultura da economia solidária* persiste e possivelmente se enriquece em Mondragón” (SINGER, 2004, p. 105, grifos nossos).

Ele tenta sustentar essa última afirmação sobre o fato da região ter se tornado paradigma mundial, mas também traz uma citação de um trabalho de Sharryn Kasmir. Essa citação tem por fim confirmar que em Mondragón, assim como em todo o País Basco, “a cultura do cooperativismo é hegemônica”. Reproduzimos na íntegra a citação:

O complexo de vidro e aço da Caja Laboral se encontra numa elevação que domina a cidade. A cadeia de cooperativas de consumo Erkosi [...] atrai compradores de Mondragón e de cidades vizinhas. Cooperativas da Erkosi menores pontuam as vizinhanças. A Escola Politécnica e Profissional ocupa uma área de dois quarteirões diretamente abaixo do banco e centros cooperativos de línguas oferecem cursos de inglês e basco. A clínica que foi construída originalmente como um centro médico privado pelas cooperativas (cooperadores não participam do sistema nacional de saúde) é agora o hospital público da cidade. Da educação às compras, as cooperativas prevalecem na vida cotidiana (KASMIR, 1996, p. 63 *apud* SINGER, 2004, p. 104).

Como se pode observar, a autora está descrevendo o lugar, não está dizendo que “a cultura do cooperativismo é hegemônica”. A antropóloga Sharryn Kasmir realizou, em 1989, um trabalho de campo no complexo de cooperativas Mondragón. A autora enfoca as relações locais de classe ao mesmo tempo em que analisa o modelo Mondragón enquanto discurso pós-fordista em âmbito global. Ela propõe trazer três inovações em relação aos estudos anteriores sobre a região: a) levar em consideração as vozes dos trabalhadores de chão de fábrica, até então apagadas pelo discurso ideológico dominante sobre a região; b) contextualizar Mondragón

politicamente, considerando a luta pela autonomia do povo basco¹¹⁵ e; c) situar o discurso sobre o trabalho cooperado desenvolvido em Mondragón no contexto da economia global. (KASMIR, 2007, p. 60).

Com base nesse estudo, Kasmir (2007) apontou que Mondragón se tornou um discurso político mundial pelo menos desde a década de 1980, cuja principal finalidade tem sido *renovar o controle sobre a classe trabalhadora*. Além deste estudo, existe um vídeo – produzido pela BBC de Londres na década de 1980¹¹⁶ – que sob diferente perspectiva (do capital) também coloca o trabalho cooperado em Mondragón como alternativa diante dos protestos operários no Reino Unido e da “necessidade de aumentar a produção”. Já entre as primeiras cenas estão os protestos dos operários organizados em sindicatos na Inglaterra na época, o cooperativismo é posto como uma forma de “apaziguar” os ânimos dos operários.

Mondragón tem sido retratada como modelo de referência de negócios norteado por justiça econômica, e também como uma alternativa ou uma crítica ao capitalismo. Ativistas, acadêmicos e planejadores fazem visitas ao lugar a fim de extrair lições para serem aplicadas, por exemplo, em regiões de baixa industrialização. Paradoxalmente, o destino atrai também executivos corporativos interessados na reestruturação das relações de trabalho-gerenciamento com o intuito de aumentar os lucros das empresas, basicamente cedendo parte delas aos empregados, mas sem lhes conferir poder de decisão (KASMIR, 2007, pp. 58-59).

Mediante os depoimentos colhidos entre os trabalhadores de chão de fábrica, a autora constatou que existe uma diferença em relação ao discurso dos gerentes. E são normalmente os últimos que falam à mídia sobre “as vantagens” do cooperativismo. Em suas palavras:

Contudo, minha pesquisa etnográfica em Mondragón (ver Kasmir, 1996), mostra que uma cooperativa de trabalhadores proprietários não é necessariamente melhor para os trabalhadores em termos de poder no chão de fábrica, condições de trabalho ou sentimentos de satisfação com o trabalho, do que é uma empresa sindicalizada padrão. Minha comparação de uma cooperativa e de uma fábrica vizinha mantida pela iniciativa privada, onde os procedimentos de queixas, disputas contratuais e greves caracterizam as relações trabalho-gerenciamento, mostra que os trabalhadores na empresa privada se sentiam melhor representados, e de fato o eram, pois tinham mais poder sobre o chão de fábrica do que os trabalhadores das cooperativas tinham. Os trabalhadores das cooperativas claramente tinham mais direitos à

¹¹⁵ A ULGOR, uma indústria de fogões, deu origem ao complexo em Mondragón. Essa primeira cooperativa tinha ligação com o Partido Nacionalista Basco e foi apoiada pela Igreja Católica e pela ditadura franquista. Fazia parte do projeto do grupo Ação Católica no sentido de amenizar a luta de classes nessa região, conhecida pela resistência operária. O êxito dessa experiência - combinado ao recrudescimento da luta pela independência do país Basco - a tornaram um componente da construção da identidade basca e um pilar estratégico da autonomia econômica da região até hoje (KASMIR, 2007).

¹¹⁶ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=iXQb11B0UjQ> Consultado em 12/10/2014.

participação no processo de tomada de decisão do que os trabalhadores na firma privada tinham, mas eles perderam a competência e os recursos para converter os direitos em poder. Como resultado, muitos trabalhadores de cooperativas estavam desiludidos e desinteressados em participar do gerenciamento. Além disso, o sistema cooperativo mina um longo século de história de solidariedade de classe em Mondragón, pois desde que ele foi criado, a camada de trabalhadores das cooperativas não possuem o suporte que os trabalhadores encontravam nas empresas padrão. Estas relações de produção sinalizaram importantes transformações no trabalho e na composição da classe trabalhadora no pós-fordismo (KASMIR, 2007, p. 64)

Com base em uma “etnografia do capitalismo”, sobretudo fundamentada pela análise de Harvey sobre a “era da acumulação flexível” e também observando as especificidades históricas-políticas do país Basco, a autora conclui que “... o modelo Mondragón é um discurso global que se despoja das relações e identidades de classe em troca da imagem do trabalhador-proprietário que transcende as divisões de classe” (Id., Ibid., p.67). Algo que contribui para a “produção pós-fordista” através da deslegitimação da luta de classes. Ou seja, considerando a totalidade das relações capitalistas de produção desde a década de 1970, apesar da retórica da justiça social presente no modelo Mondragón, seu papel tem sido o de criar uma subjetividade apolítica em benefício da “acumulação flexível”.

Singer entende perfeitamente que o posicionamento de Kasmir em relação a Mondragón é crítico, tanto que em nota de rodapé faz a seguinte afirmação:

Para Sharryn Kasmir, a hegemonia cooperativa em Mondragón é o resultado do domínio da classe média sobre os trabalhadores. Ela é crítica do cooperativismo de Mondragón, como o título de seu livro deixa claro. Por isso mesmo o seu testemunho da hegemonia alcançada pelo agrupamento cooperativo na região é precioso. Em minha opinião, as críticas de Kasmir são criteriosas e discutíveis, sempre baseadas em dados e depoimentos colhidos *in loco*. Não compartilho de sua avaliação global do papel do cooperativismo (SINGER, 2004, p. 104, nota).

Em primeiro lugar, parece que “depoimentos colhidos *in loco*” só são aceitos por Singer quando dizem o que ele quer ouvir. A partir de “certos estudos acadêmicos” que apontam um “aumento da autoestima” do trabalhador é que ele diz que a economia solidária tem um “potencial revolucionário”. Em segundo lugar, Kasmir não se baseia apenas nesses depoimentos, eles são fundamentais para a antropóloga, mas seu estudo sobre Mondragón se baseia na *categoria marxista da totalidade*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível que seja um falso dilema aquele baseado na contraposição das *lutas desde o alto* e das *lutas desde baixo* porque sob a perspectiva marxista as lutas de classes visam a instituição do comunismo, e o comunismo não consiste na mera substituição de um grupo dirigente por outro, e sim na completa erradicação do capital como modo de controle totalizante e totalizador na sociedade.

Assim, num *contexto de transição* do capitalismo para o socialismo, o cooperativismo e o associativismo podem ser parte fundamental da luta da classe trabalhadora. Entretanto, como formas de resistência econômica *sob o capitalismo e em si mesmas*, essas experiências têm caráter limitado e geralmente ambíguo. Isso significa que são *instrumentos* que podem ser usados tanto para o aprofundamento da exploração/dominação do capital sobre o trabalho, além da desmobilização política; quanto para o aprimoramento das capacidades dos indivíduos singulares e coletivos para a luta política.

Por conseguinte, diferente do que defendem os autores da economia solidária agrupados na primeira e segunda vertente sobre o tema, uma *direção política* se mostra fundamental para a superação revolucionária do capitalismo e para a definição da economia solidária como um projeto neoliberal ou socialista, o que até o momento se pendeu para o primeiro caso.

Se existe um falso dilema baseado na contraposição entre lutas desde baixo e lutas desde o alto, o estabelecimento de uma *direção política* para a luta unificada da classe trabalhadora não é absolutamente incompatível com o questionamento das relações sociais hierarquizadas no interior de uma luta unificada pelo socialismo.

No entanto, a relação entre dirigentes e dirigidos em uma luta unificada no sentido da superação dos instrumentos de controle ideológico e político do capital sobre o trabalho é uma questão que aqui não foi devidamente abordada. É possível que seja uma das grandes questões postas aos estudiosos da teoria marxista e militantes socialistas após a experiência do socialismo realmente existente. Por isso, nos chamam atenção as propostas de autogestão dos trabalhadores e a questão dos obstáculos impostos ao desenvolvimento da consciência política revolucionária em nosso século. Este é um caminho muito mais árduo do que o simples ceticismo em relação à revolução política e, com isso, em relação à unificação das lutas das classes subalternas.

Em contraste com a posição de Singer, marxistas contemporâneos reafirmam que o que é incompatível com a superação do capitalismo não é o estabelecimento de uma *direção política* às lutas dos trabalhadores historicamente fragmentadas entre si; são os pressupostos liberais

que opõem “rude igualitarismo” e “liberdades individuais” de maneira que o “socialismo” deveria ser combinado com a “livre concorrência” e com a estrutura hierárquica de comando do capital. Também incompatível com a luta pelo socialismo é a afirmação de que “o marxismo” sucumbiu juntamente com o socialismo realmente existente e que a “mão invisível” que regularia os mercados ainda poderia fazê-lo hoje com uma “ajudazinha” do Estado. Incompatível com a luta pelo socialismo é também o pressuposto de que a “democracia” liberal é uma conquista “definitiva” e que é “neutra” diante do antagonismo entre capital e trabalho. Inclusive, algo escandalosamente desmentido pelo próprio contexto político brasileiro atual.

Por meio da conceituação sobre o trabalho cooperado traduzida na noção de “economia solidária” por parte de um dos intelectuais do Partido dos Trabalhadores, levantamos ainda a hipótese de que a “superação” do modelo de regulação neoliberal pode não ter sido seriamente considerada *nem como meta* do Partido antes de sua ascensão ao governo. Quanto à “superação” do capitalismo, trata-se de uma mistificação grosseira baseada no individualismo de Paul Singer, em sua tendência em observar os processos sociais por meio do que se pode chamar de “método do isolamento”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovani. *Trabalho e Sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da década neoliberal (1990-2000)*. Curitiba: Revista de Sociologia Política, novembro de 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n19/14624.pdf>

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. (In) SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 (pp. 09-23).

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Campinas: Educação e Sociedade, maio/ago de 2004. Vol. 25, n. 87. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a negação e a afirmação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Introdução: A substância da crise* (in) MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. 2ª edição, 1ª reimpressão.

BANDOLI, Mabelle. *O mito da burguesia nacional no pensamento de esquerda no Brasil pré-64: a crítica de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes*. Campinas: 6º Colóquio Internacional Marx e Engels - IFCH/Unicamp, 2009.

BARATTA, G. *Antonio Gramsci em contraponto: Diálogos com o presente*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BENJAMIN, 2010, *Apresentação*. (In) LUXEMBURGO, R. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp. 7-11

BENINI, Édi Augusto. *Fundo de amparo ao trabalhador: o processo educativo engendrado na relação trabalho e qualificação profissional*. Tese apresentada ao PPG – Doutorado em Educação, FCH/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2015.

BRESSER PEREIRA, L. C. *A Reforma do Estado nos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle*. In: Cadernos MARE da Reforma do Estado. Brasília, 1997.

A) BRAGA, Rui. *Incontornável Polanyi*. Blog Junho, 15/10/2015.

BRAGA, Rui. *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. São Paulo: Boitempo, 2015

BORON, A. *A coruja de Minerva: Mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. Edição eletrônica.

CARTA DE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, III Plenária Nacional da Economia Solidária. Brasília: junho de 2003. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/>>, consultado em 29/03/2015.

CARVALHO, Edmilson. *A totalidade como categoria central na dialética marxista*. Revista Outubro, Ed. 15, 1º sem./2007.

CASTRO, Bárbara. *Notas críticas sobre o projeto político de Paul Singer: economia solidária e a transição para o socialismo*. VI CEMARX - Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas: UNICAMP, 2009. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br>>

CASTRO, Bárbara. *O socialismo de Paul Singer e os limites do seu projeto político de economia solidária*. ORG & DEMO, Marília, v.11, n.2, p. 23-44, jul./dez., 2010

CASTRO, Mariana P.; NOVAES, Henrique T. *Em busca de uma pedagogia da produção associada*. In: BENINI, É.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (orgs). “Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária”. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Volume 1.

CHIARIELLO, C. L. *et alii*. *Cadeias produtivas em assentamentos de reforma agrária*. In: DAL RI, Neusa M. (org.) *Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina*. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2010.

CORAGGIO, J.L. *Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária* (in): KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Kátia. (orgs.) *Economia dos Setores Populares, Sustentabilidade e Estratégias de Formação*. Rio de Janeiro: Editora Oikos, 2007.

CORAGGIO, José Luis. *América Latina: necesidad y posibilidades de otra economía*. In: Otra Economía: Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria. Volumen I. N° 2. 1º semestre/2008.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. *Trabalho associado e mudança social: uma leitura a partir das experiências do MST*. In: DAL RI, Neusa M. (org.) Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Introdução* (in) GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COGGIOLA, O. *Introdução*. (In) MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010. pp. 9-35

DAL RI, Neusa M. *Introdução*. In: DAL RI, Neusa M. (org.) Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2010.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. *Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil*. Revista de Economia Política, janeiro-março/2005. Vol. 25, nº 1. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/97-6.pdf>

FAJN, Gabriel. *Empresas recuperadas: la proyección de la protesta y la gestión colectiva*. In: DAL RI, Neusa M. (org.) Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2010.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 2ª edição.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 2ª edição.

FERNANDES, Renato Cesar. *Antonio Gramsci e o centralismo democrático nos Cadernos do Cárcere*. Blog Convergência: 14/06/2015. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/?p=4617>, consultado em 22/06/2015

FRANÇA FILHO, Genauto. *Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais*. Revista Bahia Análise & Dados. Salvador, junho/2002. Vol. 12, n. 1, p. 9-19

FRANÇA, G.; DZIMIRA, Economia solidária e dívida. Organizações & Sociedade, Salvador: EAUFBA Vol. 6, nº 14 (jan./abr. 1999)

FROSINI, Fábio. *Curso Antonio Gramsci*. In: Seminário Antonio Gramsci de Filosofia e Política. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 31/07/2012 (palestra em vídeo). Disponível em: <http://filosofiaemvideo.com.br/curso-antonio-gramsci-prof-dr-fabio-frosini-da-universidade-de-urbino-italia/>. Acesso em 30/10/2015.

GAIGER, L. I. *A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS Vol. 28 nº 82. Jun./2013

GAIGER, L. I. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GENNARI, Adilson Marques. *Globalização, Estado, neoliberalismo e desigualdade social no Brasil*. In: BENINI, Édi A. et alii (orgs) *Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

GERMER, Claus. *“A Economia Solidária”*: uma crítica marxista. São Paulo: Revista Outubro, 14^a ed. Out/2006.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. *Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos*. Rev. Katál. v. 11 n. 1 p. 132-142. Florianópolis: jan.jun/2008 (11pgs)

GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

_____ Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

_____ Volume III. Lisboa: Seara Nova, 1977

_____ Volume IV. Lisboa: Seara Nova, 1978.

GRAMSCI, A. *Caderno 22 – Americanismo e Fordismo* (in) *Cadernos do Cárcere*. Volume IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 2^a edição (pp. 239-283).

_____ *Caderno 13 – Breves notas sobre a política de Maquiavel* (in) *Cadernos do Cárcere*. Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 3^a edição (pp. 11-111).

_____ *Caderno 6 – Dos cadernos miscelâneos* (in) *Cadernos do Cárcere*. Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 3^a edição (pp. 223-259).

_____ *Caderno 25 – Às margens da história (história dos grupos sociais subalternos)* (in) *Cadernos do Cárcere*. Volume V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 1^a edição (pp. 129-147)

GUERRA, Pablo (org.). *“¿Cómo denominar a las experiencias económicas solidarias basadas em el trabajo? Diálogo entre académicos latinoamericanos acerca de la polémica conceptual*. In: *Otra Economía: Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*. Volumen I. Nº 1. 2^o semestre/2007

A) HARVEY, D. *Desenvolvimentos geográficos desiguais*. In: *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008. P.75-129.

HARVEY, David. *A Transformação político-econômica do capitalismo no fim do século XX*, In: *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOLLOWAY, J. *Fissurar o Capitalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

IANNI, Octavio. *A sociologia e o mundo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KASMIR, Sharryn. *O modelo Mondragón como discurso pós-fordista*. In: LIMA, J. C. (org.) *Ligações perigosas: Trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo: Annablume, 2007.

KLIKSBERG, B. *¿Cómo avanzar la participación en el continente más desigual de todos?* Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, n. 41, v.3, Maio/Jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/>.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *O CINISMO DA RECICLAGEM: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental*. (In): LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P.P. & CASTRO, R. de S. (Orgs.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. p. 179-219. São Paulo: Cortez. 2002.

LAVILLE, J.L. *A economia solidária: Um movimento internacional*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º. 84, Março de 2009. pp.7-47

LAVILLE, J.L; FRANÇA FILHO, G. C., *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora UFRS, 2004 (1ª edição).

LINS, Hoyêdo Nunes. *Cooperativas de trabalhadores: opção frente a crise do emprego ou aspecto da crescente precariedade do trabalho?* Belo Horizonte: Revista Nova Economia, 2001. Vol. 11, n.º 1.

LÓPEZ, L. E. A. *El desmantelamiento del Estado*. In: CALVEIRO, P. *et al*. *El Estado y sus otros*. Buenos Aires: Libros de la Araucária, 2006.

LOSURDO, Domenico. *A luta de classes: uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. *Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: UNICAMP, 2008.

MARTINS, José de Souza. *Prefácio à quinta edição*. (In) FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006. 5ª edição, pp. 9-23.

MARTINS, L. M. *As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa*. ANPED, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/gt17-2042--int.pdf>

MARTINS, Paulo Henrique. *De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. - Movimento antiutilitarista nas ciências sociais: itinerários do dom*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 23/02/2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10706607>

MARX, Karl. *Capítulo 1 – A mercadoria* (in) *O Capital – Crítica da Economia Política*. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. *Capítulo 11 – Cooperação* (in) *O Capital – Crítica da Economia Política*. Volume I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013 (edição eletrônica).

- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. *O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. Edição eletrônica.
- MARX, K. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2014. 1ª reimpressão.
- MAZZEO, A. C. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Boitempo, 2015. 3ª edição.
- MÉSZÁROS, I. *Prefácio à edição brasileira; Introdução; A sombra da Incontrolabilidade (Parte I); Crise estrutural do sistema do capital (Parte III)* (in) Para além do capital: rumo à uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *Introdução à nova edição: outro mundo é possível e necessário* (in) O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, I. *A controvérsia sobre Marx* (in) A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MÉSZÁROS, I. *Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente* (in) Filosofia, Ideologia e Ciência Social. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, I. *A disputa pelo Estado* (entrevista). São Paulo: Blog da Boitempo, 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/>>
- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. 2ª edição, 1ª reimpressão.
- MTE, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília: MTE, 2006. 60 p.
- NAKANO, M. *Anteag: autogestão como marca*. (In) SINGER, Paul.; SOUZA, José Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- NETTO, José Paulo. *O método em Marx*. (vídeo/curso ministrado na pós graduação em Serviço Social da UFPE). Pernambuco: 2002. Disponível em: www.youtube.com, consultado em maio/junho de 2014.
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao método da teoria social*. Partido Comunista Brasileiro – PCB (website), 2009. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>>, consultado em maio/junho de 2014

NOVAES, HENRIQUE T. *As bases sócio-históricas do socialismo autogestionário: a contribuição de István Mészáros*. In: “O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores” (Editora Expressão Popular, 2011).

NOVAES, H. T.; LIMA FILHO, P. A. *Uma pedra proto-socialista num colar pró-capital financeiro: notas sobre a política pública de Economia Solidária no Governo Lula*. Trabalho apresentado no VI Encontro Internacional de Economia Solidária, realizado na cidade de São Paulo/SP, de 25 a 27 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.fbes.org.br> Consultado em 18/06/2015.

QUIJANO, Aníbal. “*Solidaridad*” y capitalismo colonial/moderno. In: *Otra Economía: Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*. Vol. I. Nº 1. 2º semestre/2007

PEREIRA, Potyara. A. P. *Trajetória da Política Social*. In: *Política Social: temas & questões*. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

PRADO JR., Caio. *Evolução Política no Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 16ª edição (pp. 4-32).

PRADO JR., C. *A Revolução Brasileira*. In: PRADO JR., C.; FERNANDES, F. *Clássicos Sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

Primeiro Plano Nacional de Economia Solidária: *para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável* (2015-2019). Brasília: Conselho Nacional de Economia Solidária, 2015.

REIS, Cláudio. *O “nacional-popular” em Antonio Gramsci*. Tese apresentada ao PPG - Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 2009.

RODRIGUES, F.; LIMA FILHO, P. A. *Notas sobre a formação histórica do Brasil e seus desafios contemporâneos – a contribuição de Caio Prado Júnior*. In: BENINI, Édi A. et alii (orgs) *Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SADER, E. *Prefácio*. In: MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Vinicius Correia. *Economia Solidária: principais conceitos e a materialidade na realidade brasileira*. Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará; Belém, 2010.

SILVA, F. L. G. e. *Gestão da subjetividade e novas formas de trabalho: velhos dilemas e novos desafios*. In: BENINI, Édi A. et alii (orgs) *Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. Volume I.

SIMIONATTO, Ivete. *Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana*. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 41-49 jan./jun. 2009.

SINGER, P. *O que é socialismo hoje*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982. (4ª edição)

SINGER, P. *A formação da classe operária*. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 1987.

SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1998.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Editora Contexto, 1999. 3ª edição

A) SINGER, P. *Prefácio: um olhar diferente sobre a economia solidária* (in) LAVILLE, J.L.; FRANÇA FILHO, G. C., *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora UFRS, 2004a (1ª edição).

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. 2ª reimpressão.

A) SINGER, P. *Incubadoras Universitárias de Cooperativas: um relato a partir da experiência da USP* (in) SINGER, Paul.; SOUZA, José Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. *Economia Solidária: um modo de produção e distribuição*. (In) SINGER, Paul.; SOUZA, José Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P.; MACHADO, J. *Economia Socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 1ª edição.

SINGER, P. *A Economia Solidária no Governo Federal*. (In) BENINI, Édi A. et alii (orgs) *Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. Volume I.

SCHIOCHET, V. *Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios*. (In) BENINI, Édi A. et alii (orgs) *Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. Volume I.

SOUZA, Armando Lirio de. *Política Pública de Economia Solidária e desenvolvimento territorial*. IPEA/Mercado de Trabalho - Edição n. 52. Brasília: ago./2012 (8pgs)

SOUZA, Daniela Neves de. *Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária*. Rev. Katál. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 53-60 jan./jun. 2008

SOUZA, J. R. *Um instantâneo da economia solidária no Brasil* (in) SINGER, Paul.; SOUZA, José Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. - (Coleção economia)

TEIXEIRA, S. M. *Descentralização e participação social: o novo desenho das políticas sociais*. Revista Katálisis. Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 154-163, jul./dez. 2007.

TIRIBA, Lia. *Educação Popular e pedagogia da produção associada*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 85-98, jan./abr. 2007.

Sites citados em notas:

1. Fórum Brasileiro de Economia Solidária: www.fb.es.org.br
2. Journal du MAUSS – Mouvement anti-utilitariste dans les sciences sociales <http://www.journaldumauss.net/>
3. Jornal do Periódico del MAUSS Ibero-latino-americano <http://www.jornaldomauss.org/periodico/>
4. RILESS – Red de Investigadores latinoamericanos de economía social y solidaria: <http://riless.org/pt/>
5. Brasil cooperativo: www.brasilcooperativo.coop.br
6. Blog Junho: blogjunho.com.br
7. Via SOT – Sistema Orgânico do Trabalho: <http://www.viasot.org/>
8. Atlas digital da Economia Solidária: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>
9. Cirandas: <http://cirandas.net/>
10. CEFURIA: www.cefuria.org.br
11. CAPES: <http://www.periodicos.capes.gov.br>
12. UNITRABALHO: <http://www.unitrabalho.org.br>
13. Prêmio Jabuti: <http://premiojabuti.com.br>
14. Revista Fórum: <http://revistaforum.com.br>
15. Blog do Sakamoto: blogdosakamoto.blogosfera.uol.com
16. Revista Outra Economia: <http://revistas.unisinos.br>
17. SEBRAE: www.sebrae.com.br